

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE EDUCAÇÃO E
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MÍRIAM REBECA RODEGUERO STEFANUTO

BENZER A CRIAÇÃO

Sobre bichos, animais e benzimentos em Itaju/SP

SÃO CARLOS - SP

2024

MÍRIAM REBECA RODEGUERO STEFANUTO

BENZER A CRIAÇÃO

Sobre bichos, animais e benzimentos em Itaju/SP

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Felipe Ferreira Vander Velden

SÃO CARLOS - SP

2024

Foi difícil.

Eu tinha muita dificuldade de compreender as pessoas, sabe? Porque eu não sabia que coisa estaria atrás daquilo que um colega estava se referindo. (Oliveira, 2013).

RESUMO

Esta pesquisa se dedicou ao estudo de benzimentos católicos no município de Itaju, na região de Jaú no estado de São Paulo. O recorte foram os procedimentos realizados para curar ou livrar de alguma ameaça os animais de criação - bois e porcos, principalmente - nos sítios itajuenses. A pesquisa baseou-se tanto na análise da bibliografia pertinente quanto na pesquisa de campo realizada com benzedores e criadores, em sua maioria, mas também com pessoas que não acreditam (tanto assim) nos benzimentos. A ideia que moveu a pesquisa foi a de que as benzeções poderiam ser consideradas e analisadas enquanto uma técnica utilizada no trabalho de criar animais em propriedades rurais. Os benzimentos prevêm um aprendizado para sua execução tanto quanto um envolvimento correto por parte dos interessados, sobretudo através da fé. Além disso, eles são apresentados pelos criadores como facilitadores do trabalho rural, o que os coloca enquanto atuantes na lida cotidiana com os animais. Seu funcionamento e sua inserção nas propriedades rurais são aspectos fundamentais na compreensão dessa prática enquanto técnica. No processo de pensar sobre as benzeções, surgiu a necessidade de abordar as implicações do dom de benzer que algumas pessoas detêm e que está associado à ideia dos recursos naturais também enquanto um dom fornecido por Deus. Ser um dom traz algumas expectativas que os benzedores, idealmente, devem atender, como não cobrar pelos serviços de benzimentos e utilizá-los apenas para fins benéficos. E os animais, bem como outros recursos dos sítios, serem considerados um dom dado por Deus em alguma medida autoriza os humanos a desfrutarem desses recursos com certa autoridade, mas nem toda atividade nos sítios é considerada adequada. Analisar quem os benzimentos combatem e quem eles objetivam proteger evidenciou algumas distinções entre bichos e animais; ainda que, a princípio, sejam ambos criação de Deus, alguns animais têm a possibilidade de serem criação duas vezes: divina e humana; nesses casos, são eles os mais protegidos contra as ações dos bichos, ou das cobras, por meio das benzeções. Os benzimentos funcionam, portanto, como uma técnica utilizada para proteger animais de criação contra seres como bichos e cobras, e significam uma facilidade no trabalho nas propriedades rurais que compreende elementos da religiosidade católica.

Palavras-chave: Benzimento; Catolicismo; Técnica; Animais; Bichos

ABSTRACT

This research focus on studying catholic blessing practices used in the municipality of Itaju, within the Jaú region of São Paulo state, Brazil. Specifically, it examined the procedures conducted to heal or protect the livestock animals, primarily cattle and pigs. The investigation relied both on pertinent literature analysis and field research with benedictors, livestock breeders and people with varying beliefs in the blessing practices. The aim was to investigate the blessing practices as a technique used in animal husbandry and understand its functioning in daily rural life of animal breeders. The practice of benediction involves learning through both gift and faith of all participants. In addition, animal breeders present it as a facilitator of rural work, integrating it as an active component in daily life with livestock. When considering benedictions, it became necessary to explore the consequences of this gift that some people have. This includes the expectation that benedictors ideally refrain from charging for their services and may use them exclusively for beneficial purposes. Additionally, since animals and others resources on farms are considered divine gifts, humans are authorized to enjoy these resources with a certain authority. Analyses of whom benedictions oppose and whom they aim to protect have revealed some distinctions between types of creatures, as “bicho” and “animal”: although both are creations of God, the “animal” creatures have the unique status of being created twice, by God and by humans, as livestock. In such cases, they are the most protected through benediction against snakes and “bicho” creatures, often perceived as pests. Therefore, the benediction works as a technique to protect livestock against certain animals and represent a facilitation in the work on rural properties that encompasses elements of catholic religiosity.

Keywords: Benediction; Catholicism; Technique; Animals; *Bichos*

AGRADECIMENTOS

Ao Felipe agradeço o fato de ele ter sido, sempre, um leitor tão cuidadoso. Colocar as coisas no papel pode ser bastante difícil, sobretudo em circunstâncias da vida em que escrever periga perder o significado; as correções atentas que inevitavelmente aconteciam tornavam novamente possível seguir com a tarefa de tentar dizer. Eu finalmente encerro o Doutorado depois de ter sido orientada pelo Felipe ainda na graduação, com uma Iniciação Científica, e no Mestrado. Eu sou muito grata por todas as leituras que ele fez para que eu chegasse até aqui.

Agradeço ao Seu Juca por ter sido tão doce em nossa conversa e à Dona Cida por ter me dito que eu não precisava ter medo. Ao Zito agradeço por ter sido acessível para conversar sobre os benzimentos e ao João por ter me aceito como companhia em uma manhã de tarefas. Também agradeço muito a todas as pessoas que se disponibilizaram para conversar comigo sobre as benzeções. E às que não se sentiram à vontade para isso.

Agradeço muito ao meu pai, que se empolgou com os benzimentos não só por ser algo que ele já conhecia, mas por ser algo que eu me propus a conhecer. E à minha mãe por ter tanta fé nos meus benzimentos quanto os itajuenses precisam ter nos deles.

Agradeço aos professores Rodrigo Toniol, Jorge Luan Rodrigues Teixeira e Luiz Henrique de Toledo por terem participado do meu exame de qualificação. E agradeço às professoras Ana Paula Perrota Perrota Franco e Mísia Lins Reesink e aos professores Jorge Luan Rodrigues Teixeira e Luiz Henrique de Toledo por terem aceitado o convite para participar da banca de defesa da minha tese.

Agradeço à FAPESP por ter financiado a pesquisa - processo nº 2018/09278-5- e ao Conselho de Pós-Graduação da UFSCar por ter autorizado a prorrogação de prazo da minha defesa. Aos colegas Ariane Vasques Zambrini, Bruno Luiz Guillardí, Bruno Silva Santos, Daniella Santos Alves, Edi Alves de Oliveira Neto, Elisa Oberst, Gabriel Sanchez, Izadora Acypreste, Julia Aparecida Rodrigues da Silva, Larissa Moreira Portugal, Leandra Holz, Luisa Amador Fanaro, Matheus Henrique Pereira da Silva, Matheus Sian, Sarah Faria Moreno e Túllio Dias da Silva Maia agradeço a partilha de interesses no grupo Humanimalia.

Agradeço ao Gabriel por permanecer, coisas incríveis seguem acontecendo nessa permanência e eu sou muito feliz por isso. Agradeço à Jé por ter a capacidade de me arrancar de lugares muito difíceis de estar; ao Lu, pelas conversas esporádicas; ao Dré pelas trocas. Aos três agradeço terem feito a gentileza de serem meus irmãos.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: A localização do município de Itaju no Estado de São Paulo	13
IMAGEM 2: Relação dos períodos de criação dos municípios	14
IMAGEM 3: Data de criação dos municípios da sub-região de Jaú associada à presença ou não de ferrovia	15
IMAGEM 4: As fronteiras do município de Itaju e a rodovia SP 304	16
IMAGEM 5: Diagrama da pesquisa de campo	19
IMAGEM 6: Porcos “cachaça” no chiqueiro de João	23
IMAGEM 7: Pés de couve na horta de João	24
IMAGEM 8: As fronteiras do município de Itaju	32
IMAGEM 9: Gado comendo cana-de-açúcar	36
IMAGEM 10: João alimentando suas galinhas	37
IMAGEM 11: Fundos da casa do Seu Luis e da Maria	40
IMAGEM 12: A horta de José	41
IMAGEM 13: João alimentando seus carneiros e suas ovelhas	42
IMAGEM 14: Entrada da casa do sítio de Jair	43
IMAGEM 15: Separação entre magia e mágica	69
IMAGEM 16: São José na garrafa	81
IMAGEM 17: São José, Nossa Senhora e um terço na garrafa	81
IMAGEM 18: Planta amor-agarradinho em um túmulo de pedaços de santos	82
IMAGEM 19: Quadros de Nossa Senhora e Jesus	111
IMAGEM 20: Colônia de vespas	127
IMAGEM 21: Bezerro com bicheira	130
IMAGEM 22: Bicheira no umbigo	131
IMAGEM 23: “Classes gerais da taxonomia popular”	133

IMAGEM 24: Localização do lugar dos cachorros no mapa	138
IMAGEM 25: Mosca <i>Cochliomyia hominivorax</i>	143
IMAGEM 26: Miíase umbilical	143
IMAGEM 27: <i>Dermatobia hominis</i>	144
IMAGEM 28: <i>Dermatobia hominis</i>	144
IMAGEM 29: Jararaca	152
IMAGEM 30: Urutu	153
IMAGEM 31: Jiboia dentro do balde	154
IMAGEM 32: Jiboia saindo do balde	154
IMAGEM 33: Bezerra Fifi	163
IMAGEM 34: “Era uma vez o benzedor”	164
IMAGEM 35: Campanha de vacinação contra a febre aftosa	165
IMAGEM 36: Cerca sem balancim e com cinco fiadas de arame farpado	168
IMAGEM 37: Cerca paraguaia	169
IMAGEM 38: Leiteiro que cresceu em uma cerca	170
IMAGEM 39: Leiteiro e ipê amarelo crescem na cerca	170
IMAGEM 40: Ovelha de João usando um colar	171
IMAGEM 41: Lateral do chiqueiro de Seu Luis e Maria	172
IMAGEM 42: Localização do lixão	178
IMAGEM 43: Fornos de carvão vistos de frente	179
IMAGEM 44: Fornos de carvão vistos de costas	179
IMAGEM 45: Os caminhos para o brete	181
IMAGEM 46: O brete no curral do Rucino	183

CHAVE DE LEITURA

'Aspas simples'	Expressões, palavras ou discurso direto das pessoas com quem conversei. Por exemplo: 'peiar'; 'teve que mandar benzer'.
"Aspas duplas"	Citações.
<i>Itálico</i>	Nomes científicos e títulos de livros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Sobre a pesquisa de campo	18
O texto.....	26
CAPÍTULO I - ALGUNS ITAJUENSES E SEUS SÍTIOS	30
Um pouco sobre as regiões de Itaju e sobre os animais	31
Os sítios.....	39
A trajetória do benzimento enquanto objeto de pesquisa.....	50
Mágico-religioso	56
Magia	60
Mágica.....	64
Considerações sobre o primeiro capítulo	70
CAPÍTULO II - CATOLICISMOS	72
Breve retomada	73
Popular	76
Criação	83
Os não batizados.....	86
Ecologia.....	90
Sobre dom	93
Considerações sobre o segundo capítulo.....	96
CAPÍTULO III - DOS BENZIMENTOS	98
Da dificuldade de colher relatos.....	99
Tornar-se benzedor, tornar-se benzedeira	103
Simpatias e gente que benze.....	111
Das orações	114
Não sou eu que vai dizer que não funciona.....	118
Considerações sobre o terceiro capítulo.....	122
CAPÍTULO IV - SOBRE BICHOS E ANIMAIS	124
Bichos-insetos: besouros, aleluias, borrachudos e abelhas-prata.....	126
Bicho	129
Nem bicho, nem animal: cobra	135
Sobre cachorros	137

Tipos de benzimentos.....	141
Bicheira.....	143
Mar Salgado.....	145
Nó.....	146
No rastro.....	148
Contra cobras.....	150
Considerações sobre o quarto capítulo.....	156
CAPÍTULO V - A FÉ EVITA O BRETE.....	159
Benzimento e medicina veterinária.....	160
Das cercas.....	168
O que pode na terra.....	176
Quem tem fé não cria sozinho.....	180
Retomando o benzimento.....	184
Considerações sobre o quinto capítulo.....	189
Considerações Finais.....	193
Referências bibliográficas.....	198
ANEXO I.....	208

INTRODUÇÃO

Itaju está em uma região que eu conheço. Há vários anos minha família possui um sítio no município e durante a maior parte do tempo ele foi o lugar de finais de semana e alguns eventos. Depois, passou a ser a casa do meu pai. Sua mudança para lá inicialmente significou trabalhar todos os dias na cidade vizinha, Bairi, até que ele se aposentasse. Foi por conta disso que eu soube da primeira história de um benzimento que me chamou, de fato, a atenção. Imaginar cobras devorando redondos e inocentes porquinhos tomou um ar levemente macabro para mim. Meu pai se informou melhor sobre o ocorrido e eu soube que o benzedor que tinha resolvido o problema, Seu Juca, era visitado toda semana por uma ministra da eucaristia da igreja matriz de Bariri; em contato com ela, fui visitar o benzedor. Tirei fotos bonitas naquele dia, mas minha câmera teve um problema e as imagens lamentavelmente se perderam. Lembro que ele sacou um pequeno pente do bolso para ajeitar o cabelo antes de tirarmos o ‘retrato’. Fiquei empolgada quando Seu Juca disse que benzia para muitas pessoas de Itaju, e mais ainda quando me passou o contato de uma delas, Seu Geraldo. A pesquisa só foi passar por Bariri novamente um bom tempo depois, quando conversei com a veterinária Aline, que cresceu em Itaju, mas vive no município vizinho. No restante do tempo, conversei com itajuenses, fossem benzedores ou donos de sítios.

Desenvolver uma pesquisa ‘praqueles lados’ não foi exatamente uma novidade. Entre 2013 e 2014, frequentei diariamente um frigorífico da região durante algumas semanas quando do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica¹. As condições de trabalho e as relações entre humanos e animais analisadas naquele contexto de linha de produção resultaram, também, em um artigo, publicado um tempo depois (Stefanuto, 2019). Agora no doutorado, soube que algumas das pessoas com quem conversei vendem o gado para este mesmo frigorífico, que recebe animais de diferentes localidades da região. Com uma delas, cheguei a comentar sobre minha experiência da iniciação científica e das várias aflições que passei no abatedouro. Nós estávamos andando pela propriedade e eu fiquei imaginando aqueles animais, que pastavam pacatos, em fila, já adentrando a linha produtiva de um lugar que, na época, não era muito zeloso com os animais. Ou com os funcionários. Ou com o rio que passava nos fundos do terreno. Diante do meu pequeno desabafo, fui tranquilizada de que o gado era criado muito

¹ A pesquisa foi financiada pela FAPESP sob o processo nº 2013/00771-7.

tranquilamente e que, no final das coisas, todo mundo tem que morrer de alguma maneira, até a gente. E, mesmo em um abatedouro de funcionamento questionável, ‘só se morre uma vez’.



Imagem 1: A localização do município de Itaju no Estado de São Paulo. Fonte: Wikipedia).

Em sua tese de doutorado, Paulo Pedro Perides (1981) analisa a organização territorial da sub-região de Jaú, constituída por dez municípios, além do seu polo regional, a cidade de Jaú: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarçu do Tietê, Itaju, Itapuú, Jaú e Mineiros do Tietê. O autor argumenta que, inicialmente, a colonização da região esteve vinculada ao território de Brotas, o primeiro a desenhar-se naquela região. Como o autor aponta, Brotas foi o primeiro distrito a se constituir, ou “freguesia”, segundo a antiga divisão administrativa (1846), e também o primeiro município (1859). Foi ao longo da década de 1850 que surgiram outros núcleos colonizadores para além do de Brotas nesta porção do Estado de São Paulo. Jaú, Dois Córregos e Bariri se separaram da freguesia de Brotas em 1853, 1856 e 1858, respectivamente; essa separação se deu a partir da criação de patrimônios religiosos (Perides, 1981).

A prática de doação, feita por um determinado proprietário rural ou por um grupo deles, de uma porção de suas terras para a construção de uma igreja foi dominante na região de Jaú, além de bastante frequente no restante do Estado de São Paulo no processo de colonização durante o século XIX e início do século XX (Perides, 1981). Esse costume de iniciar um povoamento por meio de um patrimônio religioso ocorreu também em Itaju. O território do atual município era parte da imensa fazenda Boa Vista dos Buenos. Em 1898, proprietários de outras terras fizeram a doação de quatro alqueires de área para

constituir um patrimônio; a capela foi construída em louvor a São Sebastião, hoje padroeiro da cidade. Apesar de não terem sido os Bueno a doarem o patrimônio, sua influência fez com que o povoado se chamasse Buenópolis até 1921, quando surgiu o Distrito de Paz de Itaju (IBGE, 2023). De acordo com Perides (1981), a criação de patrimônios religiosos atendia aos interesses do doador, que podiam ser vários. Ele argumenta que muitos tinham como objetivo reconhecer terras que já estavam ocupadas e outros viam na criação do patrimônio uma maneira de assegurar mão-de-obra para as fazendas. Em Itaju, teria prevalecido o objetivo de valorização das terras apossadas, com a venda de lotes no entorno do patrimônio sendo feita pelos proprietários. Como ele próprio aponta, esse processo não foi uma exclusividade do município de Itaju na região e tampouco significa que outros interesses não tenham sido atendidos nesse processo.

Em sua tese, Perides (1981) divide a formação dos povoados tomando como referência as fases da economia cafeeira na região. O primeiro período por ele estabelecido corresponde à chamada frente de expansão, que corresponde aos anos de 1830 a 1860. Dessa época datam a criação, já mencionada, de três patrimônios religiosos na região, Jaú, Dois Córregos e Bariri. Posteriormente à frente de expansão, o autor demarca as fases pré-pioneira – de 1860 a 1870 – e a frente pioneira – de 1870 a 1905. Grande parte das cidades por ele analisadas surgiu durante esse período pioneiro, também através de um patrimônio religioso, como foram os casos dos municípios de Bocaina, Barra Bonita, Itapuí, Itaju, Igarçu do Tietê, Boracéia e Mineiros do Tietê. Apesar de estar incluída nessa lista, Itaju tem a peculiaridade, junto de Boracéia e Igarçu do Tietê, de não ter se elevado à categoria da cidade ainda na fase cafeeira, que contém os anos entre 1905 e 1930 (Perides, 1981, p. 345).

Quadro das Quatro "Gerações" de Municípios da Sub-Região Administrativa de Jaú

<u>Geração</u>	<u>Município</u>	<u>Ano de Criação do Município</u>	<u>Fase</u>	<u>Município de onde se desmembrou</u>
Primeira	Brotas	1859		Rio Claro
Segunda	Jaú	1866	Frente de Exp.	Brotas
	D.Córregos	1877	Frente de Exp.	Brotas
Terceira	Bariri	1891	Pioneira	Jaú
	Bocaina	1891	Pioneira	Jaú
	B.Bonita	1912	Pioneira	Jaú
	Itapuí	1913	Pioneira	Jaú
	M.do Tietê	1898	Pioneira	Dois Córregos
Quarta	Itaju	1953	Pós-Cafeeira	Bariri
	Boracéia	1953	Pós-Cafeeira	Itapuí
	I.do Tietê	1953	Pós-Cafeeira	Barra Bonita

Imagem 2: Relação dos períodos de criação dos municípios da sub-região de Jaú. (Perides, 1981, p. 315).

Atualmente, a cidade segue sendo relativamente pequena, possui pouco mais de 3.600 habitantes, mas o número atual, representa um aumento de 11,46% em relação ao censo anterior, de 2010 (IBGE 2023). O que o autor aponta como elemento importante para pensar essa demora em relação à maioria dos municípios para estabelecer-se enquanto tal é a ausência de ferrovia na localidade durante o período analisado. Apesar de ressaltar que outros fatores deveriam ser levados em conta, a influência de uma ferrovia é bastante significativa e sua ausência é algo que chama a atenção nos três municípios retardatários no período analisado.

Origens das Cidades do Território de Jaú

Cidade	Origem	Data da criação	Data da Elevação à cidade	Ano da chegada da ferrovia
Jaú	Patr. Religioso	1853	1866	1887
Dois Córregos	" "	1856	1874	1886
Bariri	" "	1858	1891	1910
Mineiros do Tietê	" "	1874	1898	1887
Bocaina	" "	1880-90?	1891	1910
Barra Bonita	" "	1883	1912	1920
Itapuí	" "	1890	1913	1912
Boracéia	? ?	1895	1953	não há
Itaju	" "	1898	1953	não há
Igaraçu do Tietê	" "	1890	1953	não há

obs. 1 - não foi possível localizar a data de doação de Bocaina; em 1890 já era Distrito Policial.

2.- não conseguimos constatar se Boracéia foi um patrimônio religioso.

Imagem 3: Data de criação dos municípios e a presença de ferrovia (Perides, 1981, p. 212).

Como é possível notar, Igaraçu do Tietê, Boracéia e Itaju tiveram um processo de organização territorial em condições históricas posteriores à época cafeeira, algo a ser destacado. A comemoração da emancipação política da cidade, obtida por meio da Lei Estadual nº 2.456, aconteceu no dia 30 de dezembro de 1953 e deu os contornos atuais do município. Visto de cima, o limite esquerdo é desenhado pelo rio Tietê. Além dele, um de seus afluentes, o rio Jacaré Pepira, delimita as terras que pertencem a Itaju na parte superior direita. O município possui uma área total de 230,355 km² (IBGE, 2023), delas, apenas 1,39km² são de perímetro urbano². A pequenez que se nota estando na cidade é evidenciada pelo mapa, onde a porção urbanizada está bastante encoberta pelo próprio nome Itaju:

² A lei nº. 2.258, de 11 de dezembro de 2020 dispõe sobre perímetro urbano do município de Itaju: https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=MTQwNDA2. Acesso em 26/02/2024.



Imagem 4: As fronteiras do município de Itaju e a rodovia SP 304 o cortando ao meio. Fonte: GoogleMaps³.

Ainda segundo o Censo IBGE de 2023, 15.941 hectares da área do município estão ocupados por estabelecimentos agropecuários. Desse total, em 15.174 hectares os produtores são os proprietários das terras, e essa informação é interessante pois podemos situar o único meeiro com quem conversei, o Seu Luis, em uma minoria estatística do município. A maioria dos hectares, mais de doze mil, é dedicada à lavoura, enquanto que pouco mais de três mil hectares são destinados a pastagens. Ainda segundo o mesmo Censo de 2022, o efetivo do rebanho corresponde a 9.780 cabeças de gado distribuídas em 148 estabelecimentos. A título de comparação, o município possui cerca de 260 suínos distribuídos em 23 estabelecimentos, e 192 ovinos em 9 propriedades. Além disso, entre as produções agropecuárias, a de bovinos é que se mostra mais estável na série histórica disponibilizada pelo Instituto (IBGE 2023). Para além das estatísticas, a criação de gado mostrou-se bastante difundida entre as propriedades rurais pesquisadas em Itaju. Outro elemento a ser destacado é a produção de cana-de-açúcar, que vence com folga, em hectares, outros tipos de cultivo como o milho, o amendoim e mesmo a soja. Voltaremos a isso no primeiro capítulo, quando serão brevemente apresentadas algumas questões relativas à presença da usina de açúcar e etanol no município vizinho, Bariri. Informações

³ Marilândia, que aparece na imagem, pertence ao município de Arealva.

gerais, mas a respeito das propriedades rurais visitadas, também serão apresentadas posteriormente.

Feita esta apresentação geral da formação do município e da região e de alguns aspectos econômicos, o texto passa por algumas reflexões a respeito da pesquisa de campo, afetada de diferentes maneiras por conta da pandemia de COVID-19. Antes de seguir para o detalhamento de minha pesquisa de campo de fato, gostaria de comentar a respeito de algo que talvez não possua uma relação direta com os benzimentos, mas foi algo que me peguei pensando em alguns momentos durante a pesquisa. Às vezes, diante de mais um discurso que diminuía a gravidade ou negava a existência da COVID-19, eu me perguntava se, de algum modo, os benzimentos não poderiam contribuir com uma postura anti-ciência. Afinal, as benzeções, que estão no mundo há bastante tempo curando diferentes males, teriam uma vantagem significativa em relação ao vermífugo ou ao ozônio para serem eleitas como capazes de combater o novo vírus. Quando voltei a conversar com as pessoas, não me deparei com nenhum discurso que apontasse nessa direção. Mesmo se tratando de um número pequeno de pessoas entrevistadas, eu confesso que me surpreendi. Estar de máscara ou sugerir conversar na calçada não foi um problema e, em uma ocasião, eu fui tranquilizada com os dados sobre o avanço da vacinação. Depois, vendo notícias sobre a convivência de médicos e dos Conselhos de Medicina com medidas absurdamente nocivas e antiéticas, me dei conta que a negação da ciência estava vindo de outros lugares, supostamente científicos.

Bagunçadas as distinções entre quem é ou não moderno e a esfera da ciência, fiquei pensando em uma disciplina de Antropologia da Saúde que cursei com o professor Pedro Lolli na UFSCar. Não lembro muitas coisas, mas não esqueço da ideia que conheci através de um texto da antropóloga Dominique Gallois (1991) sobre “doença de branco”. Talvez a COVID fosse uma doença com origens muito diferentes da bicheira ou do quebranto, uma origem em outro mundo talvez. E, por conta disso, as benzeções não se meteram a tentar curá-la, e aqueles que benzem e são benzidos sabem que a solução para tal vírus precisaria vir mais ou menos do mesmo lugar que a nova doença. Eu ainda acho que existe um pouco disso: quando as pessoas em Itaju dizem que os benzimentos não funcionam tão bem quanto antigamente, eu imagino que construímos novas enfermidades cuja cura não compete às orações. Por outro lado, eu também tenho a impressão de que os benzimentos dão conta das mudanças de demandas que eventualmente vão surgindo e, ao mesmo tempo, convivem com outros métodos. Mesmo que existam recomendações para que não se misture tratamentos veterinários com as benzeduras, isso acaba

acontecendo, ainda que seja para problemas diferentes: benze-se para uma coisa e aplica-se vacina para outra, no mesmo animal. No final das contas, mal não faz. Em Itaju, não falamos tanto sobre a pandemia, que já estava finalmente sendo menos assustadora. Mas foi interessante procurar saber sobre uma prática não científica, os benzimentos, com pessoas que supostamente estariam mais distantes da ciência e que, no entanto, parecem colocá-la sempre ao lado de outros procedimentos em geral considerados não científicos.

Sobre a pesquisa de campo

A pesquisa de campo que subsidiou esta tese foi realizada nos meses de junho, julho e agosto de 2021, no município de Itaju. Em setembro do mesmo ano retornei para São Carlos para ter acesso a uma internet mais estável por conta de congressos, realizados de modo online durante a pandemia, e voltei ao campo por um período mais curto em setembro de 2022. Nas duas etapas de trabalho de campo, busquei entrevistar tanto benzedores e benzedoiras quanto pessoas que fazem uso ou não de benzimentos. A pesquisa de campo teve algumas peculiaridades, sendo a primeira delas a pandemia de modo geral. Em meados de 2021, o contexto já era de menos pavor, algumas vacinas já disponíveis e, eventualmente, era possível vislumbrar uma máscara ou outra. Mas se durante a pandemia todo e qualquer planejamento de pesquisa deixou de existir, depois dela muitas coisas pareceram inseguras e fora de lugar. Sugerir entrar na casa das pessoas, muitas delas idosas, era algo delicado e eu acabei conversando algumas vezes nas calçadas mesmo. Além disso, a pesquisa como um todo tomou outro significado diante de um acontecimento horrível de proporções mundiais, de modo que havia algo de delirante em simplesmente retomar o que quer que fosse. O cenário político que vivenciamos naquele período no Brasil tornou toda a experiência ainda mais inimaginável. No que diz respeito à pesquisa, ela foi duramente prejudicada por um sentido de urgência que demandava mais segurança financeira e profissional diante de um futuro bastante incerto. A fim de tentar dar conta disso, me dediquei à prova de um concurso e, como as coisas deram certo, a outro trabalho.

A sensação de que a pesquisa ainda precisava ser feita, embora não fosse virtualmente mais possível, se arrastou por um bom tempo e, durante a escrita, prevaleceu uma sensação envergonhada por ter encerrado a pesquisa de campo sem ter ido muito além dos contatos obtidos sobretudo a partir das conversas iniciais, muitas por conta do meu pai. Ainda que essa dimensão não tenha desaparecido, a alternativa encontrada ao

desejo de escamotear foi a de passar ainda mais para o papel. A seguir, apresento um mapa das principais relações que se desenrolaram em Itaju.

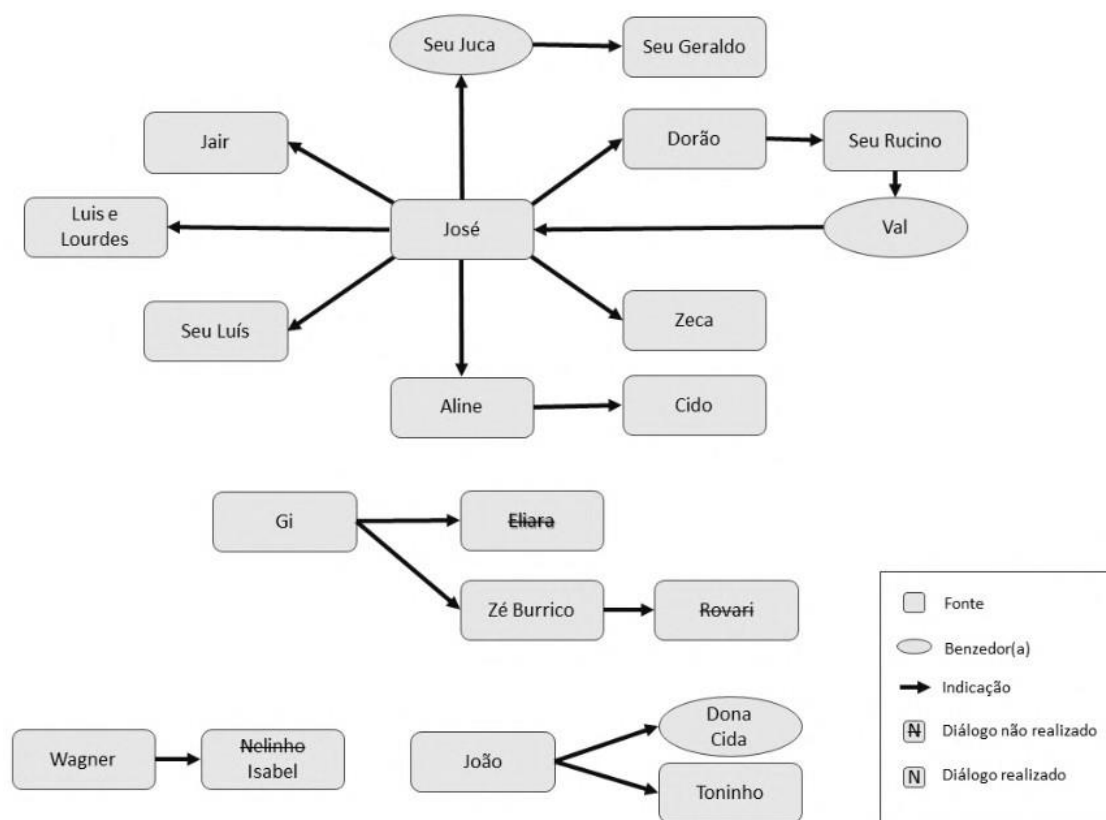


Imagem 5: Diagrama da pesquisa de campo

Boa parte dos contatos estabelecidos, como disse, teve o meu pai como ponto de partida, mas eu tenho o mérito de ter feito o inverso ocorrer uma vez: promover o encontro entre meu pai e o benzedor Val, que acabaram se conhecendo devido ao meu contato e trocaram algumas mudas de plantas e sementes. Os nomes riscados no diagrama acima são os das pessoas indicadas para que eu conversasse, mas o encontro infelizmente não se concretizou por alguma recusa dos envolvidos. Por outro lado, vários nomes acabaram levando a uma ou outras indicações importantes, como foram os casos de João e de Dorão. Vale mencionar, também, as diferenças das caixas de texto entre aqueles que são benzedores e os que não são. Embora Nelinho fosse um dos especialistas do sagrado, optei por deixá-lo com a marcação de um não-benzedor, pois a pessoa com quem conversei foi sua esposa, que não benze. Além disso, Rovari e Toninho, que aparecem em caixa de texto retangulares (ou seja, não estão indicados como benzedores), possuem

uma condição ambígua entre serem ou não benzedores, condição que será melhor analisada no decorrer do texto.

As pessoas que não possuem, no diagrama, uma ligação direta com o meu pai, não necessariamente têm uma condição similar em relação a mim. João, que aparece como um contato feito de maneira independente, não está de todo desvinculado de meu pai; eles se conhecem enquanto vizinhos já há bastante tempo. Ao mesmo tempo, e como consequência disso, eu e João já nos conhecíamos também, de modo que nossa conversa não foi previamente combinada ou minha pesquisa explicada pelo meu pai. Diferentemente de João, Gi e Wagner foram pessoas com quem conversei que não possuíam qualquer relação anterior comigo ou com meu pai. Com Gi, acabei conversando sobre minha pesquisa em um dia no mercado em Itaju, e Wagner foi o funcionário da Casa de Agricultura da cidade que me forneceu informações sobre a localização de um sítio em uma ocasião em que eu, andando a pé, estava um pouco perdida. Estar vinculado ao meu pai também não implicou, por outro lado, em uma intermediação em todas as vezes ou da mesma maneira. A primeira conversa com Jair, por exemplo, foi mais ou menos agendada pelo meu pai a meu pedido; ele confirmou com o vizinho, que não reside no sítio, os horários possíveis e disse que, eventualmente, eu apareceria para saber sobre os benzimentos. Com Seu Luis não houve um combinado anterior, mas, quando cheguei lá, ele sabia da existência da minha pesquisa no município, porque meu pai já havia comentado sobre o ‘trabalho da filha’.

Algumas desconfianças iniciais sobre a minha pesquisa foram, aparentemente, resolvidas pelo meu pai. Outras, com algum conhecimento meu sobre o lugar. Na primeira vez em que visitei Luis e Lurdes, meu pai havia telefonado para combinar a visita ao ‘vizinho’⁴ adoecido, comentou que eu iria junto por conta de uma pesquisa, e fomos. Logo na entrada, acabamos nos separando, porque a Lurdes me avisou que o marido estava dentro de casa, dando a entender que era para eu ir lá falar com ele; ela, meu pai e o Ricardo acabaram trocando algumas palavras sobre o clima e arrendamento de amendoim em parte do seu sítio. Na cozinha, que eu acessei pela porta dos fundos, Luis me ofereceu um pão caseiro que Lurdes tinha feito e perguntou da minha pesquisa, que ele já estava sabendo que existia, mas não sabia exatamente sobre o que era. A minha explicação não serviu para muita coisa, acredito eu, porque ele apenas confirmou que estava entendendo,

⁴ Não é vizinho ‘de cerca’, mas é vizinho. Vizinho parece ser quem mora perto e é minimamente conhecido – pelo nome e por outros conhecidos em comum. Se não se sabe quem a pessoa é, ela ‘tem um sítio aqui perto’ ou ‘mora ali em tal lugar’.

mas não engatou uma conversa. Quando a esposa e meu pai entraram, eles se cumprimentaram e ele perguntou ao meu pai sobre a minha pesquisa, em tom amigável, elogiando a filha que estuda, mas ainda assim solicitando novas informações. E a explicação do meu pai foi outra e, de certo modo, mais precisa do que a minha: ‘lembra quando a gente era criança e levava o santo no rio?’ A partir daí, a conversa foi sobre muitas coisas que eram ou ainda são feitas, como molhar o pé do santo, colocar fitinha vermelha no bebê contra quebranto e, também, benzer animais.

Luis não benze animais, mas, mesmo sem benzer, achou melhor esperar alguém que tivesse alguns pré-requisitos para falar sobre aquilo, como já ter tomado medidas mais drásticas com os santos para eles fazerem chover, algo que eu nunca fiz. Depois, acabamos conversando melhor, eu e ele, sobre a pesquisa e os sítios que poderia visitar, mas no início fez diferença ter alguém que abordasse a questão a partir de experiências próprias. Além de algumas facilidades para puxar conversa em campo, eu tinha acesso privilegiado a certas fofocas que surgiam em decorrência da pesquisa. Foi depois de algum tempo que eu soube que Seu Luis talvez mate as cobras venenosas enquanto diz que elas são poupadas. E meu pai fez questão de me passar os nomes das pessoas que ele sabe que “roubam” cana-de-açúcar da terra alheia e, por outro lado, as que não pegam ‘de jeito nenhum, nem se o gado estiver morrendo de fome’.

Como mencionado, às vezes a desconfiança pode ser minimizada com algum conhecimento sobre o lugar. Quando conversei com Isabel, esposa de um benzedor, fui por indicação de uma outra pessoa entrevistada que não avisou que eu iria ou informou qualquer outra coisa. Isabel estava bastante desconfiada e muito incomodada com o fato de não poder determinar quem eu era. Isso foi atenuado por eu saber informar alguns pontos de referência importantes e, já interagindo com ela, saber dizer quais lugares tinham mudado, quais ruas tinham sido abertas, e por aí vai. Eu era minimamente dali. A geografia não deu conta de tudo, pois eu conversei com Isabel, mas não consegui falar com seu marido, Nelinho. Uma outra recusa de conversa foi mais significativa do que a de Isabel, porque a pessoa sequer chegou a conversar comigo, apesar de ela ter sido indicada. O contato de Eliara me foi passado no mercado pela Gi. Eu tinha bastante interesse em conversar com ela, porque a informação que eu tinha era a de que ela e a família possuem uma indústria de laticínios no município e que as vacas recebiam benzimentos. Mas não deu certo.

Esses desencontros propositais me intrigavam, pois eles aconteciam no mesmo contexto em que eu ouvia que ‘todo mundo benze’. Na verdade, o momento de passar

nomes e contatos costumava ser mais difícil, como se as pessoas que mandam benzer fossem, na verdade, poucas. Em uma ocasião que o contato de fato existia, ele não me foi informado. Seu Zé Burrico contou bastante sobre o Rovari, que sabe benzer mas não atua enquanto benzedor, mas quando eu pedi que o número de Rovari me fosse informado, Seu Zé Burrico argumentou que era melhor eu passar o meu número para ele para que ele dissesse ao Rovari para entrar em contato comigo. Achei o caminho muito longo e de fato foi tão longo que nunca se concretizou. Eu e Rovari nunca conversamos.

Por motivos aparentemente bastante distintos, Isabel e Seu Zé Burrico se colocaram entre mim e dois possíveis interlocutores que sabiam benzer. Isabel quis evitar que o marido conversasse com alguém que poderia questionar o trabalho dele como benzedor. Seu Zé Burrico talvez tenha ficado desconfortável com a possibilidade de eu abordar o Rovari dizendo que foi por indicação, e este responsabilizar o conhecido por uma conversa para a qual ele não estava preparado. Por outro lado, no fundo, tudo parece ser pela mesma razão: não querer causar o encontro com uma pessoa mais ou menos desconhecida, o que é, na verdade, bastante compreensível.

Mas a pesquisa de campo aconteceu, afinal. Ela consistiu, na maioria das vezes, em entrevistas semiestruturadas; nas vezes restantes, as pessoas falavam com bastante facilidade a partir da minha explicação sobre a pesquisa, ou depois da primeira pergunta, e as questões⁵ restantes acabavam por ser respondidas. Isso é um outro aspecto a ser dito: se por um lado havia alguns entraves, de outro as conversas que eu consegui com que acontecessem foram bastante tranquilas. Por conta da pandemia, acabei optando por ficar no sítio que meu pai possui em Itaju para a realização do trabalho de campo; ele não acredita nos benzimentos atuais, embora já tenha acreditado e visto muitos benzimentos. As conversas sobre os benzimentos e outros aspectos do trabalho e das relações com vizinhos eram bastantes discutidas ali, o que ficará evidente ao longo do texto.

Em Itaju, criam-se principalmente bovinos. Por conta disso, a maioria das pessoas pode dizer alguma coisa sobre o trabalho com o gado ou mesmo sobre o seu benzimento. O porco também é um animal bastante conhecido, no sentido de saber como se cria e que tipo de trabalho ele dá, como por exemplo ‘ter que manter fechado’ em chiqueiros, sob pena de que seus focinhos poderosos cavouquem o roçado alheio e suas bocas vorazes comam o restante. Apesar de seu potencial destruidor, os leitõezinhos podem ser comidos por cobras e os porcos, de maneira geral, podem morrer devido a picadas de cobras

⁵ As questões formuladas nas entrevistas estão reproduzidas no Anexo I deste texto.

venenosas. As galinhas não são raras, mas pessoas que criam e que não criam galinhas destacaram o quanto pode ser difícil mantê-las em segurança. Contra cobras, é preciso garantir que o galinheiro seja bem fechado⁶, mas, durante o dia, as galinhas ciscam o tempo inteiro e os pintinhos podem ser vítimas de gaviões. Lagartos, às vezes chamados de teiús, também representam uma ameaça significativa para os filhotes de penas. Em Itaju, me deparei com o benzimento contra cobras para assegurar a sobrevivência dos porcos, das galinhas e também dos bovinos. Não encontrei qualquer menção a benzimentos para livrar os sítios da presença dos teiús.

As galinhas e os porcos ajudam a chamar a atenção para um aspecto importante desta pesquisa, que é o fato de que acabei conversando com mais homens do que mulheres, ainda que a benzedeira Dona Cida e a veterinária Aline tenham sido fundamentais para o desenrolar da pesquisa e do texto. O trato das galinhas e dos porcos, animais menores do que o gado, é normalmente responsabilidade das mulheres, com quem eu não conversei tanto assim. Entre os camponeses sergipanos, “mulheres nunca lidam com o gado” (Woortmann, 1997, p.40). A respeito do município paulista de Joanópolis, Carlos Rodrigues Brandão (1999) argumenta que praticamente todo o trabalho com o gado, que envolve estar nos pastos, é tarefa dos homens. Castração, vacinação, descorna e o próprio benzimento estão incluídos na lista de tarefas masculinas também em Itaju. O autor ainda resume que as mulheres “convivem mais com as aves do galinheiro do que com os porcos e mais com eles do que com o gado”, ainda que os trabalhos se complementem (Brandão, 1999, p. 47).



Imagem 6: Porcos “cachaço” no chiqueiro de João. Acervo: Míriam Stefanuto.

⁶ Em uma ocasião mencionaram que uma raposa poderia estar pegando as galinhas de um conhecido. Mas não houve comprovação.

A respeito dos porcos, eles são animais “menores” por um período curto de tempo, enquanto são leitõezinhos. Seu Luís criava um tipo de porco que não crescia tanto, segundo ele próprio. Mas, de modo geral, os porcos crescem bastante e se tornam seres bem graúdos chamados de ‘cachaça’ ou ‘cachaço’. Nesse ponto, tornam-se perigosos até para os homens, que aparecem como os principais responsáveis pelos cuidados e correm o risco de serem derrubados e atacados pelos animais. Na propriedade de João e Silvia, João é responsável pelo trato diário mesmo dos animais menores, tarefas que pude acompanhar em uma ocasião. A horta, exibida a seguir, também foi me apresentada por ele como sendo algo de sua responsabilidade.



Imagem 7: pés de couve na horta de João. Acervo: Míriam Stefanuto.

Essas separações do trabalho nos sítios certamente não significam que Silvia não transite pela propriedade e não possa desempenhar algumas das tarefas: quando alguma vaca está com bezerrinho e dá bastante leite, é ela quem providencia a matéria prima para fazer o queijo. Contudo, é certo que muitos elementos me escaparam devido às conversas terem acontecido sobretudo com homens. Por outro lado, o fato de isso ter ocorrido parece mais um recorte do que uma perda para minha análise dos benzimentos. Quando conversei com Maria, esposa do Seu Luis, e mencionei as benzeções⁷ de animais, ela me confirmou que elas eram feitas, mas disse que isso era ‘com ele’. A respeito das pessoas que recebem em sua casa procurando benzimentos, Dona Cida também me informou que,

⁷ Benzimento, benzedura e benzeção são palavras utilizadas como sinônimos.

de modo geral, aqueles que demandam a cura de animais de criação são homens, mas que, claro, não é uma regra.

Para além dessas questões de funcionamento dos sítios, é importante trazer os dados sobre a idade e o gênero dos produtores de Itaju. Segundo o IBGE (2022), entre os 205 estabelecimentos agropecuários⁸, 180 tem como proprietário um produtor do sexo masculino. Além disso, 54% do número total de estabelecimentos possuem produtores com idades entre 65 e 75 anos; esse primeiro lugar é seguido bastante de perto pelos 53 estabelecimentos com produtores entre 55 e 65 anos. O último valor mais expressivo, 46, diz respeito aos que possuem entre 45 a 55 anos; depois disso, os números caem consideravelmente. Mas se os números possivelmente não dão conta das minúcias que caracterizam as divisões de tarefas nas propriedades rurais, por outro lado, pelo menos no que concerne aos benzimentos e aos sítios analisados, esse panorama mais amplo de homens mais velhos sendo os principais responsáveis pela produção se verifica.

O benzimento de animais é apresentado por aqueles que dele se utilizam, normalmente os homens, como algo que influencia diretamente no trabalho com a criação, facilitando-o. Sem entrar em atrito com outras práticas de manejo e cuidado – como a vacinação e a aplicação de medicamentos veterinários, por exemplo –, as benzeções encurtam o caminho da solução de certos problemas com os animais, principalmente o aparecimento de bicheiras em machucados e a presença de cobras na propriedade. O objetivo desta pesquisa foi o de investigar o modo como essa prática está inserida no trabalho com os animais nas propriedades rurais de Itaju, relacionando-a a outros procedimentos (de outras naturezas) realizados, bem como o de analisar a maneira como ela própria é executada.

Um benzimento é composto por gestos e palavras com os quais certas pessoas controlam as forças que desequilibram as vidas humanas e outras-que-humanas (Gomes; Pereira, 2004). Dando mais detalhes, Moura (2011) define o benzimento como uma ação benéfica que um indivíduo pode transmitir a outro, inclusive, neste caso, um animal. A ação opõe-se ao ato de querer mal, ou seja, amaldiçoar, e tem como princípio básico a ideia de curar um mal principalmente por meio da palavra, mas não só. Como se verá ao longo do texto, espera-se que essa motivação se mantenha nas ações dos benzedores ao

⁸ Sobre essa categoria, o IBGE argumenta que, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

longo de sua vida; ela é verificável sobretudo através da gratuidade desses serviços. Dores persistentes, mal jeito (uma torção ou contratura muscular, por exemplo), objetos perdidos, ameaça de cobra... são variados os problemas que levam algumas pessoas a buscarem a ajuda de uma benzeadeira ou benzedor. A respeito do benzimento de animais que estão doentes, logo no início soube que ele pode ser realizado à distância. Seu Juca me contou que aquilo que o dono precisava informar, por telefone mesmo, era a cor da pelagem do animal e, se possível, em qual lugar do corpo estava localizado o problema. Para além dessa praticidade, benze-se muito contra as cobras nas propriedades, mas aí, acredito eu, é sempre no local em que elas aparecem.

Para falar dessa prática, buscou-se, sobretudo, respaldo na bibliografia específica sobre benzimentos, normalmente aquela que trata do catolicismo popular e do folclore, mas buscando inseri-la entre o trabalho com os animais de criação nos sítios de Itaju. O objetivo do trabalho foi o de compreender as benzeções tanto a partir de seu caráter inegavelmente religioso quanto de suas participações, sempre destacadas, no trabalho rural, como uma técnica aplicada ao sucesso da criação. Assim, tratou-se de investigar como o benzimento pode ser posicionado como uma das ferramentas que é parte da tarefa de (bem) criar animais, e não apenas como um recurso mágico-religioso que apenas (supostamente) complementaria os procedimentos técnicos ou materiais julgados pertinentes à lida pecuária.

Não obstante, para além da resolução pontual de problemas, os benzimentos promovem e reafirmam uma organização do mundo que é orientada por preceitos religiosos, segundo os quais cada criatura tem seu lugar na criação divina. O catolicismo ainda está presente no fato de que, embora sejam as benzeadeiras e benzedores aqueles que realizam as orações e gestos, a eficácia dos procedimentos é dependente da fé daqueles que pediram por sua execução. Uma fé em Deus, em quem benze, e nas orações. Trata-se, segundo esta pesquisa, de uma técnica que é compartilhada por criadores e benzedores e benzeadeiras, que criam animais em conjunto a partir da partilha de uma determinada fé.

O texto

Esta tese está composta por cinco capítulos que buscam, a partir de diferentes perspectivas, analisar os benzimentos enquanto uma técnica utilizada na criação dos animais em propriedades rurais. Pensá-los enquanto técnica passa por localizar o contexto em que eles acontecem e a partir de quais sujeitos. Nos sítios itajuenses, conforme se verá, eles são executados por benzedores e benzeadeiras, mas exigem também o

envolvimento daquele que demandou o serviço. É necessário, ainda, conhecer o modo como as benzeções operam; para além das palavras e dos gestos, são uma ferramenta que considera uma esfera divina atuando sobre a terrena e distinções específicas entre os seres que se dedica à curar ou a combater. As seções se voltam, assim, para realizar a montagem dos benzimentos enquanto uma técnica, evidenciando seu funcionamento específico e sua atuação facilitadora em propriedades rurais de Itaju.

A apresentação do município de Itaju, feita de maneira mais geral na introdução, tem continuidade no início do primeiro capítulo. Ali o enfoque recai sobre as propriedades rurais analisadas, que são apresentadas em relação aos seus responsáveis, sejam eles os donos ou meeiros, e também ao uso feito delas ou nelas. A caracterização tem como objetivo mostrar o contexto, bastante plural, em que os benzimentos ocorrem, que são os sítios em Itaju. Isso passa pela discussão do próprio termo ‘sítio’, que já foi objeto de análise de importantes pesquisas na Antropologia e que compõe a compreensão dos estudos, folclóricos e antropológicos, sobre o mundo rural. A respeito disso, o que merece destaque é a prática do arrendamento, que parece ser bastante comum na região estudada, e a criação de gado, bastante difundida, como vimos.

Na história da investigação científica sobre o tema, inicialmente os benzimentos foram analisados pelos chamados estudos folclóricos de maneira mais pontual, como componentes de uma cultura rústica mais ou menos isolada em sua condição sobretudo rural. Posteriormente, os trabalhos foram se dedicando mais profundamente a esta prática, a partir de outras ferramentas analíticas e posicionamentos teóricos e metodológicos. Esses e outros aspectos relacionados ao Folclore e sua relação com as Ciências Sociais e aos benzimentos são analisados na primeira parte do primeiro capítulo. Na sequência, são recuperadas discussões, clássicas ou não, que situam os benzimentos em uma categoria ao mesmo tempo mágica e religiosa. Em Itaju, o benzimento é colocado na esfera religiosa todas as vezes, mas isso é feito com uma distinção entre mágica e magia. Por conta disso, o capítulo propõe uma distinção entre esses dois termos. A separação contribui para a compreensão do benzimento para as pessoas de Itaju. De um lado, o benzimento se distingue da mágica, que é considerada uma prática enganosa, um truque, destinada apenas ao entretenimento; de outro, afasta-se da magia, compreendida como uma tentativa ilegítima, por não ser divina, de domínio sobre o mundo, além de ser pensada como maléfica. Diferentemente de ambos, o benzimento é eficaz e benéfico.

O segundo capítulo aborda questões históricas do catolicismo de modo mais geral e reflete sobre uso do adjetivo “popular” para se referir à religiosidade que conteria os

benzimentos. O que parece acontecer em Itaju é que mesmo o catolicismo alheio à esfera oficial não necessariamente partilha da crença nos benzimentos, de modo que falar em diferentes tipos de catolicismos foi uma saída encontrada por esta pesquisa. De todo modo, a religiosidade influencia de maneira importante o entendimento que se tem dos animais criados nas propriedades e do direito humano de acesso à natureza e aos demais seres. Esses aspectos são analisados a partir de algumas considerações sobre ecologia do ponto de vista do catolicismo, e a partir da discussão sobre os termos ‘criação’ e ‘dom’. Nesse momento, a criação é explicada segundo uma primeira definição, que é, resumidamente, o fato de os seres e o mundo de modo geral serem obra da criação divina. Arelada a ela, está a concepção das coisas que são um dom de Deus para os humanos fazerem bom uso, como os assim chamados recursos naturais e os próprios animais. Uma segunda concepção do dom analisada é a do benzimento. Esse dom também é fornecido por Deus, mas para que a pessoa exerça a capacidade de benzer em favor do bem comum e com algumas condições. Esse ofício envolve algumas tensões e traquejos entre quem benze e quem solicita os benzimentos, pois os benzedores ocupam uma posição mais próxima do sagrado sobre a qual é preciso exercer um tipo de vigilância.

As trajetórias desses intermediários do sagrado, analisadas no terceiro capítulo, mostram benzedores que dão continuidade ao ofício que já era anteriormente executado por um familiar. Além da transmissão do dom, então, há um certo aprendizado que acontece a partir do convívio com o benzedor mais antigo, o que acarreta, também, que o reconhecimento que aquela pessoa tinha precisa ser sustentado por quem a sucede. Essas pequenas tensões que envolvem os benzimentos são pensadas como uma explicação possível para a dificuldade, encontrada em campo, para obter indicações de pessoas que fazem uso dos benzimentos e para obter detalhes desses procedimentos junto aos benzedores. Levando isso em conta, a análise do funcionamento das orações acontece sobretudo a partir da bibliografia, feita também no terceiro capítulo. O objetivo é o de levantar explicações para o modo como o benzimento, cuja força a partir das palavras é sempre destacada, opera.

As orações utilizadas nos benzimentos são analisadas ainda no capítulo seguinte. A diferença é que, ao invés de um olhar para como a ação ocorre por meio da palavra, as orações estão agrupadas a partir dos problemas que elas servem para resolver. Mais do que elencar esses usos, a ideia é mostrar como as orações expressam uma divisão importante entre os animais, protegidos através das rezas, e os bichos, afastados por meio delas. Essa distinção se soma à anterior, entre aqueles que são criação no sentido divino

do termo, e os seres que são também criação das pessoas. Em relação a separação entre bichos e animais, os cachorros ocupam uma posição ambígua, evidenciada a partir de um período em que o bairro da Boa Vista ficou ‘infestado’ deles. As cobras, embora sejam sempre combatidas a pauladas ou por meio dos benzimentos, também têm uma condição intermediária entre aquilo que deve ser eliminado e aquilo que merece ser preservado. Por fim, aqueles que certamente são sempre indesejáveis, e cuja eliminação não causa maiores constrangimentos, são os bichos das bicheiras. Nas orações, a oposição entre eles e os animais é bastante evidente e, em Itaju, as pessoas livram suas criações das bicheiras, como será visto, tanto por métodos veterinários quanto por meio de benzimentos.

No quinto capítulo, objetivou-se então apresentar a relação dos benzimentos com a medicina veterinária e exemplificar alguns dos trabalhos que precisam ser feitos em uma propriedade rural e que os benzimentos podem reduzir ou auxiliar. A colocação dos benzimentos ao lado da medicina veterinária ajuda a situá-los enquanto técnica de criação; além disso, apresenta um caráter de articulação dessa prática com outras que normalmente são consideradas em oposição a ela. Nesse sentido, parece haver menos uma perda de autoridade, por assim dizer, dos benzedores, que têm seu ofício disposto ao lado da medicina veterinária, e mais uma organização de diferentes medidas de cuidado por iniciativa dos criadores. Isso, na verdade, não é uma novidade para as benzeções, que significam uma redução e uma facilitação das tarefas imperativas nas propriedades rurais, às quais elas estão associadas. Dando continuidade às discussões dos capítulos anteriores, são apresentados alguns dos afazeres inevitáveis, e cansativos que precisam ser feitos nos sítios e que, indiretamente, os benzimentos aliviam.

O mesmo capítulo, contudo, alerta para os limites que a terra enquanto dom a ser devidamente aproveitado impõe para certos usos considerados inadequados. Nesse sentido, não se pode facilitar a vida nos sítios a ponto de se realizar outras atividades que não fazem a terra se realizar e ser produtiva. A última parte recupera aspectos fundamentais do benzimento – transmissão do dom, motivações, cuidados dos criadores, para citar alguns exemplos – a fim de reforçar o seu caráter de uma técnica empregada no trato dos animais de criação que se desenrola de uma maneira específica. Por fim, o texto apresenta os trabalhos que as benzeções evitam de maneira direta, ao oferecerem uma alternativa mais prática para essas tarefas. A intenção, com isso, é a de colocar as benzeções enquanto um procedimento atuante nos sítios em Itaju e diretamente relacionado ao trabalho na criação de animais e no funcionamento das propriedades rurais do município.

CAPÍTULO I - ALGUNS ITAJUENSES E SEUS SÍTIOS

Na introdução, acima, foram trazidos alguns aspectos históricos da formação da cidade de Itaju enquanto tal, principalmente em relação a outros municípios da região. Dando sequência a isso, o primeiro capítulo busca promover um olhar um pouco mais aproximado dos locais pesquisados, a começar pela divisão das regiões rurais que compõem o território do município, mais ou menos ordenadas a partir da localização das capelas no espaço. Ainda na primeira parte, o capítulo aborda aspectos mais ou menos comuns às regiões e às propriedades, como os modos de criação de certos animais e a questão dos arrendamentos das terras, que podem expressar dilemas das famílias em relação à continuidade do trabalho na terra. Na segunda parte, o capítulo realiza uma breve apresentação dos interlocutores dessa pesquisa a partir de suas propriedades e do uso que fazem delas. O que fica evidente é que os sítios podem diferir significativamente em termos de extensão e tipo de produção e, ainda assim, o mesmo termo é utilizado para se referir a eles. Algumas considerações são feitas a partir do diálogo com a literatura, que envolve, também, pensar sobre algumas questões associadas ao termo “propriedade” em relação ao “sítio”. Sítios ou propriedades, os benzimentos dialogam com a bibliografia, que aponta para o mato como algo externo ao território em que se trabalha, na medida em que sempre manda as cobras embora para lá.

A terceira e última parte deste capítulo retoma o início da trajetória dos benzimentos enquanto objeto de análise de pesquisas. De modo geral, os estudos de folclore trazem os incômodos causados pelas benzeções tanto na esfera religiosa quanto na médica ou científica, o que já indica a difícil classificação dessa prática enquanto uma possível variação popular da medicina ou da religião oficiais. Esse aspecto não desaparece com a inserção dos benzimentos nas pesquisas das Ciências Sociais, visto que algumas delas trazem fortemente a questão das benzeduras como forma de resistência a uma medicina e uma religiosidade dominantes. Ainda a respeito das classificações, as pessoas de Itaju trazem uma distinção entre aquilo que é mágico e o que se configura como magia, distinção que compõe a compreensão do que é benzimento naquele contexto. O primeiro capítulo traz, portanto, uma breve caracterização do município e de algumas de suas propriedades, bem como aspectos mais gerais da produtividade das terras e dos usos que se faz dela. Nos capítulos seguintes, os benzimentos e as demandas de trabalho nos sítios serão melhor detalhados.

Um pouco sobre as regiões de Itaju e sobre os animais

Durante minhas conversas, duas regiões do município eram mais mencionadas: a Boa Vista, que compreende a Boa Vista de cima e a Boa Vista de baixo, e a Barra Mansa, que refere-se a uma extensa área ‘pra lá’ da rodovia em relação à cidade. A Barra Mansa divide o lado de lá da rodovia com a Irara Preta, mas o bairro apareceu poucas vezes nas falas dos meus interlocutores. Além dessas regiões, em algumas ocasiões foi mencionado o bairro Ruibarbo e, em outra, o bairro Poção, que é menor do que os demais e está localizado nas margens do Tietê.

Com exceção do Poção, as demais localidades possuem capelas e salões de festa próprios. A capela do Ruibarbo é dedicada à Nossa Senhora Aparecida; a da Barra Mansa a São José; e a da Irara Preta a Santo Antônio. Vale lembrar que o padroeiro da cidade é São Sebastião. Na prática, a região da Boa Vista também possui sua capela e salão de festas, que são dedicados à Santa Rita de Cássia. Contudo, eles estão localizados no município de Bariri, ainda que muito próximos da fronteira com Itaju, como se verá na próxima imagem. A festa da Boa Vista me pareceu ser mais conhecida, pois alguns interlocutores destacaram que ela atrai tanto moradores de Itaju quanto de Bariri. Isso pode ser decorrente da festa em si e da localização da igreja. O bairro Poção não possui capela, mas disseram que existem as ruínas de uma antiga igreja que teria sido dedicada à São Pedro; ela também contava com seu próprio salão de festas e, próximo a eles, havia uma escola rural. Além da ausência desses elementos, o bairro Poção também difere em tamanho e densidade populacional em relação aos demais mencionados: junto ao Tietê, os terrenos parecem ter sido fracionados de modo que mais pessoas pudessem ter suas propriedades acessando o rio diretamente.

A imagem a seguir apresenta a localização das capelas do município, que acabam por delimitar as regiões e bairros mencionados. O entorno da capela de São José dá uma ideia do que são os ‘lados da Barra Mansa’: sem outras capelas e bairros por perto, apresenta-se como uma região mais extensa do que as demais. A capela de Santa Rita por pouco não ficou contida pelas fronteiras itajuenses; apesar de estar no lado de Bariri, fala-se dela e dos sítios da região como coisas que estão ‘aqui na Boa Vista’. O bairro Poção foi demarcado imaginando-se que outros bairros menores, que não aparecem nas falas das pessoas como regiões – tal qual a ‘região da Boa Vista’ ou ‘da Barra Mansa’ – certamente devem existir. Mapear o território nesse sentido não foi, contudo, uma preocupação da pesquisa.

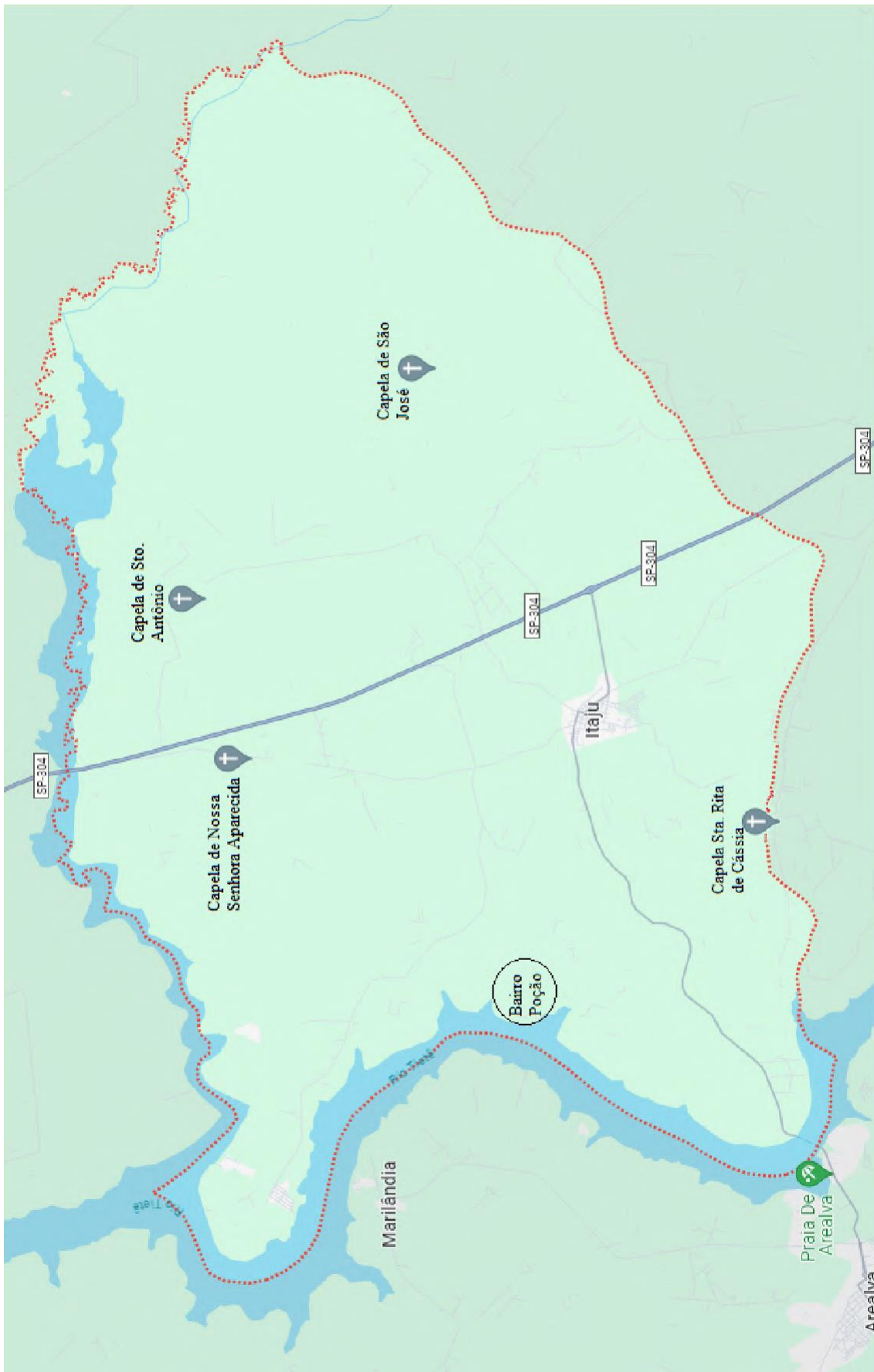


Imagem 8: As fronteiras e as capelas do município de Itaju. Fonte: GoogleMaps (editado pela autora).

A parte mais à esquerda da rodovia (a SP-304) e mais próxima da cidade é conhecida como Boa Vista, e é nessa região que está localizada a maior parte das propriedades dos meus interlocutores. O nome remete à fazenda que existia naquele local antes de a cidade começar a despontar, antiga propriedade de uma família de sobrenome Bueno, a fazenda se chamava Boa Vista dos Bueno (IBGE, 2023). A região à esquerda da rodovia e ao norte/nordeste da cidade é conhecida como Ruibarbo, e ali um de meus interlocutores possui uma propriedade, apesar de não morar nela. À direita da rodovia, rumo oeste, temos a região da Barra Mansa, e uma das pessoas com quem conversei também tem propriedade na região sem morar nela.

Talvez devido à distância da cidade, as regiões da Barra Mansa e da Irara Preta possuem um aspecto mais antigo. Na ocasião em que andei pelas estradas de terra foi possível enxergar casas bastante simples e com outras estruturas de quando as propriedades rurais serviam a outros fins, como paióis feitos de madeira e alguns poucos terreiros de café, coisas que não se vê com tanta facilidade atualmente. A maioria das estruturas que visualizei já estava sem uso, com plantas tomando conta do espaço e as madeiras carcomidas pelo tempo. Algumas casas evidentemente tinham pessoas morando nelas, sobre outras não era possível dizer. Na região da Boa Vista, por outro lado, existem mais casas que são notadamente mais novas, ainda que existam igualmente construções mais antigas.

Na Boa Vista, ouvi muitas conversas sobre chuvas que não vinham. Mesmo na cidade, era uma conversa frequente e com um argumento que às vezes se repetia: a água desvia para a Barra Mansa. Quando a conversa era de fato comigo, desenhos eram feitos com o dedo apontando para o céu para me explicar de que lado se forma a maioria dos tempos de chuva e que rota as nuvens acabavam inevitavelmente tomando para desaguar ‘lá na Barra Mansa’. Seu Geraldo, que tem sítio na região acusada de sequestrar nuvens, achou graça na argumentação. E tristeza também: ‘não está chovendo muito em lugar nenhum’.

Ainda na Boa Vista, a maior parte das propriedades que conheci tem acesso a água a partir de um pequeno rio, aparentemente sem nome, que deságua no Tietê⁹. De modo geral, as margens não são exatamente protegidas, com as lavouras sendo levadas até bem próximas do rio e as pastagens do gado não sendo separadas do curso d’água por cercas.

⁹ A exceção era o sítio de Dorão: localizado em terreno mais alto, precisou de um poço artesiano para fazer a água chegar até a propriedade.

A intenção é justamente que o gado tenha onde beber. Em alguns pontos, isso não é muito possível, porque o terreno se torna bastante acidentado, só que, mesmo assim, às vezes ele se torna caminho para que animais aventureiros passem de um sítio para outro. Em dois dos sítios, lagoas foram cavadas há um bom tempo acima do curso do rio e servem de bebedouro para os animais. É o caso da propriedade de Seu Geraldo na Barra Mansa. Bois e vacas, contudo, são animais pesados e de passos repetitivos: os caminhos até a água ficam bastante marcados no pasto, muitas vezes de maneira bastante profunda, o que não raro causa uma compactação do solo ou uma erosão significativa nos locais. Como me disseram uma vez em Itaju sobre os caminhos: ‘boi é uma máquina de cavar buraco’ – um construtor de paisagens¹⁰.

Na propriedade de José, bombas d’água retiram água de uma lagoa e levam para pontos diferentes da propriedade, tanto para que seja possível separar os animais em pastos diferentes e fazer um rodízio dos terrenos, quanto para que eles não se desloquem sempre para o mesmo ponto de água, desgastando o terreno. O mesmo sítio conta com um poço caseiro, que já estava lá há muito tempo quando a propriedade foi comprada. José conta que, depois de uma seca ‘feia’ de alguns anos atrás, ele teve que baixar a bomba, ou seja, dar-lhe mais corda para que ela pudesse alcançar o nível da água, cada vez mais profundo. Entendendo que era uma medida provisória, resolveu investir em algo que lhe pareceu duradouro: cercou uma área em que já havia algumas árvores e tem trabalhado na sua transformação em um ‘bosque’. A intenção é que a área, vários metros para cima do poço, funcione como um local de recarga para o mesmo.

Mas a água também pode virar motivo de atrito. O vizinho de cerca de Zeca adquiriu o terreno recentemente. Antes disso, por acordo com o dono anterior, o sítio já era abastecido pela água que sai da lagoa de Zeca em direção ao rio. Antes de chegar no final de sua rota, a água enchia uma caixa d’água no limite da propriedade do vizinho. Com a mudança do novo proprietário, descobriu-se que ele desfez o caminho de água que já existia, um córrego, e o canalizou com o cano desde a saída da lagoa. Como toda a reforma foi feita sem Zeca ser consultado, esse é um assunto que gera algum incômodo. Há, ainda, um agravante. O vizinho aterrou uma pequena lagoa que existia na propriedade

¹⁰ Em um artigo, Matheus Henrique Pereira da Silva (2023) analisa as paisagens na Ilha de Marajó (PA-BR) a partir dos efeitos das relações entre seres humanos com o gado *vacum* e cavalar, cuja introdução na ilha data do século XVII e passou a modificar a paisagem marajoara. Atingindo número elevado, os rebanhos passaram a “asselvajar-se” e tanto atualizaram a distinção entre a mata e as fazendas quanto passaram a degradar as pastagens, que não sustentavam número tão expressivo de animais.

a fim de ganhar alguns metros de pastagem para os animais. João e José, com quem também cheguei a conversar sobre isso, partilham da opinião de Zeca de que valia muito mais a pena ficar com a água, pois o ganho de terra firme foi ínfimo. O desconforto com tudo isso, contudo, fica guardado, porque brigar com os vizinhos, de quem frequentemente se precisa de apoio, ‘dá muita mão de obra’.

Diferentemente da chuva, o que parece ser bastante comum, tanto na Boa Vista quanto na Barra Mansa, é o arrendamento de partes das propriedades rurais para terceiros, às vezes da propriedade inteira. Terrenos mais ‘limpos’, ou seja, sem árvores, são mais atrativos para os arrendatários, bem como aqueles que não são tão inclinados ou acidentados, o que facilita o trabalho das máquinas agrícolas. Em um artigo, pesquisadores do Desenvolvimento Rural analisam a questão do envelhecimento rural em três municípios das regiões Central e Noroeste do Rio Grande do Sul, Dona Francisca, Pinhal Grande e Esperança do Sul. Um dos argumentos apresentados é o de que o arrendamento das terras funciona como um último esforço de manter as terras na posse da família. É, muitas vezes, um esforço em vão, que apenas adia a venda das propriedades, pois é sabido que os herdeiros não voltarão a trabalhar nas terras e elas finalmente serão vendidas. Mesmo sendo uma protelação do inevitável, o arrendamento costuma ser preferido em relação à venda das terras, e tende a ser realizado por algum vizinho da região rural que adota essa prática. Os autores apontam, ainda, que o arrendamento é uma saída mesmo se os herdeiros ficam com a terra e não a comercializam (Spanevello, Matte, Andreatta e Lago, 2017).

Em Itaju, o arrendamento total de um terreno apareceu após o desmembramento da propriedade de um dos meus interlocutores, João. Neste caso, a filha herdeira não vendeu o lote, mas o arrendou inteiramente para a plantação de cana. Outra porcentagem da propriedade foi vendida por um filho para um morador da cidade, Dorão. Esse uso da terra é também uma saída frequente para aqueles que seguem em suas terras, mas com menos condições de fazer a manutenção de toda ela, sobretudo devido à idade. Eu soube de dois arrendatários que foram mencionados: a família de Luís, já falecido, e a usina baririense Della Colleta. O maquinário da família é adequado para as plantações de amendoim, que cresce dentro da terra, mas pode ser adaptado para grãos que crescem fora da terra, como milho, girassol, sorgo e gergelim, que plantaram só uma vez como teste, segundo me disseram. A usina Della Colleta cultiva cana-de-açúcar.

Entre um arrendamento e outro, estão os animais, seus locais de passar a noite e suas pastagens. Cria-se bastante gado, mas também galinhas, porcos e carneiros. Nos

sítios pesquisados, o gado é criado solto em pastos de capim braquiária, do gênero *Brachiaria*, ou mato grosso (*Paspalum notatum*). Os capins do gênero *Brachiaria* somam cerca de 90 espécies e têm como centro de origem primário a África Equatorial (Crispim; Branco, 2002); a segunda, também conhecida como grama-batatais, tem origem na América do Sul¹¹. Seja perto do curral ou no meio do pasto, o gado tem sempre um cocho de sal à sua disposição, e pode ter sua alimentação reforçada esporadicamente com ração em épocas de chuva e com mais frequência na época da seca. Esta é, contudo, uma questão delicada. Ração mesmo, ‘balanceada’, é um produto mais caro e não são todos os produtores que arcam com esse custo. Costumam utilizar a chamada ‘cama de frango’, que é o material usado para forrar o chão das granjas. A Instrução Normativa nº 8 de 25/03/2004 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indica que animais ruminantes não devem ser alimentados com esse subproduto da criação de aves, dado o risco do surgimento da encefalopatia espongiforme bovina, a popular “doença da vaca louca”, enfermidade analisada inclusive pela antropologia (Lévi-Strauss, 2001). Trata-se, todavia, de um complemento alimentar barato para os bovinos, que chega a faltar em fornecedores próximos nas épocas de seca. Nos casos em que a ração é a chamada ‘cama de frango’, alguns criadores costumam reservar parte do terreno para o plantio de cana, também destinada a alimentar os animais quando o pasto seca. Às vezes essa cana acaba antes da chuva voltar a cair, o que pode provocar o furto de cana nas proximidades. Isso ocorre principalmente nas terras arrendadas para a usina Della Colleta, talvez porque entende-se que o prejudicado não é o vizinho dono do terreno, mas a usina.

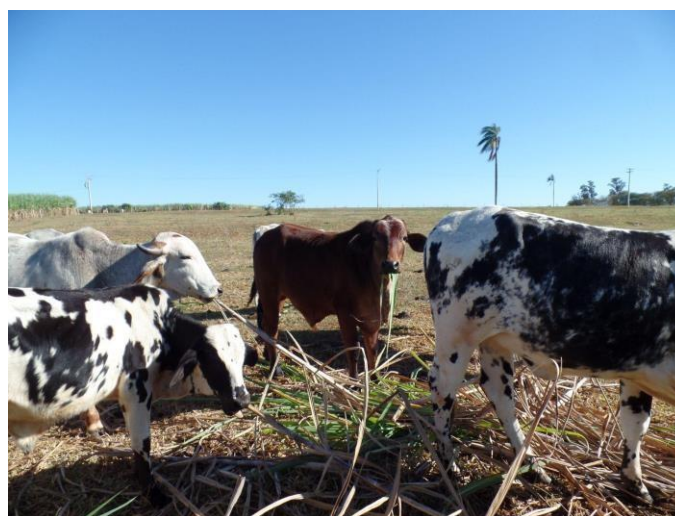


Imagem 9: Gado comendo cana-de-açúcar. Acervo: Míriam Stefanuto.

¹¹ Fonte: <<https://sites.usp.br/jardimdabotanicausprp/grama-batatais-paspalum-notatum/>> Acesso em 07/01/2024.

A foto anterior foi tirada no sítio de Jair, quando ele ainda plantava em uma parte do terreno para alimentar o gado e para obter garapa, esporadicamente. Contudo, ele resolveu que era mais vantajoso manter menos animais no seu sítio e exigir menos do pasto do que ter muitas cabeças de gado e, na seca, precisar recorrer à ração e à cana; esta última, segundo ele, serve apenas para o gado mastigar, pois não o sustenta de fato. Essa mudança só foi possível porque ele passou a criar o gado sozinho. Antes, o gado era criado ‘na meia’ com um vizinho, o que significa que o rebanho era comprado com recursos de ambos e os lucros eram também divididos em duas partes iguais. José, contudo, discordava de alguns métodos de criação e manejo do vizinho e desfez a parceria quando passou a trabalhar no sítio. Até onde eu sei, a discordância não envolvia benzimentos. E eu também não soube de outros proprietários que criam ou já criaram gado ‘na meia’.

Assim como o gado, as galinhas são criadas soltas, mas têm sempre um poleiro ou um galinheiro para se abrigarem à noite. Poleiros só são eficientes quando não existem pintinhos, pois eles não alcançam os lugares para subir e correm o risco de serem predados. Ciscam soltas o tempo todo e são alimentadas com milho; nessas horas, é possível ouvir quem carrega o pote com os grãos chamando pelas galinhas¹².



Imagem 10: João alimentando suas galinhas. Ao fundo, é possível identificar a lagoa da propriedade. Acervo: Míriam Stefanuto.

¹² É possível afirmar que o gado é chamado com uma voz grave, normalmente com repetidos ‘vem’ masculinos. As galinhas são alimentadas tanto por homens quanto por mulheres, mas o som tende a ser mais agudo e emitido mais vezes e mais rápido.

Os porcos, por sua vez, são mantidos presos em chiqueiros, que costumam receber água para formar poças e refrescar os animais. Eles são alimentados com restos de comida, de roça e também milho comprado. Os restos da casa são conhecidos como lavagem; os restos da roça podem ser espigas de milho que ‘encruaram’ por falta d’água, uma abóbora que ficou esquecida e maturou demais, e verduras feias (no caso de quem tem horta). Às vezes, uma parte desses cultivos já é previamente destinada aos suínos, como no caso da cana para o gado. Galinhas e de porcos têm potencial para extrapolar os limites dos seus próprios sítios e causarem problemas. Os leitões, numa ocasião em que o chiqueiro de Seu Luís estava ‘meio capenga’, segundo ele próprio, reviraram o entorno da mina de um vizinho, com o qual não conversei. Os animais arrancaram algumas as mudas de árvore do solo e desbarrancaram as laterais da nascente. Mas o estrago não foi motivo de briga entre os vizinhos, segundo ele. As galinhas, por sua vez, embora sejam queridas por comerem bichos indesejáveis, como aranhas e escorpiões, são capazes de ‘pelar’ um terreno, ou seja, limpando-o completamente de qualquer planta ou semente que esteja nele ou sobre ele. Por outro lado, pintinhos podem ser presas fáceis de gaviões se não estiverem abrigados em um galinheiro e se aventurarem em áreas descobertas de árvores. Além disso, eles e os porquinhos podem acabar se tornando a refeição de uma cobra ou sendo vítima da picada de uma, no caso de um porco.

Criaturas menores do que as cobras, mas não menos preocupantes, podem afetar os animais dos sítios. Entre os problemas que os afligem, o principal deles é o aparecimento de bicheiras. Elas costumam ocorrer sobretudo em bovinos, mas também podem afetar os suínos. ‘Bicheira’ é como são comumente conhecidas as miíases, infestações ectoparasitárias por larvas de Diptera que se alimentam, durante parte da sua vida, do tecido vivo do seu hospedeiro (Cansi et al., 2012, p. 250). Nos bois, frequentemente aparecem logo após o nascimento de um bezerro: o umbigo exposto e molhado de sangue é um forte atrativo para as moscas. Ela também pode ocorrer após a castração dos bezerros, ainda que os donos dos animais tenham relatado passar sal no local do corte como medida profilática. Assim, como será visto adiante, os benzimentos se inserem enquanto solução para alguns problemas específicos dos sítios e se associam a outras medidas de cuidado e proteção das criações. Ao longo do texto, pretendo detalhar melhor o modo como isso acontece e o que isso significa, pois o entendimento do que é um benzimento e a quem ele se destina compõe a compreensão das pessoas com que conversei sobre os demais seres com quem eles dividem os sítios e exprime uma compreensão específica do mundo. Antes disso, contudo, é preciso apresentar aqueles

que tornaram o trabalho possível e irão aparecer no decorrer da tese; a seguir apresento as pessoas com quem conversei, principalmente a partir de suas propriedades e do uso que fazem delas.

Os sítios

Expostos brevemente alguns elementos mais gerais da caracterização do município, sobretudo quanto ao funcionamento de algumas propriedades, essa primeira parte se inicia com dados gerais das propriedades itajuenses que constroem essa pesquisa. Nem todas elas foram visitadas, como é o caso das propriedades de Rovari e de Seu Zé Burrico. Não obstante, optou-se por colocar as informações disponíveis sobre elas aqui devido à importância para as reflexões da pesquisa.

Luís e Lurdes: o casal, ambos com cerca de 65 anos, morava na região da Boa Vista já há bastante tempo. Inicialmente, eu não intencionava conversar com eles. Contudo, acabei indo em uma ocasião em que meu pai foi visitar Luís devido à sua condição de saúde. A conversa esticou e acabamos falando da minha pesquisa. Em outra ocasião, voltei lá mais uma vez, sozinha. Ali se cria bem pouco gado, de modo que os relatos sobre cercas e bicheiras que normalmente acompanhavam as discussões sobre os animais e sobre os benzimentos não apareceram. A família arrenda as terras de vizinhos da região, que somavam entre 80 e 100 alqueires, a depender da época, e igualmente planta nas próprias terras. Elas não são todas contínuas e somam em torno de 60 alqueires. Ricardo, filho do casal, já naquela época cuidava de parte dos arrendamentos e dos financiamentos e dirigia o maquinário do pai. Hoje, com a morte de Luís, é ele quem “toca” grande parte dos afazeres das plantações, com a ajuda de sua mãe, Lurdes. Na época da pesquisa, ele havia comprado um drone para pulverização. A família arrenda as terras alheias de duas maneiras: é combinado um valor fixo que se mantém até a colheita; se choveu ou não, se a safra foi boa ou ruim, não importa, o proprietário recebe o mesmo valor. É uma quantia um pouco menor, mais garantida. A segunda opção é o dono da terra ‘arriscar’ junto com quem arrenda e depender, também, do sucesso da colheita.

Seu Luís, que no momento da pesquisa contava 72 anos, é meeiro de um sítio de quase cinco alqueires cujos proprietários moram na cidade vizinha, Bariri. A condição de meeiro de Seu Luís é exceção tanto em relação aos meus interlocutores quanto estatisticamente: segundo o IBGE (2010), aquele que produz nas propriedades itajuenses é, em praticamente todos os casos, o proprietário da terra. Ele mora com sua esposa, Maria, e possui filhos que os visitam regularmente. Ser meeiro significa trabalhar em uma

terra que não lhe pertence e, a princípio, dividir com o proprietário os ganhos que conseguir obter daquela terra (Makino, 2021). Esse segundo aspecto, o da divisão, ficou bastante incerto para mim. A impressão que tive é que a maioria dos ganhos eram de fato divididos, como aqueles obtidos com a venda do gado e a comercialização de carvão produzido na propriedade, enquanto que os suínos e as galinhas pertenciam exclusivamente à família de Seu Luís. Alguns dos desdobramentos das atividades na propriedade serão melhor analisados no último capítulo.



Imagem 11: Fundos da casa do Seu Luis e da Maria, sombreado por jabuticabeiras.
Acervo: Míriam Stefanuto.

José, de 64 anos, mora no próprio sítio de quase seis alqueires, mas parte dele é arrendada para o Ricardo, o já mencionado filho de Luís e Lurdes. O proprietário opta por garantir um valor fixo e diz que não quer saber se o arrendatário ganhou muito mais em cima da sua propriedade do que ele de fato recebeu. Além de isso indicar uma confiança no trabalho do vizinho, também mostra que o arrendamento é uma maneira de evitar o trabalho e a “mão de obra” que os sítios podem dar. Nesse sentido, evita-se até interferir ou saber demais sobre o arrendamento, porque a intenção é justamente a de aliviar a carga do próprio trabalho. Antes, o terreno que hoje é arrendado era pastagem de gado e fazia fronteira com a estrada de terra que passa em frente à propriedade. De modo geral, quem não possui maquinário, como é o caso de José, cultiva pequenas porções de terra em hortas, roçados de mandioca ou algumas fileiras de café, e as porções maiores da propriedade são destinadas ao pasto dos rebanhos. Plantações maiores são mantidas apenas com maquinário.

Aqui vale a pena mencionar o que parece ser uma maneira grosseira de distinguir as plantações, hortas e roçados nos sítios itajuenses. Como foi dito, “plantação” costuma ser aquilo que se cultiva com máquinas; “roçado” e “horta” são coisas que se faz com as mãos e enxada, e o que os distingue são os tipos de culturas que se plantam em cada uma. Roçados abrigam pés de mandioca, cana e milho, por exemplo; hortas abrigam couves, cebolinhas, alfaces e salsinhas. Essa divisão corresponde, grosso modo, ao que observei e a uma elaboração que fiz a partir das descrições dos espaços que eram costumeiramente feitas por meus interlocutores.



Imagem 12: A horta de José. Coberta com sombrite, está quase vazia, exceto por alguns pés de milho, questionando minha divisão entre horta e roçado. Acervo: Míriam Stefanuto.

João é dono de uma propriedade na Boa Vista que encolheu. Ele foi o único entre os outros sete irmãos que continuou vivendo e trabalhando no sítio em que nasceram; por conta disso, enquanto o pai estava vivo, ele cuidava dos cerca de onze alqueires de terra. Com o falecimento do antigo proprietário, cerca de 1,4 de alqueire foi herdado por cada filho, e João pode ficar com a porção em que estava localizada a casa principal, o curral, o chiqueiro, a horta e uma lagoa. Ele e sua esposa Silvia, que tem também, como ele, pouco mais de 60 anos, seguem morando na mesma propriedade, mas, possivelmente, o sítio não permanecerá na família depois que eles se forem. Os dois filhos do casal já moram na cidade e possuem empregos desvinculados da vida no sítio, além de já terem expressado aos pais sua vontade de não retornar.

João não arrendava suas terras quando eram maiores e não as arrenda hoje. A relação dele é bastante diferente de uma das irmãs, que não conheci, cujo terreno herdado, ainda que pequeno, é inteiramente ocupado por arrendamento para cana. João cria

algumas cabeças de gado, mas possui mais carneiros, porcos e galinhas. Os dois primeiros são encomendados por algumas pessoas da cidade em ocasiões especiais, principalmente para as festas de final do ano. Durante alguns anos, sua esposa Silvia manteve uma loja de roupas no centro da cidade de Itaju e dividia os afazeres da casa com os do estabelecimento comercial. Depois de algum tempo, a loja passou a ser responsabilidade do filho mais velho e da nora de Silvia, mas não sei se esse arranjo se manteve. Na época, o filho se deslocava esporadicamente até a cidade de São Paulo para comprar mercadorias para a loja, uma tarefa que já desempenhava para ajudar a mãe.



Imagem 13: João alimentando seus carneiros e suas ovelhas. Acervo: Míriam Stefanuto.

Dorão, de pouco mais de 40 anos, foi proprietário por pouco tempo de uma das frações de 1,4 de alqueire do sítio dos pais de João. A parte que ele adquiriu, contudo, é próxima à estrada de terra e, depois que o transformador do poste da propriedade foi roubado duas vezes, ele acabou por vender o lote. Antes disso, havia plantado alguns coqueiros em volta da casa que construiu, alguns pés de café e outros de manga; o restante manteve como pastagem para o gado. A terra foi comprada por um casal ainda durante o período de minha pesquisa. Em um dia de conversa com Seu Luís, eles nos abordaram na entrada do sítio para perguntar se tínhamos visto alguns bezerros andando pela estrada; diante da nossa negativa, continuaram procurando, dizendo que os animais deveriam ter fugido à noite. Seu Luís, depois que eles se afastaram, disse que acreditava que os animais haviam sido roubados, pois desde o furto do transformador aquela propriedade estava ‘um pouco visada’.

Zeca: assim como Dorão, Zeca disse não fazer uso dos benzimentos. Na sua propriedade de mais ou menos 4 alqueires, cria gado e, recentemente, passou a se dedicar ao cultivo de abobrinhas em parte do terreno. Segundo ele, é bastante trabalhoso limpar vegetal por vegetal antes de despachá-los para Bauru, onde está seu comprador, mas seu filho o auxilia nessa tarefa. Zeca pega água da lagoa da propriedade para irrigar a plantação quando a chuva é insuficiente, o que ele diz que tem sido muito frequente, e a abobrinha, contou-me, ‘bebe água’.

Jair, irmão um pouco mais novo de João, ficou com sua própria parte de 1,4 alqueire da herança. Onde antes havia apenas pasto, construiu uma pequena casa, ou rancho, por se tratar de um lugar mais utilizado para o desfrute nos finais de semana. Há também uma pequena piscina, um pequeno curral e um pomar. Ele disse não gostar muito de nenhuma das frutas, mas as plantou, e mantém assim, porque isso atrai passarinhos. O restante do terreno é pasto para o gado. Pela manhã, ele costuma se deslocar da cidade de Itaju até o sítio para tratar do gado e dar alguma manutenção necessária, mas não mora no local. Jair estabelece uma diferença entre o catolicismo da igreja e os benzimentos, e faz uso destes apesar dessa percepção e de ser ministro da eucaristia em Itaju. Na entrada da casa, encontramos um mastro de São Sebastião, que Jair comprou na ocasião da comemoração da festa do padroeiro:



Imagem 14: Entrada da casa do sítio de Jair. Acervo: Míriam Stefanuto.

Seu Geraldo é o proprietário com quem conversei depois de falar com o benzedor Seu Juca. Ambos residem na cidade de Bariri, mas a propriedade de Seu Geraldo fica na região da Barra Mansa, em Itaju. Sua família já possuía aquelas terras anteriormente; em

uma primeira repartição entre irmãos, ele aumentou sua porção de terra e havia feito isso mais recentemente na época da pesquisa. Segundo ele, as terras da região da Barra Mansa são um pouco mais baratas do que as do restante do município, devido à distância das cidades e ao fato de o terreno ser um pouco mais acidentado. Atualmente, o proprietário, de mais de 80 anos, é dono de cerca de 60 alqueires de terra. Em termos produtivos, a propriedade está basicamente dividida entre pastagem para o gado e outra dedicada à cana-de-açúcar. Seu Geraldo faz o que muitos proprietários da região fazem também: arrenda suas terras para a usina Della Colleta, localizada na zona rural de Bariri. A casa já era lugar de lazer da família há bastante tempo, e a alguns anos passou por uma reforma para continuar desempenhando essa função.

Seu Zé Burrico possui quase sessenta anos e mora na cidade de Itaju com sua esposa. O bairro onde reside fica nos limites da cidade, de modo que o seu sítio é praticamente vizinho de sua residência. Parte das suas terras já foi loteada há algum tempo, mas ele ainda mantém uma propriedade rural considerável, de cerca de 20 alqueires. A maior parte dela é destinada à criação de gado

Rovari é o sobrenome e apelido do proprietário com quem não consegui conversar, mas que, indiretamente, acabou agregando reflexões importantes ao texto. Soube dele falando com Seu Zé Burrico. Segundo ele, os Rovari possuem terras em Itaju há bastante tempo, e este indivíduo em questão deve possuir uns 30 alqueires de terra na região da Boa Vista. Apesar disso, não vive apenas das pastagens para o gado: trabalha com vários caminhões ‘puxando fundo’. ‘Fundo’ é como é chamada a cama de frango que recobre as granjas, a que já fiz referência.

Seu Rucino era um proprietário de cerca de sessenta anos que morava em um sítio de seis alqueires muito próximo da cidade, também na região da Boa Vista. Depois que falei com ele uma primeira vez, ele passou por uma cirurgia e eu só pude conversar muito rapidamente para lhe desejar melhoras. Ele faleceu um tempo depois, mas eu não soube se foi devido à cirurgia. Ele morava com sua esposa e, até onde eu soube, ela passou a residir sozinha na propriedade. Fora algumas árvores ao redor da casa, o restante do terreno é ocupado pelo pasto e pelo gado.

Além de possibilitar uma necessária compreensão de quem foram os interlocutores dessa pesquisa, falar de suas propriedades também evidencia uma diversidade nos usos da terra e em sua extensão, mesmo se tratando de uma amostragem relativamente pequena. Com isso, é possível realizar, junto à bibliografia, algumas

reflexões sobre os termos utilizados para nos referirmos a esses espaços rurais sem que isso ocorra de maneira abstrata ou valendo-se apenas de informações da literatura.

Como foi dito e apresentado, as propriedades rurais apresentadas são bastante diversas, mesmo que pouco numerosas. Apesar de variarem entre de 1,4 a 60 alqueires, foram todas apresentadas a mim como sítios e se fazia referência à propriedade do outro, mesmo que grande, da mesma forma como sítio. Conseqüentemente, no início da pesquisa eu me referia aos meus interlocutores como “sitiantes”, devido a eles trabalharem, ou possuírem, terras que são identificadas, por eles próprios, como sítios. Embora isso de fato ocorra, não é possível deduzir que as pessoas ali são, de fato, sitiantes.

A ideia de sitiante, intimamente ligada, segundo a literatura, à de caipira, pressupõe alguns traços característicos definidores de tais grupos. A meio caminho entre os grandes fazendeiros e os trabalhadores do campo assalariados e escravizados, essas populações paulistas se caracterizavam sobretudo pela economia de subsistência baseada no trabalho familiar e um relativo isolamento, contrabalanceado pelas festividades e ajudas mútuas, os chamados mutirões, nos bairros rurais. Estavam ainda, inseridas em um contexto de grande disponibilidade de terras, o que acarretava em um outro elemento característico importante, que era a mobilidade dessas pessoas em direção a novas terras a serem trabalhadas (Candido, 2010; Queiroz, 1976). Em seu trabalho, Carlos Rodrigues Brandão assinala uma perversidade que ocorria junto – e era motivo – dessa errância dos sitiantes, a saber, o avanço da ocupação das áreas pelos grandes fazendeiros criadores de gado. O autor chama a atenção para o fato de que esse funcionamento dos caipiras era também promovido por interesses em relação às terras:

o que inicialmente caracteriza o lavrador caipira é ele ser produtor errante. Na verdade, ele é um lavrador obrigado a ser errante, porque vive de ser empurrado de um sertão que conquistou a um outro que vai conquistar, até ser outra vez expulso (Brandão, 1983, p. 34).

Na obra de Brandão, percebe-se o caipira como aquele acaba preparando a chegada de outro tipo de ocupação, promovida pelos senhores rurais e consolidada por meio de fazendas de gado. Em um desbravamento feito pelo fogo, o caipira limpava os locais destinados aos seus cultivos de mandioca, milho, feijão e abóbora, dentre outros

vegetais. Após alguns anos de repetidas queimadas para o preparo da terra, o terreno era deixado e ocupado pelo gado das fazendas. Como é resumido pelo mesmo autor, os camponeses foram, anos a fio, “uma fronteira móvel de ocupação do território que antecedia uma segunda fronteira, mais lenta, mais poderosa, de senhores e escravos” (Brandão, 1983, p. 41). A definição trazida pela sociologia rural no trabalho de Luiz Antonio Guerra (2022) reforça essa caracterização dos caipiras. Estes eram os homens e as mulheres pobres, mas livres, que viviam no campo, em uma grande região do interior do Brasil. Ocupantes dos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, compunham populações “rústicas” que povoaram as enormes extensões de terra que não estavam ainda ocupadas pelos latifúndios escravocratas. Nesse cenário de subsistência parcialmente isolado observado pelos autores, destacavam-se manifestações religiosas voltadas para a devoção de santos, festas de padroeiros e, também, práticas de cura como os benzimentos de gente e de animal, expressões de um universo rural que seriam analisados tanto a partir de uma noção de folclore quanto de catolicismo popular, como se verá.

A respeito da continuidade de uma cultura caipira, aventou-se tanto o seu fim diante da impossibilidade de adaptar-se a mudanças mínimas (Candido, 2010), quanto uma flexibilidade maior nas relações com a cidade e outros elementos modernos (Queiroz, 1976). Mais recentemente, seria impossível dizer que tudo permaneceu, mas tampouco seria justo dizer que há, como disse Brandão, “uma hegemonia estável e tranquila” do agronegócio e do urbano sobre todas as manifestações culturais dos sitiantes e outras formas de produção (2007, p. 62). Entre queijos feitos de leite tirado na hora e drones para pulverização, é certo que Itaju apresenta elementos e práticas que parecem não combinar muito entre si, mas que, no entanto, hoje em dia estão lá.

A utilização do termo sitiantes para me referir às pessoas com que conversei pareceu, então, inadequada diante do seu não uso por parte dos meus interlocutores, e deslocado diante de um conceito de sitiante, ou de caipira, que remete a um processo histórico específico de formação do rural brasileiro e não a um tipo ideal que norteia uma reflexão sobre o assunto. Mas, mesmo se o “sitiantes” não fica, faz sentido falar em sítio. Essa terminologia para as propriedades rurais, contudo, não implica em uma quase indistinção social entre seus donos (Candido, 2010); na verdade, parece ser bem o contrário, pois a palavra é usada, em Itaju, para se referir a terras de diferentes tamanhos e finalidades produtivas. Achei curioso que as diferenças não implicam em usos de

palavras específicas sobre as propriedades variando em função de sua extensão e seus usos e rendimentos. Mas, mesmo sendo um termo abrangente, vale a pena fazer algumas ponderações sobre as diferenças que cabem dentro dele.

Em seu artigo intitulado “O sítio camponês”, Ellen Woortmann (1982) se debruça sobre as regiões do Agreste e do Sertão sergipano, principalmente nos municípios de Ribeirópolis e Itabí. O objetivo foi pensar o sítio camponês como um espaço que está se refazendo diante do avanço da pecuária. Assim, a autora constrói uma noção específica do que é um sítio, pautada sobretudo na oposição entre sítio e fazenda, ou propriedade, que acompanha também a oposição entre sitiantes e proprietários. O avanço das “propriedades” sobre as posses dos sitiantes se deu principalmente a partir do estabelecimento de rebanhos bovinos nos terrenos, o que teve consequências importantes para a reordenação daqueles espaços. Como a autora argumenta, os sitiantes se viram obrigados a cercar seus plantios a fim de protegê-los de um gado que tinha justamente a função de avançar sobre as terras camponesas. A condição especial desses animais era mantida de outras formas: sempre que um suíno fosse encontrado em propriedades de criação de gado, poderia ser imediatamente morto, pois os porcos eram animais típicos da pequena, e rival, produção familiar local (p. 174). Diferentemente do que foi identificado pelos autores, o gado, por si só, não parece funcionar como um grande separador de tipos de criadores e de propriedades. Contudo, o modo como se cria ou se pode criar o gado, em cada propriedade, pode funcionar dessa maneira.

O que eu presenciei foram os donos dos sítios, reparando e comentando sobre a manutenção do pasto e das cercas de outras propriedades, bem como do peso dos animais. Pastos muito ‘batidos’, isto é, com a pastagem muito baixa e com pontos de terra aparecendo por entre a vegetação, indicam que o responsável pelo lugar provavelmente coloca cabeças de gado demais no pasto, o que o sobrecarrega. Na seca, isso se torna quase gritante. Nesse sentido, pastagens muito exigidas podem significar tanto que o dono precisa retirar dela o máximo de rendimentos possíveis, por necessidade, ou que ele é despreparado para fazer a manutenção do lugar, pois sobrecarregar um pasto irá significar gastar com ração e cana para compensar a falta da forragem natural. De maneira similar, uma cerca malcuidada pode indicar desleixo ou um certo grau de pobreza, a depender de quem fala sobre ela. Se quem fala é um vizinho que precisa lidar com animais que passam de um lado para o outro das fronteiras entre terrenos, provavelmente a cerca será apresentada com indicativo de descaso. Se for alguém mais ‘de fora’ dali, não

necessariamente. Evidentemente, isso são alguns indicativos mais gerais, mas existem, por exemplo, terrenos em que o pasto funciona basicamente como um lugar para os animais estarem, pois a alimentação é bastante reforçada com ração, o que indica um proprietário com mais recursos para investir no rebanho que não é diretamente afetado por um pasto ‘batido’.

Essas observações servem aos outros animais, dadas as devidas diferenças. Pintinhos, por exemplo, se não são protegidos e ficam à mercê dos gaviões podem indicar um descaso com a criação. Isso é diferente da predação por cobras, que se esgueiram pelas construções destinadas aos animais apesar dos esforços dos criadores. Parte dos benzimentos se dedica justamente a afastar esses seres rastejantes, e isso parece ter alguma relação com o fato de que as cobras predam apesar de outros cuidados e não por falta deles; nesse sentido, os benzimentos parecem ser consideradas medidas válidas até para quem não faz uso deles. A diferença entre o cuidado com porcos e galinhas fica menos visível que o zelo pelos pastos e cercas que contêm o gado, mas, de modo geral, também estão sujeitos a avaliações similares esporádicas por parte de um ou outro vizinho.

Em *O trabalho da terra*, Ellen e Klaas Woortmann (1997) detalham o processo de trabalho de sítiantes sergipanos. Os autores argumentam que o modelo de sítio ideal envolvia a disponibilidade de terras a serem deixadas em repouso antes de um novo processo de plantio, a capoeira; e a possibilidade de avançar sobre terras sem uso, o mato, a fim de se obter madeira e lenha e, posteriormente, transformá-lo em área de cultivo. Nesse sentido, o mato aparece como o início de qualquer espaço do sítio. Mas já em sua pesquisa, que data de 1997, os autores apontaram para uma redução no tamanho dos sítios sergipanos, uma tendência que tornava o mato e capoeira espaços escassos. Esta última já havia sido bastante substituída pelo pasto, que precisava de divisões por cercas a fim possibilitar o rodízio das pastagens.

Em Itaju, o local de alimentação do gado é também o pasto, e os locais de mato são fixos e reduzidos às estreitas faixas nas margens dos rios ou a pequenas manchas verdes dispostas aleatoriamente. Ainda em Itaju, o mato é apresentado como sendo parte dos sítios para se descrever as propriedades e mostrar até onde elas vão; nesses casos, é comum que seus donos incluam as partes de mato. Contudo, de modo geral não se interage muito com ele, seja para pegar recursos ou para lazer, como no caso das margens de rio. Além disso, o caso do vizinho fazendo a tubulação da água de José mostra que, talvez,

aquela parte de mato e lagoa não era considerada exatamente propriedade de alguém, porque mato. Quando os benzimentos mandam as cobras para o mato ou o banhado, entende-se que elas saíram das propriedades, dirigindo-se para os locais que, normalmente, os proprietários deixam preservados em suas terras e não fazem uso direto. Enquanto uma parte mais ou menos alheia aos sítios, as porções de terra mais preservadas se aproximam das noções de mato apresentadas em *O trabalho da terra* (Woortmann, 1997). Em uma concepção estrita, o sítio é composto quase tão somente pelo conjunto casa e quintal, chamado de “chão de morada” e que é de domínio das mulheres. Mais de uma família morando em terrenos compostos por casa e quintal compõem um segundo significado, um pouco ampliado, do termo sítio. Por fim, uma noção mais estendida de sítio envolve uma terra composta por relações de parentes e herdeiros de um território. Mas, nas noções de sítio apresentadas, o mato é algo considerado como algo que está fora do sítio de fato (Woortmann, 1997).

No que diz respeito a esta pesquisa, sítio pode ser um lugar de moradia ou de lazer; de roçado e horta ou mais dominado pelo arrendamento; com diferentes tipos de criação ou apenas gado, bem como ter entre 1,4 e 60 alqueires. Para me referir aos que têm sítio, optei pelo uso dos termos dono ou proprietário; isso se deu também como forma de encurtar o modo com as pessoas se referiam a eles: expressões como ‘ele tem um sítio’ ou ‘ele mora no sítio’ eram muito mais recorrentes do que uma única palavra para designar qualquer um dos donos. Mesmo em relação ao Seus Luís, que trabalhava em um sítio que não era dele, ouvi algumas vezes que ele ‘trabalha no sítio’ e morava lá, o que destacava mais a sua vida cotidiana e seus afazeres do que o fato de as posses serem suas ou não. Em alguma medida, o uso de uma expressão mais abrangente e mais genérica parece procurar dar conta, ou justamente não dar conta, das imprecisões que significam ter um sítio. Assim, eu faço uso dos termos dono e proprietário, mas sem significar uma oposição aos sitiantes; e uso a palavra sítio sem que ele signifique ausência de gado ou uma propriedade mínima garantidora apenas da subsistência.

A afirmação de que o benzimento é algo que está presente nas propriedades, por mais distintas que elas sejam, seria bastante confortável, mas não é possível fazê-la. Mas ainda que não seja o objeto desta pesquisa o denominador comum de todas as propriedades listadas, as benzeções aparecem entre donos de sítios bastante diferentes. Ademais, fala-se sobre benzimento, seja devido a algum parente próximo que os realiza ou por uma experiência pessoal, mesmo que atualmente ele não seja colocado para

funcionar em auxílio dos animais e do trabalho em certas propriedades. Em outras palavras, eu não encontrei alguém que não soubesse me dizer o que são os benzimentos e como eles são utilizados em relação aos animais de criação, mesmo que não recorram a esta prática.

Inicialmente pensado a partir dos trabalhos folclóricos em conjunto com outras práticas consideradas tradicionais, posteriormente as benzeções ganharam uma importância maior nas pesquisas antropológicas, como é o caso aqui. Feita uma contextualização sobre o lugar em que os animais de criação são benzidos, os sítios de Itaju, passaremos para uma breve retomada do modo como o benzimento foi pensado sobretudo a partir de pesquisas folclóricas e das que imediatamente as sucederam.

A trajetória do benzimento enquanto objeto de pesquisa

Piaçabuçu é como milhares de “cidades” brasileiras onde a cultura rústica está presente, onde o homem vive da pesca, do pastoreio, da agropecuária ou da agricultura, sob o ritmo do calendário agrícola, marcando-lhe a época do plantio, colheita e vacância, onde predomina a economia da mão para a boca, o cultivo daquilo que é o suficiente para sua alimentação, vivendo sob o signo dos santos ou deuses desse cosmo religioso, conjunto não raro formado pelo sincretismo de catolicismo romano, religiões africanas, indígenas, enfim catolicismo de *folk* (Araújo, 1959, p. 7).

O folclorista Alceu Maynard Araújo descreve uma Piaçabuçu/AL que em muito antecipa as definições sobre o rural caipira e o sitiante de Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz: com muito pouco, leia-se o essencial; uma vida cotidiana intimamente associada aos ciclos agrícolas e, não menos importante, vinculada a uma religiosidade *folk*, ou popular. Daí é possível deduzir que os folcloristas estavam, também, preocupados em pensar as questões relativas à formação da sociedade brasileira, à exemplo do que viriam a elaborar os já citados colegas sociólogos em relação ao mundo rural e os intensos processos de transformação que ele enfrentava. Ainda a respeito da citação de Araújo (1959) acima, é possível vislumbrar um aspecto importante que caracterizou esses estudos de modo geral. Ao mencionar o catolicismo *folk* como elemento na constituição do município alagoano, ele elenca as religiosidades indígenas, africanas e europeia. Havia uma preocupação em explicitar as contribuições das três raças formadoras da nação brasileira nos estudos empreendidos. Segundo Luís Rodolfo Vilhena (1997), a busca pela presença das supostas três matrizes culturais direcionava e modificava os temas

privilegiados pelos folcloristas. Mas o método de pesquisa empreendido pelos folcloristas foi o elemento decisivo que distinguiu os estudos folclóricos sobretudo das Ciências Sociais. A metodologia expressava, em grande medida, uma preocupação em coletar os dados para preservá-los das mudanças inevitáveis que agiam sobre eles. Nesse sentido, havia um estímulo para que outras pessoas, para além dos próprios folcloristas, se aventurassem nessa tarefa. Isso não era, contudo, exclusividade do movimento folclórico brasileiro, na verdade remete à origem da disciplina, ainda fora do território nacional.

A palavra folclore – do inglês *folk-lore* (saber do povo) – foi cunhada por William John Thoms que, em meados de 1800, enviou uma carta para a revista literária britânica “*Athenaeum*” e, sob o pseudônimo Ambrose Merton, sugeriu nomear um campo de estudos que vinha sendo pensado como “literatura popular” (Cavalcanti, 1980). Ainda que o momento seja considerado marco inicial dos estudos sobre o folclore, o conteúdo folclórico da revista era alimentado por antiquários e por leitores prestativos, e não provinha de uma coleta sistemática de dados (Silva, 2008). Como foi apontado, essas foram características que não desapareceram por completo, mesmo com a institucionalização do movimento folclórico no Brasil. Em solo brasileiro, houve o incentivo para que leigos se aventurassem em pesquisas folclóricas. Na mesa redonda da I Semana Folclórica, Alceu Maynard apresentou uma comunicação intitulada “A técnica da pesquisa folclórica” em que distingue dois tipos de coletas de dados, e uma delas, a documentária, era destinada aos que não tinham a formação teórica necessária, mas que fossem simpáticos ao folclore (Vilhena, 1995).

Aqui, vale dizer que o incentivo em uma coleta de dados mais democrática, por assim dizer, não implicava que elas fossem realizadas por pessoas que não tivessem vínculos com a academia ou com a prática de alguma ciência. Por vezes, muito pelo contrário. A obra *Insetos no Folclore* é de autoria do entomólogo Karol Lenko (1914-1975), que foi curador da coleção de formigas do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo de 1960 a 1969, e Nelson Papavero. Este é um dos principais nomes da zoologia brasileira e tem, segundo ele próprio, seus estudos de folclore entre os que ele mais aprecia (Klassa; Santos, 2012). Por outro lado, o livro, em suas mais de 400 páginas, não oferece reflexões mais contextualizadoras a respeito da vastidão de exemplares de benzimentos, relações e interpretações sobre os insetos que apresenta. Não reflete, por exemplo, sobre a própria categoria de inseto e utiliza a explicação científica para selecionar as manifestações folclóricas. Ironicamente, alguns dos procedimentos

apresentados pelos autores são utilizados aqui justamente para elaborar as noções itajuenses do que são os bichos e os animais.

O incentivo a um modo específico de coleta de dados atendia aos anseios salvacionistas do movimento folclórico: ao defender uma coleta mais ampla, atingiria-se o objetivo de que aquilo que não pudesse ser preservado, seria ao menos registrado. Em sua tese, Vilhena (1995) assinala essa preocupação dos folcloristas em relação a manifestações folclóricas rurais, entre as quais podemos situar os benzimentos. Como o autor argumenta, a maioria delas possuía conteúdo evidentemente religioso, o que as colocava, na época, na mira do processo de romanização promovido pela Igreja Católica. A romanização previa sobretudo a afirmação de uma igreja institucionalizada e hierarquizada que se estendesse sob as diversas formas do chamado catolicismo popular. O esforço institucional de disciplinar as manifestações populares do catolicismo estaria levando tais práticas ao declínio, de modo que os folcloristas fizeram uso e divulgaram as palavras do Papa Pio XIII que vieram em favor do folclore. O pronunciamento foi publicado nos documentos da Comissão Nacional do Folclore, e o Papa teve uma moção favorável a ele aprovada no seu II Congresso. Alguns anos depois, o movimento folclórico parabenizou o Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, por determinar o "aproveitamento de danças folclóricas na recreação dos grupos católicos", fazendo ampla divulgação da medida (Vilhena, 1995, p. 259).

Uma das primeiras obras dedicadas à temática do benzimento pertence ao médico, e folclorista, Oswald Rodrigues Cabral¹³. Em 1958, ele publicou *A medicina teológica e as benzeduras* com o apoio da Comissão Catarinense de Folclore. Com o objetivo de recuperar as origens dos benzimentos, a obra estabelece um processo evolutivo constituído de três fases distintas. A primeira delas seria a medicina mágica, com as doenças sendo relacionadas à ação de maus espíritos; a segunda seria a medicina sacerdotal ou teológica, onde as doenças estariam associadas às divindades. Mas o autor considera que as benzeduras seriam uma espécie de desvio de uma medicina teológica “pura”. Por fim, haveria a medicina naturalística, com origem na tradição hipocrática e exercida, finalmente, pelos médicos. Em ambos os casos, há, de maneira implícita ou não, a percepção de que é vantajoso que certas manifestações folclóricas sejam superadas. Isso

¹³ O Dicionário do Folclore Brasileiro, embora tenha sido publicado pela primeira vez em data anterior, em 1954, passa um pouco ao largo do benzimento, sobre o qual não há um verbete específico. Luís da Câmara Cascudo acaba se referindo às benzeduras ao abordar, por exemplo, o “malefício” (1998, p. 538).

compõe a noção mais ampla de que elas são etapas de entendimento do mundo rumo a um pensamento mais acertado sobre ele.

A obra de Cabral certamente teve influência em Alceu Maynard Araújo. No seu livro *Medicina Rústica* (1969), cuja citação inicia esta seção, o autor aborda as práticas de cura de uma comunidade alagoana, Piaçabuçu, enquadradas na chamada medicina rústica. Ele define essa medicina rústica como o conjunto de técnicas, fórmulas, remédios, práticas e gestos dos quais as pessoas fazem uso para restabelecer sua saúde. Em outros momentos da obra, o autor inclui os animais. O vocábulo “rústica” foi escolhido com as justificativas de que outras alternativas, “cabocla” e “sertaneja”, poderiam gerar ruídos na interpretação. Além disso, ele argumenta que o termo rústico já remete ao rural, que era justamente sua intenção (Araújo, 1959). A exemplo do que foi elaborado por Cabral, a medicina rústica, ou folclórica, foi dividida por Araújo em três tipos: mágica, religiosa e empírica, entre os quais existiria uma diferença de níveis de complexidade e compreensão da doença.

O paralelismo dos benzimentos com a medicina (moderna), através dos termos medicina teológica ou rústica, é significativo; assim, as benzeções são colocadas na posição de algo que deve ser superado e substituído pela medicina de fato. Nesse sentido, os benzimentos, enquanto uma medicina não médica, por assim dizer, pertenciam a um contexto de atraso, pobreza e poucos recursos para lidar com os problemas e as enfermidades. Ao censurar a postura médica, frequentemente hostil e não compreensiva com outras concepções de saúde e doença, Alceu Maynard argumenta que práticas como as benzeduras devem ser vencidas a partir de um movimento mais amplo de disseminação do conhecimento científico e não de um embate individual com quem fazia uso delas:

Jamais poder-se-á esperar que de pronto o caboclo mude toda sua cosmologia para aceitar o que lhe determina o médico. Tal é o trabalho moroso e implica outros problemas a serem resolvidos em nossa pátria, como o analfabetismo, educação, assistência social etc (Araújo, 1959, p. 3).

Em seu livro sobre a materialidade dos benzimentos em Minas Gerais, Mariana de Carvalho Ilheo (2022) argumenta que aquilo que sucede os estudos folclóricos sobre o benzimento é sua “culturalização” (p. 53) e, posteriormente, um interesse crescente em seu funcionamento a partir de seus simbolismos e técnicas, bem como mudanças que ocorreram com a prática. A respeito do primeiro movimento mencionado, pode-se afirmar

que os benzimentos são menos situados ao lado, e abaixo, de uma medicina oficial e passam a ser localizados na cultura ou, mais especificamente, na cultura popular. Nesse lugar, e assim caracterizada, a religiosidade popular constituía um elemento importante de organização social popular das assim chamadas classes subalternas frente a uma modernização que ameaçava sua dissolução.

A dissertação de Elda Rizzo de Oliveira, de 1983, expressa bastante bem a mudança ocorrida nos olhares sobre as benzeduras. Ao mesmo tempo em que estabelece comparações entre uma medicina dita rústica ou popular e outra definida como erudita, o trabalho é marcado por reflexões sobre as distinções entre as classes dominantes e subalternas e sobre a capacidade de as benzeções e as benzedoras acomodarem as contradições e tensões do sistema capitalista. Nesse sentido, o texto traz um papel de resistência dos benzimentos diante de uma medicina à serviço da exploração do trabalho. Mais adiante, e em outra obra, a mesma autora defende uma análise dos benzimentos que os considere em diálogo com as possibilidades e construções sociais das classes populares. Mantendo uma reflexão sobre questões de classe, ela define as benzeções como “a conquista e a preservação de um espaço de resistência, uma demonstração de força, por pequena que ela seja, ao saber erudito (...) um ofício artesanal dentro de um modo de produção capitalista” (Oliveira, 1985, p. 68-69).

Em sua obra *Os Deuses do Povo*, Carlos Rodrigues Brandão (1981) também apresenta um trabalho que trata da religião como uma categoria política, no sentido de ser pertencente ao universo popular em tensão com uma cultura hegemônica. Ali, ele analisa a formação e as religiosidades populares do município de Itapira/SP. O autor mostra como a religião se divide também em relação com a estrutura social e econômica da cidade: os bairros “de cima” são ocupados por agentes e religiões oficiais; os bairros “de baixo” são os locais das novas formas de pentecostalismo; e o rural é o lugar do catolicismo popular. Além disso, é construída uma análise sobre os vínculos entre política e religião, pois Brandão mostra um cenário em que os agentes religiosos oficiais acusam aqueles vinculados às pequenas igrejas de serem despreparados para o papel que desempenham.

Um pouco depois da obra de Brandão, mais especificamente em 1989, foi publicado o livro *Assim se benze em Minas Gerais*, como resultado da pesquisa de Edmilson de Almeida Pereira e Núbia Pereira de Magalhães Gomes, que se debruçou sobre 198 localidades diferentes no estado mineiro, das quais 35 foram visitadas pessoalmente. A obra recebeu a primeira Menção Honrosa no Concurso Nacional de Folclore Silvio Romero. A pesquisa se concentra na palavra enquanto um meio para obter

a cura e destaca que a mesma desordem que atinge o “cosmos” atinge também o indivíduo doente, de modo que é estabelecida uma integração entre o homem e a natureza, cujo equilíbrio as benzeduras tentam restaurar. Nas palavras dos autores, “benzer consiste em garantir o funcionamento da normalidade”. As orações destinadas à cura dos animais aparecem de maneira consistente na obra e estão inseridas no rol de benzimentos que visam à restauração do bom desenrolar do mundo (Gomes; Pereira, 1989, p. 90).

Mundo encaixado, significação da cultura popular, é a obra seguinte dos mesmos autores (Gomes; Pereira, 1992). O trabalho traz a concepção de uma cultura popular, já mencionada, e, ao seu papel de resistência a um modelo dominante, acrescenta certa porosidade que adota elementos de outras culturas, ainda que tenha forças e meios para ressignificá-los. Ademais, a ideia de que as pessoas de localidades rurais estão inseridas em uma totalidade equilibrada, cuja manutenção depende de os benzimentos combaterem o Mal, se mantém em relação à obra anterior. Os autores destacam a interdependência e a coesão dessa totalidade, que garantem um “funcionamento harmonioso do cosmo” (p. 81).

A respeito disso, é importante fazer algumas considerações. Alguns aspectos dessa inteireza hierarquizada, cujo topo é ocupado por Deus, de fato são encontrados em Itaju. Como se verá, se Deus não quiser, benzimentos não funcionam, mas tampouco a medicina veterinária é bem-sucedida. Contudo, parece possível sugerir que a “normalidade” do mundo não é tão harmoniosa. Nessa hierarquia totalizante e definida por Deus, algumas distinções são inseridas pelos seres humanos. Por conta disso, ainda que as pessoas sejam divinamente autorizadas a dominar a natureza e reinar sobre os outros seres vivos, idealmente todos somos criação de Deus. É nesse sentido que acredito que os benzimentos não recuperam uma normalidade que existia pouco antes de a bicheira ou a cobra aparecerem, porque elas também sempre estiveram ali; em vez disso, eles atuam nesse mundo em que todas as criaturas são de Deus, mas algumas delas com ressalvas. Ou, para dizer de outro modo, os benzimentos agem e expressam divisões entre os seres não tão harmônicas, pois carregam ambiguidades divinas e terrenas.

Esse pequeno impasse, por assim dizer, entre uma ordenação que vem de cima e outra que se estabelece no trabalho e nas relações entre humanos e seres outros-que-humanos nos sítios, será melhor analisado a partir das ideias de criação, bichos e animais no decorrer do texto. Antes disso, seguiremos tratando do benzimento, mas não mais de sua trajetória enquanto objeto de pesquisa, e sim enquanto algo formado por aspectos mágico-religiosos ou apenas religiosos. O primeiro aspecto, de uma dupla caracterização,

aparece tanto nas obras folclóricas quanto nas de Antropologia; o segundo, que insere as benzeduras apenas no campo do catolicismo, é algo que foi colocado pelas pessoas com quem conversei.

Mágico-religioso

(...) as fronteiras empíricas desses fenômenos são imensamente débeis, frágeis, fluidas. O que é exatamente uma experiência religiosa e em que medida ela se distingue de uma experiência familiar, ou de uma experiência lúdica, sensorial, é extremamente delicado; nada disso está dado a priori (Duarte, 2013).

Ao abordar as relações entre magia e religião na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, o historiador Keith Thomas argumenta que a Igreja medieval se mostrava, e era utilizada, como “um grande reservatório de poder mágico” (Thomas, 1991, p. 50). O autor argumenta que, a princípio, a diferença essencial entre as orações de uma pessoa religiosa e as palavras de um mago era a de que apenas estas últimas tinham a pretensão de funcionar automaticamente. Enquanto um encantamento, se feito corretamente, não deveria falhar nunca, uma ação religiosa dependeria, em última instância, da vontade de Deus. Na época, contudo, essa distinção era praticamente apagada, segundo o autor, pois os rituais religiosos eram encarados como possuidores de uma eficácia mecânica, cujo valor estava em sua simples execução. Thomas menciona como exemplos o fato de que se atribuíam poderes mágicos a um número determinado de missas dedicadas a uma intenção e capacidades sobrenaturais a quem conseguisse sair da igreja sob a posse de uma hóstia. Assim, a igreja do período teria se consolidado como um “agente mágico, além de devocional” (Thomas, 1991, p. 52). O mesmo autor argumenta que não houve, inicialmente, muito empenho por parte da Igreja em negar essa capacidade mágica que lhe era atribuída, uma vez que ela se beneficiava do reconhecimento da sua eficácia. E a diferença entre os agentes religiosos e os mágicos residia menos nos efeitos que ambos alegavam alcançar, e mais na posição social e na autoridade em que se fundavam suas pretensões (Thomas, 1991). Como argumentou Elda Rizzo, “a oposição popular/erudito só acontece entre sujeitos socialmente desiguais” (1985, p. 73).

Francisco Bethencourt se debruça sobre um dos séculos analisados por Keith Thomas (1991), o XVI, para abordar a magia em terras portuguesas. Ele defende que alguns especialistas, como o nigromante e o astrólogo, estavam mais próximos da cultura erudita, pois suas práticas exigiam o domínio da leitura e da escrita. A feiticeira, por sua vez, estava situada na chamada cultura popular, que o próprio autor coloca entre aspas,

uma vez que suas atividades dependiam majoritariamente da sua memória. Ele continua, e argumenta que os saladores, terminologia da época para curandeiros, estariam ainda mais afastados da “civilização material”, por lidarem com o corpo não só de pessoas, mas também de animais. Apesar dessa distinção fundamental, a visão mágica do mundo, segundo Bethencourt, abarcava o “miraculoso cristão e o maravilhoso do conto popular”. (Bethencourt, 2004, p. 290). Por fim, de maneira similar ao historiador britânico, Bethencourt (2004) aponta para uma disputa do que ele chama de “monopólio de manipulação do sagrado” entre os clérigos e os mágicos, e identifica que estes últimos estavam sempre no campo da ilegalidade e da marginalidade.

No Brasil colônia, religião erudita e religião popular teriam sido irreconciliáveis, segundo a perspectiva de Laura de Mello e Souza em seu já clássico livro *O diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986). A primeira, já reformada e rígida em seus dogmas, estaria distante de uma religiosidade popular tão sincrética, segundo a própria autora, e caótica quanto a vida na colônia portuguesa. Mas ela seria, inevitavelmente, composta por manifestações “mágico-religiosas”.

Especificamente na Antropologia, Sir James Frazer analisa aquilo que seria da ordem do mágico a partir de uma comparação com o científico. Em sua obra, clássica, *O ramo de ouro*, o antropólogo argumenta que as manifestações mágicas se caracterizam por atribuir uma consequência a uma ação que não ocasionou nada daquilo. A relação estabelecida por aqueles que fazem uso dos benzimentos, por exemplo, entre uma oração proferida e a cura de uma bicheira seria uma relação equivocada entre os dois eventos, e se caracterizaria como um pensamento mágico. Quem estabelece corretamente as relações de causa e efeito, segundo Frazer, é a ciência, o que faria das práticas mágicas uma espécie de pré-ciência. Contudo, no seu esforço de domesticar os elementos da natureza e manipular as leis do mundo natural, o homem afeito à magia se aproximaria da ciência. Com o mesmo movimento, se afastaria da religião, uma vez que esta não intenciona controlar lei nenhuma, pois elas já estão sob o comando de forças divinas superiores (Mauss, 2000). Em Itaju, as benzeções agregam tanto a ideia de que a vida é controlada por uma superioridade divina quanto a noção de que existe uma abertura para que as pessoas possam, de alguma forma, interferir em alguns acontecimentos do mundo.

Por servirem para solucionar problemas corriqueiros gerais, os benzimentos seriam encarados como mágicos por Malinowski, para quem a magia pertence às práticas cotidianas e visa alcançar fins imediatos. Se pensarmos mais especificamente na benzedura de animais como parte do processo de criação – que é o objetivo principal desta

pesquisa – a associação à magia torna-se mais tentadora, pois a magia é considerada a “invariável coadjuvante de todas as atividades importantes” e a personificação da esperança humana de que suas ações, como fazer uma canoa ou ter um sítio produtivo, sejam bem sucedidas (Malinowski, 1984, p. 93). Assim, o fato de as ações mágicas serem rotineiras não as tornam menos importantes, ao contrário, atesta a necessidade de se recorrer a elas em diversas ocasiões.

Assim como Frazer, Malinowski (1984) argumenta que a magia reforça a capacidade do ser humano diante de suas tarefas fundamentais, enquanto a religião implica, ao contrário, a dependência de um mundo sobrenatural superior e o reconhecimento da impotência humana. Ainda que a condição humana de sujeição a uma vontade divina não seja esquecida por parte daqueles que fazem uso dos benzimentos, as próprias benzeduras são um mecanismo de interferência na ordem sagrada.

De maneira similar ao argumento de Malinowski (1984) sobre as ações mágicas serem ordinárias, em Mauss elas se caracterizam pelo fato de serem feitas, basicamente, quando necessárias. Diferentemente dos ritos religiosos, que possuem um compromisso sagrado, os atos ou rituais mágicos seriam executados sem a mesma regularidade. Mesmo que possa ser encontrada uma ciclicidade nesse tipo de ações, quando estão associadas, por exemplo, a ciclos agrícolas, no geral o que as caracteriza é um caráter de excepcionalidade, de serem realizadas quando sua ação ou seus efeitos são requeridos. Mauss exemplifica com os procedimentos destinados a alcançar a cura para alguma doença ou infortúnio, que é, normalmente, a demanda dos benzimentos.

O local em que os procedimentos são realizados também importa para Mauss. Como argumenta o antropólogo francês, os eventos mágicos, esporádicos, tendem a ser realizados em locais mais afastados e isolados. Seu Juca, benzedor de Bariri, quando se retirava para o tranquilo cômodo onde estava localizado seu altar particular para fazer as orações dos benzimentos, estaria atendendo à uma das preferências das cerimônias mágicas: serem executadas nos “recônditos das casas” (Mauss, 2000, p. 23).

O mesmo autor, contudo, é categórico ao afirmar, diferentemente de Frazer, que não é possível tirar completamente a magia da religião, pois entre elas há níveis diferentes de transição em que as coisas se misturam e estabelecem, entre si, continuidades (Mauss, 2000). Ele explica esses encontros mágico-religiosos a partir do argumento de que a magia seria precursora da religião e dela teria emprestado certas figuras do bem e do mal (Mauss, 1981). Apesar das junções, seria a magia a possuidora de maior capacidade integrativa das sociedades, pois seus atos, tradicionais, são eficazes justamente porque

todo um grupo os reconhece enquanto tais. Magia e religião se aproximam também a partir da obra de Durkheim (1989). Para o sociólogo, a magia tem sua origem na religião, o que a deixaria repleta de elementos religiosos. Além disso, embora as duas tratem de coisas sagradas e possuam um fundo social, a magia estaria mais para a ordem do indivíduo, enquanto a religião mais para a do coletivo.

Nos trabalhos dos folcloristas, aparece de maneira evidente a localização de práticas como o benzimento ora em uma zona cinzenta localizada entre o mágico e o religioso, ora definido como mágico ou como religioso, a depender do pesquisador e do tipo de benzimento analisado. Luís da Câmara Cascudo, pesquisador que produziu mais de uma centena de livros sobre temas relacionados ao folclore, afirma a presença de uma dimensão mágico-religiosa nas mais variadas expressões da cultura popular (Cascudo, 1998).

O sociólogo Oswaldo Elias Xidieh, cujas pesquisas foram voltadas para a cultura popular e o folclore, traz a composição mágica e religiosa de práticas como o benzimento ao abordar os especialistas que os realizam. Segundo o pesquisador, eles são pessoas que conhecem “todas as sortes de práticas curativas, mágicas e mágico-religiosas”. E acrescenta que “não há, nos meios pesquisados, expressões de pura religiosidade, mas sim, uma espécie de heterodoxia mágica, mesclada de religião” (Xidieh, 1945, p. 11). Em seu Mestrado em Ciências da Religião, Ellen Cristina Moura afirma, de modo análogo, que os mesmos profissionais “mesclam elementos de magia, religião e medicina populares em seus rituais” (Moura, 2009, p. 174).

Em *Medicina Rústica*, Araújo distingue três tipos de medicina, conforme já mencionado: a mágica, a religiosa e a empírica. O benzimento é por ele situado na primeira categoria, ainda que o pesquisador reconheça que a prática é composta por rezas e orações – ou seja, possuem também certo caráter religioso. O assim chamado catolicismo popular, ou de folk, também é compreendido como uma prática mágica, e o autor dá como exemplos as promessas, as novenas e as romarias. Apesar de haver uma delimitação, as três divisões da medicina rústica têm no sobrenatural a origem das doenças e infortúnios. Além disso, o autor argumenta que as separações são mais para fins explicativos e menos para fazer jus à realidade, o que recoloca o benzimento, em alguma medida, na junção mágico-religiosa novamente.

Em *Os deuses do povo*, Carlos Rodrigues Brandão argumenta que a benzedura é executada por especialistas que possuem sua autonomia em relação à religião institucionalizada, ao mesmo tempo em que compõem o mesmo sistema de produção e

oferta de bens religiosos. Nesse sentido, elas são encaradas enquanto uma “magia católica” (2007 [1980], p. 163), novamente apontando para uma conexão entre o mágico e o religioso.

Em sua dissertação de mestrado sobre as benzedeadas no município de Campinas, Oliveira (1983) apresenta uma distinção mais durkheimiana a respeito da capacidade de coesão da magia e da religião. E também nessa obra estão ambas imbricadas:

O substrato de sua prática [das benzedeadas] é predominantemente religioso e não mágico, mas o seu exercício, tal como ocorre, do ponto de vista sociológico, tem mais a ver com a magia do que com a religião. É na magia, e não na religião, que se apresentam agentes isolados e, nesse sentido, elas poderiam ser definidas como mágicas que utilizam a religião. Uma das características mais ambivalentes das benzedeadas é que, apoiando-se totalmente na religião, os atos concretos da benzeção sempre se aproximam da magia (Oliveira, 1983, p. 137).

Retomar, aqui, um pouco desses esforços para uma definição do que é mágico e do que é religioso não tem como objetivo determinar se há mais características do benzimento que pertencem a uma ou a outra esfera da vida sobrenatural. Na verdade, passa muito mais pela intenção de explicitar a convivência do benzimento e de sua análise com esses duplos pertencimentos, que permanecem. Não parece haver escapatória diante dessa ambivalência, como foi muito bem colocado por Oliveira (1983), presente nos benzimentos. E ao longo deste texto serão utilizadas tanto reflexões sobre aquilo que é considerado mágico ou magia quanto discussões supostamente restritas ao campo da religião.

Contudo, permanecer na ambiguidade para fazer uso dos debates sobre o tema não impede que sejam analisadas as perspectivas daqueles que localizam os benzimentos na religião, mais especificamente no catolicismo. Para essas pessoas, não se trata nem um pouco de magia ou de mágica, mas apenas de religião. Entretanto, esse posicionamento certo não encerra o debate. Na verdade, muito pelo contrário, pois a aparente negação da magia e do mágico em Itaju permitiu que algumas questões fossem abordadas.

Magia

O benzedor com quem mais conversei foi o Zito, tanto pessoalmente quanto por telefone, quando ele me explicou algumas palavras de uma oração que havia me contado. Certa vez, em uma conversa que aconteceu na obra em que ele estava trabalhando de pedreiro, eu o questionei se os benzimentos, diante da sua eficiência, poderiam ser

colocados nos termos de algo que acontece como que por mágica. Não era a primeira vez que o assunto vinha à baila em Itaju, mas dessa vez eu estava fazendo a pergunta diretamente. A resposta de Zito para a minha pergunta foi a de que ‘não é magia, é Deus’. Eu achei interessante o fato de ele trocar a palavra original da pergunta, mágica, por magia. Durante nossas conversas, Zito expressou algumas vezes o esforço de conhecer outras práticas religiosas para se antecipar caso precisasse fazer algum benzimento em decorrência delas. Em outras palavras, ele dizia precisar saber a respeito do mal que outras religiões podem causar para conseguir fazer um benzimento apaziguador desses problemas. Nessas ocasiões, ele reforçava seu pertencimento católico, ao mesmo tempo em que apontava para a necessidade de conhecer igrejas evangélicas e espíritas, mas não dava muitos detalhes sobre isso. Contudo, a palavra utilizada para se referir aos malefícios que pudessem advir de outras religiosidades foi ‘magia’, de modo que me explicar que não é magia que faz as bicheiras caírem do animal, mas é Deus, significa reforçar o caráter benéfico dos benzimentos. Assim, o benzedor itajuense opôs magia a Deus e, conseqüentemente, o malefício daquilo que vem da magia, aos benefícios dos benzimentos. Mas Zito não foi o único a realizar essa separação.

A oposição entre religião e magia ocorre de maneira similar na obra de Mauss, mas o autor estabelece comparações entre aquilo que é mágico e o que é religioso. Ele argumenta que os atos religiosos são públicos, compartilhados e realizados por um sacerdote religioso. Sua finalidade benéfica possibilita que se apresente dessa maneira. Os atos que intencionam causar malefício, por sua vez, são feitos às escondidas e, se possível, de maneira isolada. Os atos mágicos, irregulares, tendem, no limite, ao proibido, e compõem uma magia que é sobretudo “antirreligiosa” (Mauss, 2000). Contudo, no que diz respeito a Itaju, o que parece se opor à esfera religiosa nesses termos colocados por Mauss é apenas a magia, que não é entendida como algo constituída por ações e elementos mágicos, mas como algo diferente da mágica.

Assim, o benzimento itajuense se opõe, em grande medida, à magia, uma vez que sua realização prevê apenas o alcance do bem, enquanto que a magia utiliza seus métodos para se atingir objetivos maléficis ou ilegítimos. Seu Juca foi categórico ao afirmar que benzedura é somente para promover coisas boas, tanto que a motivação principal para que seja bem-sucedida é justamente essa: desejar o bem. Da mesma maneira, Dona Cida me apresentou somente benzimentos que servem para curar pessoas ou animais; da mesma forma, as pessoas com quem conversei, que a procuram, o fazem somente para alcançar coisas que as beneficiem, ou beneficiem suas criações, sem prejudicar outrem

nesse processo. Ela teve ainda o cuidado de me esclarecer que realizava somente benzeduras curativas e para o bem, e que não fazia nenhum tipo de magia, ainda que ‘há quem faça...’.

Tanto na bibliografia quanto entre os benzedores por mim entrevistados, a argumentação de que se age apenas movido pelo bem vem acompanhada da afirmação de que os benzimentos são feitos sem que nada seja cobrado. A ideia é a de que se deve exercer o ofício sempre de maneira desinteressada. O fato de existirem especialistas capazes de provocar o mal indica que cabe aos benzedores e benzedoras optarem por direcionar sua capacidade para práticas de cura ou de malefício, mas, caso optem pela segunda prática ou a realizem eventualmente, não são “destituídos de seus conhecimentos” (Gomes; Pereira, 1989, p. 97).

Perguntar sobre o que seria esse mal e essa magia não costuma ser muito esclarecedor. Os benzedores fazem referência a uma ideia já existente do que é e de quem pratica esse mal que eles acreditam que eu também compartilho ou que é a que eu possuo. Quando Val disse que procurava conhecer as religiões evangélicas, não me pareceu que ele as identificava como inteiramente malélicas, mas sim como uma outra religião que, eventualmente, pode ser a origem de algum problema. Por outro lado, ouvi menções a certas figuras misteriosas de algum passado mais distante, homens errantes que, de passagem, praticavam o mal. Nessas histórias, a questão racial se fez presente, pois os homens, negros, foram identificados como feiticeiros.

A demonização de religiões de matriz africana e seus praticantes está bem longe de ser uma novidade. Ainda que foque mais no sincretismo das práticas religiosas, Laura de Mello e Souza (1986) argumenta como o Brasil colonial conviveu com a dupla identidade de purgatório e inferno e carregava a tarefa de purgar os pecados, por meio do trabalho escravo e da manutenção de uma vida infernal, das populações negras e indígenas. Em sua obra *O espetáculo das raças*, Schwarcz (1993) analisa como o Brasil, sobretudo no início do século XX, foi marcado por noções evolucionistas e eugenistas em relação às pessoas indígenas e negras. Em ambos os casos, depreciar uma parcela da população era, também, inferiorizar e, muitas vezes, criminalizar suas práticas religiosas. No governo getulista, por exemplo, exigia-se que os locais de culto afro-brasileiros obtivessem permissão de funcionamento e mantivessem registro nas delegacias de polícia; além disso, eram vigiados pela Inspetoria de Entorpecentes e Mistificações. Como é sintetizado por Paula Marinho,

o legado de depreciação e demonização das práticas religiosas – tanto das populações nativas das colônias, mas especialmente daquelas sequestradas à África – deve seu vultoso e prolongado tributo de condenação às ações doutrinárias da Igreja Romana, intimamente coligadas aos processos de expansão territorial da colonização europeia e de pilhagem dos recursos humanos e naturais das colônias desde o século XVI. E este é o ponto inicial a partir do qual, 500 anos depois, **a pecha de feitiçaria diabólica, não evoluída (...), ainda pesa sobre as práticas rituais das religiões afro-brasileiras** (Marinho, 2022, p. 491 - grifos meus).

Como é destacado pela autora e como revela a data do trabalho de Paula Marinho, a visão geral a respeito das religiões afro-brasileiras como algo maléfico e demonizado é algo que, infelizmente, ainda se mantém nos dias atuais, inclusive em Itaju.

Seja em um sentido benéfico ou maléfico, benzimentos e magias são sofisticados no sentido de pertencimento; como disse Aline, existe um pano de fundo desses atos. Arrisco dizer que benzimentos e magia pertencem à mesma coisa, a religião, mas a magia é voltada para as figuras maléficas enquanto que o benzimento faz uso de santos, de Jesus, do próprio Deus e de Nossa Senhora. Em seu livro sobre a cultura popular, Gomes e Pereira (1992) argumentam que, apesar da vontade absoluta de Deus, o Mal é um fato importante na composição do mundo. Ainda que ele esteja subordinado ao Bem, é preciso ser colocado em seu lugar por meio de benzimentos, ervas e orações. Os autores acrescentam, ainda, que o Mal não é algo estranho à religiosidade, mas que compõe inclusive o papel dos santos enquanto “agentes do Bem e do Mal” (1992, p. 91). Em um artigo sobre o catolicismo rústico, Queiroz atenua esse caráter dúbio dos santos, mas afirma que eles podem “zangar-se sem razão” apesar dos esforços de seus devotos que, então, se vingam dos santos (1968, p. 104).

Em seu artigo, Souza, Abumanssur e Júnior (2019) apontam justamente para a construção do Diabo e, conseqüentemente, do Mal, como algo que ocorreu em paralelo à crise na Igreja Católica entre os séculos XII e XIV na Europa ocidental. Aí teria sido gestado o Diabo como o conhecemos hoje. Em poucas palavras, o Diabo teria gradualmente saído de um trapalhão inofensivo para um ser maléfico capaz de medir forças com Deus a fim de fortalecer uma crise eclesiástica: se é poderoso o inimigo dos católicos, também precisa ser poderosa a religião que o combate. É nesse sentido que afirmo que a magia, enquanto expressão de algo maléfico, também pertence à religião, pois vem dela o reconhecimento de que se trata de algo poderoso, ainda que ruim. Além de atribuir-lhe importância, é também o catolicismo que possui os meios de

combatê-la, através dos benzimentos, por exemplo. Isso difere do que ocorre com a mágica, como se verá: ela não é algo perigoso a ser temido, pois é encarada mais como uma enganação do que como uma manifestação maligna.

Mágica

De modo geral, comenta-se que, ‘antigamente’, o benzimento surtia efeito quase que instantaneamente. Um avô ou um tio que benzesse animais permitia, diz-se, que qualquer pessoa que estivesse ali no momento visse as bicheiras caindo. Hoje, é preciso esperar pacientemente, e com alguma cautela, que um ou dois dias se passem para que o benzimento alcance seu objetivo. Os relatos que comparam os benzimentos de antes com os de agora não são raros de serem ouvidos. Mas na primeira ocasião em que isso me foi contado, a velocidade dos seus efeitos das benzeduras me chamou a atenção, e meu comentário a respeito disso provocou uma reação não muito positiva.

Eu ouvia um entusiasmado Luis contar que, quando criança, presenciou seu tio-avô fazendo alguns benzimentos algumas vezes; em uma delas, ele benzeu um boi que estava com bicheira e meu interlocutor viu aquela infestação de larvas de moscas secar e cair por terra ali na mesma hora. Diante de tamanha eficiência, eu, também entusiasmada, acrescentei que aquilo tinha acontecido como que “em um passe de mágica”. O meu adendo gerou um certo desconforto e certamente um desapontamento: eu não tinha entendido a história. ‘Não, não era mágica’, ele me explicou. ‘Não tinha nenhum truque, nenhuma pegadinha, você via a bicheira caindo ali na hora’.

O uso da palavra ‘truque’ em tom acusatório é interessante porque, segundo Hikel de Moraes (2019), existem discussões sobre o uso desse termo na comunidade mágica, sobretudo no Brasil. De acordo com ele, não é recomendado aos mágicos que anunciem sua apresentação como um truque, pois isso remete justamente à ideia de trapaça ou enganação; em vez disso, é preferível dizer que uma mágica ou efeito será apresentado.

Uma outra conversa que problematizou o caráter do benzimento aconteceu com uma veterinária, Aline. Ela é proprietária e trabalha na própria empresa de veterinária que cobre vários municípios da região, incluindo Itaju. Nós conversamos porque eu soube que ela lida com benzimentos no cotidiano do seu trabalho e, durante a conversa, ela me disse que acredita nas benzeções. Como ela se mostrou bastante interessada na pesquisa e fez algumas perguntas, eu cheguei a mencionar que uma das questões colocadas pela pesquisa era a oscilação do benzimento entre algo mágico e religioso. Ela argumentou, sem aparentar nenhum incômodo com a minha colocação, que os benzimentos têm um caráter

religioso apenas. Associou a colocação à sua própria história de vida, que começou em uma família católica e assim continuou sendo. Segundo Aline, ela não acreditaria em benzimentos hoje se não tivesse tido contato com eles ao longo de sua vida, de modo que as benzeções são encaradas como algo necessariamente atreladas a toda uma vivência religiosa, o que as faz pertencer inteiramente a esse campo religioso.

Se, da perspectiva de Aline, o benzimento está atrelado a uma vivência religiosa e tem como pano de fundo legitimador essa mesma religião, a magia carece dessa complexidade. ‘O benzimento não é mágico porque não é... pó de pirlimpimpim, tem toda uma coisa por trás’, disse-me minha interlocutora. A coisa por trás do benzimento é o catolicismo. E aquilo que é mágico carece de respaldo, é fictício tal qual o mencionado pó do Sítio do Pica Pau Amarelo. A colocação de Aline se assemelha à de José. O mágico é aquilo que funciona apenas nas aparências e que, no fundo, ou é uma brincadeira, ou não passa de uma trapaça.

Na clássica obra de Mauss sobre magia (2000), os termos *mágica* e *magia* estão estreitamente relacionados. Além de serem utilizados ao longo da obra com significados muito próximos, os termos são complementares; os atos da magia são por ele chamados de atos mágicos, bem como as representações que compõem a magia são mágicas. De maneira similar a de Mauss (2000), Ricardo Harada (2012) inicia sua tese com a constatação de que, frequentemente, magia e *mágica* são postas juntas. Contudo, a arte mágica por ele analisada e que aqui nos interessa, tem uma trajetória específica que oferece algumas possibilidades de pensarmos sobre esses dois termos em Itaju.

O ponto de partida do autor é um termo anterior e comum à *mágica* e à *magia*. Para falar sobre a *taumaturgia*, Harada (2012) parte da etimologia da palavra, que vem do grego e pode ser traduzida como maravilhoso. A análise recai sobre o que ele argumenta ser o registro mais antigo dessa prática, um documento egípcio que data de quatro mil anos atrás. Ele pontua que o papiro não pode ser tomado como um registro histórico fiel, sobretudo porque ele narra supostos fatos ocorridos quinhentos anos antes de sua elaboração e porque, pela caligrafia, pode ter sido escrito por uma criança. Mesmo assim, Harada argumenta que os relatos fantasiosos do documento oferecem diversos paralelos com a *mágica* atual, inclusive no que diz respeito ao *taumaturgo*. O grande objetivo do *taumaturgo*, com seus feitos misteriosos, era atestar a existência de forças sobrenaturais; para isso, se dedicava a provocar o maravilhamento ao apresentar o inesperado. O objetivo de maravilhar diante de acontecimentos insólitos se estendeu dos *taumaturgos* até a arte mágica e contribuiu para a compreensão do entendimento de Aline e José sobre

a associação do benzimento à mágica: foi como se eu tivesse sugerido que as benzeções não têm uma inegável ligação com o sagrado para fins de cura, mas uma intimidade com macetes misteriosos a fim de fascinar e entreter.

À função de promover acontecimentos inexplicáveis e surpreendentes, a veterinária acrescentou a ideia de que mágicas são pouco convincentes e estão associadas a um público ingênuo, infantil. Isso foi expressado pela fala a respeito do pó de pirlimpimpim, um elemento mágico presente na obra destinada ao público infanto-juvenil do escritor Monteiro Lobato. O pó era aspirado pelos personagens, alguns também impossíveis, para que eles se teletransportassem num passe de mágica. Assim como é fantasioso e irreal o pó do Sítio do Picapau Amarelo, também o seriam outras práticas mágicas. Destinadas a crianças que ainda não compreenderam aquilo que de fato rege e funciona no mundo e que, enquanto isso, se divertem ingenuamente com impossibilidades.

O Dicionário da Língua Portuguesa, de António de Moraes Silva, é considerado por alguns estudiosos como o marco inicial da dicionarística portuguesa moderna e um fator de harmonia linguística entre Brasil e Portugal. Constitui um instrumento fundamental no apoio à interpretação de fontes documentais dos séculos XVII e XVIII. A 3ª edição foi a última da responsabilidade de António de Moraes Silva, mas a obra conservou a sua autoria até à 10.ª e última edição¹⁴. É nela que é possível encontrar o verbete “perlimpimpim”:

Perlimpimpim, antr. fantástico. Usa-se na expressão: *pós de perlimpimpim*, isto é, pós dotados de propriedades maravilhosas; correntemente para designar pós medicamentos **sem qualquer eficácia** (Silva; Moreno; Júnior, 1949-1959, p. 168 - grifo meu).

Não é possível precisar, aqui, se o uso do termo foi inaugurado pelo autor de obras infantis ou se ele já era uma palavra utilizada para designar medidas ineficazes e enganosas contra enfermidades. E, diferentemente do que ocorre na obra de Monteiro Lobato, o dicionário menciona o uso do termo para referir-se a práticas curativas, ainda que ineficazes. De todo modo, seria um pó de mentirinha. Mas existe um outro aspecto da mágica, que, associado ao discutido na seção anterior, que tratou de magia, vale a pena abordar.

¹⁴ fonte: < <https://www.cepese.pt/portal/pt/bases-de-dados/dicionario/apresentacao> > Acesso em 04/10/2023.

Além do maravilhamento ligado à taumaturgia, a arte mágica também seria herdeira do que Harada (2012) nomeia como “magia natural”, tanto que o autor se refere à mágica como “magia simulada”. Em seu trabalho, o autor define a magia natural como as ações realizadas por um mago que exprimiam uma relação com a natureza que o possibilitava realizar atos que eram inexplicáveis a partir do conhecimento comum disponível. Diferentemente de outras formas de mágica, em que o sucesso das operações depende da agilidade e destreza do mágico, na magia natural o mago exerce seu domínio sobre elementos da natureza. A respeito das ações mágicas, o autor argumenta que nela

um actante simula a magia, demonstrando acontecimentos impossíveis. Ao executar uma mágica, invariavelmente, o mágico segue representando o papel de um mago, ou seja, de um homem capaz de controlar forças ocultas e desconhecidas da natureza, para produzir acontecimentos impossíveis (Harada, 2012, p. 274).

Enquanto um falseamento da magia, a mágica simula um conhecimento e um domínio do mundo que concorre com os poderes divinos. Nesse sentido, a magia não representa o Mal apenas porque se orienta para fins maléficos, como foi visto na seção anterior. Ela também busca exercer um domínio sobre uma natureza que não lhe pertence, mas sim pertence apenas a Deus. Assim, a magia se aproxima, em alguma medida, da ideia de engodo que compõe a mágica. Isso porque quem de fato controla o mundo é Deus, e tentativas maléficas de tomar o Seu lugar também expressam o equívoco de acreditar que isso é possível. Como disse Hanciau sobre a magia, “só Deus ensina os grandes segredos” (2009, p. 76). Temos, na Bíblia, o encontro entre um feito genuíno, realizado a mando de Deus, e um feito enganoso, produzido por encantadores:

Disse o Senhor a Moisés e Aarão: “Se o faraó pedir que vocês façam algum milagre, você dirá a Aarão que pegue a vara de você e a jogue diante do Faraó; e ela se transformará em cobra. Moisés e Aarão se apresentaram diante do faraó e fizeram o que o Senhor lhes havia mandado. Aarão jogou a vara diante do Faraó e seus ministros e ela se transformou em cobra. O Faraó, porém, mandou chamar os Sábios e os encantadores de cobras, e também eles, os magos do Egito, fizeram o mesmo com suas ciências ocultas: cada um jogou a sua vara e elas se transformaram em cobras. No entanto, a vara de Aarão devorou a vara deles (Ex, 7, 8 -12).

Da perspectiva da narrativa bíblica, o mago é um impostor cujos feitos são subjugados pelo que seria um verdadeiro milagre com respaldo divino e operado por seus

súditos¹⁵. Mesmo a magia seria, nesse sentido, uma ação que não se sustenta por muito tempo, por ser esvaziada de significado. Contudo, como é evidenciado pela passagem bíblica, não é tão simples desmascarar o procedimento, até porque se trata de uma disputa entre o Bem e o Mal. Nas palavras de Brandão (2007) “a religião dá nome a todas as coisas, e até torna o incrível possível e legítimo”, mas é para Deus que nada é impossível, não para o mago.

Em sua dissertação de mestrado sobre benzeções em um município alagoano, Sergiana Santos (2018) também recupera parte da clássica discussão antropológica a respeito do que é magia e do que é religião. Como ela evidencia, aquilo que tem rendido discussões antropológicas há tempos não é uma questão para os rezadores e rezadeiras com os quais ela teve contato:

Essa questão, inquietante para os antropólogos, não é de fácil aceitação para os interlocutores, pelo menos quando se trata de perguntas ou direcionamentos sobre o tema da magia. Em entrevista com o rezador, quando perguntado sobre se o que ele fazia considerava como magia, ele respondeu: “A senhora sabe o que é mágica? Mágica! (risos e caminhando dentro de casa) Eita mulher cheia de graça!” (Santos S., 2018, p. 89).

Embora o benzimento seja colocado dentro dos limites do religioso para os interlocutores de Santos sem maiores problemas, o rezador citado toma como mágico aquilo que ela aventou como sendo da esfera da magia. Assim como não é cogitada a possibilidade de os benzimentos pertencerem a outra esfera que não a religiosa, não é posta pelos rezadores de Delmiro Gouveia a distinção entre mágica e magia. Em Itaju, por outro lado, tal distinção se apresentou como um fator importante a se levar em conta para se pensar a posição do benzimento.

As reflexões sobre mágica e magia, provocadas por alguns itajuenses, permitiram uma melhor compreensão do modo como o benzimento é localizado na esfera religiosa. Distingue-se daquilo que é mágico, porque a mágica é tida como algo infantil e, associado a isso, com recursos insuficientes para ter efeitos além de uma ilusão. A magia, como visto na seção anterior, destina-se a fins não tão bonitos e nobres como os benzimentos.

¹⁵ A oposição entre milagres religiosos e a mágica falsa e pagã se desdobrou no decorrer da história, notadamente no período da Idade Média, quando, de fraudulenta, passou para um caráter diabólico sem precedentes (Frederici, 2023).

De maneira bastante simples, as distinções e semelhanças entre uns e outros pode ser organizada da seguinte maneira:

Eficaz e benéfico	Eficaz e maléfico	Embuste/infantil
benzimento/benzeção/ benzedura	Magia	mágica/mágico

Imagem 15: Separação entre magia e mágica.

Como fica explicitado na tabela, aquilo que aproxima o benzimento da magia é a efetividade, seja ela para o bem ou para o mal. O não pertencimento a uma religiosidade faz com que as coisas mágicas sejam consideradas ora toscas, porque não há nada para além da ação em si mesma que pudesse lhes valorar e legitimar, ora fraudulentas, uma vez que a mágica é, antes de tudo, ilusionismo, ora infantis, pois não passam de artes de enganar, de iludir, sem qualquer eficácia para além de sua realização. O entendimento dos itajuenses de que apenas a eficácia não é suficiente vai de encontro ao argumento de Carlos Sautchuk (2017) a respeito da técnica. Segundo o antropólogo, ela não pode ser pensada e reduzida apenas a uma ação com um efeito, pois uma série de outras questões estão envolvidas; no caso dos benzimentos, existem as noções de bem e de mal, a transmissão do dom e a necessidade fé, por exemplo, que fazem com que essa técnica tenha muitos mais elementos do que eficácia pura e simples.

Não foi incluído na tabela, ao lado de magia, o termo feitiçaria. Essa palavra não apareceu de fato em Itaju, mas apenas o seu suposto executor, o feiticeiro. Contudo, no momento bastante pontual em que isso ocorreu, o feiticeiro foi mencionado como aquele que executa magias, não feitiçarias. Em seu artigo, Nubia Hanciau (2009) aborda as terminologias usadas para nomear o que ela chama de “atos mágicos”. Segundo ela, não há uma distinção exata entre magia e feitiçaria, sendo difícil determinar onde começa uma e termina outra. Isso aproxima a feitiçaria da definição itajuense de magia, a partir do malefício. Contudo, Hanciau lança mão de autores que também se debruçaram sobre o tema e argumenta que a magia é, normalmente, encarada como aquela que comanda forças malignas. E a feitiçaria seria a tentativa, incipiente, de fazer a mesma coisa.

Também em um artigo, Suzane Pêpe (2009) analisa as apropriações e os usos do termo feitiçaria ao longo da história. Logo no início, ela argumenta que as definições do que seria feitiçaria foram prejudicadas pela distorção que o Ocidente fez das práticas dos outros povos, o que acarretou, inclusive, uma mistura dos termos “feitiçaria” e “bruxaria”, que chegaram a se tornar sinônimos. Enquanto isso, populações sobretudo do continente africano, faziam distinções bastante específicas entre uma e outra. Um exemplo que traz essa separação entre os termos é a obra clássica de Evans-Pritchard (1978) sobre os

Azande. Nela, o autor enfatiza que a bruxaria zande é uma forma de explicar os infortúnios e também de regular a conduta humana e organizar as relações sociais. Contudo, ela acontece sem que seja executado um rito ou uma ação mágica nos termos anteriormente estabelecidos por Mauss: a bruxaria é apresentada por Evans-Pritchard como um ato psíquico que advém de uma qualidade intrínseca de quem já é bruxo. Enquanto a bruxaria ocorre em um processo lento que não exclui outras explicações de causa e efeito para os infortúnios, a feitiçaria faz um indivíduo adoecer e morrer em um curto espaço de tempo e envolve a manipulação de objetos com essa finalidade (Evans-Pritchard, 1978).

Por fim, ainda que não seja o objetivo esmiuçar as questões relativas à feitiçaria, que bem pouco apareceram em meu trabalho de campo – e que demandariam a atenção a todo um enorme corpus bibliográfico –, vale mencionar a pesquisa de Jeanne Favret-Saada (2005). Nela, feitiçaria e bruxaria aparecem como sinônimos, mas a pesquisadora levou bastante tempo até que seus interlocutores começassem a lhe falar sobre essa temática. Demorou, inclusive, para que as pessoas admitissem a existência da feitiçaria. O diálogo mais aberto só foi possível depois que foi constatado que havia sido ela própria mais uma vítima de feitiçaria. Em Itaju, a feitiçaria foi mencionada casualmente e sem rodeios, mas essa facilidade pode ter origem no fato de que essa prática, considerada negativa e maléfica, foi localizada sempre no outro, o que constitui, como se sabe, uma das características mais comuns da feitiçaria.

Considerações sobre o primeiro capítulo

Em Itaju, as propriedades rurais são os lugares em que os benzedores são chamados para fazer as benzeções funcionarem, ou não. Mas, mesmo nos casos em que se abre mão dessa prática, os sítios são usualmente os lugares em que se sabe falar sobre o benzimento de animais, porque se cria animais, com todos os problemas e percalços que isso pode significar, e também porque ali se conhece o benzimento. Assim, inicialmente, buscou-se descrever um pouco sobre as regiões rurais de Itaju, a Barra Mansa e a Boa Vista, e sobre as pessoas que trabalham e vivem em algumas localidades por ali. As pessoas foram minimamente apresentadas a partir de suas propriedades, o que significa apenas uma apresentação breve e restrita aos interesses dessa pesquisa, e não uma redução de qualquer tipo da vida ou biografia das pessoas com quem conversei àquelas informações.

A nomenclatura para se referir ao espaço rural de cada família, o sítio, repete o termo utilizado pelos estudos das comunidades rurais. Como já foi apontado na primeira parte do capítulo, alguns dos sentidos antes atribuídos aos sítios e seus moradores não são aplicáveis a Itaju. Na verdade, os sítios são bastante diversos, de modo que muitas

características podem ser-lhe atribuídas, mas não a todos. Existe a pequena propriedade sem terras arrendadas, onde vivem diferentes criações e o casal se dedica à vida no sítio; existe a propriedade familiar que extrapola suas próprias cercas e vira arrendamento em terras vizinhas com uso de maquinário moderno. Há, também, a casa-piscina para os finais de semana, com pasto em volta e a presença do meeiro. E o tamanho e o uso que se faz dessas terras pouco determina no aparecimento ou não dos benzimentos, já que até proprietários de numerosas cabeças de gado também os utilizam, de modo que a existência das benzeduras não parece estar atrelada a um modo específico de vida rural. Nesse sentido, as transformações inevitáveis que alcançam os espaços rurais, assim como chegam e afetam todos os espaços, rurais ou não, não parecem ter sido um impeditivo para que os benzimentos continuassem a fazer sentido ainda hoje.

À apresentação do lugar e das pessoas segue um pequeno traçado de alguns estudos sobre os benzimentos, que tiveram início com o movimento folclórico e depois continuaram pela Antropologia. Em seu livro, Mariana de Carvalho Ilheo (2022) aponta para um aumento de pesquisas dedicadas ao tema, com destaque para a análise do papel das mulheres nas práticas de cura e a inserção dos benzimentos em uma lógica de bens de consumo. Aqui, o esforço é o de dar continuidade a esses estudos que pluralizam os benzimentos, pensando nessa prática enquanto constituinte do trabalho com os animais, enquanto uma técnica de criação.

Se as pesquisas sobre as benzeções de modo geral as classificam como algo sendo fenômeno mágico e/ou religioso, a última parte do capítulo sugere uma separação entre os termos mágica e magia, a partir do que foi relatado por algumas pessoas em Itaju. A distinção contribuiu para compreender a maneira como o benzimento é visto – mais eficaz do que a mágica – e a que ele se opõe – ao malefício da magia. A partir dessa distinção, podemos pensá-los, os benzimentos, enquanto uma técnica que é localizada inteiramente na esfera religiosa pelos meus interlocutores, embora isso tampouco encerre a análise sobre eles. Após algumas reflexões sobre o chamado catolicismo popular, o capítulo seguinte é dedicado a explorar de que maneira elementos religiosos específicos, como o batismo e a ideia de criação, interferem na compreensão do benzimento. Além disso, faço o exercício de estabelecer o que vem a ser o dom, já mencionado aqui, que, de um lado, inspira benzedores e benzedoras a agirem e, de outro, autoriza as pessoas de modo geral a agirem com autoridade em relação aos outros seres vivos.

CAPÍTULO II - CATOLICISMOS

Este capítulo dá sequência à ideia de que o benzimento pertence inteiramente à esfera religiosa, formulada pelos itajuenses a partir de uma diferenciação da magia e da mágica. Inicialmente, são abordados alguns aspectos históricos do catolicismo, principalmente no que diz respeito a uma certa continuidade dos benzimentos na Metrópole e na Colônia, incluindo os benzimentos de animais. Apesar de ser uma prática bastante difundida em ambos os cenários, sempre houve disputas sobre quais eram os sujeitos que deveriam executar tais práticas ou, mais adiante, se tais procedimentos deveriam seguir sendo executados. O direito à elaboração e comércio dos chamados medicamentos secretos, como visto, expressa essas disputas, que ocorriam tanto em campo religioso quanto em relação à medicina. Nas pesquisas sobre a questão religiosa, a ideia de que existe um catolicismo popular acompanha essa distinção entre uma religiosidade institucionalizada e considerada oficial e outra executada e vivida por pessoas comuns, entre elas os benzedores e benzedoras. Algumas observações são feitas ao termo popular, ao mesmo tempo em que se destaca que existem, de fato, diferentes catolicismos, segundo os próprios itajuenses. O que se aponta é que a identificação de elementos considerados populares, como a devoção aos santos e às imagens, não necessariamente acarreta no uso dos benzimentos, fazendo necessário uma atenção a essas nuances dos catolicismos.

Os elementos do catolicismo que aparecem como fundamentais para a compreensão do benzimento são as ideias de criação e de dom. Da primeira decorrem discussões importantes sobre os animais não serem batizados e sobre as criações humanas – aquelas de bois, porcos e galinhas, mantidas nos sítios – não coincidirem sempre com a ideia religiosa do termo, de que todas as criaturas têm uma origem divina. Neste capítulo, isso leva a algumas reflexões sobre o modo como os seres humanos, inspirados por uma noção católica de criação, agem em relação aos demais seres vivos; no capítulo quatro, as reflexões sobre a criação serão recuperadas para delimitar melhor aqueles que são benzidos e aqueles que são combatidos por meio dos benzimentos.

Associado às discussões sobre a criação divina do mundo está o dom. Assim como criação tem um duplo significado, humano e sagrado, o dom tem um sentido que é atribuído às coisas do mundo, entendidas enquanto dádiva divina a serem trabalhadas pelo ser humano, e outro sentido que concerne ao benzimento, coisa humana. Assim, o dom refere-se tanto aos recursos disponibilizados para que as pessoas usufruam e trabalhem com ou sobre eles, como a terra para plantio e a água para abastecimento das vidas

humana e animal, quanto à capacidade que algumas pessoas possuem de curar por meio da palavra. Essa ideia de dom é valiosa, portanto, para a compreensão dos benzimentos em si e do trabalho desempenhado nas propriedades rurais, o que será melhor analisado no último capítulo desta tese.

Breve retomada

A história do catolicismo brasileiro é inseparável do processo de formação do Brasil: o ato considerado o início da colonização do território é a celebração de uma missa diante de uma grande cruz de madeira no que viria a ser o litoral da Bahia (Steil; Toniol, 2013). Intimamente vinculada à ideia de civilização, a cruz tanto sinalizava um local de culto e devoção quanto era um marco de conquista (Azzi, 1978). Mas não foi apenas um catolicismo que foi trazido da Europa. Ainda em Portugal, podia-se distinguir duas religiosidades, uma do clero e outra dos fiéis, uma vez que estes ainda não haviam sofrido as mudanças intencionadas pela reforma tridentina e viviam sua fé sem depender das paróquias. De modo geral, a implementação do catolicismo no Brasil refletiu essas características oriundas da Metrópole (Jurkevics, 2004).

A respeito dos benzimentos anteriores à colonização, Bethencourt (2004) apresenta o caso de Rui Gonçalves, um português que curava animais doentes com sal e pão bento. Ainda sobre Portugal, Freyre trata da possibilidade de se observar os bois “entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres” (Freyre, 2004, p. 84). Souza (1986), por sua vez, aponta para um benzimento de animais ainda mais amplo em terras lusitanas: “touro, ovelhas, porcos eram levados para bênção ritual e tornavam a basílica semelhante a um rancho texano de hoje” (Souza, 1986, p. 184).

Em seu artigo sobre as medicinas secretas dos anos mil e setecentos, Vera Marques (2003) aponta para o fato de que seu uso não foi exclusividade das classes populares. A autora cita como exemplo Dom João V, que se valeu de um medicamento secreto na tentativa de superar uma enfermidade que o afetava. Ela destaca, ainda, o fato de o monarca ter feito isso à revelia das do posicionamento eclesiástico da época (Marques, 2003). Apesar de praticado oficialmente pela Igreja Católica e pelas classes mais altas, quando realizado cotidianamente por pessoas comuns, o benzimento era, muitas vezes, repreendido e podia resultar na condenação do benzedor, em terras portuguesas ou brasileiras (Bethencourt, 2004 e Souza, 1986).

A similaridade entre as terras lusitanas e as brasileiras não é somente no tratamento, frequentemente negativo, dado às benzeções. Muitas das orações que

circulam ainda hoje, inclusive por meio dos benzimentos, datam da Idade Média portuguesa e foram utilizadas, no período colonial, como instrumento de difusão e fixação da língua da metrópole. E a leitura dos processos inquisitoriais brasileiros revela que houve uma preservação das fórmulas ibéricas junto ao surgimento de variações e adaptações ao cotidiano brasileiro (Albuquerque, 2004a). Ademais, um catolicismo marcadamente doméstico também esteve vinculado ao modo como se deu a colonização, em torno de donatários e patriarcas, que acabavam construindo suas próprias capelas e mantinham um padre capelão à serviço da casa-grande (Souza, 1989).

Mais adiante, o catolicismo instituiu-se no Brasil como a religião oficial do Estado, sendo regido pelo Regime do Padroado. Por meio dele, os reis de Portugal tornaram-se responsáveis pela administração da religião católica nos territórios de além-mar, de modo que “a influência de Roma sobre o Brasil foi mínima” (Hoornaert, 1984: 12). Mesmo o Estado tomando para si a organização da religião, ele permitiu a emergência de um catolicismo devocional, cuja reprodução estava vinculada aos agentes religiosos leigos e suas irmandades e associações, pouco afetado pela estrutura eclesiástica (Hoornaert, 1984). Tal catolicismo dedicava-se, também, à solução de diversos males que pudessem cruzar a vidas das pessoas, borrando a fronteira entre ele e aquilo que, supostamente, deveria pertencer à medicina. No Brasil colonial, a medicina dividia espaço com barbeiros, curandeiros e benzedores que buscavam a cura a partir de rezas, uso de ervas, garrafadas e unguentos, entre outras técnicas. Esse cenário de autonomia se modificou com a vinda da família real para o Brasil, que deu início ao processo de regulamentação da prática médica exercida no país. Essas mudanças foram mais percebidas nas principais áreas urbanas do território, onde se viu declarada “uma verdadeira “guerra santa”” às atividades de curandeiros, rezadores e feiticeiros (Montero, 1985). Entre a religiosidade oficial e a medicina, o catolicismo e os benzimentos foram considerados, simultaneamente, um arremedo da religião e da medicina oficiais (Brandão, 1983).

Na pesquisa de Marques (2003) sobre os medicamentos secretos do Brasil, é evidenciada a dificuldade de separar essas esferas, religiosa e médica, que eram tanto concorrentes na oferta de cura quanto similares em seus procedimentos. Ela aponta que somente alguns formuladores de remédios secretos eram perseguidos, enquanto que “os segredos preparados por médicos e cirurgiões eram anunciados nas ruas mais públicas” (2003, p. 171). Especificamente sobre a esfera religiosa, a pesquisadora argumenta que não eram somente padres e jesuítas que se sentiam agraciados por dons divinos para

promover a cura. Médicos alegavam efeitos milagrosos e alertavam para a necessidade de Deus contribuir nos processos de cura de seus pacientes.

A primeira ofensiva pós-inquisição e contra as formas de religião popular no Brasil foi efetuada por um padre, Lopes da Gama, em um periódico intitulado “O Carapuceiro”, na Bahia de 1832. Seu argumento era que, se havia alguma cura advinda dessas práticas, isso se devia ao mero acaso, e alertava sobre o perigo de confiar a saúde a esses especialistas. Cinco anos depois, as críticas retornaram no artigo “Os curadores de feitiço”, mas adquirindo um tom mais agressivo. O mesmo padre defendia a repressão das práticas populares e considerava benéfica a ação dos magistrados contra a proliferação da feitiçaria (Albuquerque, 2004a, p. 39).

Nesse cenário de disputa pela autoridade sobre os procedimentos de cura, os medicamentos secretos foram sendo banidos da ciência e das práticas médicas, que se esforçavam em não mais participar do quadro de curadores da época. Isso é perceptível, segundo a mesma autora, a partir da mudança dos “avisos” nas gazetas no século XIX, que seguiam apresentando ofertas e especialidades diversas por parte de curadores, mas não possuíam mais anúncios de médicos e suas medicinas (Marques, 2003). Na segunda metade do século XIX, o processo denominado de romanização expressou o desejo do Concílio Vaticano I (1869) de ver implantado em todo o seu domínio um mesmo modelo de catolicismo. Para tanto, a Igreja investiu na formação moral e teológica do clero e se esforçou para substituir as organizações leigas por congregações e ordens religiosas oficiais. Outra medida importante foi a de tomar, dos templos populares, as imagens dos santos e trazê-las para os templos paroquiais (matrizes ou capelas); retirando-as dos oratórios onde eram guardadas por leigos, a Igreja passou a controlar as romarias (Jurkevics, 2004). A romanização assumiu maior firmeza com a proclamação da República no Brasil. Ao separar Estado e Igreja, permitiu a esta organizar-se da forma que considerasse mais adequada e que pudesse seguir mais de perto as diretrizes romanas (Menezes, 2004). E, com a República, o país tinha a violenta tarefa de colocar negros, indígenas e imigrantes em uma só sociedade civil, que deveria se submeter simultaneamente à normatividade das leis e à moral cristã. Nesse processo, as formas religiosas foram se constituindo e se modificando em decorrência de um jogo de forças que opôs aquilo que, contextualmente, foi posto como mágico e a legitimidade social do que foi estabelecido como religioso (Montero, 2006). Já em 1948, Antonio Candido argumentava que “quando há um bom curador os médicos mandam pô-lo na cadeia”

(2017, p. 210). E, um pouco mais adiante, Oswald Elias Xidieh escreve, a respeito dos benzedores eventualmente se tornarem especialistas:

Em Jabuticabal o popular e falecido Alfredão só curava eczemas e um dos antigos guardas do jardim só torceduras. Em Moji das Cruzes o falecido Joaquim Portugal benzia os males do ventre e do peito. E, se não fosse o receio de que a polícia venha a recolher os meus... elementos de trabalho, eu poderia apontar em cada região do Estado numerosos “especialistas ainda vivos (Xidieh, 1972, p. 75).

Popular

Esse catolicismo, ora permitido ou ignorado, ora combatido, foi pensado pelas Ciências Sociais enquanto um catolicismo popular, categoria que agrega fenômenos como festas de santo, promessas, novenas, romarias, bem como os benzimentos. Ele foi localizado em um contexto socioeconômico específico, que é, pelo menos na região sudeste do Brasil (sobretudo em São Paulo e Minas Gerais), o do caipira (Brandão, 1983). Tratava-se, como foi visto no capítulo anterior, de uma religião relacionada ao bairro rural isolado, descrito por Cândido (2017) como um “mínimo social” onde se desenrolam as relações básicas do caipira, tão rudimentares quanto o restante de sua vida; um catolicismo associado à vida errante daqueles que garantia nenhuma tinham da posse das terras que trabalhavam (Queiroz, 1968; Brandão, 1983; Cândido, 2017).

Sem perder essas questões de vista, há que se considerar que falar em catolicismo popular adquiriu outros significados. Reesink (2013, p. 175) argumenta que ainda permanece um “exotismo” nesse campo de estudos. Exotismo, pois, como é apontado pela autora, “popular” não é um termo nativo: “nenhum católico se diz 'católico popular’”. Além disso, a autora traz questões a respeito da imprecisão do termo popular, que pode designar eventos, experiências e práticas bastante diversos, inclusive de outras religiões. Em seu livro *Tudo o que é de Deus é bom* (Theije, 2002), Marjo de Theije apresenta-nos o terço de dona Severina, uma senhora devota de Padre Cícero. É em torno dela que se realiza um terço comunitário que, a princípio, seria associado ao catolicismo popular, mas é frequentado por pessoas que participam do grupo de CEB (Comunidade Eclesial de Base) coordenado pelo padre local – o que seria expressão de um catolicismo oficial. A autora chama atenção para o fato de que o terço de dona Severina, naquele contexto da pesquisa de campo, podia ser considerado popular, mas no início do século XX era encarado enquanto oficial. Reflexões similares surgiram a respeito do catolicismo em

Garanhuns, Pernambuco. Marjo de Theije (2002) argumenta que a divisão entre catolicismo oficial e popular tem pouco a oferecer se considerarmos que as pessoas envolvidas em cada uma dessas categorias são, muitas vezes, as mesmas. Além disso, esse pensamento binário não oferece apenas uma separação metodológica, mas acaba por criar uma hierarquia entre um catolicismo mais legítimo, posto que oficial, e outro adaptado, popularizado e, por isso, menos legítimo.

As discussões sobre religiões oficiais e populares passam pelo debate, bastante intenso, sobre as diferenças, ou mesmo sobre a existência, de culturas populares e outras eruditas. Na nota da 1ª edição do seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo advoga explicitamente pela “existência dual da cultura entre todos os povos”; o célebre folclorista potiguar argumenta que, em qualquer um deles, “há uma cultura sagrada, oficial, e a cultura popular, aberta apenas à transmissão oral” (1998, p. 9). A conclusão coincide com o entendimento de cultura popular como uma forma de resistência às condições e transformações que o país, de modo geral, enfrentava à época dos estudos das comunidades rurais, como foi visto no capítulo anterior. O posicionamento de Câmara Cascudo, enquanto folclorista, não poderia ser diferente. O surgimento do neologismo *folklore*, acompanhado de uma tomada de corpo da disciplina folclórica, marcou o momento em que o “povo” e sua cultura começaram a ser pensados enquanto categoria no Brasil. O mérito foi a de imaginar o povo enquanto capaz de ter cultura, algo que, em sua definição anterior, era algo muito restrito a algumas poucas pessoas da elite. O efeito colateral foi o de tomar o povo e o seu derivado, aquilo que é popular, por homogêneo (Burke, 1977).

Em seu artigo, intitulado “O catolicismo rústico no Brasil”, Maria Isaura Pereira de Queiroz segue a linha de Câmara Cascudo e afirma uma cisão entre dois catolicismos, um que atende às “necessidades religiosas espontaneamente formada pela massa da população”, e outro formado pela “estrutura de uma hierarquia sacerdotal, sustentada por um dogmatismo mais ou menos rígido” (1968, p. 104). Posteriormente, contudo, a autora defendeu uma compreensão do rural e do urbano que pode ser utilizada para borrar as fronteiras da religiosidade, até porque ela fala dos espaços físicos fazendo uso do termo sincretismo, que ela rejeita:

campo e cidade não se apresentaram como uma dualidade, pois neste caso se estaria admitindo uma impenetrabilidade recíproca; mas também não se apresentaram como dois casos de sincretismo, reunindo, devido às suas interinfluências, traços congruentes. Apresentam-se

como dois fatos que podem ter áreas que se recobrem, enquanto outras permanecem distintas; que ora convergem em seus processos internos, ora divergem; que às vezes se associam em complementaridade, e outras vezes se opõem (Queiroz, 1976, p. 309).

A argumentação da autora se aplica à diversidade dos sítios de Itaju, apresentada no capítulo anterior, e se estende à questão religiosa tanto no que diz respeito aos esforços teóricos de considerar que sempre existem diferenças dentro dos recortes estabelecidos (Burke, 1997), quanto aos apontamentos feitos pelos itajuenses de que existem aproximações e afastamentos entre um e outro catolicismo. Quando conheci Seu Juca, o primeiro benzedor com quem conversei, o fiz por intermédio de uma ministra da eucaristia. Toda segunda-feira ela levava a eucaristia para ele e, em uma das vezes em que fui junto, revelou uma admiração tanto por Seu Juca quanto pela eficácia dos benzimentos que ele realizava. Além disso, o próprio benzedor, que atua fora do âmbito da igreja, participava de algumas formalidades da instituição, como o recebimento da eucaristia e a confissão.

Jair, que cria gado e tem um pequeno pomar em um sítio próximo de Dorão, também apresenta essa distinção entre religiosidades. Com cerca de 60 anos, ele é ministro da eucaristia há oito, embora, idealmente, as pessoas não permaneçam tanto tempo no cargo. Ele gostaria de sair, aparentemente cansado da rotina de levar a eucaristia para moradores de Itaju que vivem em locais mais afastados na zona rural e das cobranças que aumentam em época de festa. Não consegue, contudo, abandonar a função, pois não há quem queira substituí-lo. Jair, que procura os benzimentos de Val quando necessário, afirma que as pessoas da Igreja não acreditam nessas coisas. Segundo ele, a Igreja tem uma ideia mais restritiva, apenas os padres e diáconos, de quem pode realizar benzimentos. Jair também coloca questões que mostram como o benzedor, diferentemente dos padres, pode ser escolhido pelas pessoas segundo seus próprios critérios. Enquanto ele revela certo descontentamento com o atual padre da cidade, afirma procurar Val justamente por aprovar seu comportamento e sua disponibilidade. Contudo, desaprovar o padre não é motivo suficiente para deixar de frequentar as missas: vai-se à missa, como disse o próprio Jair, por causa de Deus, não do padre. E, ao que tudo indica, vai-se ao benzedor por causa do benzedor mesmo. Mas, claro, e no limite, também por causa de Deus.

A possibilidade de escolher benzedores também pode revelar algumas concepções mais pessoais sobre seus métodos. Em Itaju, percebi isso a partir da distinção entre algo

que é bento e algo que foi benzido. Para livrar um terreno de cobras, Val utiliza água benta, abençoada por ele próprio de uma maneira que me disse ser bem similar à de um benzimento de animais, por exemplo. Além da água, em uma ocasião, soube de um procedimento para curar as galinhas de uma doença. Neste caso, as aves não foram diretamente benzidas: o milho com o qual elas seriam alimentadas foi levado por Luís até o benzedor Val para que depois elas pudessem comê-lo e, assim, sarar. Mas a ideia de que benzedores são capacitados para tornar algo bento parece não ser algo bem estabelecido. João possui o entendimento de que os benzedores, embora aptos para curar, não tornam os objetos bentos, e ele benze com a Dona Cida, que, até onde eu sei, não utiliza esses métodos. Essa visão mais restrita da capacidade dos benzedores também é partilhada por José que, diferentemente de Jair, não faz uso dos benzimentos. Para ambos, algo certamente só se torna bento depois da bênção de um padre ou diácono. Pode ser que as preferências por um ou outro benzedor ou benzedeira não estejam ligadas a esses pormenores metodológicos observados por cada um. De qualquer forma, se foi apenas uma coincidência, ela revelou uma distinção entre bento e benzido. Eu não soube da palavra bento ser usada para classificar um boi ou um porco. Bentos costumam ser os objetos, ou elementos como a água, e os animais são animais que foram benzidos. Apesar dessas distinções entre os benzedores e entre eles e os oficiais da Igreja, o pertencimento ao catolicismo não costuma ser colocado em questão tanto porque faz uso quanto por quem não utiliza os benzimentos. E, certamente, o catolicismo não é relativizado por parte dos benzedores.

Ao falar especificamente das benzedoras de religião católica em sua dissertação, Elda Rizzo argumenta que elas “são as que mais fazem questão de se definir religiosamente: são católicas e definem como católicos os fundamentos das suas práticas. Sua identidade católica é proclamada pela vizinhança e pela clientela que emerge do seu próprio convívio social” (Oliveira, 1983, p. 152). Em Itaju, é esse enquadramento no catolicismo que parece sustentar grande parte da argumentação de que se benze apenas para o bem, ao contrário do que outras pessoas possam fazer, conforme já foi mencionado no capítulo anterior sobre religião e magia. Nesse sentido, o catolicismo não é percebido como uma coisa única, mas também não é colocado nos termos de “oficial” *e/versus* “popular” pelos itajuenses. Até porque o interesse é menos o de se colocar em pé de igualdade com uma religiosidade institucional, ou seja, equiparar as próprias ações com as da Igreja, e mais o de se posicionar frente a outras religiosidades e práticas. Em outras palavras, se existe uma preocupação em termos de legitimidade, ela se verifica mais entre

se distinguir de uma mágica ou magia, analisadas no capítulo anterior, e menos em tentar provar-se tão catolicismo quanto aquele do qual se participa nas missas nas igrejas. Por conta disso, parece plausível pensar em termos de catolicismos, não só devido às construções históricas da religiosidade, mas também à percepção das pessoas de que elas exercem algo diferente daquilo que acontece dentro da Igreja e sob o controle e vigilância de seus funcionários.

A ideia de que existam catolicismos contempla a necessidade de borrar a hierarquia entre instituição e religião popular, ao mesmo tempo em que não as une em uma coisa só, mas, ao contrário, considera que existem outras distinções possíveis para além delas. Segundo Hobgood-Oster (2008), o cristianismo tem origem em várias tradições religiosas oriundas do Mediterrâneo e continua a mudar de forma a conter tantas divergências e contradições, de modo que considerá-lo como uma única religião seria um equívoco. A autora, que se utiliza alternadamente da expressão no singular e no plural, argumenta de maneira similar a Faustino Teixeira (2005), que afirma que se poderia realmente falar, diante da diversidade de posturas e práticas, em catolicismos.

Há o reconhecimento de que de tais catolicismos lidam com questões diferentes e de modos distintos e, na ocasião em que surgiu uma tentativa de hierarquizar as esferas religiosas, aconteceu o inverso do que normalmente se pensa: o benzedor se colocou como melhor conhecedor dos ensinamentos bíblicos e do funcionamento ideal do mundo, pelo viés religioso, do que padres e pastores da cidade. Algo similar foi relatado por Mayblin (2010), cuja pesquisa se dedicou a uma cidade do agreste pernambucano. Segundo a autora, algumas mulheres mais velhas de Santa Lúcia se sentiam à vontade para fazer críticas às homilias dos padres ou questionar quando consideravam as missas como demasiado longas ou curtas.

Em sua tese de doutorado, publicada em livro, Renata Menezes (2004) se debruça sobre as interações entre diferentes agentes que se encontram em um ambiente reconhecido como religioso, um santuário na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a pesquisadora, privilegiar a interação foi uma forma de escapar da polarização entre erudito e popular, uma distinção entre catolicismos que, algumas vezes, ainda se faz presente nas Ciências Sociais. Além disso, a proposta inicial da pesquisa foi a de rever práticas religiosas consideradas como constitutivas do chamado catolicismo popular e analisá-las a partir de outra perspectiva, levando em conta um outro contexto histórico.

Em Itaju, optei por analisar o benzimento – comumente inserido nas práticas do chamado catolicismo popular (Gomes; Pereira, 1989; Moura, 2009; Ilheo, 2022), ou de

uma religiosidade popular (Gomes; Pereira, 1992) – enquanto uma técnica possível de ser utilizada na manutenção do bem-estar dos animais criados nos sítios, o que será detalhado adiante. Além desse esforço proposital, o benzimento acabou borrando as definições do chamado catolicismo popular de outro modo, na pesquisa de campo, através daqueles que estão inseridos em práticas específicas do catolicismo, mas não particularmente nos benzimentos. Os que afirmam não acreditar em benzimentos cuidam de dizer que, apesar disso, entendem aqueles que acreditam e que, como eles, são católicos também. Algumas dessas pessoas relataram cuidados e práticas que poderiam ser entendidas enquanto o que usualmente se qualifica como catolicismo popular. Luís e Lurdes, por exemplo, contaram sobre o hábito de molhar os pés de algumas imagens de santos para fazer chover e cessar com a seca persistente. Segundo o casal, já faz algum tempo que isso não ocorre, mas era bastante comum, conforme mencionamos no início desta tese. Essa relação com os santos é uma característica importante do chamado catolicismo popular (Queiroz, 1968; Gomes; Pereira, 1989; 1992) e apareceu em Itaju de outros modos, também entre descrentes dos benzimentos. José, depois de encontrar um São José descabeçado no pasto da propriedade vizinha, consertou a imagem e arrumou um lugar mais adequado para o santo por ali mesmo. Nos arredores, algumas portas, pias e janelas esperavam para serem usadas novamente, e talvez São José e a Nossa Senhora tenham vindo por engano com restos de construção. Na divisa dos sítios, é possível conferir o altazinho:



Imagem 16: São José na garrafa. Acervo: Míriam Stefanuto



Imagem 17: Nossa Senhora, São José e um terço. Acervo: Míriam Stefanuto

Em sua dissertação de mestrado sobre o Bairro do Carmo, em São Roque/SP, Ana Luísa Nardin (2019) analisa o vínculo de Nossa Senhora do Carmo com os moradores do

lugar, mas não só dela; outros santos, dos quais as pessoas são devotas, compõem igualmente a religiosidade naquele espaço. Essa relação aparece nas casas e na capela do bairro, locais que devem abrigar as imagens que, assim como as pessoas, precisam de um lugar para morar. A pesquisadora aponta que os moradores que se tornaram evangélicos e, portanto, não podem mais ser devotos de nenhum santo, jamais quebram as imagens (como acontece em outros lugares), mas cedem as mesmas para que encontrem abrigo em uma capela dedicada à Nossa Senhora Aparecida, garantindo a elas um lugar seguro. Em Itaju, São José não foi levado para uma capela, mas também não ficou ao relento. Além desse cuidado com as imagens, similar aos dos pretos do Carmo com os quais conversou Nardin (2019), encontrei um local dedicado aos pedaços delas. Enterradas atrás da casa de Zeca, as partes dos santos estavam guardadas por uma cruz de ferro coberta por uma trepadeira que ele disse chamar ‘amor-agarradinho’. No dia da foto, ela estava sem flor, que ele disse ser cor-de-rosa:

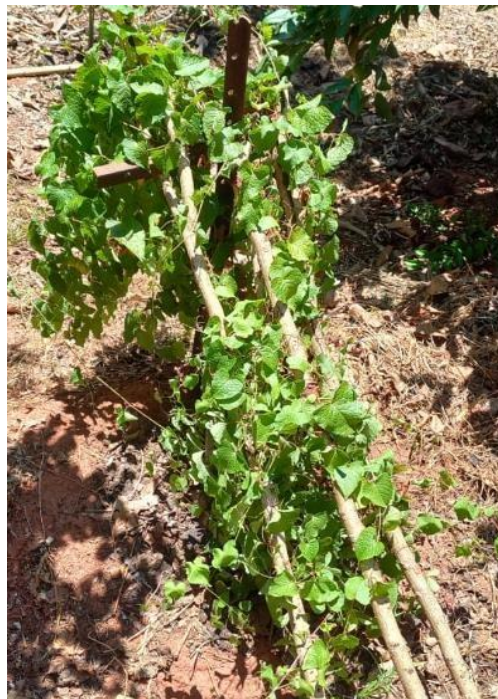


Imagem 18: No “túmulo” dos pedaços dos santos, bambus ajudaram o amor-agarradinho a subir na cruz de ferro. Acervo: Míriam Stefanuto.

Em Itaju, estavam presentes os quadros de temáticas religiosas em algumas casas e Seu Juca e Dona Cida disseram fazer e possuir pequenos altares em suas residências que podem ser utilizados nas execuções dos benzimentos. Contudo, deparar-se com práticas consideradas como pertencentes ao catolicismo popular não necessariamente implica em encontrar um uso dos benzimentos ou do benzimento de animais de criação.

Assim, a ideia de catolicismo popular não agrega, obrigatoriamente, a prática dos benzimentos.

A não-separação completa dos catolicismos é verificada mais uma vez quando nos debruçamos sobre algumas das noções religiosas que interferem na maneira como certos cidadãos itajuenses compreendem as demais criaturas e as propriedades rurais que habitam ou por onde circulam. Nesse sentido, existe uma correspondência entre discursos religiosos oficiais e o modo como a vida acontece na prática nos sítios, o que confirma a ideia de que a separação entre diferentes culturas, ou catolicismos, é rarefeita (Queiroz, 1968; Burke, 1997). A organização nas propriedades rurais, ainda que seja fortemente influenciada pelas necessidades e interesses específicos daquelas pessoas, dialoga bastante com elementos bíblicos e reflexões oficiais da Igreja Católica a respeito do papel dos seres humanos diante do restante dos seres. Na próxima seção, esse diálogo é efetuado a partir das ideias de “criação”, e, posteriormente, de alguns debates em torno do que chamo de uma ecologia religiosa e da ideia de “dom”, elementos fundamentais para a compreensão dos benzimentos em Itaju.

Criação

Em Itaju, estão presentes duas noções distintas de criação. A primeira delas diz respeito ao fato de que fomos todos, seres humanos ou não, feitos por Deus; somos, portanto, Sua criação. A segunda noção contempla aqueles que formam as criações dos sítios, os rebanhos. Estes são, além de criaturas de Deus, criação dos humanos. Nesta seção, trataremos apenas das implicações que a concepção dos seres enquanto obras de Deus têm para a questão do benzimento. A respeito da primeira definição, podemos dizer que ela compõe os benzimentos, pois o pressuposto comum às orações é o de que existe uma responsabilidade divina em relação às suas criaturas. Ainda que, evidentemente, o aspecto religioso trate muito mais daquilo que os humanos devem ao seu Criador, Este precisa garantir alguns cuidados àqueles que colocou no mundo:

Ao dizerem que Deus criou o mundo, a natureza e os viventes, os sertanejos estão afirmando que, fazendo-o, Ele - para além do fato da feitura em si, por assim dizer - se afirmava responsável pelo desenvolvimento, pela nutrição, pelo cultivo, pelo cuidado daquilo e daquele que criava (Teixeira, 2019, p. 180).

Essa percepção é bastante anterior aos sertanejos cearenses da tese de Teixeira. O livro setecentista *Botica preciosa, e tesouro precioso da Lapa* traz os argumentos do

padre paulista Sequeira, para quem “as enfermidades do corpo e da alma somente poderiam ser verdadeiramente curadas por intervenção divina” (citado em Marques, 2003, p. 179). A afirmação traz uma ideia de que as medidas humanas poderiam ser capazes de remediar as enfermidades, mas nunca completamente. Essa capacidade, ou responsabilidade, seria atributo apenas de Deus.

Deus também é considerado responsável por aquilo que criou em contextos indígenas. Em seu livro a respeito dos animais de criação entre os Karitiana, Vander Velden mostra como os Karitiana veem a si mesmo enquanto “criação de Deus”, tanto por terem sido criados por ele quanto porque são por Ele cuidados (Vander Velden, 2012, p. 153). Em relação aos benzimentos, seus executores são aqueles que possuem alguma distinção em relação às outras pessoas dentro dessa grande categoria que é a criação de Deus. Esses especialistas são capazes de provocar o sagrado, por meio de gestos e orações, a contribuir com a manutenção de um mundo que foi por ele criado. Digo provocar, pois, mesmo sendo comum nos discursos dos interlocutores que Deus é, de fato, o responsável último pelas suas criaturas e tem grande poder sobre elas, os benzimentos apontam que esse cuidado daquilo que Lhe pertence nem sempre acontece de maneira automática. Tanto que, muitas vezes, reza-se para santos e Nossa Senhora, teoricamente mais fáceis de acessar do que o próprio Deus Todo-Poderoso.

A segunda definição do termo criação traz a ideia de que parte daqueles que são criaturas de Deus, alguns humanos, são também criadores. Os proprietários dos sítios, que normalmente são os que cuidam dos animais, possuem também suas próprias criações. Essa similaridade, por assim dizer, com Deus, o fato de serem ambos responsáveis por cada criação, parece ser um elemento capaz de tornar o trabalho nos sítios um trabalho bastante valoroso. Como disse Teixeira em sua pesquisa, “não me parece coincidência linguística que o termo utilizado pelos interlocutores seja justamente *criação*” (Teixeira, 2019, p 179-180). É, contudo, variável o conjunto daqueles que são tidos como criação humana.

Na Zona da Mata de Pernambuco, o termo “criação” refere-se somente a animais de menor parte do que o gado e que são criados nos terreiros. De acordo com a pesquisadora Ana Luísa Martins Micaelo, entram nessa categoria os porcos, as galinhas, as cabras e as ovelhas; estes são esporadicamente consumidos ou trocados e rendem quantias não muito significativas em dinheiro. O gado, por sua vez, é considerado como uma reserva econômica a ser utilizada em momentos importantes, como o preparo de um

casamento ou a compra de um pedaço de terra, e não é definido como criação (Micaelo, 2014).

Aqui, entendo “criação” como os animais criados para o abate – industrial ou doméstico – e para a obtenção de leite e ovos, como bois, porcos, carneiros e galinhas. A ideia é a de que criação é um processo de engorda e de crescimento. E são esses os principais animais que são mantidos nas propriedades rurais de Itaju com essa finalidade e que, por conta disso, são chamados de “criação”. Assim, o termo criação refere-se aos seres que expressam a produtividade e o trabalho do lugar; por isso, os itajuenses dizem que os porcos, por exemplo, são criação, ao passo que os cachorros, ainda que possam conviver com as pessoas e serem cuidados por elas, não o são. Os cavalos ocupam uma posição mais incerta. Ao contrário dos demais seres, que são vendidos depois de um longo processo de engorda, os cavalos tornam-se úteis mais rapidamente depois de domados e, prontos, permanecem nas propriedades. Sua carne ou leite não são consumidos. Ao mesmo tempo, eles dividem as pastagens com os bovinos e estão sujeitos a males que normalmente acometem esses companheiros de pasto: cobras e bicheiras.

Carlos Rodrigues Brandão argumenta sobre o caráter nocivo de alguns seres importar mais para o seu destino do que o fato de eles também serem criaturas de Deus. Segundo o autor, o fato de todos serem individualidades de seres vivos “filhos de Deus como nós” faz com que o ser humano não tenha o direito de tirar-lhes a vida sem motivo. Não é preciso, contudo, muita coisa para se ter um motivo para isso. Representar uma ameaça ou pertencer a uma espécie considerada inteiramente nociva são justificativas aceitáveis, de modo que diversos seres vivos, de escorpiões a capivaras, “são mortos sempre que possível e entende-se que matá-los é um “bem” e é mesmo um dever da pessoa” (Brandão, 1999, p. 72).

Para analisar a postura dos humanos com certos animais, o autor usa as noções de “dó”, no sentido de ter pena, e a de “menos direito de morte”. Seres como aranhas e cobras ficariam na primeira categoria, de menos dó e mais direito à morte. Em uma posição intermediária, são colocados predadores do mato, como onças, e capivaras, que eventualmente destroem as plantações. Por fim, na categoria de pouco direito de morte e muito dó ficam aqueles cuja morte não se justifica, a menos que seja para alimentação (Brandão, 1999, p. 73). Assim, não haveria motivo razoável para se matar uma cotia ou uma seriema; mesmo não sendo criação, no sentido humano do termo, elas são a parte da criação divina que não oferece perigo ou dano para o trabalho humano.

Essa autonomia para determinar quem é mais criação dentre as criaturas pode ser associada à perspectiva judaico-cristã, presente na bíblia (Gn, 1:26-28), de que a humanidade deve reinar sobre os demais seres. Esse reinado, por assim dizer, se consolida por meio do trabalho e é encarado como um complemento humano ao trabalho divino da criação. O trecho de Carlos Rodrigues Brandão reforça a ideia de que a similaridade entre as criações, divina e humana, torna o trabalho nos sítios em Itaju um trabalho não só significativo como também verdadeiramente legítimo em relação à vontade de Deus e ao funcionamento do mundo:

a razão do domínio agropastoril sobre o mundo natural é ao mesmo tempo a forma mais humanamente nobre e essencial de trabalho e o espelho mais visivelmente verdadeiro da evidência de que o homem toma a seu cargo e completa uma domesticação do mundo iniciada pelo deus de todas as coisas, entregue a homens e mulheres (Brandão, 1999, p. 73).

Alguns aspectos referentes a essa questão do trabalho no campo como a mais nobre das atividades serão abordados mais adiante. O que vale destacar aqui é que, nessa continuidade do trabalho de Deus, as pessoas acrescentam distinções entre os seres que condizem com as relações que estabelecem com eles e os usos que fazem deles, expressas nas noções de bicho, animal e criação. A grande categoria de criaturas de Deus é ordenada em grupos menores que, não necessariamente, têm uma interação harmônica entre si e uma existência validada ou não pelos humanos a partir disso. Uma delas, que apareceu em Itaju e sobre a qual falaremos a seguir, é de criaturas batizadas e não batizadas.

Os não batizados

Em sua apresentação no “2º Seminário Transformações técnicas em perspectivas locais”, intitulada “Gênese e morte de um sistema domesticatório: os porcos e as paisagens agrárias haitianas”, Rodrigo Bulamah comentou brevemente sobre como a população haitiana foi forçada a substituir os porcos crioulos pelos chamados porcos brancos por conta da peste suína africana¹⁶. Ele argumenta que os substitutos nunca chegaram a ser criados tão amplamente quanto os crioulos, e um dos motivos apontados foi o que ele chamou de uma “falta de ética”. Em um artigo recente, o pesquisador desenvolve melhor as relações com os porcos estrangeiros impostas aos haitianos;

¹⁶ O seminário foi organizado pelo Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica (LACT) da Universidade de Brasília e ocorreu entre os dias 01 a 04 de março de 2021.

Bullamah não utiliza a palavra “ética”, mas mostra como os porcos brancos agem tal qual os brancos humanos: movidos pela maldade e especialmente nocivos às crianças. Descontrolados, atacam porcos, galinhas e dão fim aos exemplares da fruta-pão e outras plantas importantes para o consumo humano (Bullamah, 2020). É nesse sentido que a ética cobrada dos animais parece ser um comportamento minimamente adequado na convivência com os humanos. Espera-se, por exemplo, que porcos invadam plantações vez ou outra, mas atacar outros animais e crianças foge daquilo que é permitido, mesmo para um animal.

Algumas vezes, se espera dos animais um comportamento mais elevado, por assim dizer, ainda que induzido pelo humano. Em seu já referido livro *O afeto da terra*, Brandão mostra como o controle reprodutivo dos animais pelos criadores está vinculado ao catolicismo. Os homens devem, por uma questão de respeito, submeter seus animais a uma mesma “ética”, “de homens e de bichos”. Segundo esta ética, é preciso afastar animais que são pais e filhas ou mães e filhos para evitar relações incestuosas, pois “há um código de Deus, traduzido na religião vivida pelos homens em sociedade e ‘ensinado pela Igreja’, que proíbe isso” (Brandão, 1999, p. 133)¹⁷.

Em um artigo sobre a convivência entre homens e animais no Antigo Regime, a historiadora Patrícia Maria Ribeiro (2019) apresenta situações em que essa expectativa a respeito do comportamento animal era frustrada. Especificamente a respeito de porcos “dados à vadiagem”, a autora argumenta que suas sujidades maculavam os adros das igrejas e eles próprios tumultuavam as procissões e atrapalhavam os sacerdotes durante os sacramentos. “Como pena para estes profanos porcos estava reservado o abate”, conclui (Ribeiro, 2019, p. 92). Dividir com os seres humanos uma origem comum enquanto criação coloca alguns animais na posição de terem que demonstrar um respeito ou uma ética mínimos diante das coisas de Deus.

Embora se possa falar na inserção dos animais em uma ética específica, um comportamento minimamente adequado que caracterize sua domesticação, isso parece não se consolidar completamente, no sentido de aproximá-los um pouco mais dos seres humanos. Por mais que os animais possam estar próximos de nós, acostumados, isso não muda o fato de que “animal não é batizado” (Stefanuto, 2021). Nesse sentido, mesmo

¹⁷ Em sua pesquisa, Teixeira (2019) traz um aspecto que atenua essa cobrança dos animais. Assim como as crianças ainda não podem se responsabilizar por seus atos, também os animais, os “brutos”, agem em sua própria defesa e sem muito discernimento. Eles carecem de “entendimento”. Essa incapacidade mencionada pelo autor é atribuída tanto aos animais de criação quanto aos bichos do mato, como onças e tatus.

tratando-se de seres conhecidos e domesticados, é bom ‘não abusar’, pois comportamentos inesperados, até violentos, podem acontecer. A afirmação aponta para a necessidade de pensarmos em graus de aproximação dos animais da posição que ocupam seus criadores, o que depende, também, do tanto que os animais são imbuídos de um caráter religioso ou sagrado, como o que advém com o batismo.

Em sua tese de doutorado, Jorge Luan Teixeira (2019) analisa como o termo “cristão” é utilizado pelos sertanejos cearenses. A palavra aparece praticamente como um sinônimo de ser-humano, de modo que não importa tanto se a pessoa a quem se chama de cristã de fato professa a fé no cristianismo. O que desponta do uso do termo cristão é a noção de que aquilo que separa seres humanos de outras formas de vida é o fato de os primeiros terem sido batizados, ou, pelo menos, pertencerem a alguma religião.

Em Itaju, não me deparei com o termo “cristão”. Por outro lado, algumas vezes vi o adjetivo ‘católica’ ser utilizado como sinônimo de confiável. Em uma delas, José falava sobre uma corda que, inicialmente, ele pegara para amarrar um galho a ser cortado e, assim, evitar que ele caísse sobre outras plantas e árvores. Contudo, no processo de subir na escada e preparar o nó, ele percebeu que a corda não estava ‘muito católica’, e ela foi substituída. Em outra ocasião, Seu Luís comentava sobre uma bezerra que invadiu o pasto vizinho e que precisou ser retirada. Ele teve que tomar cuidados extras para convencê-la a sair de um lugar para o outro, porque ela, recalcitrante e meio agressiva, não estava ‘nem um pouco católica’; a corda e a bezerra não foram acusadas de não serem católicas, mas de não estarem. Eventualmente poderiam se apresentar de maneira católica.

Ainda em sua tese já referida, Teixeira (2019) argumenta sobre outras categorias que organizam as características e as qualidades dos seres com os quais convivem os sertanejos cearenses, a saber as noções de manso e bravo. Elas não apareceram em Itaju, mas a ideia de que elas são estados e processos transitórios é interessante. O autor argumenta que, ainda que tais categorias sejam operantes, um esforço de torná-las cristalizadas iria contra o modo como elas se apresentam de fato, que implica em um processo contínuo que precisa ser cotidianamente atualizado (Teixeira, 2019). Assim, a manutenção do bem-estar de um rebanho acaba por ser, também, uma maneira de fazer a criação chegar um pouco mais perto de uma condição ‘católica’ ideal.

Argumentos similares aos de Teixeira (2019) sobre a oposição entre brutos e cristãos aparecem em um artigo sobre a problemática que envolve o abate de animais entre os Xukuru de Cimbres, agreste pernambucano (Martins; Vander Velden, 2019).

Conforme argumentam os autores, não se pode “confiar nos animais”, pois eles não possuem alma. Na ausência dela, os animais ficam impossibilitados de serem criados segundo as leis de Deus e tornam-se, assim, imprevisíveis. Além disso, não se pode batizar quem não tem alma, o que acaba por selar o não pertencimento dos animais à mesma categoria ocupada pelos seres humanos.

Em sua dissertação sobre benzeduras na cidade de Campinas/SP, Elda Rizzo de Oliveira argumenta que o benzimento realizado pelas benzedoras católicas “restringe-se aos seres humanos socializados. Animais e plantas excluem-se da *benzeção*”. Se estão apartados das benzeduras os animais, a autora afirma que podem ser benzidos os objetos pessoais do consulente ausente (Oliveira, 1983, p. 152). Entende-se que, por estarem associados a seres humanos, os objetos seriam mais humanizados do que os animais, ainda que inanimados.

Há uma distância aparentemente intransponível entre humanos e animais que pode ser evidenciada a partir de uma cerimônia religiosa de grande significação e importância, o batismo. Mas os animais seguem sendo, apesar da hierarquização, criaturas de Deus, tanto entre os Xukuru (Martins; Vander Velden, 2019) quanto entre os meus interlocutores de Itaju. Ademais, entre os segundos, a mesma religiosidade que os coloca abaixo dos humanos é a religiosidade colocada para funcionar, através dos benzimentos, para curar os animais de criação que são tão caros aos seus donos. Por fim, há uma responsabilidade para com os animais de criação de modo geral, em um sentido similar ao que foi apontado por Dona Cida: eles não sabem pedir ajuda e por isso mesmo é preciso fornecê-la. Essa solicitude, por assim dizer, é apontada também por Val:

Na maioria das vezes não precisa ser diretamente para a pessoa. Pode ser que uma outra pessoa peça: um pai pede pra um filho, um tio pede para um sobrinho. E ela [a oração] fica valendo da mesma forma por fé daquela pessoa que pediu. Eu benzo criação, bicheira de criação. O vizinho viu, o dono nem vai lá às vezes, está lá no pasto, larga lá. O vizinho viu, ele pede pra eu benzer, eu benzo no nome dele e cura a criação.

O fato de outras pessoas poderem tomar a frente dos pedidos de benzimentos, ou mesmo os próprios benzedores tomarem a iniciativa de auxiliar os animais, indicam uma responsabilidade do humano em relação a outros seres que se expressa nas benzeções. Essa responsabilidade recupera a ideia de criação em um sentido mais amplo, que é não apenas o fato de sermos todos obras de Deus, mas também que os seres humanos,

criaturas, possuem também algumas responsabilidades como criadores; por outro lado, distinções importantes, como ser ou não batizado, operam dentro dessa categoria maior que abrange as criaturas. Nesse contexto, está localizado o benzimento, uma medida associada à esfera sagrada para agir em auxílio de seres não batizados. Mais adiante, outras nuances, ou meandros, irão adicionar um pouco mais de complexidade aos benzimentos. Contudo, como é muito bem colocado, mais uma vez, por Teixeira:

‘Para não encompridar a história’, diriam os sertanejos, se o humano é batizado, o bruto é pagão, i.e., não batizado; mas os meandros da ‘história’, que a tornam ‘comprida’, são de fundamental importância, na medida em que essa clivagem maior entre humanos e brutos nem de longe esgota a questão. (Teixeira, 2019, p. 142).

Em Itaju, opera a distinção entre os que são batizados e os que não o são, que mesmo assim podem se apresentar de maneira mais ou menos católica, como o caso de uma bezerra. Além disso, existe a importante separação entre os que são benzidos e os que são expulsos pelos benzimentos. Por ora, as noções de criação e batismo possibilitam compreender aspectos mais gerais do recorte itajuense do qual fazem parte os benzimentos. Nesse mesmo sentido, a próxima parte deste capítulo analisa brevemente algumas das implicações e discussões decorrentes da visão religiosa mais difundida, ou mais posta em prática, sobre o lugar dos seres humanos no mundo.

Ecologia

A percepção de que os seres humanos são a grande autoridade sobre os demais seres vivos tem deixado pouco a pouco de ser unanimidade, principalmente devido aos esforços de a Igreja se inserir nas urgentes discussões sobre a questão ambiental e a crise climática. Segundo Renan William dos Santos (2019), isso está relacionado à necessidade de a instituição manter sua importância e capacidade de conservar-se relevante diante de temáticas atuais, o que também é uma forma de sustentar sua popularidade. O que o autor aponta, logo no início do seu artigo, é que a tentativa de atribuir à pauta ambiental um caráter religioso tem repercussões importantes para a doutrina da Igreja. Ela passou a se deparar com a novidade, bastante significativa, que é se preocupar com a salvação neste mundo terreno, e não no próximo.

O mesmo autor apresenta a ideia, trazida de outros pesquisadores, de que grande parcela de responsabilidade sobre a degradação ambiental enfrentada atualmente recai sobre a tradição judaico-cristã. Ao sustentar que o mundo foi criado para uso e benefício

do ser humano, e que devia ser controlado e dominado por estes, essa religiosidade promoveu um antropocentrismo sem precedentes na história, até porque se estabeleceu como a religião dominante no ocidente e se espalhou por todo o planeta nas embarcações do colonialismo e do imperialismo (Santos, 2019).

O movimento de mudança da postura da Igreja teve início, segundo Santos (2019), na década de 1970, quando o então papa Paulo VI fez um pronunciamento afirmando a importância do meio ambiente na Assembleia da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A principal consequência disso foi que, a partir de então, as reflexões a respeito do meio ambiente feitas no âmbito católico passaram necessariamente a associar a degradação ambiental a aspectos morais. Segundo essa perspectiva, a degradação ambiental está intimamente associada a uma degradação moral do ser humano; afastado de Deus, o ser humano deixou de ter um comportamento ambientalmente adequado.

Em uma coletânea de trabalhos do teólogo Haroldo Reimer (2003), que articulam textos bíblicos e ecologia, o autor busca trabalhar com os impasses que a questão ambiental coloca para a Igreja. Em uma parte do segundo capítulo, Reimer se dedica a uma breve análise dos verbos hebraicos *kabash* (sujeitar) e *radah* (dominar), que aparecem no Gênesis (mas não só) para falar sobre sujeitar a terra (Gn 1,28) e dominar os animais (Gn1,26-28). Segundo ele, os termos denotam ações de domínio e dão margem para a interpretação que isso possa ocorrer de maneira irrestrita. O alerta para que isso não ocorra vem de fora da bíblia, através da crise climática que se instaura.

Outro autor, também teólogo, escreve especificamente sobre a necessidade de se analisar novamente, e com um novo olhar, a passagem bíblica que ordena que subjuguemos a terra¹⁸. Mincato (2009) defende que os mesmos verbos apresentados por Reimer (2003), sujeitar – ou subjugar – e dominar, sejam interpretados como cultivar e cuidar. A justificativa é que as interpretações da bíblia estão sujeitas às noções dominantes de cada época, e uma noção capitalista favoreceu uma leitura um tanto permissiva para com a destruição do mundo e o domínio e exploração de outras criaturas em nome do progresso e do desenvolvimento econômicos.

Ambos os autores também argumentam, de maneira similar, sobre outro trecho do texto sagrado, quando o criador reage à própria criação: “e eis que tudo era muito bom”

¹⁸ “E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Gn 1,28).

(Gn 1,31). Segundo os teólogos, isso indica que os seres humanos foram criados enquanto parte de um todo – que é bom. A passagem não se refere apenas ao ser humano, mas a ele dentro de uma comunidade maior de viventes. Diante dessa criação, ele incluído, o ser humano deve se comportar como alguém que cuida: “Tomou, pois o Senhor Deus o homem e o colocou no jardim do Éden, para o cultivar e guardar” (Gn 2,15). Essa perspectiva é o que define um ambientalismo moralista e extramundano. Nele, segundo Souza (2019), prevalece a ideia de que a natureza é obra e pertence de Deus, e que o desrespeito a essa organização é o que acarreta os problemas ambientais e, simultaneamente, expõe a fraqueza moral de parcela da humanidade moderna.

A respeito das noções ambientais associadas a uma moral, Souza (2019) menciona que seus adeptos possuem a tendência de rejeitar inovações e mudanças tecnológicas que possam mitigar a crise climática, pois localizam a raiz do problema no comportamento humano em relação a Deus. Isso traz de volta a ideia geral, que sustenta inclusive os benzimentos, de que, se Deus não quer, nada está ou será feito. E que a cura das enfermidades e dos males só acontece de fato por intermédio e ação d’Ele. No entendimento da Igreja, portanto, o problema estaria não na obediência aos ensinamentos religiosos em direção a uma tirania humana sobre as demais criaturas, mas na sua desobediência. Se os preceitos cristãos fossem seguidos de fato, haveria uma manutenção benéfica da natureza, e não uma crise ambiental (Souza, 2019):

a doutrina católica não abre mão da afirmação de uma hierarquia das criaturas que tem a humanidade em seu topo. Isso ocorre, principalmente, para que não seja dado espaço a especulações esotéricas que nivelam todos os seres vivos. A estratégia adotada pela Igreja Católica para ainda assim legitimar o caráter ecológico de seus ensinamentos, é ressaltar as supostas implicações positivas dessa superioridade humana. O ponto principal trabalhado, nesse sentido, é o significado da ordem divina, expressa no livro de Gênesis (1:28), de que caberia à humanidade dominar as demais criaturas (Souza, 2019, p. 90).

Assim, não é qualquer natureza que se deve proteger e respeitar, mas uma natureza específica, criada por Deus já inserida em uma hierarquia de relações com os seres humanos. Como argumentam os autores, “a natureza não tem apenas suas leis próprias como um domínio em si (...), ela é concebida como um instrumento de Deus” (Woortmann; Woortmann, 1997, p. 62). Nesse desenho do mundo, são legítimas as separações e hierarquizações feitas, pelo ser humano, entre as criaturas de Deus. Essa

liberdade de atuação está inserida na ideia, já abordada anteriormente, de que os recursos do mundo são uma graça ou um dom de Deus para as pessoas. E, associada a essa primeira definição da palavra, existe uma segunda, que é justamente o que possibilita aos benzedores e benzedoras promoverem a cura e a solução de problemas por meio de orações.

Sobre dom

Como já foi apontado, a ideia de que é legítimo exercer um domínio sobre a terra e seus viventes, bem como estabelecer distinções e hierarquias entre eles, repousa no argumento de que foram todas as coisas dadas aos seres humanos por Deus para serem utilizadas e trabalhadas. Nesse sentido, são dons de Deus para as pessoas, mas, assim como o dom de benzer, eles precisam ser apropriados por elas. Se a capacidade de curar precisa ser apreendida em suas orações e gestos pelos especialistas, a terra precisa ser apropriada por meio de seu uso correto, como se estabelece a relação com ela. Como é muito bem apontado pelos autores, deve se tratar de uma “terra de trabalho” (Woortmann, 1997).

Contudo, argumentar que os dons precisam ser levados adiante não se confunde com questionar sua feitura, porque isso seria colocar em questão um trabalho divino. Entre os camponeses sergipanos, o solo não precisa ser melhorado por meio de insumos industriais; a ideia é a de que uma terra bem utilizada produz aquilo que ela deve produzir, de modo que não existe um solo “errado”, mas solos mal utilizados: “planta-se aquilo que “dá” naturalmente” (Woortmann, 1997, p. 65). Em Itaju, o uso de recursos industriais para adubar a terra existe, mas convive com a ideia que ‘tem coisa que não vai’, no sentido de que certas plantas ou árvores não prosperam naquele tipo de solo nem com adubo. E aí também não se trata de um problema do solo, mas de um equívoco da parte de quem está plantando. Se o manejo e os cuidados são feitos corretamente, o dom se realiza, pois a terra “dá” em retribuição ao trabalho executado sobre ela (Woortmann, 1997). A manutenção desse dom, a terra e seus usos, ocorre por meio de outro dom divino: as chuvas. Em Joanópolis e entre os camponeses sergipanos, por exemplo, a água é uma bênção divina dada para a vida social (Brandão, 1998; Woortmann, 1997). Já em Itaju, Dina percorreu a estrada de terra em direção à casa do irmão José, na Boa Vista, derramando um pouquinho de água benta sobre o caminho, a fim de fazer a chuva parar por ali em vez de seguir para outro lugar. Até onde eu soube, choveu.

Além de dar recursos materiais para a reprodução da vida, Deus também dá, a algumas pessoas, o dom de benzer. E essa origem da capacidade de promover a cura e solucionar problemas por meio das benzeções é o que demanda uma característica importante dessa prática, pelo menos para aqueles que não desejam adquirir a pecha de charlatões, que é a gratuidade. Segundo o preceito de que se deve “dar de graça o que de graça se recebeu”, benzedores e benzedoras, e aqui estão incluídos os itajuenses, costumam receber tão somente gêneros alimentícios que são muito mais um agrado do que um pagamento (Gomes; Pereira, 1989, p. 12); nunca se paga, e nunca se usa dinheiro.

A atenção em relação aos interesses de benzedores e benzedoras parece ser uma maneira importante, e talvez não haja muitas outras, de exercer algum controle sobre pessoas que têm uma possibilidade de atuação maior do que os demais. Afinal, esses especialistas podem agir com o respaldo de um dom divino. Como foi dito no capítulo anterior, o argumento do Seu Juca, da Dona Cida e do Val, é o de que é preciso sempre desejar o bem. Contudo, o próprio Val e Dona Cida mencionaram a possibilidade de que se aja – alguém aja – com más intenções por meio dos benzimentos; isso significa que agir maleficamente não revoga o dom adquirido. Atentar para se os interesses dos benzedores e benzedoras são genuinamente benéficos, ou se vão ou não ao encontro daquilo que a pessoa que o solicitou acredita ser o adequado, pode fazer com que aquele especialista continue sendo solicitado. Um outro controle, antes da consolidação do especialista enquanto tal, é a validação ou não do seu dom, o que geralmente acontece a partir da comparação com aquele ou aquela especialista que o antecedeu. Em Itaju, vi isso ser dito apenas uma vez, e era sobre como Val atendia às expectativas em relação ao seu pai benzedor, o Zito português.

Assim, o benzimento parece envolver uma certa cautela que benzedores precisam ter ao escolher o modo como vão agir – se para o bem ou para mal, se cobrando ou não – e as pessoas devem ter ao avaliar esse desempenho. Para falar desses aspectos, Gomes e Pereira utilizam um outro termo ao se referirem a essa obrigação que vem junto com a capacidade, uma palavra que é utilizada por Val para se referir à própria vida de benzedor, a ideia de “missão”:

O clima de ambivalência é partilhado pela comunidade que se divide entre o prestígio de conter em seus limites uma pessoa dotada de poderes e o receio de não ter controle sobre esse agente de poder. Devido às tensões geradas pelo contato com o sagrado, existem benzedoras e benzedores que resumem o privilégio e o compromisso num único termo: *missão*. A missão do rezador consiste em lidar com a

ordem e a desordem, o bem e o mal, a doença e a saúde, o sagrado e o profano. É por causa dessa complexidade que nem todas as pessoas são consideradas aptas para assumir a cura através da palavra” (Gomes; Pereira, 1989, p. 97).

Além de ter o cuidado de não transformar o dom em um meio de vida e um modo de atuação para o malefício, benzedores e benzedoras precisam estar, em grande medida, à disposição. Em seu livro *A ciência da benzedura*, Alberto Quintana (1999) menciona uma benzedora que, bastante famosa e procurada, distribuía fichas de atendimento logo cedo pela manhã e, às vezes, atendia pessoas no final do dia que haviam esperado por uma oportunidade de serem benzidas, mesmo com as fichas já esgotadas. Em Itaju, nas ocasiões em que conversei com Dona Cida, outras pessoas procuraram por ela para fins de benzimentos, e Val parece circular bastante nos sítios para benzer os terrenos com água benta para afastar as cobras. Assim, o dom significa capacidades específicas que a pessoa passa a ter, mas também a responsabilidade com um ofício, o ofício da benzedura (Oliveira, 1985), pois “a tarefa de cuidar é um privilégio e um compromisso” (Gomes; Pereira, 1989, p. 94).

A premissa de que o poder de cura pertence, no fundo, a Deus, acarreta um outro cuidado necessário: o de transmiti-lo. Mas, diferentemente do que normalmente se faz quando algo não nos pertence, e não queremos furtar, é que não se devolve o dom para Deus; em vez disso, ele é passado adiante. Assim como os outros dons dos quais usufruímos, o mesmo deve ocorrer com o do benzimento: permanecer aqui na Terra em nosso benefício. Em Bariri e em Itaju, o aprendizado dessa prática, para que eu me tornasse uma benzedora, me foi oferecido duas vezes. A primeira oferta foi Seu Juca quem fez, sob a justificativa de que nenhum parente seu havia demonstrado interesse. Ele disse que era fácil, reforçando que o principal era desejar o bem. Mas eu achei que não seria justo tomar o dom, algo importante e que esteve em boa parte da vida da pessoa, de alguém tão gentil, para provavelmente não fazer nada com ele. A segunda vez foi Dona Cida. Ela disse que o meu interesse de pesquisa era um indício de que eu, ao contrário do que eu tinha pensado quando recebi a proposta do Seu Juca, tinha jeito para aquilo. O fato de ambos terem se oferecido para me ensinar a benzer aponta para um dom que vem de cima, mas não pronto. O que parece acontecer, na verdade, é que ter o dom torna a pessoa apta para aprender a técnica de benzer. Contudo, sem tampouco levar adiante o segundo convite, talvez eu tenha perdido a oportunidade de sair um pouquinho do papel de pessoa que pergunta e assim, talvez, conhecesse melhor os benzimentos por dentro, se assim

posso me expressar. Além disso, fico me perguntando o que mais seria herdado junto das orações utilizadas, se algum santinho de metal ou papel ou a predileção por algum santo ou santa.

Por fim, é preciso mencionar que esse dom, apesar de emanar diretamente de Deus, não funciona sozinho. Em todas as conversas que tive em Itaju, com benzedores, com pessoas que mandam benzer, e com pessoas que não mandam, a fé apareceu como condição fundamental. Benzedores e benzedoras precisam ter muita fé. Para além deles, o que acontece é que, se uma pessoa adoecida solicita um benzimento, ela precisa ter fé para que o procedimento seja bem-sucedido; uma criança que vai ser benzida contra quebranto provavelmente não vai ter fé, mas quem a levou precisa ter. E assim como a criança ainda não tem “entendimento” sobre isso, os animais nunca o terão (Teixeira, 2019), e quem precisa ter fé por eles, assim sendo, são seus donos. Nesse sentido, o benzimento é algo que não se realiza sozinho: além da fé daquele que o solicita, essa pessoa também precisa tomar alguns cuidados, depois que a benzeção foi executada, para que suas ações não signifiquem falta de fé no procedimento, pois isso arruinaria os benzimentos.

Considerações sobre o segundo capítulo

Inicialmente, foram retomados neste capítulo alguns aspectos históricos a respeito do tratamento dado às práticas de cura consideradas não oficiais, que tanto foram e são lidas a partir da medicina quanto da religião. A respeito desta última, a separação entre os catolicismos, que nunca se completa, possibilita que elementos presentes em esferas mais institucionalizadas sejam também incluídos nas discussões sobre os benzimentos, prática normalmente considerada como popular. Estes, por sua vez, não necessariamente ocorrem entre todas aquelas pessoas que vivem, como elas próprias reconhecem, um catolicismo diferente do da Igreja, chamado, pela bibliografia, de catolicismo popular. Além de compor os trabalhos sobre o catolicismo em zonas rurais do país, o catolicismo popular auxilia na tarefa de pensar o benzimento como algo que simultaneamente pertence e tem autonomia em relação a um catolicismo institucionalizado e, supõe-se, mais rígido. A ideia de fé complementa essa percepção, pois além de ser requisito para o sucesso dos benzimentos, ela é uma fé específica: fé nos benzimentos; pertencer à religião católica não é o suficiente para que as benzeções alcancem seus objetivos, é necessário crer especificamente nelas e em quem as executa. Nesse mesmo sentido, sentir-se parte do catolicismo sem frequentar os espaços e as celebrações oficiais não

insere automaticamente a pessoa na esfera dos benzimentos, pois se tratam de esferas distintas.

Se o primeiro capítulo se dedicou a analisar o espaço itajuense em que esta pesquisa se desenvolveu, neste capítulo foram apresentadas as propriedades rurais a partir de seus usos e de seus responsáveis, e foi preciso considerar as implicações incluídas nos usos dos termos “sítio” e mesmo “propriedade”. Assim, o segundo capítulo buscou complementar a compreensão do espaço físico a partir de noções e premissas importantes que acabam, também, compondo as propriedades rurais. São ideias que têm relação com a religiosidade das pessoas entrevistadas e que interferem na maneira como se dão as relações entre seres humanos e animais nos sítios. As ideias gerais apresentadas neste capítulo, de dom e de criação principalmente, são necessárias para a compreensão dos benzimentos, mas parecem ser mais difundidas do que ele; mesmo aqueles que não mandam benzer seus animais possuem uma compreensão deles enquanto criação divina, e demonstram ter, também, uma visão hierarquizada do mundo nesse mesmo sentido, de um dom a ser explorado e trabalhado pelos seres humanos. Assim, ainda que, em um primeiro momento, possa parecer que a máxima de que todas as criaturas e tudo o que há no mundo é criação, a própria religiosidade oferece elementos que possibilitam uma distinção entre os que são batizados e os que não passam por esse evento. No quarto capítulo, serão analisadas outras distinções, estabelecidas a partir do modo de vida nos sítios itajuenses.

Essa noção hierarquizada que prevalece, ainda que com variações, coloca sob aqueles que ocupam as posições mais privilegiadas a responsabilidade de responder pelo bem-estar, pela saúde e até mesmo pela felicidade de seus subalternos. O capítulo que se segue passa por algumas das maneiras de as pessoas fazerem com que esse cuidado se cumpra, e o benzimento é uma delas. Desse modo, depois de apresentar um pouco dos elementos religiosos que informam algumas das relações entre os humanos e outros seres vivos, o próximo passo é o de inserir os benzimentos nesse contexto.

CAPÍTULO III - DOS BENZIMENTOS

Este capítulo se inicia com uma breve reflexão sobre algumas das dificuldades para obter as informações discutidas aqui, os benzimentos em seu funcionamento de gestos e orações. A primeira seção, “Da dificuldade de colher relatos”, procura pensar alguns aspectos dos próprios benzimentos que dão sentido a uma preservação do seu conteúdo. Ao mesmo tempo em que são frequentemente pedidos e realizados, eles não são executados por qualquer pessoa, e quem benze, o faz inspirado por um dom divino que é transmitido de uma maneira cautelosa. Nesse mesmo sentido, o cuidado com as orações diante de alguém que pergunta sobre elas reforça o caráter de algo que não é ordinário e inteiramente acessível, especialmente para quem é ‘de fora’.

Se as orações permaneceram em sua maioria guardadas, as histórias de vida foram um pouco mais compartilhadas comigo. Val, que foi o único que me passou uma oração, foi também o que mais contou sobre sua trajetória em direção à condição de benzedor. Mas contar esses aspectos da própria vida aparentou ser algo que todos os benzedores se sentiram confortáveis para fazer, e esse tipo de narrativa parece ter um papel importante na reafirmação de si enquanto benzedores. A retrospectiva que marca os relatos que esses especialistas fazem de si indica uma certa coerência nos acontecimentos da vida de cada um em direção ao ofício de benzer. Isso parece ser fundamental para distingui-los daquelas pessoas que benzem seus próprios animais e suas posses, mas não os dos outros. É possível estabelecer que aqueles que receberam o dom precisam, devido ao que dom significa, colocá-lo à serviço das pessoas.

O recebimento do dom, junto da renovação do reconhecimento da história de vida e da capacidade dos benzedores e das benzedoras, os mantém em uma posição intermediária entre a esfera terrena e a sagrada. A fé que eles possuem em maior quantidade deve aparecer por meio dos benzimentos bem-sucedidos e desinteressados, pois o que se exerce é um dom de Deus. Um pouco acima de nós e um pouco abaixo da esfera sagrada, os benzedores benzedoras furam, de certo modo, a hierarquia do mundo de maneira legítima e por causas nobres: é também por meio das suas orações que a manutenção da criação acontece. Ainda que não tenha sido possível ter acesso aos textos das rezas utilizadas em Itaju, a segunda parte do capítulo procura compreender seu modo de funcionamento a partir das ideias de John Austin. O filósofo da linguagem defende que certas sentenças são, além de meras falas, também ações: ou seja, que as palavras podem fazer coisas. Assim, provocar o sagrado a agir por meio de rezas é uma tarefa que compete somente a alguns.

Da dificuldade de colher relatos

Alguns dos elementos que dão legitimidade e força aos benzimentos e ao seu catolicismo são os mesmos que dificultam o acesso às rezas e procedimentos. Os benzedores são especialistas por fazerem algo que nem todos são capazes de fazer; ainda que isso esteja intimamente associado à história de vida de benzedores e benzedoras, sua condição também se apoia em um conhecimento e domínio de orações que não estão simplesmente ou amplamente disponíveis.

Na ocasião em que fui informada que Nelinho não benze cachorros por conta de energia necessária para isso, eu conversei com sua esposa, e não tive nenhuma oportunidade de falar diretamente com ele. Isso evidenciou uma certa tensão quanto à legitimidade dos benzimentos, ou pelo menos à falta de legitimidade que certas pessoas imaginam que a pesquisadora atribui às benzeções. No portão da casa de Nelinho, a esposa me informou que ele não fazia exatamente benzimentos, eram outra coisa. Contudo, a descrição era, afinal, idêntica à dos benzimentos que eu já conhecia. Encerrada a explicação, perguntei sobre os animais e ela questionou o motivo de eu querer saber aquilo: ‘Você quer dizer que não era para ele fazer isso [benzer]?’ . Rapidamente eu disse que não, que minha intenção era saber como funciona e como isso auxilia as pessoas, principalmente aliviando a carga de trabalho com os animais, que era o que tinham me contado até então. Naquele momento, a explicação pareceu ser o suficiente e eu me dei por satisfeita com o convite para retornar outro dia, quando o marido estivesse melhor. Como meu retorno demorou para acontecer, estava certa que Nelinho já estaria recuperado.

Debaixo de um sol fraco, Isabel lavava a calçada e muito rapidamente me reconheceu. Lamentou que o marido ainda estivesse muito mal, dizendo coisas sem sentido e sem responder a nenhum remédio. Quando um homem saiu pelo portão e entrou em um caminhão que logo partiu, ela argumentou que o filho estava levando Nelinho para passear, mas que de pouco adiantava: ele ficava olhando pela janela do caminhão sem dizer nada significativo. Lamentei a situação e desejei melhoras ao marido e, depois de conversar algumas amenidades, parti. Um dia depois, encontrei seu Luís, que quis saber do andamento da pesquisa. Depois de comentar que estava esperançosa com a conversa com Nelinho e que a situação era toda bastante triste, Seu Luís retrucou: ‘Essa mulher é uma mentirosa, eu estava até agora há pouco conversando com o Nelinho no bar’. Não sei dizer se ela ou Nelinho não queriam ter a família importunada ou se ainda permanecia a desconfiança de que eu não encarava esse ofício do marido como legítimo.

Para além dessa questão de desconfiança em relação às minhas intenções com a pesquisa, há o aspecto mais geral de que os benzedores procuram manter essa prática protegida de uma ampla divulgação. Assim, ainda que haja uma série de orações e procedimentos disponíveis na bibliografia específica, seus executores itajuenses não se sentiam à vontade para expor suas técnicas de benzeção detalhadamente. No geral, os benzimentos eram mais ou menos descritos, sem que as orações fossem ditas de modo explícito. Em seu livro sobre os benzimentos em Minas Gerais, Gomes e Pereira abordam aspectos importantes desse cuidado:

Faz-se necessária uma referência ao segredo da benzeção: há uma confiança na **magia das palavras** desconhecidas e muitas vezes o benzedor se recusa a ensiná-las, já que lhe foram transmitidas sob essa condição de não-revelação. Além disso, acredita-se que o conhecimento da palavra sagrada pelos não-iniciados pode esvaziar-lhe o poder: daí alguns devotos se recusaram a explicar a benzeção; outros, após uma negativa inicial, se dispuseram a informar no desenvolvimento natural da entrevista, e ainda outros revelaram espontaneamente, alegando que além do conhecimento da fórmula é preciso ter o “poder”, sem o qual as palavras nada valem (Gomes; Pereira, 2004, p. 12, grifo meu).

O cuidado em não expor demasiadamente as palavras dos benzimentos trouxe de volta as reflexões do primeiro capítulo sobre as diferenças entre mágica, magia e religião. O esforço de manter o acesso às fórmulas das rezas como algo mais ou menos exclusivo me fez pensar no jargão, bastante conhecido, segundo o qual “um mágico nunca revela seus truques”.

Gomes e Pereira (2004) tocam nessa temática ao falar das benzeduras para fechar corpo, uma espécie de imunidade contra qualquer mal, genericamente falando. “Das fórmulas de benzeções, a de fechar corpo é a mais difícil de ser obtida dos benzedores” (2004, p. 313), e sua força para proteger tão inteiramente uma pessoa advém do fato de que as rezas são conhecidas apenas por pessoas específicas (Gomes; Pereira, 2004). Para além da associação entre o mistério que envolve as palavras e sua eficácia, parece estar presente também uma preocupação em poupá-las do desgaste; tal qual uma ferramenta, uma oração muito utilizada pode perder sua força e sua eficácia.

Outro aspecto a ser salientado é o fato de que os benzimentos, parte da vida e do cotidiano, precisam equilibrar-se entre ser algo comum, executado rotineiramente por algumas pessoas, e, ainda assim, pertencer a uma outra esfera mais poderosa e não humana. Isso é parcialmente solucionado, como se verá, com os benzedores e benzedeadas

tendo que atender alguns critérios para se legitimar nesse papel, mas também depende da força dos elementos por eles utilizados nos procedimentos, sendo as rezas são os principais deles.

Em um artigo já mencionado nesta tese, Vera Regina Marques (2003) se debruça sobre as medicinas secretas do Brasil setecentista e aponta esses aspectos. Segundo ela, os jesuítas trouxeram da Europa o zelo por suas fórmulas e seu funcionamento, e o fato de terem encontrado o mesmo cuidado entre especialistas indígenas e africanos acrescentou mais uma camada de desconfiança e enfrentamento ao cenário de colonização e exploração. A autora menciona especificamente o medo que os senhores possuíam de serem envenenados por seus escravos e o empenho que apresentavam ao tentar arrancar segredos da medicina indígena em situações de tortura (Marques, 2003, p. 178). O esforço de se manter um caráter sagrado e secreto a algo da vida ordinária aparece nas recomendações do livro longamente intitulado *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas de nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. O prólogo da obra apela para que os segredos ali contidos não passassem a circular “por todas as mãos”. Esse excesso de manuseio comprometeria o valor das fórmulas, além de responsabilizar aqueles que fizessem circular procedimentos que não pertencem a elas, mas à religião. Tais precauções objetivavam não “quebrar o encanto” das orações e segredos, ainda que os jesuítas e demais pessoas que faziam uso deles não os colocassem nesses termos. (Marques, 2003, p. 179). Em um sentido similar, as orações utilizadas em Itaju parecem ser preservadas para que não se tornem por demais ordinárias e, conseqüentemente, menos sagradas e potentes.

Esse cuidado em relação ao desgaste de algumas orações é interessante, pois os benzedores com quem conversei mencionaram as orações comuns, como o Salve-Rainha e o Pai-nosso, como possibilidades de rezas para os benzimentos. Essas, contudo, não estão sujeitas à mesma perda de força por excesso de uso como algumas orações específicas utilizadas para benzer, sobretudo aquelas ditas fortes. Diante disso, me parece que a sacralidade das orações convencionais, como a Ave-maria, tem origem diferente daquela que compõe as orações dos benzimentos. Sendo oficiais e reconhecidas pela Igreja, têm uma condição estável garantida, enquanto que as rezas de benzer parecem ser poderosas e sagradas na medida em que são pouco utilizadas. Elas teriam uma eficácia que está associada a um manuseio correto por parte dos benzedores e benzedoras: não usar sem a devida necessidade e não as divulgar indiscriminadamente.

Associado a essa manutenção de uma dose de mistério, está o cuidado ao se transferir a tarefa de benzer para outra pessoa. Nesse caso, as orações normalmente já foram sendo aprendidas em um convívio com os procedimentos e, mais do que isso, é passado também o dom de benzer. Em sua dissertação, Elda Rizzo menciona algumas das medidas com as quais se deparou entre as benzedoras católicas em Campinas: “Não ensinar para ninguém as orações a não ser quando mudar-se de cidade ou de bairro, ou quando encerrar o ofício” (Oliveira, 1983, p. 36). As questões referentes à passagem do dom serão melhor abordadas mais adiante; contudo, elas já expressam esse zelo que existe em relação às orações e o modo de executar os benzimentos.

Mesmo após as considerações sobre os cuidados com as fórmulas orais e sua transmissão, sobretudo a partir da bibliografia, a dificuldade para acessar esse conteúdo em Itaju não deixou de ser um incômodo e, diante dele, acabei pensando no aprendizado do benzimento. É uma reflexão que permaneceu incipiente devido à falta de material, mas que parece ser um caminho possível para pensar o não fornecimento das fórmulas e gestos em maiores detalhes. Como foi dito, transmite-se o dom e outras coisas: objetos, santos, orações e deveres ou responsabilidades. Nesse sentido, o dom torna alguém apto a se apropriar de tudo isso e a tornar a execução dos benzimentos algo de fato eficaz. Contudo, essa apropriação, nos casos dos benzedores com quem conversei, parece ter ocorrido muito gradualmente ao longo da trajetória de vida das pessoas junto do parente benzedor. Não houve, eu acredito, um período demarcado de tempo para se aprender todas as coisas dos benzimentos, pois as pessoas iam presenciando eles acontecerem. Isso significa que as benzeções, o que inclui suas fórmulas, eram algo que estavam por ali na vida das pessoas, e quando eu perguntava do que se tratavam exatamente os tais benzimentos, significava que a minha convivência com eles era muito pouca, ou eu faria perguntas melhores, provavelmente, se fosse mais familiarizada. E o meu atestado de não convívio com os benzimentos gerava uma certa desconfiança: de Isabel em relação ao ofício do marido, e dos demais benzedores a respeito dos detalhes dos seus métodos.

Aparentemente, as pessoas com quem conversei tentaram solucionar este problema oferecendo-me a possibilidade de receber o dom e aprender a exercê-lo por duas vezes, conforme vimos. Apesar de eu não ter a convivência mínima, ao que tudo indica, o meu interesse pelos benzimentos mostrou-se genuíno o suficiente para que essa falta fosse remediada: era como se o dom me houvesse sido comunicado, de certa forma, pela ideia, como veremos, de ‘levar jeito’. Na época, contudo, tanto me pareceu errado aceitar as ofertas com interesses de pesquisadora curiosa quanto um pouco assustador.

Sem ser afetada (Favret-Saada, 2005) pelas implicações que carregar o dom acarretariam, algumas coisas me foram ditas, outras não.

Tornar-se benzedor, tornar-se benzeadeira

‘Você se interessar por essas coisas é sinal de que você leva jeito’ (Dona Cida).

Seu Juca foi o primeiro benzedor com quem conversei, e a motivação foi uma história sobre benzimentos que soube por conta do trabalho do meu pai em Bariri, onde ele teve uma oficina por algum tempo. Inicialmente, então, a pesquisa tinha a intenção de entrar em contato com proprietários de Bariri, município vizinho de Itaju. A conversa com o benzedor aconteceu a partir desse recorte inicial, que não se concretizou. Mesmo assim, Seu Juca fazia benzimentos para pessoas e propriedades rurais de Itaju, e pude conversar posteriormente com uma delas, Seu Geraldo.

Dona Cida foi com quem conversei em segundo lugar. Soube que ela era benzeadeira por conta de João, um ex-vizinho do sítio do meu pai. Ele cuidava da propriedade dos pais que, já mais velhos, moravam na cidade. Com a morte deles, o sítio foi dividido em porções menores de terra entre os irmãos, de modo que, entre meu pai e o então vizinho, surgiram duas propriedades de donos diferentes. Uma delas acabou sendo também um importante interlocutor, Jair. Mas com a irmã que ficou com a outra parte das terras eu não cheguei a conversar: com todo o terreno arrendado para cana, o lugar acaba não sendo visitado por ninguém.

Soube do benzedor Val ao conversar com Dorão, o que o fiz por sugestão de Jair. Dorão havia acabado de adquirir um pequeno pedaço de terra e não morava ali. Costumava trabalhar na propriedade durante as manhãs. Contudo, depois que o transformador do poste que fornece energia para a sua casa foi roubado duas vezes, ele vendeu o lote de terra. Apesar de ele ser um cético, passou-me os contatos não só de Val, mas também de Seu Rucino. Nas eleições municipais de 2020, Val foi reeleito vereador e, como foi mencionado, há quem afirme que isso se deve, principalmente, ao fato de ele já ser bastante conhecido por conta dos benzimentos que realizou. Val foi o benzedor com quem conversei mais vezes. Durante a pesquisa, ele trabalhou, como pedreiro, na obra de uma casa no centro da cidade, e passei lá algumas vezes para conversarmos. Além disso, em duas ocasiões ele me tirou dúvidas pontuais por telefone.

Dona Cida tem a intenção de ensinar os benzimentos para seu neto, que mora na casa dela e é enfermeiro em Jaú; sua profissão já o familiarizou com o cuidado, segundo

a avó. Isso é um requisito importante para realizar benzimentos. Além do cuidar, o interesse pela temática pode indicar que a pessoa ‘leva jeito’ para a coisa, tanto que Seu Juca e Dona Cida afirmaram que minha pesquisa era um sinal de que eu deveria ir mais adiante no meu envolvimento com as benzeções.

Essa transmissão de conhecimento, apesar de ter me aparecido duas vezes durante meu tempo de pesquisa de campo, não parece ser o mais comum. Em um texto que trata da “cultura folk” no interior do estado de São Paulo, Xidieh (1945) apresenta três possibilidades para alguém tornar-se benzedor, feiticeiro, rezador ou curandeiro. A primeira seria através da revelação: nesse caso, a pessoa começa a sentir-se diferente, sentir mudanças no ritmo habitual de sua vida, e passa por sofrimento, pois uma série de eventos desagradáveis lhe acontecem; recebe, então, orientações de alguém entendido para compreender a qualidade dos fatos que a atormentavam, e a revelação ocorre normalmente em sonhos e em momentos decisivos relacionados à morte ou doença. No segundo caso, a família dedica-se há algumas gerações a essas práticas, que devem ser transmitidas para alguém, sobretudo se foi feita uma promessa a respeito dessa ou envolvendo essa pessoa. Por fim, a terceira possibilidade, que o autor argumenta ser a menos comum, é o interesse proposital. Sem uma tradição familiar e sem qualquer revelação uma pessoa decide dedicar-se a essa prática, por achá-la vantajosa de alguma forma, o que faz com que isso possa ser entendido como charlatanismo (Xidieh, 1945).

Em seu livro sobre benzeção, Oliveira (1983) trata especificamente das mulheres que benzem. Apesar de não poderem ser pensadas fora de sua religião, católica, são profissionais independentes que determinam quais remédios e rezas utilizar em cada ocasião. A respeito da capacidade de benzer, Oliveira apresenta diversos fatores que podem levar uma pessoa a tornar-se benzedora, ou benzedor, mas que se aproximam dos apresentados por Xidieh (1945):

Geralmente, a descoberta do dom pela benzedora ocorre paralelamente ao reconhecimento de algum acontecimento forte na sua vida (...). Mas há outras situações em que ocorre o reconhecimento da existência do seu dom: quando a benzedora depara com alguma doença incurável; quando ocorre uma revelação, por exemplo, uma visão de que uma santa a protege numa estrada perigosa; ou quando ela ouve uma voz que a orienta no sentido de retribuir, às pessoas, a graça da bênção que recebe dos santos; ou ainda quando, na ausência de outras benzedoras, ela precisa aprender o conhecimento do trabalho para poder benzer as crianças que ficavam doentes. Às vezes recebe o dom de pessoas de sua família, como de uma avó, de uma tia; outras vezes, quando possui uma

característica de bondade ou de habilidade para ajudar as pessoas e isso é identificado por outra pessoa como sendo um dom, ou tem-se ainda todas essas situações combinadas de diversas maneiras entre si (Oliveira, 1983, p. 34).

No caso dos benzedores com quem pude conversar até o momento, o contato com o benzimento se deu através de um parente próximo, que ensinou aquilo que era necessário. Seu Juca aprendeu a benzer com o pai, que já benzia na Itália antes de vir para o Brasil. Assim como ele rezava para Santo Antônio, também o faz hoje em dia Seu Juca. Dona Cida, embora não tenha herdado um santo preferido junto com o dom, aprendeu a benzer com seu avô, e utiliza santos específicos para cada problema a ser resolvido.

Dona Cida demorou alguns anos para começar a benzer. Ela ‘ficou enrolando’, pois não se via, e ainda não se vê, pessoas mais novas, ainda mais mulheres, exercendo esse ofício. Por conta disso, a capacidade foi deixada de lado até que tivesse adquirido mais idade, ou que, como diz, ‘chegasse o momento certo’. Em sua pesquisa, Quintana (1999) argumenta que se espera de uma pessoa que ocupa o posto de benzedor ou benzeira alguns sinais de idade que indiquem um acúmulo de sabedoria. Em seu artigo, Ondina Fachel Leal (1992) argumenta que às vezes considera-se que a pessoa sabe mais por sua experiência de vida do que devido a poderes como o do benzimento, mas Dona Cida esperou o momento de ter ambos. Já perto dos trinta anos de idade, a benzeira estava passando por uma estrada que beirava uma propriedade rural, quando viu, do lado de dentro da cerca, uma vaca com uma bicheira no corpo. Ali, sem ninguém por perto, ela resolveu que precisava ajudar o animal, e começou a benzer. E tem benzido desde então. É interessante o fato de Dona Cida benzer animais mesmo quando a maioria das pessoas que demanda esse tipo de especialidade são homens, pois são eles os principais responsáveis pelo cuidado da criação nos sítios. Normalmente, as mulheres aparecem como especialistas em benzer crianças (Araújo, 1975 e Hoffmann-Horochovski, 2015) e, quando se trata de expulsar cobras dos pastos ou parasitas da criação, situações que interessam a esta pesquisa, é sempre um homem que é procurado (Nery, 2006). Sobre o campesinato sergipano, afirma-se que as mulheres “também exercem as artes da magia, mas não com relação ao mato e à roça” (Woortmann, 1997, p. 61), que é o que faz Dona Cida. Em termos de benzer animais, portanto, Dona Cida parece não se diferenciar dos benzedores Juca e Zito com quem conversei; inclusive, como relatado, ela iniciou-se

benzedora curando um animal de criação. A seguir, apresento parte de seu relato sobre como Val, filho do Zito Português, tornou-se benzedor:

Bom, nós somos em dez irmãos. Eu ajudei os mais velhos, casaram os mais velhos, depois eu fiquei com meu pai e cinco irmãos mais novos pequenos. Então eu precisei trabalhar pra ajudar ele a criar os filhos. E fiquei mais velho dentro de casa, com trinta anos. Então parece que foi assim uma coisa já esperada pra mim [o benzimento]. É uma noite eu tive um sonho que Jesus apareceu pra mim e falou: “As respostas que você procura estão no livro da vida”. A gente não sabia nem o que era o livro da vida, meu pai era analfabeto, ele fazia oração e não sabia como isso. Depois eu descobri que era a bíblia. Aí eu comecei a ler a bíblia e parece que aquilo, a história, foi encaixando nas minhas dificuldades, naquelas coisas que eu fiquei responsável pela casa. Então parece que foi fazendo uns encaixes. Ao longo da vida... eu demorei quatro anos pra ler a bíblia, todinha. Então aí quando eu terminei de ler a bíblia, eu morava numa casa de sede fazenda, antiga, era um quarto, uma cozinha e um banheiro. Aí nisso surgiu um som de harpa e umas crianças cantando em outra língua. E fiquei com aquilo ali. Ia lá fora não tinha barulho, volta pra dentro de casa estava aquele barulho lá. Dormi com aquele barulho lá, aquele som. Aí no outro dia eu vim pra casa e perguntei pro meu pai: pai, eu ouvi esse som lá, o senhor sabe o que significa isso? Ele falou, “a sua vó, que me ensinou a benzer, ela falava que isso eram os anjos cantando pra Deus, então o próximo acho que a benzer vai ser você”. Daí uns três dias, eu estava ainda terminado de ler a bíblia, eu li uma palavra que falava assim: você já está forjado. Eu não entendia muito bem o que que significava ‘forjado’. Aí eu fui no dicionário, busquei a resposta. Forjado quer dizer: você está preparado, você está pronto. Aí eu fui mandado embora da fazenda. E eu ganhava um salário bom lá. Na época eu não entendi, eu falei ‘puxa vida, eu sou um funcionário exemplar, né, por que que eu fui mandado embora?’” Depois que eu vim colocando as coisas no eixo que eu vim saber que Deus não me queria lá. Deus me queria aqui no lugar do meu pai. Vim pra cá, trinta dias meu pai faleceu. Então aí as pessoas passaram a pedir pra mim oração. Como eu sabia de todas as orações dele, foi quando eu comecei a fazer. E aí não parei mais.

O relato de Val apresenta sua condição de benzedor como tendo origem em dois pontos complementares. O primeiro é familiar: ele herda a posição de benzedor do pai e certo reconhecimento que ele já havia adquirido, e as orações já utilizadas por ele nos benzimentos. O segundo é divino: sons angelicais, já ouvidos por sua avó, confirmam que ele estava preparado para ser um benzedor. No livro *Assim se benze em Minas Gerais*, Gomes e Pereira (2004) analisam detalhadamente os relatos de duas benzedoras que foram iniciadas uma “pela experiência após transmissão pessoalizada” e a outra “por revelação”. No primeiro deles, Dona Hilda conta como a mãe era benzedora e, pouco antes de morrer, pediu para que algum filho seguisse seus passos nessa atividade. A irmã

e o irmão se recusaram, restando a Hilda a responsabilidade de ser benzedeira. Além dessa similaridade com a história de Val, que dentre dez filhos foi quem ficou na casa do pai e deu continuidade aos benzimentos, Dona Hilda e os autores apresentam essa herança como uma “missão”. Missão também foi a palavra que Val utilizou para definir essa sua capacidade de benzer, uma tarefa, portanto, que não pode ser simplesmente abandonada: precisa ser levada adiante.

Segundo Gomes e Pereira (2004), essa transmissão que ocorre, normalmente entre familiares, configura o aspecto mais comum e geral da iniciação de benzedeadas e benzedores. Contudo, o segundo relato trazido pelos autores, “A menina dos anjos”, apresenta um vínculo com o sagrado que ocorre de maneira independente, sem ser herdado. Nele, Dona Terezinha conta que recebia a visita de anjos quando era menina e que, um pouco depois, quando ia à igreja, se sentia atraída pelo Espírito Santo. Adulta, tornou-se benzedeadada. No caso de Val, a música dos anjos ouvida por ele possui esse caráter de revelação divina, bem como a palavra bíblica afirmando que ele estava pronto, mas há, também, o aspecto familiar. É da avó o conhecimento sobre o som angelical, e foi do pai que ele herdou as orações. Mas, como ele me contou posteriormente, esse conhecimento foi sendo aprimorado e aprofundado pela leitura da bíblia, coisa que seu pai não pode fazer, por não saber ler.

Recontar a própria trajetória é, assim como lembrar os benzimentos já realizados, uma das maneiras de provar a veracidade de seus feitos e de suas funções enquanto benzedeadas e benzedeadas. Ao trazer para as conversas os caminhos do dom e das orações na própria família, o que se faz é evidenciar o benzimento como algo que vem sendo reproduzido ao longo do tempo, em uma tradição que comprova e reconstrói a eficácia desse procedimento. Como já havia sido apontado por Marcel Mauss (2003) sobre o corpo enquanto instrumento humano, a existência do benzimento enquanto técnica estaria comprometida se dele fossem retiradas a transmissão e a tradição, pois são aspectos que se entrelaçam na construção dos benzimentos como algo que se repete, de maneira eficiente, desde muito tempo.

Para além do recebimento do dom e da necessidade da fé, há o aprendizado, que é, em grande medida, associado à trajetória de vida das pessoas e ao fato de que normalmente se herda o dom de algum parente com o qual se convivia. Nas conversas em Itaju, o dom não apareceu de maneira muito detalhada. Algumas vezes, o modo como se chega a ter o dom é contato de maneira inespecífica, como o caso da fala de Val afirmando que, quando começou a benzer, já sabia todas as orações utilizadas pelo pai. Mas de modo geral, o argumento era o de que os jeitos e as orações iam sendo pegos através da observação: ‘eu via meu avô benzer’ ou ‘vi meu pai benzer muitas vezes’. O aprendizado

por meio do contato cotidiano ocorre de maneira assistemática a partir do convívio, de modo que a pessoa tende a estar familiarizada com os procedimentos, ainda que não os compreenda completamente, desde criança (Quintana, 1999). Isso é compreensível, mas também estranho, porque quando eu fui benzida por Dona Cida nós ficamos bem próximas e eu não compreendi uma palavra do que ela murmurou. Como alguém aprenderia, então, olhando um pouco mais de longe?

É possível que parte do aprendizado não tenha ocorrido devido ao contato com os familiares: assim como o dom, alguns conhecimentos também podem ter origem divina, e aí as orações podem ser sonhadas ou aparecer em visões (Quintana, 1999). Mas um ensinamento incompleto também pode ocorrer. Interessado em estabelecer se benzimentos são mágicos ou religiosos, Andrea Göseles (1991) entrevistou uma benzedeira e perguntou especificamente sobre mudanças nos procedimentos de modo geral e nas palavras empregadas. A respeito do primeiro aspecto, a benzedeira argumentou que não era possível usar exatamente os mesmos objetos que a mãe, que benzia antes dela, utilizava. A entrevistada mencionou uma planta que ela não encontrava tão facilmente no lugar para onde se mudou, a vassourinha de São Pedro, e citou um tipo de fonte de água à qual ela não tinha acesso, ambos elementos que compunham as benzeções anteriormente. O que ela defendeu, afinal, é que essas variações não comprometiam os benzimentos, pois o que ela de fato possuía da mesma maneira que a mãe era a fé. A respeito das orações, a benzedeira diz o seguinte:

algumas ela falava assim alto, algumas, [no caso por exemplo] do cobreiro, eu aprendi, porque ela falava em voz alta. E a mordedura de cobra ela falava em silêncio e esta oração era assim muito guardada. Acho que mais de três pessoas com ela não podiam usar, porque senão ela perdia a força dela. Sabe? Uma coisa assim. 'Ela explicava para a gente, então ela nunca deixava que a gente tocasse naquela oração. Eu sei que é uma oração de São Clemente, mas como ela é eu não sei (Göseles, 1991, p. 37).

A senhora D., entrevistada, serve de consolo para a minha recusa em aprender os benzimentos, pois mesmo ela, que benzia com a mãe, ficou apartada de alguns conteúdos das benzeções. Além de mostrar como podem existir incompletudes na compreensão dos benzimentos, ela dá a entender que isso pode estar relacionado à força de uma oração. Nesse sentido, orações mais fortes não seriam transmitidas para não se gastarem, e talvez o remédio para tal incompletude seja o de descobrir fórmulas mais poderosas por conta própria, no decorrer da experiência.

Evidentemente os aprendizados são bastante diversos e, muitas vezes, menos engessados. Em seu livro, Ilheo (2022) menciona o que pode ser chamado de “neobenzimento”, em que procedimentos são amplamente difundidos por meio online. O

livro de Meneses (2022), utilizado aqui, tem também essa finalidade de ensinar os benzimentos. Se, como vem sendo mencionado, a sacralidade das orações advém, em grande medida, de certa exclusividade e mistério, a divulgação dos modos de se benzer e de rezas podem tornar o dom algo ainda mais valioso, pois este passaria a ser o único elemento não democratizado das benzeções. Nesse mesmo sentido, as orações secretas, como a de São Clemente, poderiam se tornar ainda mais secretas, diferenciando-se daquelas que vêm sendo amplamente divulgadas. De todo modo, o ensinar o benzimento é algo que permanece inconcluso, pois certas fórmulas podem ser fortes demais para serem ensinadas e algumas; na próxima seção, aparecem Toninho e Rovari, pessoas que aprenderam o benzimento com alguém, então houve algum ensinamento de fórmulas, embora não o executem enquanto um dom, pois benzem apenas para si próprios.

Enquanto em atividade, benzedeadas e benzedores são, segundo Xidieh, intermediários que agem “magicamente entre o homem e o sagrado” (Xidieh, 1945, p. 11). Apesar de não citar diretamente os santos, o autor não coloca os seres divinos como operadores diretos dos procedimentos, de modo que as ações partem dos seres humanos que querem acessar o sagrado. Não à toa, o texto de Xidieh chama-se “O intermediário”, pois trata dessas pessoas que estão a meio caminho entre o espaço terreno e a esfera divina. No mesmo sentido, Moura se refere a esses especialistas como um(a) intermediário(a) entre Deus, ou deuses, e aquele que se submete à cura (Moura, 2009, p. 26). De tal posicionamento advém a responsabilidade de quem carrega o dom.

Mas os benzedores e benzedeadas não são os únicos intermediários. Se eles são os que sobem um degrau acima da esfera terrena, algumas entidades descem um pouco do espaço celeste e tornam-se mais acessíveis. Trata-se principalmente dos santos e de Nossa Senhora. Sendo o mundo fruto da criação divina, ele é instância de relacionamento entre os seres daqui e os de lá, homens e santos (Gomes; Pereira, 2004, p. 89). Por meio dos benzimentos, são criadas ou reforçadas relações das pessoas entre si e também delas com os santos a quem são feitos os pedidos (Oliveira, 1983).

As orações costumam ser dirigidas aos santos, mas tanto pode haver a intenção de que estes intercedam pelas pessoas diante de Deus, quanto a ideia de que “o santo pode realizar o pedido feito pelo fiel praticamente por seu próprio poder”. (Albuquerque, 2004a, p. 70). O teólogo Bernardino Leers corrobora esse argumento, e acrescenta que eles exercem suas especialidades, que são variáveis, o que faz com que os pedidos sejam direcionados para setores específicos do sagrado e não para qualquer um (Leers, 1977). Embora sejam divindades e funções variadas, a necessidade de serem levados a agir principalmente por meio das orações dos fiéis é comum a todos.

Como foi dito, Seu Juca aprendeu a benzer com o pai e ambos rezavam para Santo Antônio em seus benzimentos. Seu Juca acrescentava ao procedimento um santinho já

bastante surrado (um papel com a imagem do santo de um lado a oração para o mesmo santo do outro) e um pequeno Santo Antônio de metal¹⁹. Dona Cida, por sua vez, disse que costuma rezar para Santa Catarina, sua santa favorita, em ocasiões de muita urgência ou gravidade.

Em sua pesquisa, Andrade (2010) aborda o culto a três santos mártires, cujos túmulos são visitados pelos devotos, apesar de não serem santos que constem na hagiografia oficial, ou seja, não são reconhecidos pela igreja de Roma. A autora argumenta que os santos, muitas vezes, são considerados mais próximos das condições humanas do que Deus, criador de todas as coisas, e daí o seu protagonismo como receptores de pedidos e a existência de uma gama expressiva de santos, sejam eles institucionais ou não. Apesar das tentativas de controlar a devoção aos santos não oficiais, as pessoas seguem sendo devotas, pois para elas os trâmites de beatificação e canonização são, além de desconhecidos, completamente dispensáveis. Quem crê, o faz a partir de questões pessoais e isso é o suficiente para depositar, no santo, sua esperança, seja lá qual for o posicionamento da Igreja (Andrade, 2010).

A figura de Nossa Senhora, enquanto “rosto feminino de Deus”, também possibilita uma aproximação entre os liames dessa grande hierarquia: o que Deus, a princípio, não quer pode ser alcançado com interferência da mãe eterna (Gomes; Pereira, 1992). Segundo Mayblin (2010), há uma similaridade entre essa mãe divina e as benzedeadas, que reside no sacrifício pelo outro. Ao abordar o sofrimento pela ótica católica em Santa Lucia, Pernambuco, a autora conta que as rezadeiras choram no processo de benzimento e que esse choro aumenta conforme avança a cura.

Outro exemplo dado por Mayblin (2010) é o bocejo, que ocorre na medida em que a especialista toma para si os problemas e as aflições da pessoa. Em Itaju, Dona Cida me disse que benzer cansa e que, por conta disso, muitas vezes ela termina o procedimento com uma ‘abrição de boca’ causada, também, por bocejos. Inicialmente, Dona Cida me informou que costuma bocejar apenas quando benze crianças, pois pega para si o mal que estava afligindo as pequenas e isso cansa seu corpo. Contudo, na minha segunda visita, a benzedeadora sugeriu que eu a deixasse me benzer, porque eu provavelmente não estava aparecendo na sua casa à toa, havia um sentido maior nisso, o que indicava que eu precisava de ajuda. Sentada no sofá com os olhos semicerrados, senti uma cruz ser

¹⁹ Em sua dissertação de mestrado em Ciências da Religião, Elen Cristina Dias de Moura menciona duas benzedeadas que herdaram cada uma um terço das pessoas que lhes transmitiram o dom, o marido e o pai (Moura, 2009, p. 39).

desenhada na minha testa e pude ver que algumas, maiores, foram desenhadas no ar na minha frente. Dona Cida murmurava muito baixinho, mal movendo os lábios. Quando acabou, eu pude ver que os olhos estavam com um pouco d'água e então ela começou a bocejar. Ocupar uma posição intermediária entre os seres terrenos e os divinos requer um dom especial e às vezes exige um esforço extra, como revelam os bocejos de Dona Cida.



Imagem 19: Quadros de Nossa Senhora e Jesus, na parede de um quarto externo de Zeca. Acervo: Míriam Stefanuto.

Simpatias e gente que benze

Além de tornar uma pessoa capaz de benzer, os acontecimentos que marcam o caminho até os benzimentos ajudam a diferenciar as benzeções das simpatias, uma vez que o ponto chave parece ser, fundamentalmente, quem executa. Segundo os benzedores com quem conversei, para além das diferenças nos procedimentos, a ‘simpatia você faz em casa’, sozinho ou sozinha, e sem ser um perito das palavras de ordem. Nesse sentido estrito, as benzeções aprendidas por conta própria – em livros ou vídeos, por exemplo – e sem terem um dom e um familiar que as antecedem, se tornariam apenas simpatias.

Em seu livro sobre o que chama de “medicina rústica”, Araújo faz uma distinção entre as benzeduras e as simpatias. Estas últimas não precisam ser realizadas por nenhum especialista, qualquer pessoa pode realizar os procedimentos necessários. As benzeduras, por sua vez, são normalmente aprendidas com os mais velhos, o que não pode ser feito de qualquer jeito ou por qualquer um(a). De acordo com o autor, enquanto os passos para realizar uma simpatia podem ser ensinados em qualquer dia, os do benzimento devem ocorrer quando o benzedor pressente sua morte e em dias santos; e adverte: “caso ensine

em outras épocas, perderá a força para realizá-las [as benzeduras]. Ficaré “quebrado” (Araújo, 1979, p. 49).

No livro *Assim se benze em Minas Gerais* (2004) os autores estabelecem uma distinção entre benzeção, autobenzeção e simpatias. A benzeção é por eles definida como um procedimento que possui três componentes: quem benze, quem é benzido e a palavra portadora da cura. Na autobenzeção, o benzedor e o benzido são a mesma pessoa, mas as palavras curadoras se mantêm. A simpatia dispensa, em alguns casos, o uso de orações ou fórmulas, e pode ser executada por qualquer pessoa. O que os autores argumentam é que as simpatias que possuem alguma palavra de ordem são consideradas mais poderosas do que as que não possuem, mas em qualquer caso, a força das simpatias não se compara à de um benzimento (Gomes; Pereira, 2004).

No já mencionado volume *Insetos no folclore* (1979), os autores apresentam um procedimento, muito similar aos benzimentos analisados aqui, e chamam-no de simpatia. Isso pode ser devido à dificuldade de distinguir uma prática da outra, a ponto de elas se apresentarem de maneira igual ou muito parecida e só variar aquele que a executa. Além disso, o termo simpatia pode ter sido utilizado pelos autores simplesmente como sinônimo de benzimento, sem uma preocupação em defini-los os dois conceitos:

Toma-se um raminho em forma de cruz e benze-se, colocando depois sobre o rastro da rês doente. Assim que o ramo seque... os bichos cairão. Deve-se observar que a rês benzida não pode ser tratada por outro processo e nem sequer olhada, depois da benzedura, pois isso tiraria todo o efeito da simpatia. Outra maneira de curar a bicheira por simpatia é a seguinte: toma-se uma palha de milho e faz-se uma laçada do mesmo tamanho da ferida atacada; cerra-se o laço e joga-se para trás dizendo: 'Serviço em domingo não vai pra frente... e esta bicheira também não vai!' e assim cairão os bichos dentro de três dias." (Lenko; Papavero, 1979, p. 420).

Além de o procedimento em si se assemelhar aos benzimentos apresentados – o uso de um nó na palha, a cura no rastro – existe a recomendação de que não seja procurado outro método de curar aquele animal, ou a simpatia ficará prejudicada. Isso é algo que aparece tanto na bibliografia quanto entre os benzedores em Itaju. Apesar de definir a simpatia¹ não ter sido exatamente uma preocupação desta pesquisa, ela apareceu algumas vezes. O que foi dito é que ela normalmente não está associada a alguma oração ou santo

¹ Uma simpatia que me foi contada para ilustrar a diferença entre estas e o benzimento serve para fazer a pessoa emagrecer. Envolve engolir um número de grãos de arroz progressivamente durante alguns dias com o mesmo número de copos d'água e depois enterrar o mesmo número de grãos no quintal.

e não costuma valer-se de orações, e sim de gestos repetidos, algumas ações ou objetos. Aquilo que parece ser mais decisivo é que a simpatia não é executada por um benzedor, e sim pela própria pessoa interessada. Entre a simpatia e os benzimentos parece existir ainda uma outra modalidade.

Em Itaju, soube de dois homens que benzem, mas não o fazem ‘para fora’. Toninho e Rovari benzem apenas seus animais e pertences, que são também de suas famílias. Não foi mencionado o benzimento de pessoas. Durante a pesquisa, consegui conversar com Toninho e foi uma boa surpresa. Ele é sobrinho do primeiro benzedor com quem conversei, Seu Juca. Apesar do parentesco, Toninho aprendeu o ofício com outro especialista, que também já faleceu. Além dele, o benzedor também teria ensinado Rovari, o que contraria um pouco as informações, tanto bibliográficas quanto da pesquisa de campo, de que é preciso escolher apenas uma pessoa para transmitir-se o dom. De todo modo, ambos benzem apenas para si mesmos. Toninho manteve o mesmo método de benzimento de seu antecessor: contra as bicheiras nos animais, ele utiliza nove folhas de leiteiro (*Tabernaemontana hystrix*), mas não me detalhou como faz exatamente. Rovari, segundo Toninho, teria modificado um pouco o procedimento, e faz uso de apenas sete folhas da mesma árvore. A eficácia dos procedimentos passa, portanto, por uma certa continuidade nos modos de fazer, atrelada à passagem do dom e ao contato com um benzedor ou benzedeira mais velho. Mas pequenos ajustes e alterações podem ser feitos nos benzimentos sem que eles se desprendam dessa tradição e, conseqüentemente, da sua eficácia (Mauss, 2003).

A diferença entre os benzedores-para-si e os demais benzedores com quem conversei é que aqueles parecem não ter entrado em contato com o dom de maneira tão marcante e, assim, não possuem o mesmo status. Mesmo que as pessoas saibam que eles fazem esses procedimentos, eles não são procurados e parecem não ter a intenção de serem. Como foi visto, o dom de benzer possui similaridade com os recursos naturais por serem dons, que é o fato de ambos terem como objetivo servirem à vida social e à reprodução das relações decorrentes disso. Nesse sentido, não ter o dom de benzer não implica em não ter nenhuma capacidade para isso, e sim que esta aptidão não estará vinculada ao benzimento enquanto missão. Aquilo que certamente os dois tipos de benzedores possuem, como já foi dito, é a fé. Quando eu conversei com Wagner, ele elogiou meu interesse pelos benzimentos e disse que até poderia executá-los se tivesse mais fé: ‘eu acredito, mas não o suficiente’.

Pode-se argumentar que esses donos que benzem suas próprias coisas são, também, benzedores. Contudo, é preciso inserir aqui uma diferença importante que se

repetiu todas as vezes em que falamos sobre Toninho e Rovari. Sobre eles, diz-se que ‘eles benzem’, enquanto Dona Cida, Seu Juca e Zito são benzedores de fato. Assim, acredito que não se poderia chamar Rovari e Toninho de benzedores. Como eles benzem apenas para si mesmos, fica excluída uma parte importante da pessoa do/da benzedor ou benzedeira, que é o contínuo reconhecimento externo de sua capacidade, a recuperação de sua história enquanto pessoa destinada a tornar-se benzedor e, o mais importante, o fato de que esses elementos os legitimam a agir pelo bem estar dos outros.

Das orações

Os benzedores desconversavam com um sorriso o meu pedido para saber as palavras dos benzimentos e dizem que elas são ditas bem baixinho, tal como feito por Dona Cida, porque não são feitas para a gente ouvir. Aqueles que relatam os benzimentos de suas terras ou seus animais também comentam que as orações são proferidas bem discretamente. Apesar dessa dificuldade de acesso, há muito o que se dizer sobre elas, essenciais para os procedimentos.

Dirigir-se às divindades cristãs por meio da prece não é uma prática recente. Muitas das orações que circulam ainda hoje vêm da Idade Média portuguesa e foram utilizadas, no período colonial, como instrumento de difusão e fixação da língua da metrópole (Albuquerque, 2004a). As autoras Souza (1986) e Queiroz (1976) também apontaram para esse vínculo entre os catolicismos no Velho e no Novo Mundo. Ademais, a leitura dos processos inquisitoriais brasileiros revela que as orações com características propriamente nativas eram exceção. Mas se, de um lado, houve uma preservação das fórmulas ibéricas, de outro ocorreu a intervenção do cotidiano brasileiro, que demandou preces específicas para seu contexto, segundo o historiador Eduardo Basto de Albuquerque (2004a).

Na mesma obra, o autor identifica as características das muitas preces de produção anônima que têm atravessado os séculos sendo utilizadas fora dos templos oficiais. Ele adverte para a dificuldade de se estabelecer a distinção entre o anônimo popular e o oficial eclesiástico e, ao fazê-lo, mostra, mais uma vez, como as separações refletem distinções de status e poder. Albuquerque argumenta que o critério normalmente encontrado entre os autores eclesiásticos é que as orações oficiais seriam religiosas e mais espiritualizadas, e as preces populares mais mágicas e supersticiosas, por pedirem coisas materiais ou futilidades. (Albuquerque, 2004a).

Em uma das partes de sua inacabada tese de doutorado, Mauss vincula a prece à ação, ao concebê-la como um ato que produz efeito e que visa uma finalidade específica. O ensaio prenuncia a ideia de que o ritual pode ser pensado a partir da linguagem, e que esta é portadora de eficácia. Em seu trabalho sobre essa obra de Mauss, “A prece”, Cabral explora o significado de três palavras que podem servir para se referir ao objeto de pesquisa de Mauss: oração, prece e reza. Como o autor argumenta, as palavras e suas significações se misturam, de modo que ninguém se surpreenderia com uma frase similar a esta: "todos os dias rezo à Virgem Maria; a minha oração é uma prece de amor" (Cabral, 2009, p. 17).

A palavra “oração” tem essencialmente três conjuntos de significados, sendo que o primeiro, e mais comum, é de súplica ou veneração dirigidas às divindades. Mas a palavra remete para o verbo *orare*, que significa “falar, dizer, contestar, advogar, suplicar”. O autor aponta que, com isso, se passa à imposição, e recorda a leitura de Mauss sobre as preces aborígenes enquanto “sugestões imperativas”. A palavra portuguesa “prece”, por sua vez, deriva de *prex*, *precis*, que, no plural *preces*, significa “súplicas, pedidos, rogos, instâncias”. O autor aponta, contudo, para a possibilidade de prece ir além e significar “praga”, “maldição” ou “imprecação” (Cabral, 2009, p. 18).

Por fim, o verbo “rezar”, significa se comunicar com Deus através da oração. Curiosamente, ele aponta, a palavra tem um segundo sentido quando usada para significar “está escrito”, assim como na expressão “como reza a tradição”. A implicação remete à memória, o que não surpreende diante da etimologia latina do termo “rezar”: *recitare*, cujo sentido é “ler em voz alta” ou “dizer de memória”. O verbo original era *citare* e o autor enumera seus oito significados que contêm palavras e expressões como “incitar”, “excitar”, “sacudir” e “citar para comparecer em juízo” (Cabral, 2009, p. 18).

É notável que prece, oração e reza têm como propósito provocar, de maneira mais ou menos ousada e mandatária, ação e movimento naqueles para quem as palavras são direcionadas. Segundo aqueles que buscam os benzedores, e segundo eles mesmos, são as orações ou rezas que compõem o ato de benzer que resultam na cura dos animais e demais efeitos desejados. Nesse sentido, podemos pensar que as rezas atuam diretamente nas criações e, mais do que algumas palavras ditas, as benzeduras são um “proferimento performativo” (Austin, 1990).

Ao elaborar a teoria dos atos de fala, Austin estabelece uma distinção entre os atos constatativos e os performativos, isto é, as sentenças utilizadas para descrever fatos e

eventos e aquelas usadas para realizar (*to perform*) alguma coisa. A dicotomia logo se mostrou inadequada, uma vez que o constativo também possui uma dimensão performativa, pois descrever é também um ato que realizamos; assim como os performativos têm uma dimensão constativa, já que mantêm uma relação com um fato. Ele propõe, então, que sua concepção da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem. Para tanto, estabelece o “ato de fala” como a unidade básica de significação e toma-o enquanto constituído por três dimensões integradas ou articuladas (Filho, 2006).

A primeira corresponde ao “ato locucionário”, que produz os sons pertencentes a um vocabulário, de acordo com as regras gramaticais aplicáveis e é o lugar em que se dá a produção de sentido. Enquanto o ato locucionário é a realização *de* dizer algo, o ato ilocucionário é uma realização *ao* dizer algo. Ele possui força, se feito nas condições adequadas, de realizar a própria ação nomeada, como, por exemplo, em uma sentença que se inicia com “eu prometo...”. E a terceira dimensão é a do “ato perlocucionário”. Segundo Austin, distinguir uma ilocução de uma perlocução, é fazer uma distinção “entre “ao dizer tal coisa eu o estava prevenindo” e “por dizer tal coisa eu o convenci, ou surpreendi, ou o fiz parar” (Austin, 1990, p. 96). Nesse sentido, Ottoni argumenta que o ato perlocucionário é aquele que produz efeito sobre o interlocutor (Ottoni, 1990, p. 128). O interlocutor a ser provocado por meio dos benzimentos é o santo para o qual se rezou, ou Jesus, Maria e, em última instância, Deus. Em sua entrevista com a benzedeira D., Göseles (1991, p. 49) argumenta que esses interlocutores, mesmo o mais soberano deles, não têm muita alternativa. A partir da percepção da entrevistada, a autora conclui que o benzimento é visto como tendo uma “eficácia automática”, de modo que não resta espaço para Deus ter a liberdade de decidir em outro sentido. Em Itaju, prevalece a ideia que se Deus não quer, nada feito. Por outro lado, mesmo que Ele queira, parece ser necessária uma, digamos, provocação, daí os benzimentos.

Se proferir atos performativos significa realizar ações de provocação ao sagrado, então os atos performativos estão sujeitos às mesmas deficiências que afetam as ações em geral. Assim, no caso de insucesso, não se afirma que o proferimento era falso, pois aos atos performativos não se atribui valor-verdade. Em vez disso, é preciso analisar as condições de felicidade, ou circunstâncias adequadas, nas quais ele foi realizado. (Austin, 1990). Nesse sentido, a preocupação não é com o benzimento ser um procedimento verdadeiro ou falso, mas sim em analisar as condições ideais para sua realização plena e para sua eficácia. O questionamento dessas condições, a depender do momento da vida

do benzedor, recaem sobre ele: se no início dos seus benzimentos Val não tivesse sido capaz de atender às expectativas que o comparavam ao pai, talvez ele fosse percebido como uma condição de infelicidade na execução do procedimento. Como eu conversei com benzedores já conhecidos, aquilo que era apontado como possível de fazer o benzimento falhar era a falta de fé de quem o pediu e, algumas vezes, o tempo que a pessoa “perdeu” demorando para chamar um benzedor. Esse é um elemento interessante, pois, assim como a fé, o tempo de demora divide a responsabilidade do benzedor ou da benzedeira sobre o êxito do procedimento. Assim, se eventualmente ele falhar, pode-se questionar a fé da pessoa que o pediu ou o momento em que ela fez isso.

Se já está consolidada a expertise do benzedor, aquilo que parece estar sempre presente é a motivação correta, segundo eles, ‘querer bem’. Para realizar um procedimento desse tipo; benzer é, primeiramente, se opor ao ato de querer mal. Esse requisito vai ao encontro de uma das condições ideais apresentadas por Austin para a realização de um ato performativo. Segundo ele, nos casos em que o procedimento visa às pessoas (e aqui eu acrescento os animais também), com seus pensamentos e sentimentos, então aquele que participa do procedimento e o invoca precisa ter, de fato, tais pensamentos ou sentimentos benéficos (Austin, 1990, p. 47).

No quesito “ser executado corretamente por todos os participantes”, Austin argumenta que o procedimento deve ser realizado nas condições e pelas pessoas adequadas, mas que podem existir falhas como, por exemplo, o uso de fórmulas erradas. No entanto, acho pouco provável, ainda que não impossível, que os benzimentos estejam sujeitos a uma falha como essa. Conforme já foi contado aqui, Rovari e Toninho aprenderam a benzer com a mesma pessoa; ainda que um deles tenha modificado o número de folhas utilizadas, os procedimentos ainda eram bem sucedidos. Especificamente sobre as orações, aquelas que são fortes e, por isso, bem específicas e guardadas (Göseles, 1991), talvez tenha uma reprodução mais exata e constante; as demais, às vezes são proferidas de maneira quase inaudível e seu aprendizado normalmente passa por conhecê-las durante os procedimentos, de modo que alterações certamente ocorrem. O que pode ser pontuado é a necessidade, às vezes destacada, de que outro procedimento não seja posto para funcionar concomitantemente ao benzimento ou que outras ações que demonstram falta de fé sejam executadas por quem solicitou o benzimento. Como foi muito bem resumido por Seu Rucino: ‘90% do benzimento, pra funcionar, é ter fé’. Em Itaju, Dona Cida foi firme a respeito de pedir um benzimento e ficar conferindo se ele funciona, bem como sobre tentar solucionar o problema de outro

modo. Val foi menos categórico a esse respeito, o que faz sentido devido à relação dos seus benzimentos com a medicina veterinária, como se verá no último capítulo. De todo modo, se as pessoas que solicitam os procedimentos tiverem pouca fé nos “santos remédios”, estes não irão funcionar (Zaluar, 1983, p. 84). Nesse sentido, por mais que sejam os benzedores e benzedoras aqueles que possuem uma dose a mais de fé e o dom de benzer, quem os procura precisa acreditar nessa capacidade e na resposta do sagrado para o terreno nesses termos. Para essas pessoas, os benzimentos se mostram facilitadores importantes no trabalho rural em Itaju.

Contudo, mesmo diante das palavras como ação, como é possível que as palavras possam comandar, pôr em movimento, uma divindade? Para explicar essa questão, Cabral (2009) analisa o argumento que considera central no trabalho de Mauss a respeito da prece: a comunicação linguística. Embora sejam divindades variadas, todas elas possuem algo em comum: o fato de, supostamente, compreenderem o que lhes é dito. Segundo o autor, “a resposta à pergunta de Mauss sobre a eficácia da prece encontra-se inscrita na própria natureza profunda da comunicação humana (...). Os deuses respondem porque entendem (Cabral, 2009, p. 24)”.

A continuidade da explicação da prece nos remete ao argumento de Andrade (2010) sobre a maior proximidade dos santos em relação a Deus. Os primeiros, além disso, estão mais próximos do humano e, conseqüentemente, do que é a sua vida. Mas pode ser que os santos não respondam. Ou demorem para fazê-lo (Cabral, 2009). Eles podem ser vingativos também (Zaluar, 1983). Várias questões podem ficar no caminho entre o pedido para o santo e sua realização. Para solucionar os infortúnios, não basta rezar, porque o santo, e Deus, é quem realmente cura; mas se por acaso faltar boa vontade divina, fazer promessa para o santo também será ineficaz. As relações entre humanos e divindades podem ser, portanto, bastante delicadas, e sujeitas a diversos ruídos de comunicação, mas são, de qualquer forma, relações persistentes.

Não sou eu que vai dizer que não funciona

‘Aqui na Boa Visto todo mundo benze. Mas eu não, eu não acredito’ (Dorão).

Os benzedores e benzedoras de Itaju não estão imunes às críticas aos benzimentos, mas elas apontam para questões diferentes das já expostas aqui. Não se questiona, por exemplo, se seria o papel da religião e dos santos se ocuparem dessas coisas ditas menores. Na verdade, o entendimento de que a religião ordena a vida de modo geral

é partilhado pela maioria e mesmo por quem não acredita em benzimentos. Também não é colocada em dúvida a força das orações ou sua execução. O que parece ser o pano de fundo dessa descrença nos benzimentos atuais é que o tempo mudou, então os benzimentos já não são mais como antigamente. Algumas das pessoas que hoje não acreditam em benzeduras e não procuram quem as faça, já acreditaram um dia e quase sempre conviveram com alguém que fazia benzimentos. Mas existem outras questões.

Zé Burrico já foi benzido. Anos atrás, sofria dores de cabeça persistentes, que tinham início sempre por volta do meio dia e se arrastavam pela tarde. Depois de ter insistido em alguns médicos e medicamentos e quase aceitar sua condição, as dores tiveram um aumento significativo na intensidade nos dias que antecederam a festa de aniversário de uma de suas filhas, então pequenas. Sugeriram a ele que procurasse o Zito Português (pai do Val, benzedor, entrevistado para esta pesquisa), porque, no final das contas, mal não poderia fazer. Deixando para última hora e já com dor, Zé foi ter com o Zito momentos antes da festa de aniversário, e antes de chegar na comemoração da filha, estava bem. Apesar de as dores de cabeça não o terem atormentado mais, conforme me contou, disse não acreditar nos benzimentos de animais, e explicou seu posicionamento com a história de um animal com bicheira que se curou sozinha:

Uma vez tinha um boi, bravo, que tinha castrado e pegou bicho. E tava feio. Mas não dava jeito de pegar no laço ou fechar ele. Tentei, tentei... até que falei: “Que morra, então”. Mas o bicho comeu aquele pedaço de carne podre que tinha que comer e parou. Não subiu mais [pra barriga do animal].

Segundo ele, os benzimentos contra esse tipo de problema levam o mérito por solucionar algo que o próprio tempo resolve: é só esperar a bicheira ‘comer o que tem que comer’. Apesar de mostrar-se cético especificamente sobre os benzimentos de bicheiras, os mais comuns, Zé Burrico contou de uma vez em que pediu para que um cachorro seu fosse benzido, pois ele estava mal das cadeiras, ‘daquele jeito que os cachorros ficam e a gente sabe que não tem o que fazer’. Depois de transcorrido um tempo do procedimento, o cão melhorou. Neste caso, estão invertidas as colocações feitas por Nelinho, que não benze cachorros porque eles demandam muita energia. Para o Seu Zé Burrico, aquilo que o benzimento não dá conta é da bicheira.

Na casa de Luís e Lurdes as crenças estão, também, divididas. O filho do casal recebeu fitinhas e benzimentos contra quebranto quando bebê, mas as idas aos benzedores

pararam por aí. Nascidos e morando até hoje no sítio, o casal se dedica mais fortemente à agricultura, e, no momento, o plantio é sobretudo de soja e amendoim. Possuem maquinário considerável, que Lurdes inclusive sabe conduzir: ‘Nunca dirigi carro, porque sempre tive medo, mas dirijo trator’. Além de cultivarem nas próprias terras, arrendam terras de outras pessoas para plantar. Nesses casos, o dono da terra pode optar por combinar um valor fixo a ser pago, independentemente do que venha a acontecer com a plantação, ou receber uma porcentagem do que render a colheita, ficando assim também sujeito à falta ou excesso de chuva e variações dos preços no mercado, por exemplo. De todo modo, a criação de gado, ainda que presente nos arredores da casa, não é o foco do casal.

Luís, que disse não acreditar em benzimento algum, afirma ter se tornado mais simpático a essa prática depois de iniciar um tratamento de saúde. Segundo ele, que completou 70 anos em 2022, envelhecer e adoecer são fatores que fazem as pessoas mudarem de opinião a respeito de coisas como os benzimentos. Em sua argumentação, retoma a distinção, nunca muito clara, entre benzimentos e simpatias. Conforme já mencionado, os primeiros são realizados por especialistas e dependem de um dom; as palavras e ações das simpatias, por sua vez, existem para serem replicadas por qualquer pessoa. Luís, contudo, insere o benzimento das criações entre as simpatias. Se fossem realmente benzimentos, segundo ele, seriam mais poderosos e resolveriam todos os problemas, e não apenas alguns.

Alguns dos que não acreditam tanto assim nos benzimentos creem, talvez até um pouco mais, no benzimento ao contrário, por assim dizer. Para benzer, como já dito, é preciso querer bem. Mas isso não implica que o inverso não seja igualmente capaz de obter resultados. Em duas ocasiões, a motivação e a capacidade de causar danos a alguém foram associadas a religiões de matriz africana, conforme já discutido no primeiro capítulo sobre magia. Nas demais conversas, a noção de ‘querer bem’ que os benzedores dizem ser necessária era colocada como energia boa ou positiva, enquanto que o inverso dela seria uma energia ruim ou negativa. Algumas vezes, essa interferência danosa pode ocorrer independentemente dos desejos de quem a emana, algo similar ao mau olhado definido por Araújo:

Deve-se ter em conta que todas as pessoas possuem, umas mais outras menos, uma irradiação maléfica ou benéfica. As que possuem irradiação benéfica, positiva, são as de “bons olhos” e as de maléfica são as que põe os “maus-olhados”, os quebrantos [afetam pessoas].

Nem sempre o quebranto pode advir de uma pessoa invejosa; o quebranto mais difícil de se cortar é aquele que provém de pessoas que não são invejosas, mas que, por exemplo, achem muito bela uma criança (Araújo, 1979, p. 189-190).

Assim como foi estabelecido pelo autor, contudo, parece que o mal que não se deseja infligir tem mais força do que o proposital. Cido é muito reconhecido por seu trabalho veterinário. Não possui formação acadêmica, mas carrega muitos anos de experiência e é requisitado em várias cidades da região para realizar fertilização de animais, castrações e aplicação de vacinas, para citar alguns exemplos de tarefas. Certa vez, estava ajudando uma vaca com problemas para parir. Normalmente, disse, já é preciso ter fé para coisas assim darem certo, mas, naquele dia, foi preciso acreditar com mais força que o processo terminaria bem, pois alguém que acompanhava o trabalho estava duvidando disso. ‘Muita energia negativa’, segundo Cido. ‘As pessoas têm medo e não acreditam’. Neste caso, ter fé em Deus com uma força maior do que o de costume compensou a descrença de quem estava ali em volta temendo um desfecho ruim. Mas, às vezes, o mal é um pouco mais difícil de resolver:

Tinha um cara que fazia serviço nos sítios, uma vez chamaram ele pra ajudar numa fazenda que por acaso tava com cinco vacas com bezerro pequeno. Ele ficou lá um tempo pra trabalhar, né? As vacas pararam de dar leite e começaram a dar sangue. Chamaram um veterinário que falou “Por que que vocês chamaram esse cara? Tudo o que ele olha desanda”. E ele tinha mesmo comentado com os outros peão [sic] que as vacas estavam com o úbere bem cheio, dando bastante leite. Daí mandaram benzer, mas o benzedor falou que se não parasse o sangue era pra chamar um padre.

O mau olhado, como o que afetou as vacas, entra na categoria de tormentos que só se resolvem por meio de orações e benzeduras. Ele é diferente das bicheiras, para citar o exemplo mais comum, que se resolvem tanto com benzimentos quanto com métodos veterinários e mais alguma insistência e trabalho. Assim, inicialmente, os envolvidos no relato narrado por Cido buscaram resolver o problema por meios convencionais, chamando um veterinário. Não deu certo, e o próprio profissional foi quem justificou a procura por um benzedor. Muitas vezes, esse é o caminho para se chegar a um benzimento: tenta-se o científico e, sendo ele infeliz na resolução, parte-se para outras alternativas. No capítulo que se segue, as relações entre benzimentos e a medicina veterinária serão melhor analisadas.

Considerações sobre o terceiro capítulo

A respeito da sua pesquisa sobre feitiço e desfeitiçamento, Jeanne Favret-Saada (2005) argumenta que os camponeses entre os quais ela fez pesquisa, no Bocage francês, se recusaram a partilhar informações com alguém que não apenas era de fora, como também vinha de um lugar validado enquanto centro produtor da verdade e da autoridade. Foi possível falar sobre feitiço apenas quando ela experienciou por sua própria conta os efeitos da feitiçaria. Dadas as devidas proporções, algo similar parece ter acontecido comigo em Itaju. Favret-Saada conta que o seu interesse enquanto pesquisadora jamais fez com que ela fosse procurada para falar sobre feitiçaria; as conversas passaram a ocorrer tão somente quando ela foi lida ora como enfeitiçada, ora como desfeitiçadora (2005). Conversando com os benzedores, apenas uma vez eu ocupei a posição de alguém a ser benzida; nas outras vezes eu não era nem alguém que precisava de uma oração, nem alguém que desejava adquirir o dom. Talvez essa minha condição, de alguém que queria saber, mas sem buscar pelos benzimentos, tenha sido um fato relevante para a minha dificuldade em obter relatos mais detalhados.

Algumas informações sobre os benzedores com quem conversei apontam para o benzimento como algo que pode ser delicado de abordar. O receio de Isabel em relação a mim mostra, dentre outras coisas, que a ideia do benzimento enquanto algo inapropriado ainda persiste. E, se o meu olhar de fora poderia causar algum tipo de repreensão, os olhares de dentro certamente estão atentos a algumas questões que envolvem os benzimentos e seus executores. Val havia sido reeleito vereador já exercendo um ofício que preza por um certo comportamento despretensioso em relação à condição de benzedor, e o encontro dessas duas funções foi lido com ambiguidade algumas vezes. É importante lembrar, contudo, que a tensão não era geral, e a falta de respostas não afetava todos os assuntos. Assim como algumas pessoas conversaram sem maiores problemas, outras evitavam apenas alguns assuntos, mas abordavam tranquilamente outros. A própria Isabel, reticente sobre alguns aspectos do ofício do marido, deu informações sobre isso, de que tratarei no próximo capítulo. Por fim, mesmo a fala daqueles que não acreditam nos benzimentos parece conter um pouco de cuidado, pois não se acredita em tudo, mas em alguns aspectos, como os maléficos, sim: como vimos no caso dos pretos do Carmo na pesquisa de Nardin (2019), mesmo os que se tornam crentes não quebram imagens de santos de quem um dia foram devotos. E, mesmo se não se acredita, a eficácia do benzimento é deixada como uma possibilidade, porque também não é possível, ao fim e ao cabo, decidir que ele realmente não funciona. Há sempre um mistério por ali.

A história dos benzedores, sobre como ocuparam o lugar deixado por um familiar que benzia antes deles, complementa aquilo que foi apresentado no capítulo anterior a respeito do dom. A origem primeira do dom é Deus, mas ele pode ser transmitido por iniciativa dos próprios benzedores para alguém que eles acreditam que seja capaz de levar a responsabilidade adiante. Como foi visto, algum aprendizado é previsto, mas ele apareceu como algo que ocorreu ao longo do convívio com o familiar benzedor e, como foi apontado também pela bibliografia pertinente, nem tudo é aprendido nessa convivência, pois algumas orações estão sujeitas a ficarem “guardadas” e não serem mais executadas. Não sei como teria ficado, por exemplo, o meu aprendizado caso eu tivesse aceitado receber o dom.

Ter o dom, e bastante fé, significa ter um acesso mais fácil ao sagrado, o que significa estar em uma posição privilegiada em relação a outras pessoas. Por outro lado, como foi visto, isso é reequilibrado, ou pelo menos se busca esse reequilíbrio, por meio de algumas exigências. Os benzedores não devem cobrar pelos procedimentos de cura que realizam, ou correm fortemente o risco de perderem legitimidade e serem vistos como alguém que usa um atributo sagrado, o dom, para fazer dinheiro²¹. Atrelado a isso, está a expectativa de que os benzedores não ajam motivados por interesses maléficis, porque isso também seria um desvio de suas funções em prol de um benefício comum.

No próximo capítulo, algumas discussões sobre relações hierárquicas continuam, pois espero aprofundar a compreensão da noção de “criação” a partir das ideias de “bicho” e de “animal”, que geram distinções importantes entre os seres nos sítios em Itaju. Assim, depois de analisados aspectos mais gerais dos benzimentos, como a transmissão do dom, o funcionamento das orações, e alguns cuidados ao se falar sobre eles, o quarto e penúltimo capítulo tratará dos benzimentos que atendem especificamente aos animais de criação.

²¹ Não soube, em Itaju, de punições divinas que pudessem decorrer desse comportamento ganancioso. Contudo, por conta do que já foi mencionado – do cuidado em conversar comigo sobre os benzimentos, sobretudo sobre um suposto mau uso do dom –, a minha falta de acesso a essa informação certamente não deve ser entendida como ausência de alguma consequência para quem benze por dinheiro.

CAPÍTULO IV - SOBRE BICHOS E ANIMAIS

“Benze-se, pois, todo “viventente”, quer seja “bicho” (= animal) quer seja “cristão” (= homem)”
(PRADO, 1975, p. 42).

De modo geral, as discussões sobre o trabalho e a convivência em áreas rurais trazem as definições de “bicho” e “animal” como categorias e palavras bastante similares. A depender da ocasião, animais, ou bichos, se aproximam ou se afastam dos humanos em comportamento e em existência física. De todo modo, ambas as palavras são utilizadas para se referir a certos seres outros-que-humanos que dividem, de perto ou de longe, as propriedades rurais com as famílias nos sítios. Ainda que as categorias apareçam de maneira conjunta, existem aspectos importantes a serem mencionados sobre tais divisões em cada um dos trabalhos a seguir.

Em sua tese de doutorado sobre os sertanejos cearenses, Jorge Luan Rodrigues Teixeira (2019) analisa o modo como seus interlocutores opõem os “cristãos” aos “bichos brutos”. Se os primeiros são os seres humanos, os segundos são os demais seres vivos, onde bichos e animais não se distinguem. A separação entre esses dois campos, argumenta ele, não é sólida, pois é possível encontrar brutos que se comportam como cristãos, e pessoas que assumem, ainda que momentaneamente, a postura e os comportamentos de um animal. Em um artigo sobre o trabalho de cuidar de animais, caracterizado como “peleja”, Nathan Lima Virgílio analisa as relações entre as criaturas humanas e os animais por elas criados no município de Góis, também no Ceará. Ali, mais uma vez, os “bichos brutos” são uma alternativa para se referir aos animais. E, de maneira similar ao trabalho de Teixeira (2019), também existe a possibilidade de que um ser humano de menos sensibilidade seja “bruto” com os brutos (Virgílio, 2019).

Ao abordar a movimentação dos animais no município de Urucuia, no norte de Minas Gerais, Luzimar Paulo Pereira (2013) fala tanto daqueles que são domesticados, cujos movimentos obedecem mais às divisões nas propriedades feitas pelos criadores, quanto dos não domesticados. Os termos que ele utiliza para se referir a esses dois grupos são fornecidos pelas pessoas de Urucuia: “bichos de criação” e “bichos do mato”. Os segundos se deslocam de maneira mais independente e imprevisível, o que não significa que não seja possível identificar os locais que eles mais frequentam. De todo modo, o autor constrói sua análise sobre o movimento dos bichos considerando que eles e os animais são os mesmos seres.

A vida no contexto rural de Catuçaba, distrito de São Luís do Paraitinga, no estado de São Paulo, é analisada por Carlos Rodrigues Brandão na obra *A partilha da vida* (1995). Dentre os aspectos explorados pelo autor estão as relações entre humanos e animais. Ele argumenta que os “bichos da casa” são aqueles que frequentam o quintal e estão aos cuidados principalmente das mulheres das famílias (1995, p. 155). O mesmo termo, bicho, é utilizado pelos interlocutores do autor para se referirem aos animais que não só estão afastados da esfera doméstica como também se isolam de seus iguais. A não convivência em comunidade e não reprodução de um modo de vida familiar pautado pelo cuidado faz com que tais criaturas sejam vistas como ainda mais distantes dos humanos:

O solitário se associa à natureza e, quanto mais sozinho, como a onça, tanto mais selvagem. (...) quanto mais simbolicamente ferozes e terríveis, tanto mais se imagina os “bichos ruins” ou as “feras” como os animais mais isolados dos seus próprios, entre os animais: as cobras, as onças. Sabe-se que eles geram filhos e, no caso das onças, os cuidam em desvelo. Mas, sendo “ruins”, eles são solitários. Até os animais “do mato”, aprecia-se aqueles de quem se sabe ou que se supõe que formem casais e se dediquem às “crias”. (Brandão, 1995, p. 101).

No livro *O afeto da terra* (1999), o autor retoma as discussões feitas no livro de 1995 para falar do município de Joanópolis. Ali, a sobreposição entre aquilo que é um animal e aquilo que é um bicho se mantém. Há que se mencionar, contudo, um acréscimo que possibilita uma primeira reflexão importante sobre as categorias de bicho e de animal em Itaju.

Ao se debruçar sobre “o dia de matar o porco”, Brandão argumenta que as mortes de um frango ou uma galinha para consumo são praticamente corriqueiras, ao contrário do abate de um boi, muito mais raro. A praticidade da morte das aves é evidenciada pelo fato de que “quase sempre o bicho morto é preparado de imediato e comido na refeição seguinte” (p. 95). Ao contrário do que é afirmado pelo autor sobre uma carne quase que rotineiramente presente no prato dos seus interlocutores, pode-se afirmar que, em Itaju, não se come bicho. Bichos não são passíveis de serem transformados em comida; aliás, bichos são, normalmente, aqueles seres inconvenientes que caem na comida, pequenos insetos, por exemplo; ou seres que comem a comida antes mesmo de ela ser alimento, que é o caso dos bichos que parasitam o gado.

Não se trata, portanto, de ignorar o mencionado preparo das aves para que elas deixem de ser animais e passem a ser componentes das refeições. Essa transformação em alimento está presente tanto em contextos industriais (Dias, 2009; Stefanuto, 2019)

quanto domésticos (Brandão, 1999; Dantas, 2008). A questão é que os bichos de Itaju não estão entre os seres que podem ser preparados, pois sua transformação não resultaria em comida, mas sim em algo que continua não sendo comestível. Isso porque inseto não é de comer, e ‘bicho’ quase sempre se refere a algum tipo de inseto. No dicionário, a primeira definição de bicho remete a uma categoria geral para todos os animais, com exceção de nós, seres humanos, o que não se aplica a esta pesquisa. Posteriormente, o segundo significado passa pelos animais ferozes. Como se verá, as cobras, que são as criaturas mais perigosas das quais eu tive notícia em Itaju, não são consideradas animais nem bichos, aparentemente: sua periculosidade lhes garante uma categoria própria. A terceira definição apresentada condiz com parte do entendimento sobre os bichos que encontrei em Itaju: insetos e larvas em geral, dos quais falaremos em primeiro lugar. Outra dimensão da ideia de bicho será analisada em sequência, que é o seu aspecto de desconhecido ou temporariamente não identificável.

Bichos-insetos²²: besouros, aleluias, borrachudos e abelhas-prata

Embora a primavera normalmente seja retratada com muitas flores coloridas e abelhas e borboletas que carregam o pólen para lá e para cá, seres não tão festivos costumam povoar os sítios sobretudo no mês de outubro. As aleluias e os besouros saem dos seus esconderijos para se reproduzirem na primavera; ambos são, sem dúvida, dois dos principais bichos que ocupam as noites nas propriedades rurais em Itaju nessa época. As aleluias pertencem à ordem *Isoptera*, que compreende insetos holometábolos e sociais, bastante conhecidos como cupins ou térmitas; aleluias são suas formas aladas. Os besouros, por sua vez, pertencem à ordem *Coleoptera*, onde estão incluídos seres muito diversos, como as joaninhas e os carunchos.

Por conta desses bichos voadores, durante algumas noites as conversas noturnas precisam se distanciar um pouco das lâmpadas, onde os insetos ficam ‘rodeando’; além disso, o abrir e fechar das portas precisa ser feito com cuidado, se não ‘a casa enche de bicho’. Às vezes, opta-se por acender uma lâmpada mais fraca dentro de casa e uma mais forte do lado de fora, para que esta última atraia os seres voadores. Nenhum dos dois é, aparentemente, visto como algo além de um incômodo, ainda que as aleluias representem alguma possibilidade de madeiras serem devoradas por cupins. Suas asas transparentes e fininhas facilmente deixam as aleluias grudadas em pouca umidade de qualquer chuveiro

²² Essa nomenclatura foi dada por mim com o objetivo de distinguir melhor os bichos aos quais me refiro.

ou garoa; além disso, se o lugar está silencioso e repleto de aleluias, é possível ouvi-las batendo as asas muito rápida e incansavelmente no chão, onde ficam rodopiando sem conseguir sair. Também os besouros são frequentemente flagrados de barriga para cima, e eles serem maiores que as aleluias e bastante lentos no seu caminhar acrescenta um quê de desengonçados ao fato de serem inofensivos. Não se tem muita consideração por nenhum deles, que são varridos para longe ou até chutados, se forem besouros.

Porém, não é a inocuidade o que caracteriza os bichos-insetos. Em um fim de tarde, acabei dando um grito por conta da dor que surgira de repente no meu pé. À vontade na varanda de João com meu pai, conversando amenidades, eu tinha me livrado temporariamente do par de chinelos e paguei o preço: pisei no que não devia. Enquanto eu me sentava para analisar meu pé, uma varredura pelo chão da varanda foi feita e encontraram a culpada, ainda atordoada pela minha pisada, mas não morta: uma abelha-prata. O meu grito atraiu outras pessoas. Sílvia, a esposa de João, e João Paulo, filho dos dois, vieram saber o que tinha acontecido, e a resposta foi que ‘Um bicho picou a Míriam’. Depois, o cadáver da vespa foi exibido e João e meu pai contaram como já a conheciam da época de criança: ‘uma picada muito ardida’. Eu que o diga. De volta à casa do meu pai, ele disse que provavelmente aquela abelha tinha saído dali do sítio mesmo, pois havia uma cachopa, como normalmente se chama uma colônia de abelhas, em uma árvore na beirada da lagoa. Fui verificar no dia seguinte e aquela cachopa tinha uma peculiaridade: não era completamente fechada, como as colmeias acinzentadas que vemos comumente. Havia somente um disco onde os insetos estavam fixados, e nada mais. Ali, soube que eles são também chamados de marimbondo-de-chapéu, devido ao formato de sua casa:



Imagem 20: Colônia de vespas do gênero *Apoica*, no formato que lembra o de um chapéu²³.

²³ EyVer. Licenciado por CC BY-NC-ND 4.0 DEED. Disponível em: <https://www.inaturalist.org/observations/113806884> Acesso em 28/10/2023.

Muitíssimo mais comum do que a picada por marimbondo é a picada de borrachudo. A consequência costuma ser um inchaço generoso, inversamente proporcional ao singelo tamanho do borrachudo. Os simulídeos, pertencem às ordens *Diptera* e *Simulidae* e são comumente chamados por borrachudos. Diferentes e numerosas espécies de simulídeos habitam o Estado de São Paulo (Bertazo et al., 2010). Em Itaju, às vezes se diz que ficamos mais suscetíveis aos ataques de borrachudos ao entardecer; outra vezes, argumenta-se que qualquer horário é horário para ser picado por um borrachudo. Mas o caminhar pelo pasto é sempre destacado como um chamariz para esses bichos, e eu cheguei a imaginar meus passos causando uma revoada de pequenas criaturas sugadoras de sangue. ‘Tem que usar calça’, mas mesmo assim os borrachudos podem encontrar minúsculas brechas.

Uma interação menos dolorosa, mas ainda assim desagradável, entre humanos e bichos, pode acontecer caso os primeiros gostem de saborear frutas colhidas no pé. É preciso evitar as goiabas muito maduras, pois elas certamente já estão ‘cheias de bicho’, mas, ainda assim, corre-se o risco de comer um bicho, ou uma metade dele. Os bichos de goiaba são mais do que previstos, mas se alguma outra planta ou fruta sofre com o excesso de pequenos predadores, diz-se com tristeza que a árvore ‘encheu de bicho’. Isso pode ser dito mesmo, e talvez principalmente, quando não se sabe de fato a causa de algum efeito negativo nas plantas. Às vezes, supõem-se algum bicho que devora a planta pelas raízes e caules esteja levando o exemplar à míngua, quando se sabe que aquela espécie é suscetível a tais invasores. Em outros casos, argumenta-se que devem ser bichos mais externos, como lagartas, larvas e pulgões.

Atribuir certos acontecimentos a genéricos bichos não ocorre apenas no caso de plantas. Se algo de anormal acontece em algum local da propriedade, como objetos derrubados ou galinheiros invadidos, a primeira hipótese levantada é a de que ‘algum bicho’ passou por ali. Depois, são analisadas as características da desordem mais calmamente para determinar se ela foi causada por uma cobra, um lagarto ou um gato, por exemplo. Algo similar é apontado por Teixeira entre os sertanejos, ainda que permaneça a oposição entre cristãos e brutos. Como é indicado pelo autor:

Se um sertanejo percebe que as suas galinhas estão sumindo todas as noites e suspeita que o responsável é um animal (não um ladrão humano), ele não dirá que “Tem um bruto pegando as galinhas”, mas que ‘Tem um bicho pegando as galinhas’ (Teixeira, 2019, p. 143).

Essa indeterminação sobre a identidade da criatura pode aparecer através da palavra bicho de outra maneira, que indica a necessidade de um certo cuidado ou mesmo de uma postura mais em alerta. Em uma caminhada por um lugar de mais mato na propriedade de Luís, eu e algumas pessoas conversávamos sobre o próprio local quando o irmão do meeiro, Rafael, fez um sinal com a mão para que parássemos de falar. Depois de alguns segundos sem que nada acontecesse, eu perguntei ‘O que foi?’. ‘Acho que eu vi um bicho’. No mato, perto do banhado, é possível que ‘bicho’ seja uma cobra, mas também pode muito bem ser um passarinho fazendo barulho em folhas secas. Se a intenção é saber exatamente quem passou por ali ou fez determinado barulho, irá ocorrer uma pequena busca atenta com esse objetivo. Se o propósito é apenas se certificar de que não é algo para se temer ou estranhar, então não importa muito qual animal está por ali; nesses casos, se não era nocivo ou algo muito diferente, então ‘não era nada’. Bicho como uma maneira de indeterminar um ser vivo também aparece no artigo de Teixeira e Ayoub a respeito dos cães que desfalcam as criações de animais nos municípios do sertão dos Inhamuns (CE) e em Pinhão (PR).

Abel e Ângela passaram por momentos dramáticos envolvendo a matança de criação. Foram tantas mortes que o rebanho de quarenta e sete cabritos chegou a nove. A princípio, quando perguntados sobre o que havia acontecido com os animais, Dona Lúcia e Abel diziam que “o bicho pegou”. Questionados sobre que bicho era esse que matava tanta criação, eles respondiam “de certo um bicho que vive no mato”. Foi somente depois de um tempo que tornou-se claro que o bicho eram cachorros de outras pessoas (Teixeira e Ayoub, 2016, p. 145).

Os bichos são aqueles sobre os quais não se pode, ainda que temporariamente, dizer muita coisa. Diante de uma sensação esquisita no pé, é muito improvável que alguém diga “acho que tem um animal no meu sapatão”, o que talvez significaria que um cachorro ou um gato deitou em cima do seu calçado. O que pode haver, de desconhecido, é um bicho. Para além disso, eles são também seres conhecidos que frequentemente aparecem e se aproximam dos humanos, como as aleluias e os besouros, e que, ainda assim, são chamados de bichos. Dentre os conhecidos, há que se falar sobre os que importunam os animais e que são motivos de muitos benzimentos.

Bicho

A distinção entre bichos e animais não ocorre apenas em terras itajuenses. Nas orações de benzimentos apresentadas pela bibliografia específica, ‘bicho’ se refere aos

ectoparasitas que frequentemente infestam ou infectam os animais de criação e não aos próprios animais de criação. Ainda que isso vá aparecer um pouco mais adiante em algumas orações apresentadas, vale colocar aqui um exemplo trazido por Lenko e Papavero em que a oposição entre um bicho e um animal é evidenciada:

O benzedor deve indagar previamente a cor do pelo do animal, mandando virar as suas pegadas no terreno antes de recitar a oração: **'Este animal de... (tal pelo), que tem bicho em... (tal) lugar, Deus permita que de nove em nove, de oito em oito, de sete em sete, etc., todos os bichos caiam, não ficando nenhum (Lenko; Papavero, 197, p. 426, grifo meu).**

A separação entre bichos e animais tampouco aparece apenas nas orações de benzimentos e não é exclusividade apenas daqueles que fazem uso de benzeduras para tratar dos animais de criação. José não benze seus animais. Quando um bezerrinho ficou com o umbigo infeccionado, algo comum entre os animais recém-nascidos, ele foi separado da mãe e derrubado pelo dono. Desse modo, foi possível aplicar uma de duas injeções de antibiótico comprado na agropecuária da cidade e um remédio em spray no local afetado.



Imagem 21: Bezerro com bicheira. O animal foi derrubado pelo proprietário José para aplicação de remédio no local afetado. Acervo: Míriam Stefanuto.

A vaca e seu filhote já estavam separados do restante do rebanho em um pasto menor, um piquete, com água e ração. No dia que notou o umbigo do animal, José tentou separar mãe e filho no curral, mas não conseguiu. Segundo ele, ‘não adianta encurrular, tem que ir chamando’, se não os animais fazem o exato oposto do desejado e dificultam

ainda mais. No segundo dia foi possível separá-los para derrubar o bezerro e fazer os procedimentos necessários. Esse trabalho de fechar, separar um bezerro de uma vaca que pode reagir mal e derrubar o animal, é o principal argumento a favor dos benzimentos, que evitam tudo isso. Inicialmente, José imaginou que o local estava apenas inchado, mas depois verificou: ‘está com bicho’. O bicho em questão é a chamada miíase, uma infestação de larvas da mosca *Conchliomyia hominivorax*. Ainda que não seja a única mosca a se interessar por lesões recentes, ou mesmo cavidades naturais, em humanos e animais, essa espécie está diretamente associada às miíases umbilicais em bezerros (Pires, 2008). Na imagem mais aproximada do umbigo, é possível verificar as larvas saindo do umbigo após a aplicação do spray:



Imagem 22: Bicheira no umbigo com remédio aplicado. Acervo: Míriam Stefanuto.

Ainda a respeito dos bichos, é importante lembrar que a maioria dos benzimentos destina-se a curar a criação de ‘bicheiras’, um termo que reforça a distinção entre bichos e animais. Mais uma vez, é possível verificar essa relação também na bibliografia específica sobre os benzimentos:

preferem-se no Brasil os “curadores” ou “rezadores” de bicheiras que, com rezas e cerimônias variadas, fazem com que os “bichos” ou “vermes” abandonem as chagas causadas no gado. (Lenko; Papavero, 1979, p. 416).

Assim, não se poderia utilizar os termos “bicho” e “animal” como sendo sinônimos para descrever as relações entre os humanos e outros seres vivos em Itaju. Os bichos são os indesejáveis que “dão” nas plantas e que aparecem parasitando nos animais.

São principalmente insetos, ainda que em fases intermediárias de seu desenvolvimento, como é o caso das bicheiras. E, em alguns casos, bicho é apenas uma maneira incerta de chamar aquilo que ainda não se consegue nomear.

Em um artigo, Scott William Hoefle (1990) analisa a percepção do meio ambiente e os conceitos utilizados na sua descrição pelos sertanejos de uma região semiárida no nordeste brasileiro. Ele apresenta uma classificação dos seres vivos que possibilita algumas comparações com e reflexões sobre o contexto de Itaju. O autor conta que, para os sertanejos com os quais ele teve contato, os seres mais parecidos com o homem são os cães, os felinos, os caprinos, os ovinos, os equinos, os suínos e os primatas. O argumento apresentado se assemelha ao de Carlos Rodrigues Brandão (1995) sobre as similaridades com os humanos: entende-se que esses animais são sociáveis pois, além de ajudarem-se mutuamente, ensinam seus filhotes. Os primatas estariam ainda mais próximos de nós, devido à aparência e à sua engenhosidade e agilidade. Segundo esse mesmo critério, mas em sentido oposto, estariam as aves e os peixes: consideravelmente afastados de nós por levarem uma vida muito diferente da nossa. Outros também vistos como menos semelhantes aos seres humanos, sobretudo em termos de comportamento, são aqueles cuja existência seria dedicada a “destruir”. Nocivos aos humanos, estariam nessa categoria os insetos, as cobras e alguns tipos de pássaros (Hoefle, 1990).

A percepção não apenas de falta de serventia de algumas criaturas, mas principalmente de uma vida estritamente dedicada a atrapalhar os afazeres humanos, também compõe a noção de bicho das pessoas com as quais conversei em Itaju. Aqueles que chamei bichos-insetos oferecem incômodos sazonais aos seres humanos; os bichos que parasitam as criações implicam em trabalho, cuidados e, às vezes, perdas econômicas importantes aos criadores responsáveis. Ainda de acordo com Hoefle (1990), o esquema sertanejo de classificação possui uma categoria geral, de *paus*, para as plantas. Nela estão incluídas tanto as árvores quanto vegetações menores, e o termo pode ser usado de maneira mais ou menos abrangente. A respeito dos animais, em um primeiro momento ele afirma que existe uma categoria mais ampla, de bichos, que abarcaria todos eles. Nela não estariam incluídos as cobras, os pássaros e os peixes. Ela contemplaria duas outras classes, separadas uma da outra: a de animais e a de insetos. O autor esquematiza essa divisão da seguinte maneira:

Bichos	Animais
	Insetos
Cobras	
Pássaros	
Peixes	

Imagem 23: “Classes gerais da taxonomia popular”. Fonte: (Hoefle, 1990, p. 55).

É interessante, para o que é proposto aqui, o fato de os insetos e as cobras não estarem juntos dos animais. Mas, em um primeiro momento, a noção dos sertanejos não coincide com a dos itajuenses, para os quais bichos e animais são coisas distintas. Por outro lado, ainda que não se demore nessa reflexão, Hoefle afirma justamente que os sertanejos podem não separar os seres a partir de uma categoria geral, de bichos (1990, p. 56). Não foi possível precisar se o termo é emprestado de seus interlocutores ou se ele próprio nomeia a categoria mais ampla de “bichos”. De todo modo, ele apresenta divisões entre os seres que, normalmente, são categorizados como sendo do mato, ou bravos, de um lado, e domésticos ou mansos de outro (Dias, 2004; Sússekind, 2016). É possível dizer que, em Itaju, insetos e cobras não se encaixam na categoria de animais. O termo “animal” costuma fazer referência aos animais de criação - bovinos, suínos e caprinos - e a outros de convívio mais próximo, sobretudo cães. Mesmo que eventualmente o termo possa incluir outros seres, parece ser difícil que isso ocorra com os insetos.

Na décima e última edição do Dicionário de Moraes, já mencionada aqui a respeito do pó de pirlimpimpim, os autores trazem uma primeira definição do que seria o termo “bicho”: é o “nome que se dá a qualquer animal à exceção do homem” (Silva; Moreno; Júnior, 1949-1959, p. 484). O sentido atribuído ao termo segue o mesmo caminho daqueles encontrados em uso em diferentes contextos que unem bichos e animais. Em uma edição anterior a do pó de pirlimpimpim, contudo, encontramos no dicionário um significado um pouco mais interessante. Segundo o dicionário, “bicho” seria

todo o gênero de insectos e animalejos que vivem nas madeiras, frutas, nos lugares humidos, no corpo dos animaes. (...) Apresenta, como

exemplos, o “*bicho de seda*, o insecto que a produz” e o “*mal do bicho*, doença causada de bichos que andão nos intestinos” (1789, p. 181)²⁴.

A definição apresenta uma dimensão importante da condição de bicho, que é o fato de esses seres normalmente serem insetos. Mas chamá-los “animalejos” nos permite pensar a respeito de um aspecto importante sobre a questão dos bichos.

Em sua tese sobre sufixos diminutivos na língua portuguesa, Messias dos Santos Santana mostra seus usos em diferentes épocas, e “animalejo” é um termo que aparece algumas vezes. Segundo o autor, o sufixo *ejo* possuiu alguns usos específicos, como significar uma aproximação afetiva positiva, uma depreciação ou uma diminuição de intensidade. Dentre as opções, “animalejo” foi sempre colocado como exemplo de um diminutivo de tamanho, de modo que a expressão se refere a um pequeno animal (Santana, 2017). No entanto, não me parece adequado, aqui, equiparar um bicho a um animal pequeno.

O tamanho não é algo a ser desconsiderado. No caso das bicheiras, os bichos só podem estar *nos* animais por serem menores do que eles. Entre os Karitiana, bicho pode se referir, entre outros seres, a “uma infinidade de animais invertebrados” sobre os quais não são feitas maiores especificações, mesmo eles convivendo com os seres humanos e seres de maior porte (como os animais itajuenses) através de picadas e mordidas incômodas e às vezes perigosas (Vander Velden, 2012, p. 263). Contudo, como já foi dito aqui, aquilo que é desconhecido, que pode ser grande ou pequeno, também é contemplado pelo termo bicho. A respeito disso, o mesmo antropólogo recupera a definição do folclorista Câmara Cascudo sobre bicho²⁵ para afirmar que ela se aproxima da utilização do termo pelos Karitiana. Para este povo indígena no sudoeste da Amazônia brasileira, o termo agrega diversas criaturas horrendas e devastadoras que “deslizam entre o natural e o sobrenatural” (Vander Velden, 2012, p. 262). Essa perspectiva parece interessante para pensar o desconhecido ou, para usar o mesmo termo do folclorista, algo que é ainda inexplicável, pois reforça que o termo “bicho” é usado como uma possibilidade. Assim, quando se diz que algum barulho pode ser de um bicho, ou que os vasos derrubados na varanda podem ter sido quebrados por um bicho, vários seres podem vir a caber nessa categoria. Apesar de eu não ter me deparado com nenhuma criatura que oscila entre este

²⁴ Fonte: <https://www.cepese.pt/portal/pt/bases-de-dados/dicionario/a> Acesso em 29/10/2023.

²⁵ O verbete traz a seguinte definição: “todo animal, seja homem, ave ou peixe, de formas colossais, ou estranhas à espécie, ou muito feios. Visão, alma do outro mundo, coisa extraordinária, fenomenal e inexplicável” (Cascudo, 1998, p. 161).

mundo e outro, não deixa de ser sugestivo o fato de as bicheiras estarem em uma categoria cujo termo serve para o que não se identifica, ou para aquilo que é muito alheio ao nosso mundo.

Em alguma medida, parece ser possível afirmar que os bichos estão um pouco apartados do mundo enquanto criação. Eles interagem com ele de maneiras consideradas prejudiciais e destrutivas para aqueles que são, de fato, um dom a ser trabalhado e usufruído. Existindo na maioria das vezes em contraposição aos animais, e sobretudo aos animais que são criação, os bichos são os seres a serem combatidos. Essa lida com os bichos ocorre inclusive por meio dos benzimentos, um pedido à instância divina que atue em relação às criaturas que não possuem serventia aos seres humanos e suas criações. As cobras, sobretudo as venenosas, parecem possuir um caráter similar ao dos bichos, e muitas vezes são eliminadas sem maiores problemas. Por outro lado, os benzimentos oferecem uma alternativa de afastamento que não dá cabo das suas vidas e, algumas vezes, exige sua preservação. Diferentemente das bicheiras, que ocupam o corpo dos animais, as cobras podem, a princípio, existir nos matos e nos banhados, que é onde elas deveriam ficar e se alimentar. Esse parece ser um aspecto importante ao se considerar a peculiaridade das cobras, que são um problema, mas implicam em maiores cuidados do que os bichos.

Nem bicho, nem animal: cobra

A divisão proposta por Hoefle (1990) a partir de seu trabalho com os sertanejos na zona semiárida da Bahia e de Pernambuco separa os peixes, as aves e as cobras da categoria mais geral de animal. Esta pesquisa não possui material para discutir a respeito dos dois primeiros, mas vale a pena falar sobre as cobras, que aparecem em considerável número de benzimentos e histórias que ouvi em campo.

No livro *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa* (Woortmann; Woortmann, 1997), os autores analisam o processo de trabalho agrícola em alguns municípios sergipanos. Nele, argumentam que a cobra é o animal mais mencionado quando se trata de interações perigosas com seres humanos, ocupando o imaginário até por meio de feitos fantásticos. Em sua dissertação de mestrado, Dídac Santos Fita (2008) se debruça sobre o modo como os moradores da região da Serra da Jiboia, no Estado da Bahia, percebem, classificam e se relacionam com a fauna local, em especial com os animais categorizados como “insetos”. O que ele mostra é uma divisão principal entre dois grupos: “animais” e “insetos”. O segundo domínio reúne diferentes

seres que, aparentemente, podem não estar relacionados, ou sequer associados com o que normalmente entende-se por insetos, como aranhas, sapos, lagartixas, cobras e morcegos. O autor apresenta nove animais não-insetos, segundo os critérios científicos de classificação, que são considerados insetos pelos moradores da Serra da Jiboia; aqueles que se destacam em número são as serpentes.

O principal critério para localizá-los nessa categoria é o fato de que essas criaturas “ofendem” as pessoas, ou seja, causam danos, sejam reais ou imaginários, segundo o mesmo autor. Os danos são, sobretudo, mordidas, picadas ou ferroadas desferidas por esses seres (Fita, 2008). Por conta disso, alguns animais têm um duplo pertencimento, ou um pertencimento variável, como é o caso das abelhas e borboletas. Apesar de úteis, às vezes são chamadas de insetos, outras vezes são colocadas entre os animais. Além disso, mesmo entre tais insetos existem aqueles que são de fato perseguidos e mortos, como os morcegos e as cobras, e aqueles que despertam indiferença, como o sapo e a lagartixa (Fita, 2008)²⁶. Em alguma medida, isso se assemelha ao fato de alguns insetos em Itaju serem mais ou menos desprezados, como as aleluias e os besouros.

Em Itaju, a categoria de insetos não é abrangente o suficiente para que as cobras caibam nela. Mas tampouco esses répteis parecem estar incluídos na noção de bicho.

Enquanto as orações contra bicheiras destacam o fato de que bichos precisam cair dos animais, existem rezas específicas contra cobras, muitas vezes dirigidas ao mesmo santo,

São Bento. Além disso, a cobra é algo cuja presença e ação precisam ser identificadas, não podendo haver uma indeterminação sobre o que é o ‘bicho’ que está por perto ou predando os animais de criação: é preciso estabelecer se é uma cobra. Assim, faz sentido retornar à divisão, elaborada por Hoefle (1990), para quem as cobras não são definidas enquanto animais, nem tampouco estão inseridas na categoria mais ampla de bichos.

Haveria, então, uma diferenciação importante, em Itaju, entre animais, bichos e cobras. Apesar de não ser estanque, essa separação é colocada em evidência pelos benzimentos.

A intenção aqui não é a de estabelecer uma nova classificação, seja para os bichos, seja para as cobras. O esforço foi mais o de analisar as distinções entre bichos e animais que parecem operar em Itaju e o de destacar a importância das cobras em relação a outros seres para os quais se recorre às benzeduras. Os benzimentos possibilitaram que essas distinções entre uns e outros fossem percebidas, na medida em que se benze os animais,

²⁶ No verbete que trata da “bruxa”, Câmara Cascudo explica que “todos os insetos crepusculares, fazendo irrupção brusca pelas salas, atraídos pela luz, são metamorfoses da bruxa: borboletas, besouros, sapos, corujas” (2005, p. 191).

a criação, para que saiam os bichos e para que as cobras se afastem. Ademais, as benzeções também apresentam aqueles seres que podem ocupar posições distintas, de animal ou bicho, a depender da situação em que se apresentam. É o caso dos cães, dos quais falaremos a seguir.

Sobre cachorros

Em Itaju, fiz a tentativa de conversar com Nelinho, mas infelizmente não foi possível, como já foi contato. Apesar disso, sua esposa foi capaz de me passar algumas informações a respeito do dom do marido para benzimentos na primeira ocasião em que conversamos. A principal delas, acredito, é o fato de que o marido nunca benzeu cachorros, embora ajudasse muitas pessoas com seus animais. Soube que Dona Cida já havia benzido uma cachorra desaparecida para que ela voltasse para o sítio e seu dono, o que aconteceu em poucos dias. E tanto Seu Juca quanto Val não mencionaram exceções para suas rezas como o caso de Nelinho e Isabel.

Mais adiante na pesquisa de campo, Seu Zé Burrico me contou de quando um cachorro seu esteve doente e ele foi ter com um benzedor, pai de Val, o Zito Português. Este se comprometeu a tentar benzer o animal, mas não garantiu. Ele não tinha por hábito benzer esses animais, pois era necessária muita energia para curá-los; segundo Seu Zé, o benzedor disse que eles são ‘animais muito fortes’. E a preocupação era a de que, após benzer o cachorro, aparecesse uma criança precisando muito ser benzida: não haveria energia²⁷ para o benzimento para ela durante dois ou três dias. Eu soube, por outro lado, que Dona Cida já havia benzido, sem maiores problemas, uma cachorra que João tivera. O animal ficou sumido por três dias e, após o benzimento de Dona Cida, retornou. Houve quem dissesse que a cachorra voltaria de qualquer jeito e quem tivesse certeza de que, sem as orações, ela jamais retornaria, já que nunca havia saído da propriedade.

No livro *Animais no altar*, Neotti (2015) dedica algumas páginas aos cães. O autor menciona textos e pinturas religiosos em que o cão aparece de maneira positiva; também lembra de certas figuras, padres e santos, que tiveram suas vidas marcadas por esse animal. Há, contudo, a associação do cão ao demônio e a coisas ruins. Como argumenta Neotti, “na Bíblia [o cão] não goza de muita simpatia. Às vezes era quase sinônimo de

²⁷ O termo “energia” foi usado por Zé Burrico para explicar a dificuldade para se benzer um cão, que é justamente o fato de que o recurso para se combater os males que afligem as pessoas são finitos e se esgotam: acaba-se a energia. Isso remete aos bocejos de Dona Cida, que expressaram que uma quantidade significativa de energia, posso dizer, tinha sido utilizada também.

porco: “Não lances aos cães coisas santas nem atirei pérolas aos porcos”. Além disso, por ser considerado o “guardador da porta dos infernos, isto é, da morada dos mortos, sua presença sempre tinha qualquer coisa de anunciador de desgraça e morte iminente” (Neotti, 2015, p. 86). A associação bíblica ao porco é significativa. O fato de existir uma passagem em que Jesus expulsa uma legião de demônios, estes entram nos corpos dos porcos e em seguida se lançam ao mar, já serviu de justificativa para o abate industrial desses animais (Stefanuto, 2019).

Mas voltemos aos cães. Na América Portuguesa setecentista, a cidade de Recife ocupava-se de controlar a presença de animais domésticos, de carga ou montaria pelos espaços comuns. Mas tratava, ainda, especificamente sobre a circulação de cães, cuja presença poderia significar não somente ataques contra crianças como também um agravamento das epidemias de raiva. Contra isso, a Câmara recifense estabeleceu que, diante desses animais, qualquer pessoa poderia abatê-los (Ribeiro, 2019, p. 90-91). Em Itaju, não tive ciência de casos de hidrofobia ou de cães avançando sobre pessoas, mas alguns proprietários tiveram que lidar, por algum tempo, com a presença de muitos deles.

Na época da pesquisa, a região onde estavam localizadas as moradias da maioria dos interlocutores estava sofrendo com uma ‘infestação’ de cachorros, termo que me chamou a atenção.



Imagem 24: O círculo de cor laranja marca o local onde os cães passavam a maior parte do dia. Em azul, a estrada de terra municipal. Fonte: GoogleEarth - editado pela autora.

Margeando uma parte da estrada de terra no bairro rural, uns poucos metros de mato poupados da lavoura serviam de local para o abandono desses animais. Segundo as

peças com quem conversei, o número de cachorros que se escondia nesse ‘pedaço de mato’ chegou a 50 no período mais crítico, e muitas vezes era possível flagrar filhotes brincando na plantação vizinha ou na estrada de terra. O incômodo maior ocorria à noite, quando os animais saíam em grandes grupos e era possível ouvi-los latindo conforme atravessavam as propriedades rurais. Algumas vezes, ocorreram problemas maiores do que latidos incessantes. Um dos bois de um de meus interlocutores teve uma orelha mordida por um dos cachorros; a perda do sangue agravou um quadro de saúde já meio debilitado e o animal acabou morrendo. Brigas entre os cachorros abandonados e os dos sítios também ocorriam vez ou outra.

Os cachorros são o tema central de um artigo de Jorge Luan Teixeira e Dibe Ayoub (2016). Nele, os autores analisam as implicações dos ataques de cães às criações nos municípios cearenses do sertão dos Inhamuns e na cidade paranaense de Pinhão. Em ambos os locais, argumenta-se que se a motivação para os ataques é uma inclinação do animal, não há o que ser feito para mudar esse aspecto do seu comportamento, exceto, talvez, sua morte. O sacrifício do animal, contudo, não ocorre sem que isso afete a relação entre os donos do cachorro e os dos animais de criação abatidos. Essa última resolução é tomada tanto se o cão cometia os ataques por suas próprias motivações, ou seja, era ele o “sem-vergonha”, quanto se ele aprendeu, com um dono “sem-vergonha”, a ser caçador e avançar sobre outros animais.

As relações entre humanos e cachorros também foram analisadas por Bruno Santos Silva (2018). Os cães, frequentemente abandonados nas aldeias Guarani no Jaraguá, em São Paulo, são descritos a partir de uma ideia de “ganguê” canina: grupos de cachorros de uma ou mais residências que ocupam o espaço próximo às casas e podem ou não ser agressivos com humanos e outros cães que adentram o território. A noção de gangue para os Guarani envolvia relações de afeto para com os animais adotados, que eram fonte de alegria e divertimento. A mídia, por sua vez, se utilizava do mesmo termo para abordar preocupações com doenças e mordidas que ignoravam a complexidade de relações estabelecidas.

Em Itaju, soube de raros cachorros que, sozinhos, chegaram em algumas propriedades e acabaram sendo adotados, mas mesmo assim, normalmente era uma adoção precária, em que o animal simplesmente ia ficando, mas não recebia maiores cuidados. Além disso, durante um período, uma lona azul cobriu um pequeno local improvisado no qual alguns munícipes deixavam ração para os cães. Era uma tentativa de prover um cuidado que o poder público não fornecia para os animais. No mesmo lugar,

foi posteriormente instalada uma grande gaiola para a captura dos animais, dessa vez por iniciativa da prefeitura; mas durou bem menos que a lona da ração: foi roubada.

Parecia haver muito pouco a se fazer. Um proprietário usava fogos de artifício para espantar os animais à noite. Um outro chegou a reclamar com um vereador diversas vezes. Ao final da pesquisa, os animais haviam praticamente desaparecido, mas ninguém soube, ou quis, dizer exatamente como isso aconteceu. O discurso que prevaleceu foi o de que os animais não tinham ‘culpa’, pois haviam sido abandonados ali; todavia, havia o entendimento de que a situação estava crítica e de que ‘alguma coisa precisava ser feita’, de modo que, se algo como o sacrifício dos animais de fato ocorreu, isso não seria encarado como um grande problema.

Ainda que timidamente, os cães aparecem de maneira um pouco mais ambígua do que o restante dos seres. De modo geral, os seres vivos estão divididos entre os que são defendidos pelos benzimentos, os animais, e os que são combatidos por eles, os bichos. As cobras ocupam uma posição de algo a ser combatido, mas com uma dose de respeito que pode implicar apenas em seu afastamento e não em pauladas. A respeito dos cachorros itajuenses, achei significativo algumas pessoas terem se referido à presença considerável desses animais como “infestação”. Uma única vez foi me dito que a região estava ‘empesteada’ de cães. Ambos os termos são normalmente usados para se referir à presença de seres muito menores: insetos ou, algumas vezes, criaturas microscópicas que causam doenças. Assim, uma horta pode estar infestada de lagartas e um cavalo infestado de carrapatos; um cachorro empesteado está doente. Mas quando é o próprio cachorro que aparece em grande número e fora de controle, ele se torna uma praga. Contudo, não parece se tratar apenas de quantidade a determinar essa mudança de status, pois um terreno jamais ficará infestado de vacas ou empesteado de cavalos, mesmo que esteja com mais animais do que as pastagens são capazes de sustentar. Os animais que representam a produção de um sítio não correm o risco de adquirir esse caráter de infestação, mas os cachorros, que são úteis às propriedades apenas em pequeno número, podem eventualmente se tornar bichos a serem eliminados.

Na dissertação de Sarah Moreno (2019) a respeito dos pombos que habitam a zona portuária de Santos/SP, a questão numérica aparece como insuficiente para explicar a posição dessas aves enquanto “pragas”. Atraídos pelos grãos transportados para o e no local, os pombos se tornam frequentadores de um espaço que, teoricamente, não lhes pertence. Fora de lugar, acabam significando uma desordem no espaço urbano, uma desordem considerada suja e potencial causadora de doenças (Moreno, 2019). O pequeno

aglomerado de árvores que vimos discutindo também não era local adequado para os cães. A meio caminho entre serem de fato de um sítio ou estarem embrenhados em um mato de verdade, os cães ficavam perambulando na beira da estrada durante o dia e indo bem mais longe depois que o sol sumia. Mas, mesmo alimentados, não deveriam estar ali.

Essa ambiguidade dos cachorros parece se expressar na possibilidade ou não de eles serem benzidos. Como já foi mencionado, soube de uma cachorra que havia sumido da propriedade e foi benzida por Dona Cida para que retornasse; ao mesmo tempo, eles podem não receber benzeduras, pois, diz-se, demandam energia demais para serem curados. Talvez, e aqui é uma simples conjectura, o benzedor não queira lidar com essa ambiguidade dos cachorros, que oscilam entre serem infestação, vadios e domésticos, pois resolvê-la parece ser o que consome energia demasiadamente. Na próxima seção, a separação entre aqueles que devem ser expulsos, os bichos, e os que devem ser curados, os animais, aparece de maneira mais precisa. E aí é também mais certo que o benzimento atua nessas situações.

Tipos de benzimentos

Os benzimentos são descritos como maneiras de se curar ou livrar alguém de algum mal que o aflige (Gomes; Pereira, 2004; Moura, 2009). Somente na dissertação de Elda Rizzo de Oliveira (1983, p. 156) foi onde encontrei uma ressalva em relação ao termo curar. A autora argumenta que benzer aparece como algo diferente de curar. O segundo verbo é associado à “curandice”, uma prática em que existe remuneração e que, por isso, normalmente é mal vista. Curar, tem, neste caso, um tom pejorativo²⁸. Não parece haver, em Itaju, um uso do termo “curandice”, mas também está presente a ideia de que não se deve cobrar pelos benzimentos. Há uma expectativa de reconhecimento na forma de algum presente, mas a transação é velada, discreta, e não há consequências, até onde eu soube, se ela não ocorrer. Para as situações em que o especialista cobra pela atividade, argumenta-se que ‘não é certo’ ou que essa atitude faz o benzimento ‘não valer nada’. Mas ‘curar’ aparece como um dos objetivos das benzeções e não como algo associado a uma outra prática, tida como negativa.

Aqui, pretende-se expor os principais tipos de benzimentos encontrados na pesquisa em Itaju. São utilizados benzimentos principalmente das obras de Edmilson de

²⁸ Em um artigo que trata das “curandeirices” à época da gripe espanhola, Bertucci (2003, p. 215) conta que a palavra “cura” passou a ser combatida pelos governos, pois remetia a soluções amplas para qualquer mal. Ela passou a ser substituída por “indicado” ou “recomendado”.

Almeida Pereira e Núbia Pereira de Magalhães Gomes (1989), *Assim se benze em Minas Gerais*; o livro de Javert de Menezes (2022), *Benzimentos para pets e tutores*”, além de *Insetos no Folclore* (1979), este último, já mencionado anteriormente, de autoria do entomólogo Karol Lenko e do zoologista Nelson Papavero. O primeiro trabalho já foi citado no final da seção sobre o folclore, pois foi uma das primeiras pesquisas a ter a benzeção como principal objeto de pesquisa. Os autores recolheram material de 198 locais diferentes do estado de Minas Gerais. O segundo trabalho, não acadêmico, merece algumas observações. Formado em psicologia, Javert de Menezes se interessou por práticas alternativas desde a graduação e seu livro explicita isso. O interessante é que a obra conta com benzimentos das mais diferentes localidades do país, que foram enviados pelas próprias pessoas que fazem uso deles. Além disso, apesar de o título informar que o livro traz apenas benzimentos para animais de estimação, a maioria das enfermidades aflige também os animais de criação.

O uso mais amplo de relatos de benzimentos da bibliografia visa a preencher uma lacuna que se estabeleceu na época da pandemia de COVID-19, quando minha pesquisa de campo foi prejudicada. Houve o cuidado ao selecionar os procedimentos, o que aconteceu tendo como principal critério ter sido um benzimento que foi mencionado pelas pessoas entrevistadas em Itaju. A partir disso, foram estabelecidas, por mim, duas categorias principais para analisar os procedimentos: aqueles contra bicheiras e aqueles contra cobras. Os benzimentos contra bicheira estão divididos nas categorias “Mar Salgado”, que é o local para onde são lançados os bichos; “Nó”, para as ocasiões em que os bichos são retirados por meio de um laço em uma palha ou fio; e “Cura no rastro”, ainda que essa tenha uma existência incerta entre as pessoas com quem pude conversar. Depois de apresentados os benzimentos contra bicheiras, falaremos sobre aqueles contra cobras.

Bicheira



Imagem 25: Mosca *Cochliomyia hominivorax*²⁹



Imagem 26: Miíase no umbigo de um bezerro.
Acervo: Míriam Stefanuto.

‘Bicheira’, enquanto um aglomerado de seres que são mais ou menos indeterminados ou indistinguíveis, trazem uma ideia similar à das plantas infestadas por pulgões ou lagartas. As bicheiras normalmente ocorrem em bezerros mais novos, quando o umbigo não está completamente cicatrizado e fica sujeito às ações das moscas causadoras de miíase, a *Cochliomyia hominivorax*. Contudo, ela pode pôr seus ovos em ferimentos de animais adultos e mesmo em cavidades naturais, como as das orelhas. Assim como benzimentos em geral, aqueles contra as bicheiras não podem demorar muito para serem pedidos, pois isso pode prejudicar a sua eficácia. Ou seja, deve-se evitar esperar o problema se agravar para solicitar a ajuda de um benzedor, mas os próprios benzedores argumentam que não é bom demorar para fazer qualquer coisa contra um problema, seja um benzimento ou uma ida ao médico. O ideal é agir rápido.

A bicheira pode ser curada à distância. Seu Juca afirmou que recebia diversos pedidos por telefone e que a informação que ele pedia aos donos, era a cor do animal e o lugar do corpo que estava afetado pela doença. Quando conversei com Seu Geraldo, ele confirmou que era uma das pessoas que ligava para Seu Juca solicitando o serviço, ambos idosos e morando em Bariri, era melhor que o benzimento fosse até o sítio em Itaju curar uma bicheira. Outra mosca, bastante comum, deposita seus ovos em hospedeiros humanos e animais. Diferentemente da mosca da bicheira, contudo, a *Dermatobia* não causa uma infestação de larvas no local, mas sim a presença de uma larva, que é o berne. Em Itaju, segundo me foi informado, não há benzimento para bernes. Costumava-se benzer contra

²⁹ Manuel Ortiz. Licenciado por CC0 1.0 DEED. Disponível em: <https://www.inaturalist.org/observations/152232857> Acesso em 16/10/2023.

eles no passado, mas não mais. Segundo me disseram, os remédios veterinários ‘parece que funcionam’.



Imagem 27: *Dermatobia hominis*³⁰



Imagem 28: *Dermatobia hominis*³¹

O hábito de depositar ovos em outros seres rendeu reflexões negativas sobre as moscas. Em um livro sobre iconografia e simbologia, o Frei Clarêncio Neotti compara as moscas às abelhas. Enquanto estas são há muito elogiadas por seu trabalho, organização e pureza, as moscas são sua antítese. Uma das pragas contra o faraó egípcio, a mosca pode representar tormentos ou demônios da impureza e da corrupção dos bons sentimentos (Neotti, 2015). A partir delas, o religioso chega a questionar a ideia, bastante comum, de que todos os seres vivos são obra divina: “No Cristianismo sempre se disse que Deus criou a abelha e o diabo, macaqueando Deus, criou a mosca” (Neotti, 2015, p. 237). O autor encerra as páginas sobre a mosca com um discurso atribuído a São Francisco:

Deveis compreender, estimadas irmãs moscas, que me não é fácil incluir-vos na grande liturgia da criação. Mas é um fato que existis, e isto, só por si, é suficiente razão para buscar afinidades e convosco louvar e bendizer o nosso Deus. (...) Permite, no entanto, estimadas irmãs moscas, que acrescente algo e vos fale ao entendimento (...). Não sejais tão incômodas aos seres humanos e aos outros animais. Ocupai-vos mais em libertar o ambiente dos detritos poluentes. Mas poupai os seres vivos. (Neotti, 2015, p. 238).

O apelo feito às moscas pelo santo parece ser similar aos esforços dos benzimentos. Pedir às moscas que não façam aquilo que garante sua reprodução, como

³⁰ Frederico Acaz Sonntag. Licenciado por: CC BY-NC 4.0 DEED. Disponível em: <https://www.inaturalist.org/observations/79656064> Acesso em 16/10/2023.

³¹ Alex Lees. Licenciado por CC BY-NC 4.0 DEED. Disponível em: <https://www.inaturalist.org/observations/153575113> Acesso em 16/10/2023.

atormentar os animais com infestações de larvas, pode ser comparado ao benzimento que exige que as cobras se afastem dos sítios e as direciona para escassas áreas de preservação. Por ser dedicada a uma resolução de certos conflitos entre moscas, cobras e animais de criação, a tarefa de reordenar o mundo feita por meio dos benzimentos (Gomes; Pereira, 2004) é constante.

Mar Salgado

Logo no início da pesquisa, o benzedor Val, também conhecido por Zito, me apresentou a uma oração para benzimentos que ele sabe de cor. Ao contrário do que aconteceria no restante das vezes durante a pesquisa, em que proferir orações seria evitado, essa foi me dita sem que eu precisasse pedir.

Uma oraçõzinha curtinha e fácil; essa oração era da época do meu pai, que veio da minha avó, do meu bisavô... ele falava assim: “Jesus Cristo quando andava pelo mundo encontrou o sr. São Pedro sentado em uma pedra mármore. Que tem Pedro? Que espalhe o sangue que refresca, que vai essa bicheira do animal do Fulano, que vá para o **mar salgado** e que não faça mal a ninguém”.

São Pedro, especificamente sentado em uma pedra de mármore, aparece também em uma oração apresentada pelo livro de Albuquerque (2004, p. 92). Trata-se, contudo, de um benzimento para dor de dente. No livro de Elda Rizzo de Oliveira, quem está sentado em uma pedra mármore é São Bento, acionado contra mordedura de cobra (1985, p. 55). De volta ao mar salgado, no já mencionado livro de Menezes, ele apresenta uma oração de uma moradora da cidade de Sumaré/SP, Lourdes, que aprendeu a benzer com a sua bisavó:

Deus deu o poder para alguém curar. Em nome de Deus, eu curo a bicheira que entrou no couro da pele, que entrou na carne de (diga o nome do animal). Com o poder que Deus me deu, bicheira sai do couro da pele, sai da carne morta. Como arruinou o couro da pele, cai no chão, que seus ovos e larvas te acompanhem para onde Deus mandou. Eu que sou filha de Deus te condeno agora a ir para o **mar salgado**, onde o sal vai te matar para sempre (Menezes, 2022, p. 107, grifo meu).

De acordo a classificação das orações estabelecidas por Gomes e Pereira (2004, p. 251), a reza apresentada por Val e a de Lourdes se encaixam na categoria “benzeções que desterram a bicheira”, porque manda o parasita para longe, para o mar salgado. Os mesmos autores (Gomes; Pereira 2004, p. 160) afirmam que o mar é considerado uma

região longínqua capaz de neutralizar o mal e sendo, portanto, o lugar para onde ele deve ser mandado. Isso encontra correspondência na bíblia em que há uma passagem sobre um homem atormentado por espíritos maléficos. Estes são mandados para dentro dos porcos que passavam pelo local em vara que, em seguida, atiram-se ao mar (Mr 5:1-20). De maneira similar aos autores e ao livro sagrado, o benzedor de Itaju argumenta que tudo o que é ruim precisa ir para o mar, pois o seu fundo é o abismo, ou o inferno.

Nó

Para benzer bicheiras, Dona Cida utiliza uma oração – que eu não soube qual é – e algo em que possa ser dado um nó. Na ocasião que ela citou como exemplo, foi utilizada uma palha de milho, mas a benzedora deu a entender que poderia ser outra coisa, como uma outra folha comprida que permitisse um nó. Na palha foi feito um nó pelo qual era possível ver o animal do outro lado. Enquanto proferia as palavras necessárias, Dona Cida apertava o nó pouco a pouco até ele se fechar, como se apertasse a bicheira que incomodava o animal e a tirasse para fora. Esse tipo de benzimento, com suas variações quanto a distância do animal e o material no qual se dá o laço, é bastante comum. Na obra *Insetos no Folclore* (1979), a relação dos laços com o ato de apertar os ectoparasitas não é necessariamente tão explícita:

Apanham-se três folhas de uma árvore qualquer e abre-se-lhes um furo no meio: depois toma-se uma e, visando-se a bicheira pelo orifício, pronunciam-se estas palavras: 'Bicheira amaldiçoada, os bichos que te comam e que te caíam, com os poderes de Deus e da Virgem Maria. Assim como esta folha é verde e seca, bem assim secará esta malvada bicheira, com os poderes de Deus e da Virgem Maria. Amém.' O rezador, à medida que vai rezando, joga as folhas para trás, por cima do ombro (Lenko; Papavero, 1979, p. 164).

O número três é recorrente nos benzimentos, e tanto se argumenta que isso faz referência à Santíssima Trindade quanto diz respeito aos números ímpares em geral, pois outros também costumam se repetir, como o sete e o nove (Gomes; Pereira, 1989). O mesmo livro de folclore sobre os insetos traz outro exemplo:

Tomam-se três cipós de 20 cm de comprimento cada um, fazem-se três laçadas com eles, colocando uma por vez diante do olho direito, quando se mira o animal atacado de bicheira, enquanto se vai cerrando a laçada. Terminada a operação, jogam-se os três cipós para trás, sem olhar onde caíram" (Lenko; Papavero, 1979, p. 420).

Em seu trabalho, Vanda Nery argumenta que o tamanho da laçada deve ter o tamanho da ferida ocupada pelos ectoparasitas; ao apertar o nó é preciso dizer: “Como não vai adiante serviço de domingo, não irá adiante esta bicheira!” (Nery, 2006, p. 183). A menção ao domingo, dia sagrado de descanso, também é recorrente nos benzimentos, sejam quais forem eles. A referência é bíblica, pois foi o dia em que Deus, após terminar toda a sua criação e descansar o sábado, declarou o domingo dia santo (Gn, 2:2-3). Além disso, é possível verificar, novamente, a distinção entre aquele que é bicho e aquele que é animal:

"Cura rápida e certa era também a das bicheiras: com uma folha tenra de capim fazia um laço frouxo, olhava demoradamente com o olho esquerdo o pequeno círculo e murmurava em voz baixa, de corpo vergado para diante: 'Esses bichos não de aumentar como o serviço de domingo e dia santo. Fechava o laço sem mais olhar e o atirava para trás de costas. O animal não caminhava mais que cinquenta metros com as larvas na ferida. Estas caíam, rapidamente, como sob a ação de cáustico poderoso" (Lenko; Papavero, 1979, p. 421)

Pode-se dizer que o fato de o nó ser apertado como se se fechasse sobre o ectoparasita atribui à ação uma característica de mágico, pois sua execução traz junto a representação de seu efeito (Mauss, 2000), que seria, nesse caso em específico, a extração do parasita. Nas palavras de Gomes e Pereira (2004, p. 42), “a função da palha é de cercar o mal, amarrando-o. Funciona, pois, como corda, prendendo os bichos da bicheira”.

Em dois benzimentos encontrados no livro de Menezes (2022), a oração acompanha uma ação manual de retirada do parasita. Um deles é realizado por Valdemar, em Monte Alegre do Sul-SP, que faz uso de um fio de crina de cavalo quando quer dar o nó (Menezes, 2022, p. 102). O outro é feito por Dona Rita em Itapira/SP:

"Foge dele, bicho do berne, da frente de São Nicolau. Berne da mosca varejeira, da terra podre, da terra dura, que são Nicolau fez tua sepultura. Para não ter luz e vida morre para sempre, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém."

Por fim, dona Rita força o olho do berne e laça sua cabeça, puxando bem devagar até sair toda a bicheira (Menezes, 2022, p. 111).

Nestes dois casos, contudo, parece haver um equívoco de espécies, pois ambos os benzimentos estão intitulados, no livro, como sendo para bicheiras. Acontece que apenas uma bicheira já é uma infestação de larvas de um tipo específico de mosca, e a descrição do procedimento dá a entender que havia apenas uma larva a ser retirada, que é o berne,

fase larval de outra espécie de mosca. De todo modo, esse exemplo difere dos demais benzimentos analisados, que atingem seu objetivo por si mesmos. As orações de Dona Rita e Valdemar, por sua vez, têm um papel um pouco mais coadjuvante ao acompanhar uma ação mecânica.

Associada a ação dos nós estão os números que comumente se repetem nos benzimentos, indicando aquilo que se espera e se exige que aconteça. Assim como o nó retira os bichos do animal, a contagem regressiva do número de bichos que afetam os animais os obriga se reduzir (Gomes; Pereira, 1989). A oração utilizada por Jorge Lopes Duarte para curar bicheira evidencia isso, que é algo comum a muitas rezas:

Se dia santo não leva ninguém adiante, as línguas más e desacreditadoras falam do que veem e do que não veem, assim os bichos desta bicheira hão de cair tudo, de (diga o nome do animal). Deus um, de dois em dois, de três em três, de quatro em quatro, de cinco em cinco, de seis em seis, de sete em sete, de oito em oito, de nove em nove, andem até cair do corpo de (diga o nome do animal) (Menezes, 2022, p. 108).

É importante que se diga que, embora a oração aponte para isso, nem todo animal tem nome. No caso dos animais de criação, normalmente eles são identificados por cor ou alguma outra característica física que os distingue dos demais. Às vezes, se isso ou uma outra coisa se destaca muito, ele pode ser nomeado, como é o caso de uma bezerra de nome Fifi, do proprietário Jair, sobre a qual falaremos no último capítulo. Cães também podem ser identificados apenas pela cor, mas parecem ter uma tendência maior de terem um nome. Na época da minha pesquisa, algumas propriedades ainda estavam sofrendo com a presença de cães abandonados. Alguns ficavam ‘por ali’, sobretudo perto das propriedades de Luis, Rucino e Jair, e eram minimamente identificados; talvez isso tenha interferido na minha percepção dos nomes. Os que pertenciam a alguém de fato possuíam nome, mas também poderia ser relativo a alguma característica física, como acontece com os bois. Eu conheci, por exemplo, um cachorro branco que se chamava Branco e um outro, de pelagem preta, que se chamava Preto. O Branco de fato pertencia ao Seu Luis, mas o Preto parecia ser um dos que acabou ficando.

No rastro

Em seu livro intitulado *Terra de sol*, o folclorista cearense Gustavo Dodt Barroso fala de uma maneira a respeito das bicheiras que torna a evidenciar o embate entre bichos e animais. Segundo os sertanejos sobre os quais ele escreveu nessa que foi sua primeira

obra, “não há “bicho” que resista á “cura pelo rastro” e á “benzedura” do feiticeiro” (Barroso, 1930, p. 50). Apesar de o termo estar grafado ‘rastro’, trata-se de fazer o procedimento a partir das pegadas deixadas pela criação doente:

"Corta-se com uma faca o rastro do animal doente; tira-se a placa de terra com vegetação e vira-se-a com as raízes para cima; quando estas se secarem, os bichos caem" (...). No rastro de um pé de uma rês coloca-se uma folha em posição horizontal; no rastro de uma das mãos outra folha em posição contrária; uma pedra sobre cada folha. Quando as folhas secarem, os bichos caem (Lenko; Papavero, 1979, p. 420).

Há diversas variações na execução do benzimento pelo rastro, como por exemplo a espécie de planta que deve ser deixada sobre as pegadas do animal para secar. Existem, também, a combinação da cura pelo rastro com o benzimento com nó, se o rastro for de um animal com bicheira. Essas variantes, contudo, são fornecidas apenas pela bibliografia. Os relatos obtidos junto aos benzedores de Itaju não trouxeram dados sobre benzimento no rastro; quando perguntados diretamente, os benzedores informaram que não o fazem, apesar de saberem do que se trata. Entretanto, uma das pessoas entrevistadas garantiu que a prática está presente nas propriedades do município. Assim, é pertinente que ela seja abordada aqui, ainda que muito brevemente.

Em *Esboço de uma teoria geral da magia*, Marcel Mauss (2000) argumenta sobre três leis dominantes que regeriam a magia de modo geral. A primeira abordada por ele é a da contiguidade, e é a que interessa neste momento. Inicialmente, Mauss a define a partir da noção de que uma parte representa o todo ao qual ela pertencia anteriormente, seja um todo humano ou não. Nesse sentido, partes ou substâncias de um corpo valeriam, em um rito mágico, por aquele corpo inteiro. A contiguidade é levada adiante. O autor argumenta que ela se desdobra em direção a tudo aquilo que esteve em contato direto com a pessoa ou, nos casos aqui tratados, em contato direto com o animal. Essa regra do funcionamento mágico é trazida da obra de Frazer, *O ramo de ouro*, na qual ele argumenta que o contato entre duas coisas faz com que elas possam agir umas sobre as outras, mesmo depois de separadas. Assim, ainda que a passagem de um animal por determinado caminho seja breve, ele não se separa completamente daquele trajeto, pois algo continua ali. Nas palavras de Mauss, “encanta-se o caminho” (2000, p. 78), mas poderíamos dizer também “encanta-se o rastro”. De todo modo, aquilo que está presente na contiguidade é a ideia de contágio, seja ele acidental ou não. Encantar um caminho é contaminá-lo com um pouco de si.

Ainda que todos os animais contagem seu próprio caminho ao passarem por ele, o benzimento normalmente é feito no rastro dos animais doentes (Lenko; Papavero, 1959; Moura, 2009) e não no rastro dos animais peçonhentos. Como visto, o procedimento pode exigir algum detalhamento maior, como saber o lado do corpo do animal que está ferido para que a marca no rastro seja feita de maneira correspondente, mas se tratam tão somente de variações pequenas. Contudo, diferentemente do que é relatado pela bibliografia, no único relato sobre benzer no rastro a que eu tive acesso, o procedimento era feito no rastro dos animais peçonhentos, normalmente cobras. O relato foi feito por uma veterinária que atende propriedades rurais de diversas cidades da região. Ela já soube da realização desse tipo de benzimento algumas vezes, mas em todas elas a benzedura era feita no rastro da cobra. Pelo que pude compreender, os proprietários analisavam o local onde havia sido o ataque do animal de criação e chamavam o benzedor já com essa informação para que ele pudesse benzer o rastro da cobra.

Em Itaju, são comuns os relatos de benzimentos de propriedades rurais em que um ou mais animais foram picados por cobras; o objetivo é o de que as peçonhas sejam afastadas do local pelas orações e procedimentos e não voltem a vitimar outros animais de criação. Contudo, benzer o rastro das cobras é curioso porque parece envolver uma dupla contiguidade, no sentido do que foi exposto anteriormente: uma entre as marcas no caminho deixada pelo animal venenoso e ele próprio, e outra entre a cobra e o animal picado. Esta última é a que possibilitaria a recuperação do animal mordido.

O benzimento no rastro da cobra tem, aparentemente, um caminho mais longo a percorrer até fazer a cura alcançar o corpo doente; ao mesmo tempo, oferece uma possibilidade de se pensar a noção de contágio que é interessante por voltar-se justamente contra um animal que “contamina”, por assim dizer, com veneno. Se, de um lado, o animal de criação é propositalmente infectado com veneno pela cobra, de outro e na mesma ação, a cobra é contaminada, ou encantada, pelo animal que ela abocanha, o que faz com que um benzimento dirigido à autora da ferida chegue até à vítima.

Contra cobras

Pedro e Zezé já se foram
Para as fazendas do além
Estão curando as cobras
Que existem no céu também
(Saracura, 2017, p. 15).

Além do benzimento para livrar os animais de bicheiras, outro benzimento bastante comum nas zonas rurais, tanto segundo a bibliografia quanto nos relatos obtidos durante o trabalho de campo, é o benzimento para afugentar cobras. Normalmente, as orações são dirigidas para São Bento, como é apontado pelos autores: “[contra cobras] Reza-se a oração para São Bento e Jesus Cristo no Altar, proferindo-se, ao final, a seguinte fala: “cobra, abaixa a cabeça e me deixa passar”, ou “limpa este caminho que eu quero passar””. (Tussi; Fávaro; Gomes, 2017, p. 166). Diferentemente do benzimento contra bicheira, este não aparece ser possível de ser feito à distância. Benzer contra cobras normalmente destina-se a proteger as aves de serem devoradas e os porcos e o gado de serem picados e mortos.

Em sua pesquisa sobre as relações entre humanos e serpentes em Urucuia, MG, Pereira (2017) contou um “causo de cobra” em que não foi possível obter um soro antiofídico e tornou-se necessário acionar um “rezador de cobra”, que rezou para São Bento. O mesmo autor explica o fato de São Bento ser o santo contra as cobras e suas picadas: “A história do santo informa que São Bento sofreu tentativa de envenenamento pelos monges do mosteiro onde morava. No momento em que dava a bênção sobre a taça de vinho que continha o veneno, de dentro dela saiu uma serpente e o cálice se fez em pedaços” (Pereira, 2017, p. 109). É São Bento quem aparece, também, no Dicionário do folclore brasileiro:

BENTO – [...] No Brasil, herança popular de Portugal, São Bento afugenta e domina as cobras venenosas. Quando alguém vai atravessar um caminho, onde há desconfiança de existir cobras, declama:
 “São Bento, água benta!
 Jesus Cristo no altar!
 As cobras deste caminho
 afastem que eu vou passar!” (Casculo, 1998, p. 156).

Antes de conhecer Val ou Dona Cida, estive em um mercado recém-aberto em Itaju. Enquanto empacotava as compras, fui questionada pela mulher que operava o caixa, Gi, se eu era dali. Respondi que meu pai morava em Itaju já havia algum tempo, mas que eu estava de passagem por conta da minha pesquisa sobre benzimentos e que tinha um encontro marcado com Val no sábado. “Benzimento? Pois então deixa eu te contar o que aconteceu comigo semana passada”.

Perdi a oportunidade de questionar se ela acreditava que o ocorrido tinha relação com a abertura do mercado, mas vamos a ele. No dia anterior, ela havia trancado tudo

para ir para casa e, assim fechado, o mercado ficou. No dia seguinte, Gi se deparou com uma cobra dentro do estabelecimento. Entrou em contato com Val que foi até o local. A cobra, segundo ele, tinha sido mandada para lá por alguém. O remédio foi uma garrafa com água, abençoada por ele, que ela passou nos cantos do mercado, o que fez com o que o animal fosse embora. Assim fiquei conhecendo um dos trabalhos de Val, antes de encontrá-lo pessoalmente.

Em conversa que tive com a veterinária, Aline, que trabalha para diversas propriedades rurais na região, ela disse que o número de atendimentos que ela precisa fazer em Itaju por conta de mordida de cobra em animais é bem mais elevado do que no município vizinho de Bariri. Neste ela realiza cerca de um atendimento por ano; em Itaju, os incidentes com cobras chegam a nove por ano. Ela destacou o fato de que grande parte das ocorrências não chega até ela, porque ela não atende todas as localidades e porque, na maioria das vezes, os proprietários ou se dão conta do ocorrido depois que o animal já morreu ou a morte acontece enquanto a veterinária se desloca para o atendimento. Segundo Aline, as cobras que normalmente causam danos aos rebanhos na região são a jararaca e a urutu. Em um município próximo, Iacanga, ela realiza atendimentos mais por conta de outra espécie, a sucuri; mas aí não se trata de picadas ou de veneno.

A jararaca e a urutu fazem parte do mesmo gênero, *Bothrops*. De acordo com o website do Instituto Butantan, a jararaca, *Bothrops jararaca*, é uma das serpentes mais comuns do sudeste Brasil.



Imagem 29: Jararaca³²

Uma característica importante dessa serpente é o seu policromatismo, o que significa que seu padrão de cores varia de cobra para cobra, com tons marrons escuros ou

³² Licenciado por CC BY-NC 4.0 DEED. Disponível em: <https://www.inaturalist.org/observations/161226433>
Acesso em 16/10/2023.

claros, verdes, acinzentados ou amarelos. A jararaca caça principalmente à noite e tem hábitos terrestres; ao anoitecer, fica à espreita de suas presas, com seu corpo enrolado e a cabeça preparada para o bote. Diz-se que é nesses momentos que ela ataca os animais de criação: quando vão pastar à noite, acabam aproximando o rosto da cobra; daí também o motivo de, dificilmente, alguém conseguir acudir o animal a tempo.

Ainda segundo o mesmo site, a *Bothrops alternatus*, tem o nome popular de urutu-cruzeiro devido ao desenho de cruz que algumas serpentes da espécie podem apresentar no topo de suas cabeças. Apesar de marcante, essa não é a única imagem curiosa que a serpente traz na pele: ela possui marcas em formato de gancho de telefone distribuídas por todo o corpo:



Imagem 30: Urutu³³

A página virtual do Butantan acrescenta que a urutu-cruzeiro possui uma dieta especializada em mamíferos, o que a diferencia de outras espécies do gênero *Bothrops*, que, quando jovens, se alimentam de presas de sangue frio, como anfíbios e lagartos. No site também consta um ditado sobre a cobra que eu encontrei entre alguns itajuenses: “urutu quando não mata, aleija”. O ditado parece prevalecer à informação de que o veneno é menos potente que o de outras cobras, como a coral-verdadeira ou a cascavel, porque eu soube de exemplares da espécie que foram mortos devido ao veneno, considerado poderoso. Em outras vezes, contudo, não é possível se antecipar a uma picada de cobra.

Em uma ocasião, Zeca encontrou uma de suas nove bezerras morta. Durante alguns dias, conversou com outros proprietários para ver se havia algo acontecendo em outros sítios que pudesse explicar o ocorrido. Alguém aventou a possibilidade de ter sido

³³ Licenciado por: CC-BY-NC 4.0 DEED. Disponível em: <https://www.inaturalist.org/observations/144818041>
Acesso em 16/10/2023.

o frio, pois algumas madrugadas haviam sido bem frias, mas não poderia ter sido, porque a morte havia sido depois desse período. Um conhecido, que emprestou o trator para enterrar o animal, disse que também havia cavado covas para alguns animais de uma propriedade próxima, em que a causa de morte havia sido brucelose³⁴. José também descartou a possibilidade: seu rebanho estava vacinado contra esta moléstia.

Na mesma conversa investigativa, alguém comentou que apesar do tempo que o corpo estava exposto, não havia sinais de bicadas de urubus. Os carneiros, disseram, começam pelas partes moles, como os olhos, mas eles estavam intactos na bezerra: ‘Os urubus não comeram porque percebem o veneno da cobra’. Não foi encontrada marca da mordida fatal, mas, diante da ausência de bicadas dos urubus, ficou decidido que uma urutu tinha sido a responsável. ‘Deve ter pego no focinho quando ela abaixou pra pastar... pra cheirar’. E o veneno, próximo dos olhos, afastou as aves carneiras.

Além da jararaca e da urutu, existe a jiboia. Apesar de não possuir veneno, pode vitimar filhotes de porcos e de galinhas com seu abraço apertado, pois são serpentes constritoras. Não soube de jiboias que tivessem alcançado tamanho o suficiente para predação de animais maiores. O fato de ela não ser venenosa possibilita algumas gentilezas. José por diversas vezes já retirou exemplares da cobra nas proximidades de sua casa, onde vez ou outra elas se aventuram para comer rolinhas nos ninhos ou outros pássaros.



Imagem 31: Jiboia dentro do balde. Acervo: Míriam Stefanuto.



Imagem 32: Jiboia saindo do balde. Acervo: Míriam Stefanuto.

³⁴ A brucelose, também conhecida como febre mediterrânea, é uma infecção bacteriana causada por bactérias do gênero *Brucellas sp.*

O mesmo José do balde, contudo, afirmou que matou uma urutu a pauladas, pois tratava-se de uma cobra venenosa adentrando a varanda de sua casa: ‘se eu não vou lá embaixo [área de mato e rio] mexer com ela, ela não tinha que vir aqui’. Para além do perigo, isso recupera a ideia de que um mínimo de bom comportamento os seres devem, idealmente, possuir, como não invadir o espaço dos outros. Em seu trabalho, Teixeira e Ayoub (2016) destacam isso a respeito dos porcos, andejes; mas aqui existe também a expectativa de um mínimo de etiqueta em relação às cobras. Relacionado a isso, os benzimentos contra as cobras parecem funcionar como prevenção contra outros futuros ataques, quase sempre depois que uma cobra já chamou a atenção para essa necessidade. Nesse sentido, eles reforçam essa separação dos espaços e evitam encontros indesejados. Normalmente, um pouco de água benta é jogado em locais específicos do sítio, exigindo o afastamento dos animais rastejantes.

Nas propriedades rurais sergipanas, um espantador de cobras deve rezar a roça antes do plantio, além de colocar pedras benzidas espalhadas pelo terreno, de modo a fechar o local. “O espantador constrói como que uma cerca mágico-religiosa, que torna o espaço protegido contra a invasão de peçonhas” (Woortmann; Woortmann, 1997), p. 61). Para além do benzimento em si, costuma haver a recomendação para não matar os animais, mas esperar o benzimento agir. E as próprias orações não apresentam como resolução a morte dos animais, mas o seu banimento para locais adequados, banhados, rios e matos, o que parece ser a questão central em se tratando de cobras. Um dos entrevistados pelos autores Gomes e Pereira argumenta que não se pode matar tampouco mandar matar as cobras, “o bicho precisa viver”. Do contrário, sua morte atrapalharia os pedidos feitos em oração (Gomes; Pereira, 2004, p. 100). O benzimento aparece como um modo de lidar com certas questões não só à distância, mas também de maneira menos decisiva do que a morte.

As serpentes de Urucuia/MG sobre as quais escreveu Luzimar Paulo Pereira parecem ter um pouco menos de sorte. Lá, mata-se as cobras “a pauladas (devem ser três, na cabeça), foiçadas, facadas e tiros”. Conforme apontado pelo autor, a mordida de cobra é considerada uma maldade proferida pelas serpentes, também chamadas de “bicho-mau”, de modo que matá-las é um dever de todos pelo bem comum. Novamente, a ideia de maldade traz a noção de um comportamento “eticamente reprovável” que acaba por justificar o tratamento severo ou impiedoso dado a esses animais que não tiveram ações minimamente respeitosas (Pereira, 2022, p. 16). Mas, mesmo em Urucuia, pode ser que os benzimentos e seus executores consigam que as cobras sejam poupadas. O autor

apresenta pessoas capazes de se comunicarem com as cobras e de afastá-las das propriedades, de maneira similar ao que a água benta promove em Itaju. Do mesmo modo, quando um benzedor realiza suas ações para afastar as cobras, é preciso que as pessoas não as matem (Pereira, 2022, p. 18).

Em Itaju, Seu Luís contou com aparente arrependimento sobre o dia em que estava pescando e, dando-se conta de repente de uma urutu muito perto, foi espantá-la, batendo no mato alto com um pau. Mas calculou mal o golpe, que acabou atingindo o animal. Seu Luís resolveu, então, “terminar de matar” para a cobra não sofrer. O arrependimento vem do fato de que a cobra estava no lugar dela, não havia sido, por exemplo, flagrada em um galinheiro. Estava exatamente onde deveria estar, o que deveria lhe garantir algum sossego. Mesmo animais peçonhentos parecem ter alguma legitimidade para ocupar seu lugar no mundo e pode não ser encarado como correto lhes negar isso.

Nesse contexto de ambiguidade, as benzeções operam na reafirmação de uma determinada ordem e hierarquia do mundo, aquela cujo topo é ocupado por Deus. As demais criaturas se diferenciam de diversas maneiras – sendo ou não batizadas, sendo bichos ou animais –, que as colocam em posições mais ou menos privilegiadas enquanto criação divina. O benzimento parece lidar com as ambiguidades de algumas criaturas, que parecem ser de Deus, mas peçonhentas ou nocivas. Nesse sentido, alguns seres são combatidos por meio da esfera divina, que os contém, e é reafirmada sua condição de bicho, de infortúnio ou de perigo, determinada pelas relações com os seres humanos.

Poupar as cobras, por outro lado, pode estar associado a uma exigência fundamental para que os benzimentos obtenham sucesso: ter fé. Nesse sentido, matar as cobras poderia ser encarado como uma desconfiança do procedimento divino e, conseqüentemente, ausência de fé, o que compromete por inteiro os benzimentos.

Considerações sobre o quarto capítulo

De maneira um pouco similar ao primeiro capítulo, que sugeriu uma separação entre aquilo que é da magia e aquilo que pertence ao mágico, este buscou elaborar as distinções entre bichos e animais em Itaju. A diferenciação é observada em falas corriqueiras sobre os outros seres, ou seres outros-que-humanos, com os quais as pessoas convivem nas propriedades rurais, mas ela também é explicitada pelas orações utilizadas nos benzimentos. Como já foi dito, benze-se animais para livrá-los dos bichos. Ou de cobras. Por, muitas vezes, oferecer um perigo imediato não só aos animais, mas também às pessoas, as cobras precisam ser rapidamente identificadas enquanto tais.

Além de não serem bichos genéricos, as cobras parecem ser agraciadas com um pouco mais de respeito por parte das pessoas, ainda que não muito. Sobre suas jornadas morro abaixo para levar as jiboias para a baixada, José garantiu que os vizinhos têm por hábito matar a pauladas jiboias que encontram em suas propriedades. O curioso é que um dos vizinhos mencionados, Seu Luís, já havia me contado a triste história em que se arrepende de ter vitimado uma cobra por acidente. Apesar de ter me sentido enganada por Seu Luís, não pude deixar de pensar que, talvez, conversando comigo, ele julgou que era mais adequado mostrar-se misericordioso com uma cobra do que admitir tê-la matado de propósito. Diante dessa posição que as cobras parecem ocupar, de ameaça predadora e não de parasita inconveniente, sugeri uma separação delas em relação aos bichos e aos animais de criação. Mas isso foi menos um esforço de propor uma categorização dos seres e mais uma estratégia de pensar outras possibilidades de refletir sobre eles. Cobras normalmente são apenas cobras. Bichos costumam ser insetos e não coincidir com animais.

A condição dos cachorros pode oscilar. Quando foram percebidos de maneira similar a uma bicheira, isto é, como uma infestação, isso se tornou justificativa mais ou menos suficiente para que um fim, mesmo que drástico, pudesse ser dado a eles. Os cachorros que têm por hábito atacar criações, são mortos devido ao fato de que não é possível mudar esse traço do comportamento, ou da “natureza”, de certos cães. Assim, aqueles indivíduos são condenados por estarem “viciados” na prática de predação (Teixeira e Ayoub, 2017). Em Itaju, as intercorrências com a criação parecem ter sido muito menos determinantes para o fim dos animais do que o seu número. Diferentemente dos cachorros “viciados”, que foram responsabilizados por um tipo de comportamento, os cães em Itaju eram um problema numérico. Havia nuances, como o fato de os cães não terem aparecido espontaneamente ou, como no caso das bicheiras, terem sido levados por moscas igualmente indesejáveis. Os cachorros foram abandonados por pessoas, mas, diante da impossibilidade de responsabilizar aqueles que muito rapidamente param o carro e deixam os animais na estrada de terra, a resolução acabou incidindo sobre os próprios cães de maneira provavelmente cruel. Além de eventualmente abrigar os cachorros, a categoria bicho também é aberta para ser ocupada por aqueles que ainda não foram vistos ou ainda são desconhecidos. De certo modo, essa dimensão do termo reforça o distanciamento dos bichos conhecidos da ideia de animais e de criação.

Diferentemente dos cachorros ou do que não se conhece, as bicheiras sempre ocupam a categoria de bichos. Elas não se encontram em outras situações que não sejam

a de estar devorando o tecido dos animais ou das criações e são insistentes nesse papel. Nesse sentido, não é possível pensar as bicheiras, principais alvos dos benzimentos, sem levar em conta aqueles que ela eventualmente devora. Como foi analisado anteriormente, certos animais carregam em si o fato de serem duas criações: uma divina, destinada ao trabalho e à utilização pelas pessoas, e outra humana, que são os rebanhos mantidos e cuidados nos sítios em Itaju. Além de significarem um ataque a essa dupla criação, as bicheiras também prejudicam um trabalho de cuidado e manejo dos animais, e podem acarretar algumas tarefas a mais nas propriedades rurais, tornando a faina mais pesada. Diante disso, os benzimentos oferecem um caminho mais prático de solução desses problemas, e de outros, mas que precisam ser inseridos com cautela entre os demais métodos de cuidado. Uma demora excessiva ou a insistência em algo que não mostra resultado podem significar que o animal está sendo negligenciado. Todavia, essa atenção sobretudo em relação ao tempo deve estar presente em quaisquer formas de tratamento, o que acaba aproximando os benzimentos de outras formas de cuidado. Essa aproximação do benzimento de outras técnicas de cuidado foi o que motivou a pesquisa dessa prática em primeiro lugar.

Como se verá no capítulo seguinte, o último desta tese, as benzeções são pensadas, de certa maneira, como bastante próximas de procedimentos veterinários e, assim como eles, não podem ser colocados para agir de qualquer maneira. Alguns aspectos referentes ao funcionamento dos benzimentos já foram apresentados, como a trajetória dos seus executores, cuja boa administração do dom e das orações herdadas são determinantes para que as benzeções sejam bem-sucedidas. Além disso, os donos dos animais de criação precisam estar envolvidos nessa prática, na medida em que ela depende da fé que eles possuem; essa fé se expressa de diferentes maneiras, ora fazendo com que o criador busque rapidamente por um benzimento, ora fazendo com que ele não confira o trabalho do benzedor. Um dos aspectos que às vezes aparece como fundamental para os benzimentos, a exigência de que ele seja a única medida sendo tomada naquele momento, é, contudo, colocado em questão no próximo e último capítulo. Por outro lado, mostra um cenário em que medicina veterinária e benzeções convivem no tratamento dos animais de criação. Por fim, se os benzimentos são considerados mais práticos e certos, a facilidade que eles oferecem é legítima em um contexto específico de trabalho e de uso da terra enquanto dom.

CAPÍTULO V - A FÉ EVITA O BRETE

Este quinto e último capítulo se inicia com a análise das relações entre os benzimentos e a medicina veterinária, sistema de conhecimentos e práticas naturalmente presentes no cuidado com animais. Apesar de a seção apresentar aspectos gerais a respeito da veterinária, a conversa com a profissional da área, Aline, possibilitou uma melhor compreensão de como isso pode ocorrer nos sítios em Itaju. A intenção, com isso, é a de dar continuidade ao esforço de inserir o benzimento entre outras técnicas de trabalho executadas nos sítios para o trato adequado com a criação. Nessa primeira parte, isso é feito a partir de uma aproximação com a medicina veterinária, com a qual os benzimentos interagem e não (mais) se opõem, tal como acontecia nos conflitos entre curas populares e a medicina nascente no passado, que discutimos no primeiro capítulo. Isso se distingue da comum aversão da veterinária às rezas contra doenças, consideradas avessas à abordagem científica da prática profissional. A partir do que foi narrado pela Aline, é possível supor uma coexistência desses dois métodos de tratamento em diversas propriedades do município de Itaju, assim como de outras cidades na região.

O lugar ocupado pelo benzimento das propriedades parece ser o de um facilitador. Tarefas que precisam ser feitas são tornadas mais práticas e rápidas com a intercessão do sagrado, por assim dizer. E ações que podem ser bastante complicadas, como procurar por cobras para ‘dar cabo’ delas, acabam acontecendo de maneira mais ou menos pacífica com as orações e água benta. A segunda parte destaca a manutenção das cercas, importantes contentoras dos animais e, conseqüentemente, dos atritos com os vizinhos. Em Itaju, durante minhas caminhadas nas propriedades, eram frequentes os comentários a respeito delas, seus palanques que precisavam, ou precisariam, ser substituídos, sobre um grampo que soltou uma fiada de arame, ou um animal que fingiu que ela não existia por aqueles dias. Por representar um trabalho muitas vezes pesado, e bastante frequente além de inevitável, optou-se por detalhar melhor esse componente de todos os sítios, ainda que com variações. A inserção dos benzimentos nesse contexto de tarefas braçais e quase sempre urgentes representa uma possibilidade de atenuar esses compromissos com as criações e com os sítios como um todo.

Mas a colocação do benzimento enquanto técnica requer algumas ressalvas. Existe um limite para o quanto a vida em uma propriedade rural pode ser amenizada e modificada; certas atividades perigam não ser vistas com bons olhos pelos vizinhos, no sentido amplo do termo. Nesse sentido, o benzimento é legítimo se for entendido e colocado para funcionar como um cuidado eficiente e a mais, e não como um cuidado a

menos ou negligente em relação à lida diária nas propriedades rurais. E ser algo a mais não necessariamente significa que a reza é sempre um adicional a um tratamento veterinário já iniciado, e sim que o benzimento é outra medida da qual o proprietário faz uso pela manutenção do seu rebanho íntegro e saudável. Assim, na terceira parte do capítulo, são exploradas as implicações e as interpretações de algumas atividades realizadas na Boa Vista, retomando a ideia de que a terra é um dom a ser utilizado com cuidado. Feitas essas considerações, é possível afirmar que a valorização do benzimento passa por aquilo que ele evita ou alivia, um trabalho específico e braçal. Sua utilização reforça alguns vínculos entre quem benze e quem manda benzer, e também entre a esfera terrena da qual se cuida e um plano divino que zela por esse trabalho.

Benzimento e medicina veterinária

Apesar de ter veterinários que cuidem do gado, o senhor Valdemar ainda prefere seus métodos de benzedura porque sente que é mais rápido (Menezes, 2022, p. 102).

Em seu trabalho sobre as transformações recentes na bovinocultura, Ana Paula Perrota (2020) argumenta que a modernização reclamada pela pecuária brasileira não é vista como atrativa do ponto de vista de certos criadores; aqueles que, como mostra a autora, são acusados de teimarem em levar adiante um modo de criação “tradicional”, avesso às evidências científicas modernas que, supostamente, levam sempre a um ganho produtivo e, ao fim e ao cabo, ao progresso. Algumas das medidas adotadas pelo setor pecuário são elencadas pela autora: divisão do trabalho de acordo com etapas do crescimento animal, melhoramento genético dos rebanhos e cuidados e inovações sanitários diversos a fim de evitar queda da taxa de natalidade ou o aumento de enfermidades. Perrota questiona se essa homogeneização produtiva promovida e almejada pelo agronegócio não estaria levando “à morte” (p. 187) outras práticas e técnicas executadas até então pelas pessoas em propriedades rurais espalhadas pelo país. A respeito da pecuária extensiva na região do pampa em Bagé, RS, Rieth, Lima e Barreto (2016) afirmam que a disseminação de inovações no setor não é suficiente para que muitos produtores rurais abandonem suas práticas de manejo anteriores. Segundo os autores, não se trata de falta de empreendimento: a atividade pastoril é o que constituiu a vida da maior parte dos interlocutores dos pesquisadores, de modo que uma mudança em alguma etapa do processo produtivo não é uma simples interferência na atividade econômica, mas uma alteração no próprio modo de viver. Flávio da Silveira (2004) traz relatos, também do Rio Grande do Sul, que acusam que certas inovações para o setor

agropecuário não apenas contrariam os modos de vida, mas são absolutamente ruins. Os casos de intoxicação causados pelos defensivos agrícolas eram vários, conforme conta o autor, durante sua pesquisa de campo, e a comida obtida pelos meios mais modernos passou a ser, também, envenenada. Outro aspecto da vida que foi afetado pela inserção dos venenos foi o uso de benzimentos para a solução de problemas com pragas e doenças:

Numa conversa com seu Antônio Furtado, o mesmo diria que as pessoas agora “não sabe benzê uma bichera! Não sabe benzê uma coisa!” A partir de sua colocação perguntei lhe se antigamente as pessoas benziam as plantações com frequência. Ele respondeu-me o seguinte: "Mais, bá! Mais que nunca! Óia, ninguém ocupava veneno pra essas granja tudo, que eu conheci! Eu, aqui, nunca botei veneno! (Silveira, 2004, p. 590).

O relato de Antônio Furtado é pertinente, primeiramente, por trazer o benzimento para proteger a lavoura, algo ao qual irei retornar mais adiante. Em segundo lugar, a retomada desse passado em que se sabia benzer e se benzia mais também está presente entre os meus interlocutores de Itaju. Para citar um exemplo, um proprietário há um tempo falecido foi lembrado como alguém que benzia muito e muito bem e que, assim como o referido Antônio Furtado, ‘nunca botou veneno, nunca teve que fechar um boi [para aplicar remédio]’, como me disseram.

Em Itaju, práticas veterinárias e científicas, como vacinas e remédios, convivem com benzimentos. Logo no início da pesquisa, foi-me sugerido que eu conversasse com os proprietários de uma pequena indústria familiar de leite no município, pois eles fariam uso dos benzimentos para cuidar das vacas leiteiras. Contudo, apesar de eu ter conseguido o contato da proprietária, não foi possível conversar por telefone e uma mensagem pelo aplicativo Whatsapp explicando brevemente as intenções da pesquisa não foi o suficiente para convencê-la a conversar comigo. Mas outras oportunidades de analisar o encontro entre medicina veterinária e benzimentos surgiram.

Wagner, atualmente funcionário da prefeitura de Itaju, foi bastante solícito quando eu pedi informações sobre a casa do Val benzedor. Antes de trabalhar na prefeitura, Wagner criou vacas leiteiras no mesmo município. Apesar de elas serem mais dóceis, por estarem acostumadas a serem fechadas para a ordenha e terem mais contato com pessoas, também ele costumava mandar benzer os animais. Não tanto as bicheiras, porque neste caso era fácil aplicar o remédio, mas papilomatose, chamada por verruga ou figueira. Como ele disse, por tratar-se de um vírus, elas são muito contagiosas e persistentes, resistindo a vários tipos de remédios.

A papilomatose bovina aparece na forma de lesões tumorais benignas no tecido epitelial, normalmente na região do pescoço, cabeça e tetos dos animais. É mais comum em rebanhos de confinamento e pode afetar a produtividade, causando desvalorização do couro do animal, desenvolvimento retardado, cegueira e depreciação da vaca no mercado. Há muitas situações em que o corpo do animal não elimina o vírus do organismo, segundo o próprio Wagner; para esses casos, existem alguns tratamentos disponíveis. Os mais comuns são intervenções cirúrgicas em casos com poucas verrugas e tratamentos químico-corrosivos como a cauterização com nitrato de prata. Existe, ainda, a homeopatia, que Wagner chegou a utilizar, mas sem muito sucesso. Para ele, benzer era o mais eficaz³⁵.

Jair, que cria alguns bovinos, também estava enfrentando problemas com alguns animais com verrugas na época em que conversamos. A primeira vaca contaminada havia sido benzida e estava livre, mas, antes disso, teve tempo de transmitir para outros dois animais, sendo um deles a já mencionada Fifi. Normalmente, os animais não possuem nome, o que não significa, de modo algum, que não sejam identificados individualmente por seus donos. Fifi possui nome porque, certa vez, Jair estava na propriedade de um conhecido seu e notou a bezerrinha um tanto debilitada, sendo atazanada pelas crianças que queriam fazer dela sua montaria. Ela estava bastante fraca por ter sido rejeitada pela mãe, que não queria amamentá-la, e por não estar sendo cuidada pelo dono, que disse não ter como fazê-lo. Jair se ofereceu para cuidar dela, sem muita certeza de que conseguiria fazê-la sobreviver sem a mãe, e o dono aceitou, dizendo que ali ela estaria realmente condenada. No seu sítio, Jair deu leite para a bezerrinha utilizando uma garrafa pet e, assim que possível, inseriu uma ração especial na alimentação e a colocou para pastar: ‘Não é que ela vingou?’.

Na ocasião em que conheci a Fifi, já fazia algum tempo que Jair havia dado uma vaca para a quermesse de Itaju. O animal havia ficado doente por um bom tempo, ‘um câncer havia aparecido nela’, mas curou-se após um benzimento. Foi dada, então, à festa de São Sebastião, o santo padroeiro da cidade, festejado todo dia 22 de janeiro. A

³⁵ Uma benzedura contra essa doença aparece no livro de Menezes (2022, p. 149):

"Bicho-figueira
Foge dessa bicheira
Com os poderes das três pessoas Da Santíssima Trindade.
De um a um, de dois a dois,
De três a três"

festividade faz parte do calendário oficial da igreja e da cidade e inclui o leilão de gado e prendas a fim de arrecadar dinheiro para a paróquia.

Aqui vale mencionar uma história ocorrida com um bode, os indígenas Xukuru e uma santa (Martins; Vander Velden, 2019). A santa em questão é Nossa Senhora das Montanhas, que possui, assim como São Sebastião, sua data festiva na cidade de Cimbres, em Pernambuco. Para a celebração do ano de 2015, foi doado um bode para o “bingo da santa”, a fim de auxiliar a angariar fundos para a Igreja. O ocorrido curioso, narrada pelos autores, foi que cada pessoa premiada com o animal prontamente o devolvia ao bingo, pois, não havendo muito apreço pela criação de bodes, o destino do espécime seria certamente o abate para consumo. Recusar tal prêmio era, então, recusar a tarefa de ter que matar justamente o bode da santa, algo que parecia impensável aos Xukuru. De um certo modo sacralizado por ter se tornado justamente “o bode da santa”, matá-lo e comê-lo poderia ser considerado uma forma de sacrilégio.



Imagem 33: Bezerra Fifi e a verruga da papilomatose próxima ao olho. Acervo: Míriam Stefanuto.

Como já foi mencionado, tive a oportunidade de conversar especificamente sobre benzimentos com uma veterinária, Aline, que atende diversas propriedades rurais da região de Itaju. Logo de início, ela argumentou que era católica, mas, mesmo assim, acreditava nos benzimentos; tanto que eles acabavam fazendo parte do tratamento em diversas situações. A conversa com Aline, que aconteceu por chamada de vídeo depois de já finalizadas minhas idas para Itaju há um bom tempo, estremeceu um pouco mais uma informação importante que eu tinha sobre os benzimentos até então: a de que eles

não podem coincidir com outros procedimentos (Lenko e Papavero, 1979; Gomes; Pereira, 2004), ainda que, posteriormente, eles pudessem ser buscados. Mas o encontro dos métodos é mais ou menos previsto até pela própria esfera religiosa. Ao tratar das representações de cura no catolicismo, Minayo (1994) aborda as definições de graça e de milagre. De acordo com a autora, enquanto o milagre é o acontecimento que não poderia ser obtido por meios usuais³⁶, “graça” serve para explicar situações em que havia disponibilidade de recursos e, mesmo assim, invoca-se a ajuda divina.

Segundo Aline, no geral os profissionais de medicina veterinária repelem os benzimentos com rispidez. Ela diz isso tanto baseada no que já presenciou e no que alguns de seus clientes já comentaram com ela. A fala da veterinária sobre a visão comum dos profissionais da sua área a respeito dos benzimentos encontra similaridade em uma escala mais abrangente. Em um artigo sobre o jornal “O correio de Uberlândia” e proprietários rurais, a historiadora Luciana Lilian de Miranda (2004) apresenta a imagem de algumas campanhas veiculadas pelo jornal no período analisado – de 1960 a 1985. Uma delas se refere aos benzedores de maneira explícita e negativa:



Imagem 34: “Era uma vez o benzedor: Gente, vamos arrumar um verdadeiro trabalho para o benzedor. Afinal de contas, êle, também é filho de Deus. Se fôr muito velho, merece uma aposentadoria. Desde que não mexa com o gado. Esta é a melhor prova de amor ao seu rebanho, pois aftosa se combate, mesmo, ô cêti vacina”. Fonte: (Miranda, 2004, p. 66).

³⁶ Definição similar é encontrada no trabalho de Zaluar: “A caracterização do *milagre* parece ser exatamente esta: não se pode atribuir o fato a qualquer outra causa que não seja a intervenção divina” (Zaluar, 1983, p. 100).

A imagem da campanha apresenta o benzedor como uma pessoa simples, descalça – a imagem tradicional do caipira, em suma –, e que carrega apenas seus ramos utilizados na cura. Além disso, o desenho sugere que os animais estão “tocando” o benzedor, numa espécie de inversão de papéis, pois normalmente são as pessoas que tocam os animais. É como se até mesmo os bovinos tivessem compreendido que os benzimentos não são apropriados ou se revelam ineficazes. O artigo apresenta outra imagem interessante para pensar o benzimento em Itaju. Ainda que não apresente um benzedor, a campanha incentiva aquilo que supostamente concorre com ele: as vacinas.

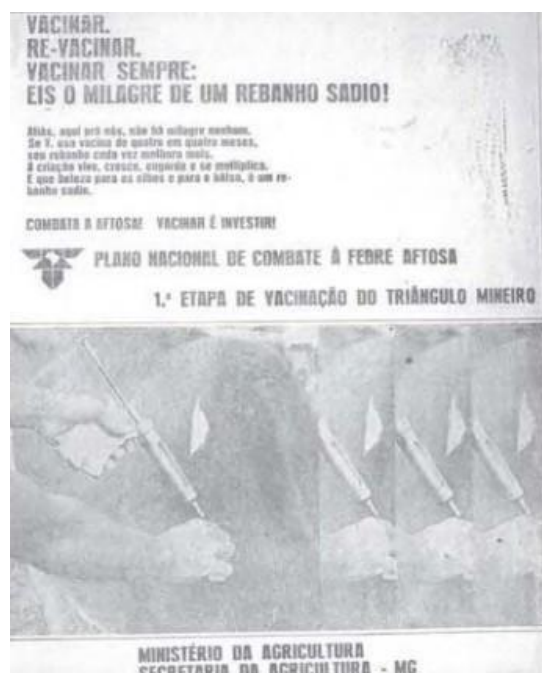


Imagem 35: Vacinação. “Vacinar. Re-vacinar. Vacina Sempre: Eis o milagre de um rebanho sadio! Aliás, aqui prá nós, não há milagre nenhum. Se V. usa de quatro em quatro meses, seu rebanho cada vez melhora mais. A criação vive, cresce, engorda e se multiplica. E que beleza para os olhos e para o bôlso, é um rebanho sadio. Combata a aftosa! Vacinar é investir!”. (Miranda, 2004, p. 67)

Apesar de não fazer menção direta aos benzedores e seus feitos, a campanha veiculada chama a atenção por meio de uma palavra de cunho religioso, “milagre”, para em seguida afirmar que não se trata disso, mas de um bom manejo do gado. Como já foi dito, os rebanhos são vacinados em Itaju, além de receberem outros tipos de assistência veterinária quando necessário. A respeito das bicheiras, bastante frequentes nas criações, essa oposição entre tratamentos veterinários e benzeções também é encontrada. Em um artigo sobre as míases (bicheiras) no imaginário de uma comunidade rural no município de Formosa/GO, os autores argumentam que essas infestações são “mais ricas em construções simbólicas e míticas devido à dificuldade dos criadores de decifrar os ciclos das moscas, das larvas e os aspectos microscópicos” (Cansi et al., 2012, p. 250). Em Itaju,

os ciclos são conhecidos tanto por aqueles que fazem uso dos benzimentos, e inclusive me explicaram a diferença entre a bicheira e o berne, quanto porque quem não benze, e aí o ciclo das moscas é argumento para dizer que, com rote, eventualmente o machucado iria sarar sozinho.

Diferentemente dessa visão mais geral da medicina veterinária, Aline possibilita que o benzimento faça parte dos tratamentos aplicados. Mais do que isso, nas ocasiões em que um criador pergunta, interessado, sobre benzedores e sobre a possibilidade de o animal ser benzido, ela própria recomenda o Val. Atualmente, Aline mora em Bariri, município vizinho de Itaju, mas ela cresceu na cidade e na mesma rua do Zito Português, o pai do benzedor Val. Quando não há necessidade de indicar um benzedor, pois o criador já tem o seu próprio, o que costuma ocorrer é que o dono do animal pede para a veterinária se ele pode inserir o benzimento no tratamento geral. Cabe à Aline, então, decidir sobre isso. Ela argumentou que sempre pergunta para a pessoa se ela acredita; se a resposta é positiva, ela diz que o pode ser feito. Apesar de fazer a veterinária interagir muito bem com as benzeções, Aline admitiu que, no início, chegava a se incomodar com os comentários de alguns clientes que chegavam a afirmar que o animal havia sido curado ‘por causa do benzimento’. Ainda que acredite nessa prática e não se oponha a ela em seu trabalho, no início sentia-se um pouco desvalorizada com os créditos indo inteiramente para os benzedores e os benzimentos.

Além de serem postos lado a lado em situações de tratamento, benzimento e veterinária também são percebidos de maneiras similares a partir do tempo, tanto o tempo que se demora para tomar uma atitude quanto o tempo pelo qual se mantém uma medida, mesmo ela se mostrando ineficiente. Como já foi mencionado, os benzedores reforçam a necessidade de procurá-los o mais cedo possível para solucionar um problema antes que ele se agrave demais³⁷. E o que eles próprios argumentam é que isso vale também para a procura de médicos e de remédios, em que quanto mais cedo, melhor. Pensei a respeito do segundo tempo, o tempo em que se insiste, depois que soube de uma vaca que adoeceu na propriedade em que moram Seu Luis e Maria. Na ocasião, benzimento e veterinária foram repreendidos da mesma maneira, pois estavam sendo encarados como um paliativo inútil e torturante.

³⁷ Uma vez, Val me disse que não costuma benzer muitos carneiros, mas quando o faz, é importante que o dono tenha chamado tão logo percebe o problema, porque carneiros “têm o sangue fraco” e não aguentam enfermidades por muito tempo.

Eu confesso que não quis ir lá vê-la, embora tivessem me dito que era fácil avistá-la da estrada, pois o pasto era limpo e não muito grande. Feridas apareceram no animal e o proprietário mandou benzer, sem sucesso. Posteriormente, um veterinário foi chamado e afirmou que a vaca padecia de um tipo de câncer e não havia muito o que pudesse ser feito. O animal continuou doente com novos ferimentos aparecendo. Diante disso, a fala geral foi a de que o dono estava negligenciando o sofrimento da vaca, e não deveria mais insistir em benzimentos ou remédios: a solução seria sacrificar. Aqui, a questão de quem trabalha nas terras torna a aparecer. Sendo meeiro em um sítio, Seu Luis não tinha poder decisório sobre a instalação de um lixão na propriedade, tampouco podia ele próprio providenciar o sacrifício da vaca doente, que foi o que ele e seus familiares defenderam durante a conversa.

Nesse cenário, as benzeduras aparecem não como a manutenção de um funcionamento do mundo, mas como uma disfuncionalidade. A vaca estava tendo seu fim adiado e isso não era correto, pois ela estava em sofrimento. Diante disso, as soluções veterinárias não se distinguem das rezas, pois acabavam apenas amenizando precariamente a condição do animal e prolongando uma existência desconfortável que nem Deus queria estender. Se o animal não fora curado nem por meio da medicina veterinária e nem através do benzimento, isso significa que Deus, no topo das hierarquias terrena e sagrada, não queria que isso acontecesse, e a vontade d'Ele é tanto inquestionável quanto incontornável (Gomes; Pereira, 2004). Como foi colocado pelo teólogo Bernardino, “se Deus não quer, nada está feito” (Leers, 1977, p. 75).

Agindo sozinhos ou complementando outros métodos, os benzimentos têm como objetivo facilitar e, muitas vezes, agilizar o processo de tratamento dos animais, mas é preciso inseri-los com cuidado no manejo da criação. É preciso que o benzedor seja alguém que permita outros métodos coincidindo com as suas orações, e uma veterinária que possibilita esse encontro também – afinal, vivemos todos no mundo moderno! E ambos precisam ter, sempre, a humildade de não contrariar Deus. De todo modo, diante das coisas que precisam ser feitas em uma propriedade rural, uma diminuição ou otimização nas tarefas é naturalmente sempre bem-vinda. Em campo, uma das atividades pareceu ser fundamental na manutenção dos sítios, na mesma medida em que é trabalhosa e pode envolver atrito com os vizinhos: as fronteiras de arame, no caso dos bois, e de tábuas, no caso dos porcos – as cercas.

Das cercas

Em Itaju, aquilo que aparece como esperado, ainda que inconveniente, em relação ao comportamento dos animais, é o fato de o rebanho bovino eventualmente varar as cercas da propriedade em que vivem. Normalmente isso ocorre porque a cerca necessita de algum reparo, mas o argumento principal é o de que as cercas precisam de reparos devido à ação dos animais. A fim de comer o pasto ‘do lado de lá’, o gado enfia a cabeça entre os fios de arame e ‘força’ a cerca. Os arames vão se tornando cada vez mais frouxos, ou se desprendem dos grampos completamente, e também os paus e palanques podem ir cedendo à insistência de tantos quilos, dependendo do terreno e das chuvas, que amolecem o solo. Como me foi dito certa vez, as cercas são ‘mera formalidade’ para o gado, pois se eles de fato quisessem arrebentar uma cerca, eles o fariam com muita facilidade.

O tipo mais comum de cerca é feito com palanques mais grossos enterrados em pontos estratégicos e bem distribuídos, e paus bem menores que ficam suspensos pelo arame farpado, os chamados balancins. Uma versão mais ‘bem feita’³⁸ dessa cerca mantém os palanques e o arame farpado, mas troca os balancins por palanques menores que são também fincados no chão. Normalmente, uma cerca possui quatro fiadas de arame, mas as mais ‘bem feitas’ levam cinco:



Imagem 36: Cerca sem balancim e com cinco fiadas de arame. Acervo: Míriam Stefanuto

Além do número de fios de arame, a qualidade da madeira importa. Atualmente, a maioria das cercas é feita com madeira de eucalipto tratada. As mais antigas, contudo, possuem palanques e paus de aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), uma madeira bastante

³⁸ “Bem feita” é o principal adjetivo utilizado para uma cerca caprichada, com boas madeiras, arames farpados mais grossos e palanques firmes.

elogiada, mas normalmente vista sendo reaproveitada de cercas anteriores. Na foto acima, o palanque mais arredondado e maior é de eucalipto, e o mais irregular, de aroeira. Às vezes, a cerca mais ‘bem feita’ é deixada para a divisa das propriedades com uma estrada ou outro sítio, e cercas com menos fios de arames e com madeiras já meio carcomidas são mantidas para as divisas internas dos pastos, quando elas existem. Como o gado circula por todos os pastos, ainda que em períodos diferentes por conta de rodízios, ele não tem, a princípio, tanto interesse no capim ‘do lado de lá’, porque já o conhece. Então, nesses casos, ele vai ‘forçar’ menos a cerca.

Menos comum é a cerca chamada paraguaia. Ao contrário de uma cerca de arame farpado que frequentemente é feita diretamente pelas pessoas, a cerca paraguaia tem os arames tracionados por uma máquina; lisos, eles passam por dentro dos palanques e balancins. Isso faz com que ela seja uma cerca mais cara, pois é preciso pagar pelo maquinário que faz a tração do arame. Algumas cercas, normalmente as que não são tão bem cuidadas, possuem uma fiada de choque para afastar os animais que enfiam suas cabeças para comer o pasto do lado de lá. Isso ocorre porque é mais fácil passar um dio eletrocutado do que reforçar os paus ou trocar os palanques das cercas.



Imagem 37: Cerca paraguaia sem balancins. Acervo: Míriam Stefanuto.

A certeza de que os animais estão sempre enfiando suas cabeças entre os arames costuma resultar em um trabalho esporádico, o de ‘correr cerca’, verificando se alguma emenda de arame ou substituição de paus é necessária. O mesmo termo, ‘correr’, é utilizado para descrever o processo de buscar formigas saúvas que possam devorar as plantas dos jardins, das hortas e pomares. Correr um pasto significa buscar por um “olho” de saúva, que é a entrada para os seus túneis, ou pelas suas rotas de corte e carregamento

de folhas. Os caminhos, de tão usados, tornam-se pequenas rodovias sem grama³⁹. Encontrado o olho, joga-se veneno dentro do local.

Além da preocupação com avarias nas cercas, há o cuidado, sempre bem visto, de se manter uma cerca ‘limpa’, pois plantas consideradas ‘pragas’ podem nascer por ali e, desprezadas pelo gado, crescem e entrelaçadas nos fios, forçando-os. Uma das principais plantas, mas não a única, é a *Tabernaemontana hystrix*, ou leiteiro. O nome popular vem de suas pequenas, mas numerosas, flores brancas, que aparecem entre outubro e novembro. Espécie nativa pioneira, se dispersa e cresce com facilidade. É cortada tanto na linha das cercas quanto nos pastos, para que estes não fiquem ‘sujos’. A respeito de plantas como o leiteiro, e mesmo o ipê, Brandão (1999, p. 120) argumenta que as plantas nativas, mesmo sendo do lugar e anteriores à lavoura, são consideradas pragas que invadem um espaço que não lhes pertence.



Imagem 38: Leiteiro que cresceu em uma cerca. Acervo: Míriam Stefanuto



Imagem 39: Leiteiro e ipê amarelo crescem na cerca. Acervo: Míriam Stefanuto.

É preferível ‘cavar uma cerca’ na época das chuvas, quando o solo está mais mole e o esforço acaba sendo consideravelmente menor. Como muitas vezes são os proprietários e seus familiares que fazem as cercas, elas costumam ser refeitas em trechos mais críticos, e não feitas completamente do zero. Vale dizer que, nas divisas dos sítios, normalmente se divide também a responsabilidade das cercas: cada proprietário cuida de uma metade da mesma cerca. Isso frequentemente é motivo de queixas das pessoas, pois, se um vizinho não é lá muito cuidadoso com a sua parte da cerca, ou é preciso tolerar

³⁹ Pode-se ter o azar de ter que procurar pelo olho de uma formiga cortadeira que não seja a saúva. A quem não forma caminhos, o que deixa mais difícil encontrar o olho, especialmente se o mato estiver alto.

mais animais transitando entre uma propriedade e outra, ou é preciso arcar com os reparos daquele trecho.

Todas as cercas sofrem com as investidas dos animais e isso está previsto. Nesse sentido, não é identificado um mau comportamento que comprometa aquilo que se espera de um animal, pois forçar as cercas está dentro de uma normalidade. Contudo, animais que são considerados ‘varadores’, ou seja, ignoram as cercas mais do que o considerado normal, são tidos como animais sem solução. Alguns proprietários argumentam que o melhor é vender o animal, e aí pode-se optar por vender avisando que ele tem esse desvio de caráter ou omitindo isso do comprador. É importante lembrar que isso diz respeito ao gado. Os carneiros são considerados todos mais varadores, e eles também são menores, e aí as cercas precisam ter mais fiadas; mas, mesmo com essa margem maior de atuação, pode ser que algum indivíduo se destaque, e aí ele é equipado com um acessório que vai preso ao pescoço:



Imagem 40: Ovelha do João usando um colar. Acervo: Míriam Stefanuto.

As cercas dos porcos são as tábuas, às vezes também providas com uma fiada de choque. Os porcos são muito eficientes em revirar o terreno com seus focinhos e comerem os produtos dos roçados, por isso é bastante importante mantê-los presos. Em seu artigo, Teixeira e Ayoub (2016) mencionam Dona Francisca, que abriu mão da sua criação de porcos devido às “brincas” dos vizinhos que eles provocavam. Estas decorriam do fato de os animais, “andejos”, desafiarem as cercas e irem incomodar as propriedades próximas. Dona Lúcia, também interlocutora dos pesquisadores, viveu o mesmo drama depois que uma porca arruinou a plantação de mandioca de um vizinho. Em Itaju, conforme relatado, soube de porcos que chafurdaram no entorno da mina d’água de um

vizinho de Luis, o que parece não ter ocasionado maiores desentendimentos. Apesar da ausência de eventos recentes, o potencial destruidor dos suínos é conhecido e reconhecido.



Imagem 41: Lateral do chiqueiro de Seu Luís e Maria. Acervo: Míriam Stefanuto

O trabalho e os cuidados associados às cercas expressam muito bem o empenho empreendido na manutenção das propriedades; além disso, elas trazem uma relação com os animais, que são contidos por elas, e inevitavelmente com os vizinhos. As reformas, os gastos e um olhar atento para limpar as cercas, bem como as relações que elas implicam, estão dentre as várias coisas, nas propriedades rurais, que dão trabalho. Esse trabalho demandado costuma aparecer por meio da expressão ‘mão-de-obra’.

‘Mão de obra’ é algo que as propriedades, em geral, dão. Afirma-se com alguma frequência que ‘sítio dá muita mão-de-obra’, a fim de se destacar que a lida com os animais e com a terra não é fácil. Nesse caso, o trabalho é inevitável. Mas a expressão também pode ser utilizada para se referir a algo que não precisa, necessariamente, ser feito ou que até precisaria ser feito, mas não vale a pena, porque ‘dá muita mão-de-obra’ e os ganhos não compensam os esforços. Nem sempre o esforço é físico, às vezes é ele que evita uma mão-de-obra desnecessária. No caso, por exemplo, de um vizinho que não arruma sua parte da cerca, evita-se o desgaste de uma cobrança, e se opta pelo trabalho braçal. Neste caso, tentar fazer o vizinho cumprir com o combinado é o que ‘dá muita mão-de-obra’. Isso acaba não compensando, sobretudo diante da importância de se manter uma convivência razoavelmente amigável entre os vizinhos quando se está mais afastado da cidade e sujeito a problemas que podem exigir apoio de mais pessoas.

Apesar da importância das cercas em quaisquer propriedades e da ‘mão de obra’ necessária para a sua manutenção, não tive contato com nenhum benzimento que fosse destinado a melhorar a interação dos animais com essas fronteiras farpadas. Por outro lado, me deparei com relatos, pois não pude conversar com a pessoa responsável, a respeito do benzimento das pastagens. O executor do feito foi o Rovari. Conforme já dito no terceiro capítulo, Rovari é uma das pessoas que possui a capacidade de benzer, mas o faz apenas para si. Não carrega a responsabilidade de benzer para as outras pessoas e não parece ter que sustentar o reconhecimento que seu antecessor possuía. De modo geral, as pessoas não benzem suas terras e suas criações por sua própria conta, tarefa que solicitam a um benzedor ou benzedeira, que possuem o dom e a fé suficiente para tal. Quando o Zé Burrico contou sobre o benzimento do pasto, fiquei bastante entusiasmada para conversar com o Rovari, porque, até então, eu não havia tomado conhecimento de nenhum benzimento desse tipo em Itaju, apenas através da bibliografia.

Em um extenso estudo sobre os julgamentos de animais que ocorreram entre os séculos XIV e XVI, Edward P. Evans (1906) analisou diversas fontes em que animais foram réus em processos – civis ou eclesiásticos –, sobretudo na França, Suíça e Inglaterra. As infrações que os animais podiam protagonizar, que atentassem contra a vida humana, eram enquadradas por tribunais laicos. Os animais – porcos, vacas, cães –, normalmente acusados de homicídios, recebiam penas capitais pelos crimes cometidos. As ações animais que comprometiam a produção humana – ataque a estoques de alimentos ou a plantações, por exemplo – eram julgadas por tribunais eclesiásticos; nesses casos, os animais estavam sujeitos à excomunhão.

Em sua obra, o autor argumenta que as formigas, lagartas, carunchos e outras pragas que molestassem as comunidades humanas o faziam por terem sido instigadas pelo diabo ou enviadas por Deus como punição. No caso da segunda opção, era fundamental que os danos fossem reparados também por meios similares – orações, confissões dos pecados ou penitências – a fim de não piorar a ira divina tentando solucionar um problema extraterreno por meios convencionais (Evans, 1906). Em um trabalho mais recente, Ribeiro (2020), traz o argumento de que, ao atentar contra a subsistência humana, ameaçando suas fontes alimentares, a ameaça da fome fazia com que se lançassem mão de todos os meios possíveis para frear a destruição promovida por tais animais, inclusive a excomunhão.

Antônio Furtado, que foi entrevistado pelo pesquisador Flávio da Silveira, apresenta um benzimento de lagartas similar aos de cobra já apresentados aqui. Em

ambos, deixa-se um canto do terreno, ou da horta, livre de benzimentos para que os bichos invasores possam sair do local (Silveira, 2004, p. 590-591). Na literatura, esse tipo de benzimento também aparece, como é possível verificar na obra de Lima Barreto sobre a Sinhá Chica:

Não havia quem como ela soubesse rezar dores, cortar febres, curar cobreiros e conhecesse os efeitos das ervas medicinais: a língua-de-vaca, a silvina, o cipó-chumbo — toda aquela drogaria que crescia pelos campos, pelas capoeiras, e pelos troncos de árvores. Além desse saber que a fazia estimada e respeitável, tinha também a habilidade de assistir partos. (...) Contavam-se dela milagres, vitórias extraordinárias, denunciadoras do seu estranho poder quase mágico, sobre as forças ocultas, que nos perseguem ou nos auxiliam. Um dos mais curiosos, e era contado em toda a parte e a toda a hora, consistia no afastamento das lagartas. Os vermes haviam dado num feijoal, aos milheiros, cobrindo as folhas e os colmos; o proprietário já desesperava e tinha tudo por perdido quando se lembrou dos maravilhosos poderes de sinhá Chica. A velha lá foi. Pôs cruces de gravetos pelas bordas da roça, assim como se fizesse uma cerca de invisível material que nelas se apoiasse; deixou uma extremidade aberta e colocou-se na oposta a rezar. Não tardou o milagre a verificar-se. Os vermes, num rebanho moroso e serpejante, como se fossem tocados pela vara de um pastor, foram saindo na sua frente, devagar, aos dois, aos quatro, aos cinco, aos dez, aos vinte, e um só não ficou (Barreto, 2023, p. 189).

O fato de ser a grande fonte de alimento do gado, principal tipo de criação na região, faz do pasto algo de extrema importância para as propriedades rurais. Como já foi brevemente mencionado a respeito da árvore chamada de leiteiro, existem espécies vegetais que tornam as pastagens “suja” aos olhos dos seus proprietários e que, por isso, são sempre combatidas. As guaxumbas, pertencentes ao gênero *Sida*, e os vários tipos de caruru, pertencentes ao gênero *Amaranthus*, são igualmente bem comuns.

Mas a lista de ervas daninhas é extensa (Moreira; Bragança, 2010) e pode variar bastante de propriedade para propriedade. Muitas têm flores realmente bonitas, algumas são comestíveis, mas aquilo que não é pasto tende a ser dizimado, a menos que o responsável não se empenhe na tarefa. As plantas indesejadas podem ocupar largas extensões das pastagens, tomando do capim a água, os nutrientes e o espaço. Algumas raízes podem ser profundas e difíceis de arrancar, de modo que costuma ser necessário um enxadão ou uma enxada para eliminá-las de fato; se não as plantas apenas se quebram e tornam mais tarde a brotar. Além disso, há, por exemplo, o assa-peixe (*Vernonia polyanthes*), que forma um arbusto grande, bem enraizado, que pode precisar do uso de um herbicida para ser contido. Também se utiliza o termo “correr o pasto” em busca dos

pés ainda pequenos das muitas espécies indesejadas⁴⁰, ‘antes que sementeiem’ e proliferem.

Existem outras formas de preservação dos pastos: muitas propriedades possuem curvas de nível, a fim de evitar enxurradas que levem embora a pouca cobertura de nutrientes das pastagens; pode acontecer, embora não seja muito comum, o rodízio de pastos, para que uma parte do sítio ‘descanse’ enquanto o rebanho pasta em outra área. E eu não soube de ninguém que realize a calagem (aplicação de calcário) no pasto. Isso só ocorre em plantações, mais nas arrendadas. De todo modo, a proteção do capim contra as cigarrinhas está longe de ser a única preocupação e o único cuidado demandado por uma pastagem.

Em Itaju, Zé Burrico contou que, há pouco tempo, a propriedade do Rovari esteve ameaçada por um ataque considerável de cigarrinhas, das quais se viram livres por conta da benzeção executada pelo próprio dono da terra. Cigarrinha-das-pastagens, ou apenas cigarrinha, é o nome popular para os indivíduos da família *Cercopidae*; são pequenos insetos que sugam a seiva dos capins, danificando suas folhas e assim provocando a "queima" do pasto. Sua atuação reduz a capacidade produtiva da pastagem, o que compromete a alimentação bovina e a manutenção ou ganho de peso do animal. Na fase adulta, permanecem na parte aérea dos capins; os ovos aguardam no solo o início das chuvas para eclodir, e as ninfas, uma fase jovem do inseto, ficam na base das plantas, protegidas por uma espuma branca. Segundo a Embrapa⁴¹, atualmente há duas formas de controle desses insetos. O controle biológico ocorre por meio de aplicações do fungo *Metarhizium anisopliae*, que podem ser feitas com pulverizadores costais, tratores ou aviões, sem a necessidade de retirar os animais da pastagem. Além de não ser nocivo à saúde humana e animal e ao meio ambiente, o fungo pode permanecer na pastagem por um tempo maior, desde que não haja dias ensolarados e secos até o seu estabelecimento. A outra alternativa é o controle químico, que exige a retirada do gado da área a ser tratada e pode exigir duas ou três aplicações.

A terceira opção, encontrada por Rovari, foi o benzimento. Segundo meu informante, Rovari percebeu que uma invasão de cigarrinhas se avizinhava, acredito que pelo amarelamento da pastagem vizinha, e impediu que ela avançasse sobre sua

⁴⁰ As plantas indesejadas em um pasto são todas. Mas as muito indesejadas são as que o gado não come depois de grandes ou nem quando estão brotando, pois nesses casos o controle precisa ser humano.

⁴¹Fonte:

<<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/19437290/embrapa-orienta-produtores-sobre-controle-da-cigarrinha-das-pastagens>> Acesso em 05/06/2022

propriedade benzendo uma espécie de linha divisória no pasto, que as cigarrinhas não cruzaram. Não sei se meu interlocutor viu a pastagem de fato ou se Rovari incluiu isso na história contada, mas era possível ver a tal da linha, pois de um lado estava o pasto depredado pelos insetos e de outro o pasto ainda conservado pelo benzimento. Apesar de aparentemente não ser um benzedor de fato, segundo o que foi discutido no terceiro capítulo, Rovari teve dom e fé o suficiente para livrar sua propriedade de um problema considerável. Cabe até refletir se um feito como esse não poderia ter dado início à construção de uma reputação enquanto benzedor e mudar sua condição de alguém que benze apenas para si. O êxito do benzimento, além de contribuir para o reconhecimento de quem benze, faz com que os cuidados com a criação e com o sítio eventualmente sejam percebidos, por algum vizinho, como adequados e eficientes. Significa que não houve, sobretudo, perda de tempo, mas também falta de fé e confiança no benzedor. No caso de Rovari, ele juntou esses dois aspectos em si mesmo.

Esse cuidado com o manejo das criações e no trato da propriedade, que afeta benzeções e tratamentos veterinários, está inserido em uma percepção mais ampla daquilo que é considerado minimamente adequado no trabalho nos sítios. Isso envolve tanto uma responsabilidade básica com a criação, as cercas e os pastos, como também com o tipo de uso que se faz das propriedades. Esse último aspecto, da relação com terra, será analisado brevemente na seção seguinte a partir de dois usos mais polêmicos, por assim dizer, de um sítio.

O que pode na terra

Os benzimentos são considerados facilitadores legítimos para o trabalho no campo; sem alterar as atividades que são realizadas nas propriedades, as tornam mais fáceis. Existem, contudo, formas menos sutis de tornar a vida rural menos dura ou mais vantajosa e muitas delas não são vistas com bons olhos. Aqui, é preciso recuperar a noção de dom, apresentada anteriormente, que prevê a terra e seus recursos como dados por Deus para as pessoas para que elas façam um bom uso desse dom. Assim como o dom de benzer, é preciso que isso esteja minimamente de acordo com alguns interesses coletivos, ou, pelo menos, que não tenha objetivos considerados egoístas e prejudiciais.

Em seu livro *O afeto da terra*, Brandão (1999) apresenta as plantações de batata e eucalipto como sendo percebidos pelas famílias como uma negação do modo de vida como ele deveria ser. São cultivos que representam lucro fácil e em pouco tempo, mas que, em contrapartida, degradam e esgotam a terra. Além de não serem um trabalho

honesto, os cultivos de batata e eucalipto não dão continuidade às relações entre vizinhos, não resultam em trocas entre iguais e não se relacionam diretamente com a reprodução da vida das pessoas e das suas criações de animais, pois são plantados tão somente para vender. Em oposição às batatas e ao eucalipto estariam plantas como o milho, o feijão e a mandioca. A obra *O trabalho da terra* traz colocações similares. Entre os camponeses nordestinos, a terra é vista como “terra de trabalho”, onde ela e o homem se realizam em conjunto: a terra dando alimentos e o homem investindo nela o seu suor (Woortmann; Woortmann, 1993, p. 63). Diferentemente das pessoas com quem conversou Brandão, contudo, esses camponeses não entendem a ocupação da terra por gado como algo legítimo. O rebanho faz, também, com que uma terra que era para produzir riqueza, não produza nada.

Em Itaju, pastagens para o gado ocupam boa parte da paisagem e esta parece ser uma forma legítima de fazer a terra render. A respeito dos cultivos, é difícil valorar um em relação ao outro, mas de modo geral é possível afirmar que a cana é vista como uma cultura mais pobre; frequentemente se lamenta que ‘agora tudo é cana’ enquanto os cafezais ou plantações de laranjas são puxados pela memória.

Em relação ao milho, que Brandão chama de “vegetal múltiplo” (1999, p. 110), vale mencionar que Luís e Lurdes possuem maquinário para esse tipo de cultivo e também para amendoim. Nas terras de outros proprietários que eles arrendam, é uma dessas culturas que é plantada. Mesmo o casal cultivando em muitos outros terrenos para além dos seus próprios, eu não me deparei com um discurso negativo em relação a isso, como se houvesse uma concentração injusta de bens e poderes. Pode ser que o tipo de cultivo esteja relacionado; se fosse eucalipto, talvez Luís e Lurdes fossem considerados menos trabalhadores e mais oportunistas. Mas existem alguns usos da terra que diferem bastante do plantar e criar alguma coisa. Aqui vamos falar sobre dois deles, que ocorrem na mesma propriedade.

O primeiro uso é um lixão. Apesar de a Lei nº 12.305 prever, desde 2 de agosto de 2010, que todos os rejeitos do país deveriam ter uma disposição final ambientalmente adequada a partir de 2014, um lixão funcionou no local indicado entre os anos 2015 e 2021. Diz-se que foi uma parceria com a prefeitura e havia uma separação de materiais recicláveis que funcionava no mesmo lugar.



Imagem 42: O lixão está localizado dentro das linhas laranjas, no canto inferior esquerdo.
 Fonte: Google Maps - editado pela autora.

Na época em que o lixão funcionou, houve um aumento no número de cachorros perambulando pelos arredores. Esse período não coincide exatamente com o *boom* de cachorros abandonados, já abordado aqui, pois o uso mais intenso do lixão é um pouco anterior a isso. De todo modo, a presença dos cães, e às vezes de gatos, somou-se aos sacos plásticos voando pelos pastos e pela estrada e aos entulhos deixados pelas pessoas na entrada do lixão; esse conjunto causou uma impressão bastante ruim. Tanto que, na época da pesquisa, o lugar já estava desativado há alguns meses, mas ainda se falava nele.

As críticas eram sobre isso ser um mau uso da terra ‘Acha! Tem cabimento estragar um terreno desse?’, ‘Um pasto bom, limpo, na beira da estrada... acabaram com ele’⁴². Hoje, os resíduos estão enterrados, mas o que está por cima não é mais o pasto de antes, e sim um terreno considerado sujo, pois toda a sorte de plantas indesejáveis cresceu por ali. Quem cuida da propriedade é um meeiro: o sítio não é dele, ele está lá apenas para administrar o lugar e fazer dinheiro com aquilo que ele conseguir trabalhar na propriedade. A parceria, se é que houve, para o lixão funcionar ali não foi, portanto, responsabilidade dele. A culpa recai sobre proprietários que não se importam com o sítio, segundo os vizinhos, e que não dão a devida atenção.

Além do lixão, já desativado, funcionam na propriedade em que Seu Luis trabalha alguns fornos para fazer carvão, que ocupam um espaço importante do sítio.

⁴² Vale dizer que as críticas aos donos do sítio vizinho não eram proferidas sem cautela e normalmente vinham acompanhadas da afirmação de que a mesma crítica era feita diretamente para o meeiro e mesmo para o proprietário, quando a pessoa o conhecia.



Imagem 43: Fornos de carvão vistos de frente. Acervo: Míriam Sefanuto.

O meeiro tem a liberdade de chamar parceiros para trabalharem no local, de modo que não ficou claro se os fornos são iniciativa dos proprietários, ou dele. Mas isso, na verdade, não importa tanto, porque a produção de carvão também é encarada como um mau uso da terra. Na segunda imagem, é possível ver árvores atrás dos fornos; trata-se de uma compensação ambiental que precisou ser feita devido à instalação dos fornos na propriedade. Na época em que o IBAMA multou os proprietários, isso foi assunto por um bom tempo.



Imagem 44: Fornos de carvão vistos de costas. Acervo: Míriam Stefanuto

O caso do lixão e dos fornos são um pouco extremos em relação aos usos impopulares da terra mencionados pelos autores, mas eles revelam uma lógica similar. Não é qualquer coisa que pode, idealmente, ser feita em uma propriedade rural. Para “se realizar” em Itaju, para usar os termos de Woortmann (1993), os sítios devem idealmente

estar ocupados com plantações e com alguma criação. É significativo o fato de ambos os exemplos terem ocorrido na propriedade em que quem trabalha não é o proprietário, mas Seu Luis e a esposa Maria. Com um poder decisório mais restrito sobre o sítio, não cabia à família determinar como a terra seria utilizada ou, para retomar o exemplo anterior, se a vaca deveria ser sacrificada. O meeiro, em vez de significar uma parceria com o proprietário, podendo agir no sítio mais de perto e diretamente, era um ponto de discordância em relação ao dono e acabava ele próprio sendo um mau uso da terra. Sua falta de autonomia e a precariedade da sua própria condição expunham uma manutenção desinteressada da propriedade. Muitas vezes, a parceria de Seu Luis era com o benzedor Val, para auxiliar o sítio a se livrar das cobras, sarar bicheiras e curar as galinhas com milho. Na próxima e penúltima seção, abaixo, será novamente analisado esse vínculo dos benzedores com os sítios, que se dá através do seu auxílio na lida diária. Se os benzimentos, de modo geral, aliviam a carga de trabalho que existe com as cercas, a limpeza dos pastos, a atenção com os animais, a parte seguinte deste texto se dedica a uma correspondência mais direta entre as benzeções e o trabalho que elas evitam, pois analisa especificamente aquilo que normalmente precisa ser feito para medicar uma bicheira, o problema mais frequente nos animais. Isso diz respeito sobretudo ao gado, mas se aplica também os suínos.

Quem tem fé não cria sozinho

De modo geral, é possível afirmar que os benzimentos são procurados diante de dois principais tipos de problemas: os que não foram solucionados com remédios ou outros tratamentos e aqueles cuja solução, se não passar pelos benzimentos, pode ser bastante trabalhosa ou mais perigosa, como no caso de afastamentos de cobras. Às vezes essas características se cruzam.

Embora o mais comum seja benzer bovinos contra bicheiras e proteger os suínos das cobras, soube que os porcos também podem se beneficiar de benzimentos contra as infestações de larvas. Nesses casos, podem se livrar inclusive de um ferimento mais grave. Segundo João, que cria porcos, e Seu Luis, que já os criou, ter que fechar um porco ou uma porca, mesmo que for para curá-lo de algum malefício, pode acabar causando um problema ainda maior. Se estiverem próximos da data do abate, portanto bastante gordos, a perseguição no chiqueiro para imobilizar o animal para tratar da ferida pode fazer com que ele quebre alguma perna nas tentativas de fuga. Segundo meus interlocutores, no final

do processo de engorda, os animais se tornam bastante pesados e desajeitados, e os benzimentos podem evitar que acidentes aconteçam.

Seu Geraldo é morador da cidade vizinha, Bariri, mas possui uma propriedade rural em Itaju e mandava benzer os animais de seu sítio com Seu Juca. Quando conversamos, Seu Geraldo me revelou certa preocupação com relação à idade de Seu Juca, que contava já seus 92 anos. O proprietário, com um pouco mais de 70 anos de idade, disse que não sabia como iria conseguir cuidar sozinho dos animais depois que o benzedor falecesse. Essa conversa se deu no início da pesquisa, ainda em fase de coleta de dados para elaboração do projeto, e me surpreendeu. Mais adiante, quando conversei com Rucino, morador de Itaju, a respeito da minha pesquisa, confessei ter ficado um pouco admirada quando ouvi aquilo: ‘Não pensei que os benzimentos fizessem tanta diferença assim’. Seu Rucino afirmou que o benzedor é responsável por 70% do trabalho de criar os animais e que sua participação é um grande facilitador. Apontou para alguns bois que pastavam ali perto e emendou: Aquele nelore ali estava com uma bicheira na perna. Você imagina eu ter que fechar um boi desse pra aplicar remédio?⁴³ É muito trabalho. Benzer é muito mais fácil’. É possível visualizar o trabalho de ‘fechar’ um animal e que é evitado pelo benzimento. José não manda benzer, mas explicou com detalhes o processo de castração, do modo como costuma ser realizado na sua propriedade, e que pode ser similar ao trabalho de aplicar um remédio. Embora sejam sítios e currais diferentes, é possível ter uma ideia daquilo que fala Seu Rucino; a seguir, um croqui do curral de José que ele desenhou para me explicar a castração:

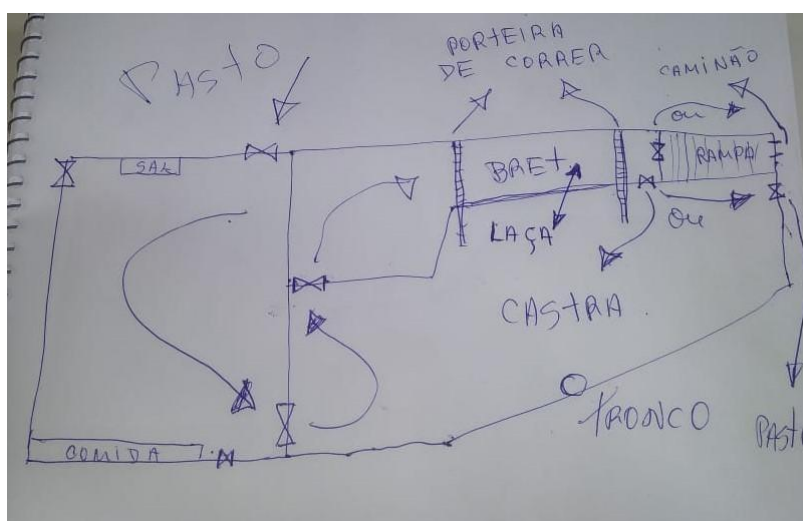


Imagem 45: Os caminhos para o brete - desenho de José. Acervo: Míriam Stefanuto.

⁴³ Diz-se que o gado nelore é um pouco mais difícil de lidar, por ser mais arisco e temperamental.

Os animais são inicialmente presos na parte com os cochos de ração, onde eles já estão acostumados a circular sem intervenções. É pouco provável que sejam presos só aqueles a serem castrados, pois é difícil separá-los e é preciso ‘ir tocando’. Seguindo as flechas do desenho (que se iniciam em “pasto”, descem e sobem novamente em direção ao “brete”), o bezerro é tocado por uma porteira que dá acesso a uma segunda parte e, em seguida, para uma terceira, antes do brete. Ali, se outros animais acabaram indo junto com aquele que será castrado, eles esperam na terceira parte, enquanto o primeiro da fila, no corredor estreito que é o brete, é laçado pelo pescoço. Aquele que laça o animal pode estar tanto em cima de algum palanque quanto no chão. O bezerro é, então, puxado pelo pescoço de volta para a segunda parte do curral e levado para o tronco. Outra pessoa, do lado de fora da cerca, precisa pegar a corda e puxá-la para aproximar o bezerro do tronco o máximo possível.

Quando a cabeça está bem próxima do palanque, ele é ‘peiado’⁴⁴: tem as duas patas traseiras laçadas e é derrubado. Tal como no desenho, o palanque precisa ser redondo para a corda poder correr, caso o bezerro puxe, sem se romper. Segundo José, se o animal já está um pouco crescido, pode ser necessário dar duas voltas na corda para prendê-lo. Apesar da força para aproximá-lo do tronco, no momento em que ele é ‘peiado’, a corda deve ser afrouxada para ele poder tombar. Enquanto um segura a corda, o ideal é que duas pessoas imobilizem o animal deitado para que uma quarta faça a castração propriamente, mas também é possível que uma pessoa só imobilize o bezerro. Passada a faca, é preciso sal, e depois o animal é solto no pasto.

No caso de precisar curar o animal de alguma bicheira, pode não ser necessário derrubá-lo: se o lugar machucado for de fácil acesso, é possível aplicar remédio com ele em pé no brete. Contudo, como foi mencionado por José, o brete é mais usado para vacinar os animais, porque as vacinas são aplicadas no lombo do animal. Se o ferimento for em um lugar mais embaixo no corpo do animal, a aplicação de remédios acaba envolvendo, muitas vezes, fazer os mesmos procedimentos que são realizados com bezerros na castração, só que podendo se tratar de um animal adulto. Isso porque o brete é estreito e fechado nas laterais, para que os animais, caso se debatam ou tentem virar, não enfiem a pata em algum vão e se machuquem. É possível laçar o animal para derrubá-lo sem fazer a separação nos espaços do curral, mas precisaria ser ‘um bom laçador’. De

⁴⁴ Do verbo “apear”, que significa fazer descer ou sair de um meio de transporte, que pode ser um animal, mas aqui aparece como fazer descer o próprio animal.

todo modo, derrubar parece ser a regra, porque as bicheiras podem ficar fundas, e fazer uma aplicação certa do remédio deve ser praticamente impossível com um animal em pé querendo se esquivar. E, embora existam proprietários com mais ou menos terras e mais ou menos cabeças de gado, as plantas dos currais se assemelham e o brete é comum a todas elas; conseqüentemente, os procedimentos tendem a ser realizados de maneira similar.



Imagem 46: O brete no curral do Rucino. Acervo: Míriam Stefanuto.

As tentativas de fechar os animais podem ser várias ou podem se estender por mais tempo do que o desejado. Isso estressa tanto os donos humanos quanto os animais, e se for identificada uma falta de jeito ou experiência que torne o trabalho ainda mais difícil, o sofrimento é considerado injustificado. Por conta disso, um dos benefícios do benzimento, disseram Seu Geraldo e Seu Rucino, é manter os animais mais tranquilos e não tão desconfiados quando o dono se aproxima; pois eles não teriam, na memória, tantos momentos estressantes sendo fechados e derrubados.

Quando se trata de fazendas de gado de corte, com produção em larga escala, esses momentos trabalhosos são facilitados com outros recursos. Se fosse esse o caso, no final do corredor, um tronco de contenção hidráulico estaria posicionado para substituir a derrubada do animal, e provavelmente toda a planta do curral seria diferente, pensada detalhadamente para facilitar a circulação e o manejo dos animais sem grandes imprevistos:

O tronco de contenção, como sugere a denominação, é uma máquina cuja finalidade é conter bois e vacas para que não se mexam enquanto são vacinados, brincados, marcados, quando são, enfim, trabalhados. O tronco é composto por uma pescocadeira, que se agarra ao pescoço do boi, imobilizando a sua cabeça. Há também o trapézio, mecanismo que se ajusta às pernas traseiras do boi impedindo-o de desferir possíveis coices. Diversas portinholas permitem o acesso localizado ao corpo dos animais, conforme a necessidade dos procedimentos (Froehlich, 2015, p. 419).

Note-se que o trabalho da pesquisadora se deu em uma fazenda de gado de corte no Mato Grosso que costuma abrigar em média 10 mil animais. Em Itaju, os criadores com quem conversei até agora mantêm apenas entre 10 e 50 animais em suas propriedades. Em uma conversa com Carlos, cujos animais vez ou outra são benzidos por Val, e com o próprio Val, aproveitei para tentar descobrir se alguém, na região, possui um tronco hidráulico ou algum equipamento do gênero. Val e Carlos⁴⁵ concluíram que dois proprietários são os melhores candidatos a terem um curral mais moderno, mas não deram certeza. E emendaram: mesmo um tronco hidráulico ainda implicaria em muito trabalho, porque todo o processo de ir separando os animais ainda teria que ser feito para colocar apenas um dentro do tronco: ‘Muito melhor benzer!’.

Retomando o benzimento

Olha, eu não consigo lembrar o nome do homem, mas eu sei que tinha acabado de ter uma ninhada de porquinho. E aí quando eles ficaram maiorzinhos, ele começou a achar porquinho morto de manhã. Um de cada vez, e sempre com os olhinhos furados. Morreram vários assim. E aí ele percebeu que era cobra, a urutu, que vinha do banhado e ficava rodeando, e aí quando o porquinho ia abaixando pra cheirar, ver o que era, ela furava os dois olhos. E aí ele teve que mandar benzer pra cobra ir embora (José).

Essa história foi a primeira que ouvi no início desta pesquisa a respeito dos benzimentos. Quem me contou o ocorrido com os porquinhos foi meu pai, morador de Itaju, que conheceu a história através de um freguês de sua oficina na cidade vizinha, Bariri. O freguês soube do acontecimento diretamente com o dono dos animais mortos pela cobra. Como já é possível verificar a partir desse caminho percorrido pela história do benzimento, ele circula nas conversas das pessoas na região e vai, pouco a pouco,

⁴⁵ Carlos estava trabalhando como pedreiro junto com o Val em uma obra na cidade de Itaju.

construindo ou mantendo a reputação de quem o executou e se reafirmando enquanto medida útil diante de determinados problemas.

A narrativa sobre a morte dos porquinhos evidencia os dois momentos, que na verdade são um só, que tornam a situação um caso para benzimento. O primeiro momento é quando o homem em questão ‘percebeu’ que uma cobra era a causadora da morte dos animais e, por conta disso, vem o segundo momento, que é ‘ter que’ buscar um benzedor para solucionar a questão. O ‘ter que’ evidencia o fato de que o benzimento é apropriado e utilizado em situações como essa; mas já foi, embora não seja mais, apropriado para benzer contra bernes no gado. Contudo, pensar o benzimento simplesmente como algo que funciona o reduziria, como apontado pelo antropólogo Carlos Sautchuk (2017), apenas a uma ação com um efeito: as pessoas benzem porque seu efeito é a eficácia, o sucesso. Como foi exposto ao longo deste texto, para além da eficácia propriamente dita, os benzimentos estão associados a uma compreensão religiosa do mundo em que noções como dom e criação interferem diretamente no modo como as relações entre seres humanos e outros animais se desenrolam nas propriedades rurais. Algumas dessas relações apresentam determinadas ambiguidades que o benzimento expressa bastante bem, como é o caso das cobras, que oscilam entre serem respeitadas e serem eliminadas.

Um dos entrevistados, Cido, contou o ‘causo’ de um benzimento que não aconteceu com ele, mas com ‘um conhecido’ que possui um sítio na região do Ruiarbo, em Itaju. Quando as aparições na propriedade se tornaram frequentes demais mesmo para aquela localidade e morderam um boi, ele procurou um benzedor. O benzedor benzeu três cantos do terreno e deixou o quarto canto livre para que as cobras se dirigissem para o mato, mas avisou que a cobra que tinha atacado o animal estava entocada no buraco de um cupinzeiro no pasto e só iria embora pela manhã. Bem cedo na manhã seguinte, o proprietário resolveu confirmar se a cobra iria mesmo embora e a encontrou onde o benzedor disse que estaria. Deu cabo da peçonha com um tiro, tal qual os urucuianos (Pereira, 2022). Com a propriedade finalmente livre das cobras, resolveu levar um porco, já preparado, para agradecer o benzedor. Este recusou e disse que não benzeria mais aquele sítio porque o homem havia duvidado dele e matado a cobra. Segundo Cido, o conhecido não sabia como o benzedor ficara sabendo do seu feito.

Vale notar que o benzedor soubera dizer com exatidão o paradeiro da cobra, o que, por si só, já seria algo admirável. Mas o benzimento não tratava de adivinhar onde estaria o animal para que ele pudesse ser abatido. A questão era solucionar o problema através de uma forma que não fosse a morte do animal, o que significava, ao

mesmo tempo, reforçar a capacidade do benzedor de lidar com as cobras por essa via alternativa e de reafirmar esse caminho como um método eficiente. Mesmo creditando o benzedor por parte da tarefa, que foi localizar uma cobra, o dono do sítio não permitiu que o benzimento se concretizasse em seu objetivo de livrar a propriedade toda daqueles animais, inclusive daquele que estava entocado no cupinzeiro. E só foi possível ao proprietário confirmar a veracidade da informação sobre a serpente porque ele ignorou aquilo que constitui o benzimento enquanto tal, que é a capacidade do benzedor de movimentar o sagrado, um sagrado que se importa com essas questões terrenas, para que em pouco tempo o sítio não fosse mais afetado pelas peçonhas. O proprietário esvaziou aquilo que constitui a técnica do benzimento, que é a sua capacidade de fazer o sagrado se movimentar.

Retomando Carlos Sautchuk, a Antropologia costuma empregar a palavra “técnica” para se referir a “uma forma de relação dos humanos com algo que, em alguma medida, difere deles mesmos – objetos, animais, ambientes ou o próprio corpo considerado como uma dimensão híbrida” (Sautchuk, 2017, p. 11). Assim, há sempre um outro envolvido nessa tarefa e que constituiu o algo, mencionado por Sautchuk, que difere das próprias pessoas. O “algo” do benzedor ou benzedeira é o dono dos animais; ele precisa solicitar o procedimento a tempo e articular corretamente o benzimento com a medicina veterinária ou, a depender do benzedor, não fazê-lo de jeito nenhum. O “algo” dos criadores são os especialistas que, diferentemente deles mesmos, sabem benzer. Mas sua capacidade é comparada com os benzedores anteriores e sua história de vida precisa tê-los encaminhado corretamente para o exercício dessa prática, a fim de que sua condição de benzedores seja reforçada por essa trajetória. Por fim, aquilo que difere de ambos, e que é acionado em cada benzimento, é a alteridade divina, sejam santos requisitados por meios de rezas específicas, seja o próprio Deus. Apesar dessa alteridade, um vínculo com a esfera terrena que possibilite a compreensão das aflições humanas é muito bem-vindo e necessário. E as orações dirigidas a eles circulam de precisam manter seu caráter sagrado, sobretudo se forem orações fortes, ainda que estejam há muito tempo em circulação.

O benzimento, portanto, não está restrito a uma ação pontual do especialista que o executa. Um aspecto que merece destaque e aparece no caso contado por Cido como sendo dúvida, é a fé. A fé necessária para que tais procedimentos sejam bem-sucedidos é uma fé tanto em benzedores e benzedadeiras quanto na ideia de um mundo ordenado segundo critérios e vontade divinos e pelo qual Deus, em última instância, é o grande

responsável (Gomes; Pereira, 1992; Stefanuto, 2021). Faz parte dessa fé, portanto, as noções de dom e de criação apresentadas e exploradas ao longo deste texto, mas elas não são exclusividade daqueles que fazem uso do benzimento; são mais amplas do que isso e compõe um entendimento mais geral sobre o modo como o mundo funciona, ou deveria funcionar. Mas elas certamente são essenciais para aqueles que buscam os benzimentos; como já havia sido apontado pelos autores, “a eficácia do ritual depende da interação entre a fé de quem benze a de quem é benzido” (Gomes; Pereira, 2004, p. 101). No caso dos benzimentos aqui analisados, seu sucesso depende não da fé de quem é benzido, visto que são animais, mas de quem manda benzer. Por vezes, respeito a outras criaturas e fé nos benzimentos e em quem os executa se misturam, como é, muitas vezes, as situações que envolvem cobras.

Da necessidade da fé, portanto, decorre o fato de que os benzimentos não acabam com o fim dos gestos e orações. Val orienta aqueles que o procuram a não ficar conferindo, no animal, se o procedimento funcionou ou não, pois olhar casualmente para ver se a bicheira ainda está lá seria uma atitude que demonstraria pouca ou nenhuma fé. Dona Cida diz que não se pode aplicar remédio depois de realizado o benzimento e, embora seja uma medida diferente da de Val, a ideia é a mesma: o uso de remédios veterinários indica que não houve fé no benzimento realizado nem na benzedeira. Se o remédio funcionar, está resolvido o problema, mas se ele não conseguir, também já inviabilizou o benzimento. Mas é preciso considerar que, apesar das ressalvas dos benzedores e da importância atribuída às benzeduras, medicamentos e benzimentos podem se cruzar no trato dos animais de criação. Esse cruzamento, e não uma oposição, também foi também percebido pelos autores a respeito da pecuária extensiva do pampa sul-rio-grandense: “Há um hibridismo nas práticas para prevenção ou cura das enfermidades, onde o uso de medicamentos farmacêuticos acompanha a aplicação de ervas e realização de benzeduras” (Rieth; Rodrigues; Silva, 2014, p.5). Assim, às vezes o uso de remédios é a primeira alternativa que, ao falhar, faz com que se recorra a um benzimento; em outras, tomam-se todas as medidas possíveis, no melhor estilo de ‘mal não faz’.

Essa última postura, de aglutinar diferentes métodos para resolver um problema parece apontar para duas coisas. A primeira delas já foi abordada aqui, e diz respeito a uma responsabilidade dos benzedores e benzedoiras, que é a de exercer seu dom apenas para fins benéficos. Disso decorreria a impossibilidade de as benzeções causarem algum mal, pois sua intenção primeira e original deve ser a de promover e desejar o bem. O

segundo aspecto, para além da benquerença, traz a concepção de que os benzimentos estão associados a aspectos fundamentais da vida de modo geral, que são sobretudo a feitura do mundo por Deus e a decorrente responsabilidade da esfera divina em relação aos nossos apuros. Nesse sentido, as benzeções, devidamente orientadas para o bem, não poderiam entrar em atrito com quaisquer outros métodos de cuidado na medida em que funcionam a partir de elementos tão constituintes do mundo. Isso parece ser uma explicação possível para aqueles que unem benzimento e veterinária; o benzimento pertence a algo anterior à veterinária e que, portanto, também a constitui.

Querer o bem é uma das principais exigências para o êxito das benzeções, e está associada, como já foi visto, à gratuidade dos serviços dos benzedores. Mas existem elementos anteriores a ela que são também fundamentais para que os procedimentos aconteçam adequadamente. O processo de constituição de um benzedor ou uma benzeira, muitas vezes, passa por um evento marcante em que é recebido o dom para exercer aquele ofício, mas esse dom também pode ser herdado de algum familiar e as duas coisas podem acontecer em conjunto, como é o caso de Val. Ter o dom acarreta algumas responsabilidades, pois é algo divino que precisa estar à disposição daqueles que precisarem. Apesar disso, ele não garante tudo, de modo que orações e gestos precisam ser aprendidos; algumas variações são aceitáveis e inevitáveis, outras nem tanto. Arelado a esses aspectos, está a continuidade, ou não, da reputação do benzedor atual em relação ao familiar que o transmitiu esse ofício.

A compreensão dos diversos elementos que compõem os benzimentos, direta ou indiretamente, leva ao entendimento destes enquanto uma das técnicas utilizadas nas propriedades rurais de Itaju, principalmente no que diz respeito ao auxílio com as criações de animais. Além de pressupostos mais gerais, como o dom, existem especificidades de cada benzedor e benzeira referentes ao aprendizado e à sua interação ou não com outras práticas. Diante dessas particularidades, apesar de as orações se manterem mais ou menos as mesmas e serem herdadas tanto quanto os santos de devoção, o benzimento não se apresenta apenas como uma repetição de gestos e palavras, pois variações como o número de folhas utilizadas vão surgindo a depender da avaliação do seu executor. Ademais, avaliações que dependem dos donos dos animais também estão em jogo, como o momento de acionar o benzedor ou se é adequado procurar um que faça uso de objetos considerados bentos ou não. Nesse sentido, as escolhas daqueles que procuram esses especialistas podem ir pouco a pouco interferindo nos tipos de benzeções que vão se perpetuando e sendo mais executadas. Por fim, a própria interação dessa prática com a

medicina veterinária, antes de mostrar uma relação de oposição e exclusão, aponta para formas de articulação entre essas duas técnicas de tratamento dos animais. Nesse processo, se alteram tanto os benzimentos, que passam a operar em conjunto com outras medidas, quanto a medicina veterinária, que inclui o benzimento entre os procedimentos a serem recomendados e levados em conta por todos aqueles interessados ou ocupados no bem estar dos animais.

Considerações sobre o quinto capítulo

As cercas desenham as propriedades. Quando um dono vai apresentar seu sítio, diz que ele ‘vai dessa cerca até aquela’. Se há um rio, metade do rio pertence a um e a outra metade a outro, mas as cercas acabam sendo colocadas mesmo em áreas úmidas e muitas vezes a pedido de um vizinho: como as matas ciliares não são muito protegidas, o gado tem acesso aos cursos d’água e, a partir deles, à propriedade que está do lado de lá. As cercas também podem ser indicativas de jeitos distintos de se administrar um sítio e até mesmo um termômetro das relações entre vizinhos. Às vezes, a diferença entre um trecho de cerca e outro era bastante evidente: um palanque separava um lado com as fiadas de arame meio frouxas e paus carcomidos; ou a precariedade da cerca ficava mais ou menos oculta pelas plantas, o que também não é um bom sinal. As cercas sempre geravam algum tipo de comentário, ou sobre como a própria pessoa precisava dar manutenção, mas oferecia uma justificativa para a falta dela, ou sobre como o vizinho era negligente com a sua parcela da divisão de propriedades. Às vezes um palanque era balançado com a mão: ‘Olha o gado’. Dando a entender que, aos poucos, as forçadas dos animais tinham deixado o palanque ‘mole’.

Com muito custo, e ainda assim de maneira falível, as cercas conseguem conter o gado. Não são capazes, no entanto, de segurar as sementes dos ‘matos’ indesejáveis que pipocam nos pastos, ‘sujando-o’. Idealmente, deve-se ter o cuidado de limpar o pasto com frequência para que não dê tempo de os matos ‘sementear’ (lançarem sementes), porque aí a manutenção torna-se certamente mais desafiadora para todos aqueles que estão em volta, e não apenas para o dono do pasto sujo. Por isso se repara tanto nas porções das cercas quanto nas pastagens que elas contêm: ‘Se você vira as costas [para o pasto], isso aqui em poucos meses tá fechado [de mato]’. É preciso ser mais rápido que o mato e, arrisco dizer, que os olhares vizinhos.

Uma atenção similar àquela direcionada às cercas e aos pastos é dirigida aos benzedores e benzedoras. Os benzimentos podem significar uma facilidade na vida

cotidiana e na solução de diferentes problemas, mas não um meio de seus executores alcançarem posições privilegiadas; por isso a suspeita levantada sobre a condição do benzedor que trabalhava também como vereador. Enquanto a atividade de vereança é temporária e pode gerar uma apreensão apenas por um período de tempo, os benzimentos são realizados com frequência na rotina desses especialistas; por conta disso, a informação sobre os benzedores estarem cobrando ou não pelo serviço é constantemente atualizada, e o ideal é que a resposta seja sempre negativa. De maneira similar, cada benzimento orientado para coisas boas, para o ‘bem’, reafirma um compromisso de seus executores em não desvirtuarem o que é apresentado como o principal propósito dessa prática.

Os benzedores, contudo, não são os únicos alvos da atenção: aqueles que solicitam benzimentos não passam despercebidos, porque também depende deles, sobretudo da fé que possuem, o sucesso dos procedimentos. Neste caso, talvez sejam mais notadas pelos benzedores e benzedoras, enquanto que o momento do uso das benzeções pode vir a ser examinado, assim como ocorre com as cercas e os pastos, pelos vizinhos. Nesse sentido, um benzimento que demora muito para ser solicitado ou que, pela falta de fé ou por outro motivo, não logra êxito, pode gerar críticas ao responsável pelos animais. Essas diferentes atenções que envolvem os benzimentos reforçam sua condição de técnica, na medida em que os aproxima de outras técnicas que requerem avaliações similares para serem executados. Assim como tratamentos veterinários, vacinas ou aplicação de soro antiofídico, por exemplo, que devem ocorrer a tempo de serem eficazes, os benzimentos igualmente requerem certa agilidade na sua solicitação. E todos, evidentemente, possuem seus modos próprios de funcionamento, sejam eles a evitação no olhar para confirmar uma fé, ou os jeitos de se ‘fechar’ um animal.

Se a manutenção geral prevista para atividades consideradas normais em Itaju já é suscetível de apontamentos, o uso da terra que escapa de um padrão fica ainda mais sujeito a julgamentos. Não posso afirmar com certeza se a diferença entre um aterro e um lixão era levada em conta, mas acredito que não era a ilegalidade do lixão que causava incômodo, de modo que, muito provavelmente, um aterro também não seria bem visto. Para além do lixo enterrado, de uma terra que passa a ter uma profundidade reduzida, há o fato de que é algo comandado à distância e, por conta disso, indicativo de uma terra mais ou menos abandonada. Isso difere dos terrenos sem nenhuma construção e usados exclusivamente para o arrendamento de cana: não eram chamados de sítios, mas não percebi uma crítica ao distanciamento da dona, que não faz outro uso da terra que não

seja por meio do arrendamento. Os fornos pareciam causar um pouco menos de incômodo, pois ocupavam um espaço considerável na propriedade, o que inviabilizava cultivos ou pastagem, mas mantinham o caráter de algo que poderia ser desmontado e retirado. Mas também não eram vistos como algo que deveria estar ali.

A partir dos fornos e do lixão, tem-se a noção de que nem tudo pode ser evitado ou facilitado, pelo menos não sem gerar algum grau de reprovação. Por mais que o trabalho em um sítio seja constante e exigente, não é desejável que sua produção se converta em uma coisa muito diversa do plantio e da criação. Talvez isso tenha relação com o fato de os benzimentos serem um auxílio, ainda que bastante significativo, e não uma substituição completa das tarefas todas, pois isso poderia significar o seu fim. Benze-se, então, contra as cigarrinhas nos pastos, mas não contra os matos⁴⁶; desse modo, de um lado o contato e a relação com os benzedores e a religiosidade são mantidos; de outro, outros trabalhos, a convivência e a própria vida continuam se desenrolando nos sítios.

Aqui, faz sentido recuperar algumas das reflexões do início do texto e também da pesquisa de campo. No contexto de uma pandemia capturada por soluções contrárias à ciência, os benzimentos não apareciam como algo que pudesse contribuir para a recusa das medidas sanitárias e de saúde. Na verdade, muito pelo contrário. Parecia haver o entendimento de que certas enfermidades de fato não cabem, de imediato, às orações. Talvez o mal-estar decorrente do adoecimento pudesse ser atenuado com uma ida ao benzedor ou benzedeira, mas prevalecia, aparentemente, a ideia de que se tratava de coisas mais ou menos separadas naquele momento, e a ciência moderna que cuidasse de solucionar um problema tão recente. Em se tratando de animais ou de pessoas, os benzimentos não se pretendem universais, mesmo que sejam eficazes. Ademais, sua necessária articulação entre os especialistas e aqueles que demandam benzeduras, assim como sua coexistência com outras técnicas de manejo das propriedades e seus viventes coloca o benzimento mais na posição de convívio com métodos veterinários e científicos, bem como de manutenção de um funcionamento de trabalho e do mundo que os engloba, do que de concorrente de outras práticas. Os comentários que ouvi sobre as benzeções não poderem serem postas para funcionar junto de outros tratamentos ou estratégias dizem respeito à execução do procedimento: ele precisa ser realizado de um determinado

⁴⁶ Vale mencionar que não encontrei benzimentos contra plantas ou vegetais, apenas contra 'bichos' e cobras; os pastos são protegidos dos matos manualmente.

modo, com fé, e é preciso que seja possível dizer se ele foi feliz em sua resolução, pois disso depende a continuidade da carreira do benzedor.

Antes de ser uma prática para aqueles que não têm acesso ou familiaridade com outros métodos, benzer é uma alternativa entre outras que traz consigo uma atenção dos envolvidos em relação uns aos outros, pois suas posturas e motivações constituem os benzimentos. Essa atenção agrega tanto o procedimento em si quanto o modo como ele é inserido no trabalho nas propriedades rurais. Nesse sentido, o benzimento parece existir e fazer sentido nesse traquejo de solucionar algumas coisas, e com uma série de exigências, sem correr o risco de simplificar demais os trabalhos que justamente caracterizam os sítios e a vida neles enquanto tal. A exemplo do que já foi discutido sobre usos não tão aprovados da terra, um excesso de facilidade pode acarretar um esvaziamento dos sítios em suas funções produtivas e de trabalho; a atenção do benzimento parece ser também em relação a isso. Algo similar parece ocorrer com os animais, para além das técnicas e das atividades em si. Idealmente, cobras não são aniquiladas, mas afastadas, e mesmo os ‘bichos’ devoradores do gado são mandados para o mar salgado. Não se trata de atribuir uma certa harmonia não violenta como objetivo dos benzimentos, e sim que considerar que ‘bichos’, cobras e matos fazem parte dos sítios e, também, dos benzimentos.

Vale lembrar do artigo, já mencionado neste texto, sobre a lida com o gado no pampa brasileiro. Rieth, Lima e Barreto (2016) analisam como a característica de “brabíssima” constituiu a vida dos campeiros no Rio Grande do Sul. Os autores destacam que a lida é brabíssima porque a vida também o é, com animais xucros, muitos imprevistos e intempéries climáticas; diante disso, alguma violência é sempre tolerada. Por outro lado, é ela que constitui a vida de grande parte das pessoas onde a pesquisa foi realizada. A impressão que o benzimento transmite é a de que uma certa ‘brabeza’, para usar o termo dos autores, há que seguir pautando o trabalho nos sítios, que se caracteriza, no final das contas, também pela falta de chuva, pela dificuldade pra ‘peiar’ um boi, pela inconveniência dos ‘bichos’ e pelo perigo das cobras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a pesquisa de campo eu ouvi comparações entre os benzimentos de antigamente e os de hoje. Ou os primeiros eram os únicos que de fato funcionavam ou os de hoje até que funcionam, mas de uma maneira mais lenta e, por isso, provocando menos admiração. Hoje não se veem bicheiras caindo dos animais tão logo as palavras das orações começam a ser ditas. Além de lamentar o fato de estar impossibilitada de ir até antigamente para ver um benzimento ‘de verdade’, um aspecto dessas comparações me chamava a atenção. Nelas, não estava presente o recorrente argumento de que o desenvolvimento, sobretudo das medicinas, acabaria por tornar as benzeções obsoletas; lamentava-se a mudança de intensidade ou de efetividade dos benzimentos sem sugerir que, em compensação, eles estão sendo substituídos por medicamentos veterinários ou um manejo tecno-científico mais eficiente. Certo, é preciso dizer que, no caso do berne, argumentou-se que antigamente benzia-se bastante contra ele, mas atualmente a medicina veterinária parece estar dando conta do recado. Todavia, de modo geral as comparações entre antes e hoje davam a entender que fica uma lacuna deixada pelos benzimentos, pois aquilo que supostamente deveria substituí-lo não o faz.

No caso de problemas em seres humanos, a bibliografia aponta para uma medicina que não abarca diferentes concepções de doença e de corpo, e, lendo as orações dos benzimentos, é de fato difícil imaginar uma ciência que ocupe o lugar de cura para males como quebranto ou mau-olhado. No caso das benzeções de animais, contudo, há uma correspondência direta entre os problemas solucionados pela medicina veterinária e os curados por meio de benzimentos. Bicheiras são miíases e, a respeito dos ataques de cobras, a própria Aline contou sobre algumas orientações de mudança do local de currais e galinheiros das propriedades para afastá-los de áreas propícias ao aparecimento desses répteis. E, no entanto, o benzimento não é inteiramente substituído. Sua articulação com a medicina veterinária aponta para uma prática capaz de se modificar e conviver com aquelas que seriam não suas concorrentes, mas a certeza do seu fim. Além disso, falamos dos casos em que as duas técnicas aparentemente empatam em eficiência, mas no quesito papilomatose, as verrugas, os relatos dos itajuenses apontam para medicamentos veterinários ainda incipientes e, ao contrário, benzimentos eficazes. Assim, não se verifica uma inevitável desarticulação das benzeduras frente a práticas científicas dedicadas a solucionar os mesmos problemas.

Uma outra interpretação é possível diante das recorrentes afirmações sobre os benzimentos atuais não serem tão verdadeiros quanto os de antigamente. Diante de uma

pessoa, a pesquisadora, que pergunta e que está do lado de fora dos benzimentos, dizer que atualmente as benzeções deixam a desejar é uma maneira de se retirar de algo que possa ser considerado retrógrado ou mesmo ilegal. A postura de Isabel indica algo nesse sentido: dizer que o marido não benze é uma maneira de proteger sua atividade de uma interpretação negativa que ela imaginou que eu tinha. De outro lado, a facilidade da Aline para tratar do assunto, diferentemente de várias pessoas com quem conversei ou tentei conversar, pode indicar uma segurança que vem da sua formação enquanto veterinária. Nesse sentido, ela estaria autorizada a fazer uso dos benzimentos de animais por conhecer bastante bem o seu suposto inverso, que seria a medicina veterinária. Assim, talvez não tenha sido tão por acaso que Aline se sentiu bastante à vontade para defender o pertencimento do benzimento a algo mais estruturado, a religião, do que a mágica.

A respeito da distinção entre a mágica e a magia, feita no primeiro capítulo, ela parece bastante útil para pensar sobre algo do qual eu senti falta durante a pesquisa, tanto em campo quanto no processo de escrita, que é o Mal. A distinção entre benzimento e mágica parece ser mais fácil de sustentar, pois a comparação de uma prática religiosa destinada à cura com algo similar a um coelho saindo da cartola pode ser até ofensivo. Muito rapidamente, então, surgem argumentos de que não se trata de um engodo, mas sim de uma operação validada pela esfera sagrada e que possui todo um funcionamento específico que segue preceitos religiosos. Algo muito mais sério, portanto, do que um truque. A separação da magia, por sua vez, é mais difícil de se desenhar nesses termos de sofisticação e eficácia, pois, a princípio, a magia possui ambos. O Mal apenas não vence o Bem porque, em última instância, Deus reina inclusive sobre a maldade. Mas, sendo parte do movimento da vida, ambos se complementam no processo de desorganização e reorganização do mundo, e este é um papel consideravelmente mais importante que o da mágica. Diante dessa presença inevitável, caberia sobretudo aos benzedores evitá-la por meio de intenções genuinamente boas, e assim a principal motivação desse procedimento aparece como sendo desejar o Bem.

A questão é que, nessa lógica e parando a pesquisa de campo nesse ponto, o mal fica demasiadamente desencarnado em relação ao Bem. Este é facilmente localizável nos benzedores e em suas ações, assim como entre aqueles que os procuram para solucionar problemas variados. Mas o Mal permanece etéreo, como se estivesse sobrando em um mundo feito à imagem e semelhança de Deus: uma espécie de resíduo. Essa dificuldade em falar sobre o mal ou em encontrá-lo certamente tem relação com os entraves mais gerais da pesquisa de campo, discutidos ao longo do texto. Nesse caso, todavia, isso é

ainda mais acentuado, pois aquilo que é maléfico é sempre localizado no outro e esse outro, qualquer que seja, com uma pesquisa de campo lamentavelmente mais encurtada, não chegou a aparecer de fato.

Apesar de a maldade permanecer enquanto um sujeito indeterminado, a distinção entre mágica e magia foi um mecanismo importante para compreender o caráter do benzimento em Itaju. Não sendo mágica, o benzimento não se caracteriza a partir da mentira e de uma precariedade, como uma ação capaz de convencer apenas crianças desavisadas e ingênuas; ele é, portanto, verídico e mais sofisticado do que aquilo que é mágico. Não sendo magia, ele não tende para o malefício, na verdade deve sempre fazer o esforço de se opor a ele para ser uma ação legítima. Além disso, os relatos dos benzedores apontam que ter o bem do outro como um norte também confere força ao benzimento. Em alguma medida, isso recupera a ideia de que a vontade divina prevalece, de modo que é preciso estar aliado a ela para garantir que a prática também seja bem-sucedida.

Assim como a previsão de desaparecimento das benzeduras sempre me chamou a atenção, também posso dizer o mesmo do fato de que os animais devem corresponder a algumas expectativas religiosas e éticas de comportamento e, no caso dos benzimentos, estão sob os cuidados de uma esfera sagrada que frequentemente é colocada para funcionar. Uma vez, em conversa com a Dona Cida, perguntei se de algum jeito não era indelicado pedir aos santos ou a alguém lá em cima que se movimentasse em favor dos animais aqui embaixo; eu achava que um dos cuidados dessa comunicação com as divindades deveria ser uma espécie de desculpas por atormentá-las com questões, pensava eu, tão insignificantes. Dona Cida me garantiu que não, porque os santos existem para essas coisas mesmo – e, afinal, os animais de criação, dos quais depende muitas vezes a sobrevivência de um sítio e da família que nele vive, não são tão insignificantes assim.

A dupla significação do termo ‘criação’ já denuncia a importância dos animais em diferentes contextos, não só em Itaju. E o número de orações destinadas à cura e ao bem-estar desses seres outros-que-humanos aponta para as diferentes maneiras que a esfera divina encontra para fazer valer o primeiro significado de criação. A análise desses procedimentos, contudo, ainda não havia dado enfoque somente aos animais, e os benzimentos dedicados a eles encontravam-se sempre junto de outros tantos, e isso se aplica tanto aos estudos folclóricos quanto aqueles dedicados ao catolicismo popular. Tentar pensar nessa prática enquanto técnica possibilitou destacar as benzeções de animais para localizá-las nos sítios de Itaju. Essa separação não implicou em um

afastamento da dimensão religiosa, na verdade, muito pelo contrário. Os benzimentos possibilitaram compreender como noções religiosas se associam ao modo de vida nas propriedades rurais e operam separações e ambiguidades em relação aos seres vivos. Tenho a impressão de que ocorre uma pequena tensão entre uma primeira categoria divina de criação e as divisões subsequentes que foram sendo organizadas pelas pessoas. A concepção religiosa original nunca desaparece, evidentemente, mas é refeita em outros termos que sejam condizentes com a vida nos sítios. Nesse sentido, o termo bicho passa a abrigar cachorros que eventualmente precisem ser expulsos da categoria de animal para que uma infestação seja resolvida. E a própria ideia de criação, no sentido humano do termo, faz com que os seres que a ela pertencem sejam valorados duplamente em relação aos que são criação uma vez só: as cobras, que os benzimentos exigem que sejam poupadas, são frequentemente mortas por atacarem as criações humanas. Mais afastados da criação divina estão os bichos que, na sua intensificação numérica, as bicheiras e outras pragas, são necessariamente eliminados. Se apenas bichos desconhecidos, talvez tenham a chance de virem a ser reconhecidos enquanto animais.

Um olhar para as orações destinadas a benzer os animais reafirma essa separação entre bichos e animais. Além de expressarem as relações entre as pessoas e outros seres vivos, as fórmulas também carregam as relações entre benzedores que pararam de benzer e os que continuaram em seu lugar. Várias coisas podem se manter, como os santos para quem se reza, as palavras que são ditas em cada ocasião, e talvez até alguns gestos, mas sempre com a possibilidade de que algo seja acrescentado ou modificado. Nesse sentido, posicionar as benzeções entre métodos de criação também lhe concede alguma liberdade de mudança. Parece que, não sendo um índice da cultura, da medicina ou do catolicismo populares, as elas não têm a árdua tarefa de seguir representando essas categorias sob a ameaça de se descaracterizar e desaparecer. Como foi argumentado no início desta última seção, os benzimentos não são simplesmente substituídos. Seria necessário um novo emaranhado de relações entre divindades, pessoas e diferentes tipos de bichos e animais, que se equilibrassem entre noções de criação, dom e bem, para dar conta de substituir essa técnica, mas é ela que coloca todos esses elementos para funcionar. A respeito disso, achei significativa a fala da Aline sobre as perspectivas para essa prática de cura e solução de problemas. Entre informações veterinárias sobre picadas de cobra, *miíases* e partos, sobra espaço para o argumento, muito seguro, de que ‘sempre vai existir algo para o benzimento fazer’. E o contrário também parece ser verdadeiro, e igualmente importante. Uma técnica específica, além de articulada a uma série de relações com a terra e com

outras formas de trabalho, também irá encontrar pelo caminho algo que ela não faz. Como foi dito anteriormente, a fé evita o brete, mas evitar é prescindir algumas vezes, não todas.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, Antonio Carlos Souza. **Ciência, Educação e Sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)**. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.
- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. *Orações & rezas populares*. Porto Alegre: Rigel, 2004a.
- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. *Para benzer tudo e todos*. Porto Alegre: Rigel, 2004b.
- ALVES, Elder Patrick Maia. O Movimento Folclórico Brasileiro: Guerras Intelectuais e Militância Cultural entre os Anos 50 e 60. Desigualdade & Diversidade. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 12, p. 131-152, 2013.
- ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 7, p. 132-145, 2010.
- ARAÚJO, Alceu Maynard de. *Medicina Rústica*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos da história*. Petrópolis: Vozes. 1978.
- BARRETO, Lima. *O triste fim de Policarpo Quaresma*. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2019. 212 p. (Prazer de ler). Disponível em: https://camara.gov.br.usrfiles.com/ugd/5ca0e9_ebda356b2f4742f3bf3325afd9e44363.pdf . Acesso em: 30 out. 2023.
- BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- BERTAZO, K., SANTOS, C.B., PINTO, I.S., FERREIRA, A.L., FALQUETO, A. & PEPINELLI, M. Distribuição de espécies de borrachudos (Diptera: Simuliidae) do Espírito Santo, Brasil. **Biota Neotrop**. v. 10, n. 3, 2010.
- BERTUCCI, Liane Maria. Remédios, charlatanices... e curandeirices - práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo, 197-227. In: CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos da história social*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 2003.
- BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feitiçeras, adivinhos e urandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo : Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. Taubaté: Geic/Cabral, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do Bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Deuses do Povo: um estudo sobre religião popular*. 3ª. Ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.

Bullamah, Rodrigo. Pode um porco falar? Doença, sistemas e sacrifício no Caribe”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 57, p. 57-92, 2020.

BURKE, Peter. Culturas populares e cultura de elite. **Diálogos**, v. 1, n. 1, 1997.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A medicina teologica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*. São Paulo, SP: Departamento de Cultura, 1958.

CABRAL, João de Pina. A prece revisitada: comemorando a obra inacabada de Marcel Mauss. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 13-28, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Edusp : São Paulo, 2017.

CANSI, Edison Rogerio; ATAÍDE, Hélio Spindola de; DEMO, Caroline; GONÇALVEZ, Rodrigo Gurgel & LUZ, José Roberto Pujol. As miíases no imaginário de uma população rural no município de Formosa (Goiás), Brasil. **Revista Biotemas**, Florianópolis, v. 5, n. 4, 2012.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. Editora Ediouro, 1998.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Ministério da Agricultura, 1956.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n °147. p. 69-78, 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Entendendo o folclore. Texto escrito para o Setor de Difusão do Museu de Folclore Edison Carneiro, 1980. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=100> Acesso em 28 fev. 2020.

COUPAYE, Ludovic. Cadeia operatória, transectos e teorias: algumas reflexões e sugestões sobre o percurso de um método clássico. In: SAUTCHUCK, Carlos Emanuel (org.). *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. p. 475-494.

CRISPIM, Sandra Mara Araújo; BRANCO, Oslain Domingos. Aspectos gerais das Braquiárias e suas características na sub-região da Nhecolândia, Pantanal, MS – Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002.

DANTAS, Maria Isabel. **O sabor do sangue**: uma análise sociocultural do chouriço sertanejo. 2008. 365 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - UFRGN, Natal, 2008.

DIAS, Carla de Jesus.; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. A floresta como mercado: caça em conflitos na reserva extrativista do Alto Juruá – Acre. **Boletim Rede Amazônia**, v.3, n.1, p.9-27, 2004.

DIAS, Juliana. **O Rigor da Morte**: a Construção Simbólica do “Animal de Açougue” na Produção Industrial Brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2009.

DIGARD, Jean Pierre. A biodiversidade doméstica. **Anuário Antropológico**, v. 37, n. 2, p. 205-223, 2012.

DINIZ, Igor Mello. Os estudos de Folclore e as Ciências Sociais no Brasil (1930-1940). **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, 2010, p. 132-141. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/viewFile/11337/8287> Acesso em 22/08/2023.

DUARTE, Luiz F. D. Os estudos de religião nas sociedades complexas: o Cristianismo e suas múltiplas manifestações. Realização de PPPGAS/MN. Coordenação de Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte. 2013. (60 min.), son., color. Série Curso de Extensão "O fenômeno religioso à luz da antropologia". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FHPm-rXhEbk&list=PLZJQUXmCMJksUV8D36TfLkWZ6-4m9Y3N8&index=3&t=1320s>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Edições Paulinas, 1989 [1917].

EVANS, E. P. *The Criminal Prosecution and Capital Punishment of Animals*. E. P. Dutton and Company: Londres: William Heinemann, 1906.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Trad. Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. 316 p.

FERNANDES, Florestan. *O Folclore em questão*. São Paulo : Hucitec, 1977.

FILHO. Danilo Marcondes de Souza. A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem. **Filosofia Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 217-230, 2006.

FITA, Dídac Santos. **Cobra é inseto que ofende**: classificação etnobiológica, questões sanitárias e conservação na região da Serra da Jiboia, Estado da Bahia, Brasil. Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/Bahia, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.13, p. 155-161, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

FROEHLICH, Graciela. Trabalhar os animais, trabalhar com os animais: reflexões etnográficas sobre bem-estar animal em fazendas de criação de gado de corte. *R@U*, 7 (1), 2015: 108-125. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/09/06_rau07102.pdf> Acesso em 06 maio 2022.

GALLOIS, Dominique T. A categoria “doença de branco”: ruptura ou adaptação de um modelo etiológico indígena?. In: D. BUCHILLET (Org). *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: MPEG/ Edições Cejup, UEP, 1991, p. 175-206.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Mazza/EDUFJF, 2004.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Mundo encaixado, significação da cultura popular*. Belo Horizonte : Mazza. Juiz de Fora, 1992.

GOSELE, Andreas. Benzedura: magia ou fé?. **Perspectiva Teológica**, v. 23, n. 59, p. 33, 1991.

GUERRA, Luiz Antonio. Os significados de capira. **Tempo Social** - revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 34, n. 2, 2022.

HANCIAU, Nubia. O universo da feitiçaria, magia e variantes. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, p. 75-85, 2009.

HOBGOOD-OSTER, Laura. *Holy dogs and asses: animals in the Christian tradition*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2008. 192 p.

HOEFLE, Scott William. Os sertanejos e os bichos - cognição ambiental na zona semi-árida nordestina. **Revista de Antropologia**, 1990.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete T. Benzeduras, garrafadas e costuras: considerações sobre a prática da benzeção. **Revista Guaju**, v.1, p. 110-126, 2015.

JURKEVICS, Vera Irene. Os santos da igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

KLASSA, Bruna; SANTOS, Morphy D., Charles. Uma vida entre insetos e livros: entrevista com Nelson Papavero. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n.4, 2012.

LEAL, Ondina Fachel. Bezedeiras e bruxas: sexo, gênero e sistema de cura tradicional. **Cadernos de Antropologia**, n. 5, p. 7-22, 1992.

LEERS, Bernardino. *Catolicismo Popular e mundo rural*. Um ensaio pastoral. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1977.

LENKO, Karol; PAPAVERO, Nelson. *Insetos no folclore*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. Coleção Folclore nº 18. São Paulo, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “La leçon de sagesse des vaches folles”. *Etudes Rurales*, 157-158:9-14. Tradução brasileira em FARAGE, Nádia. 2004. “A lição de sabedoria das vacas loucas”. *Novos Estudos CEBRAP*, 70:79-84.

MAKINO, Rogério. *Sociologia rural: um guia introdutório*. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Lisboa : Edições 70, 1984.

MARINHO, Paula Márcia de Castro.. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 02, p. 489–510, 2022. DOI: 10.1590/s0102-6992-202237020005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/39539>. Acesso em: 28 set. 2023.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Medicinas Secretas: magia e ciência no Brasil setecentista. 163-195. In: CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos da história social*. Campinas : Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, Clarissa Lima; VANDER VELDEN, Felipe. Tudo nessa vida tem dono: os animais e o problema do abate entre os Xukuru – ou a (má)sorte de Seu Guaxinim. **Tessituras**. v. 7, n. 1, p. 123-149, 2019.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo : EPU, 1974.

MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo”. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 401-424.

MAYBLIN, Maya. *Gender, catholicism, and morality in Brazil*. London: Palgrave Macmillan, 2010.

McCorkle, C.M. An introduction to ethnoveterinary research and development. **Journal of ethnobiology**. v. 6, nº 1. pp. 129-149, 1986.

McCorkle, C.M. Back to the future: Lessons from ethnoveterinary RD&E for studying and applying local knowledge. *Agric Hum Values* 12, 52–80, 1995.

MENEZES, R. de C. **A dinâmica do sagrado**: um estudo antropológico de um santuário católico no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

- MENEZES, Javert. *Benzimento para pets e tutores*. São Paulo : Editora Alfabeto, 2022.
- MICAELO, Ana Luísa Martins. **Essa terra de que tomo conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Lisboa, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de S. Representações de cura no catolicismo popular. In: ALVES, P.; RABELO, M. (Orgs.) *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- MINCATO, Ramiro. A questão do “subjugai a terra” em Gn 1,28. **Teocomunicação**, v. 39, n. 3. pp. 366-377, 2009
- MONTERO, Paula. *Da doença à desordem, a magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74. pp. 47-65, 2006.
- MORAIS, Hikel Brauwn Ribeiro. **A arte dos mágicos: corpo, performatividade e enganação**. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.
- MOREIRA, Henrique José da Costa; BRAGANÇA, Horlandezan Belirdes Nippes. *Manual de identificação de plantas infestantes – cultivos de verão*. Campinas, 2010.
- MORENO, Sarah Faria. **Presenças incômodas no Porto de Santos: uma etnografia das relações entre humanos, pombos, grãos e outros sujeitos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- MOURA, Elen Cristina Dias de. **Entre ramos e rezas: o ritual de benzeção em São Luiz do Paraitinga, de 1950 a 2008**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- NARDIN, Ana Luísa. *O território quilombola é dela: sobre Nossa Senhora, santos e quilombolas na Vila – Bairro do Carmo São Roque/SP*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- NEOTTI, Frei Clarêncio. *Animais no altar: iconografia e simbologia*. Aparecida: Editora Santuário, 2015.
- NERY, Vanda Cunha. *Rezas, Crenças, Simpatias e Benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé*. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisas da Intercom, 2006.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo. *Doença, cura e benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedura em Campinas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, 1983, 511p.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo. *O que é benzeção*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Personagens caipiras da cultura popular: entrevista com Oswaldo Elias Xidieh. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 191-206, 2013.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem humana. (Tese de Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1990.

PEREIRA, Luzimar Paulo. **O Movimento dos Bichos: animais de criação, produção dos espaços e formas de sociabilidade em Urucuia, MG**. 2013. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: https://www.academia.edu/5457441/O_Movimento_dos_bichos_animais_de_cria%C3%A7%C3%A3o_produ%C3%A7%C3%A3o_dos_espacos_e_formas_de_sociedade_em_Urucuia_MG. Acesso em: 30 out. 2022.

PEREIRA, Luzimar Paulo. Bicho Mau: “Causos” de homens e serpentes em Urucuia, MG. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 3 a 6 de agosto, em João Pessoa/PB, 2016. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/admin/files/1467303037_ARQUIVO_BichoMau.LuzimarP.pdf> Acesso em 06 abr. 2022.

PEREIRA, Anamaria Ladeira; PEREIRA, Camila Santos. A obra infantil de Monteiro Lobato: do racistês ao pretuguês. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17.

PERIDES, Paulo Pedro. **Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 1981.

PERROTA, Ana Paula. O mercado do boi gordo: “Modernizando” técnicas, gado e gente. **Estudos Sociológicos**, Araraquara, v. 25, n. 49, p. 173-196, 2020.

PIRES, Marcus Sandes. **Miíases umbilicais em bezerros nelores recém-nascidos: predisposição em dois cruzamentos raciais criados no sistema de manejo voisin no Rio de Janeiro e avaliação de medidas profiláticas em criação extensiva no pantanal sul-matogrossense**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

PRADO, Regina de P. S. Sobre a classificação dos funcionários religiosos da zona da Baixada Maranhense. In: MATTA, Roberto da (org.) *Pesquisa polidisciplinar "Prelazia de Pinheiro", aspectos antropológicos*. São Luís: IPEI, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O catolicismo rústico no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 5, p. 103-123, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC/EDUSP, 1978.

REESINK, Mísia Lins. Por uma perspectiva concêntrica do catolicismo brasileiro. **Revista Ant/topológicas**, v. 24, n. 2, 2013.

REIMER, Haroldo. *Toda a criação*, Bíblia e ecologia. Óikos editora, 2006.

RIBEIRO, Patrícia Maria. Cães danados, porcos vadios e formigas excomungadas. A convivência entre homens e animais à luz do direito do Antigo Regime. **Revista Faces de Clio**, v. 6, n. 11, 2019.

RIETH, Flávia Maria Silva; LIMA, Daniel Vaz & BARRETO, Eric. “Lida Brabíssima”: A cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Revista Teoria e Cultura**, v. 11, 2016.

SARACURA, Antônio Francisco de Jesus. *Os curadores de cobra e de gente*: Antologia poética (romances de cordel). Aracaju : Infographics, 2017.

SANTANA, Messias dos Santos. **O sufixo diminutivo em português**: forma, funcionamento e significação - do século XIII ao XX. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SANTOS, Bruno Silva. “**Aqui tem mais cachorro do que índio**”: relações humano-animal entre os MbyaGuarani no Jaraguá (São Paulo/SP). Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais e Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SANTOS, Renan William. Direitos da natureza e deveres religiosos: tensões entre a ecologia católica e movimentos ambientalistas seculares. **Religião e Sociedade**. v. 39, n. 2, p. 78-99, 2019.

SANTOS, Sergiana Vieira. “**Para as ondas do mar sagrado**”: uma etnografia dos rituais de rezadeiras e rezadores de Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Técnica e/em/como transformação. In: SAUTCHUCK, Carlos Emanuel (org.). *Técnica e transformação*: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. p. 11-36.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

SENA, Eduardo Augusto. Um turbilhão sublime: Mário de Andrade e o Departamento de Cultura de São Paulo. Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2018. Disponível em: http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-olavo-setubal-de-arte-cultura-e-ciencia/textos/catedraos_eduardo_sena_mario_de_andrade_final Acesso em 22/08/2023.

SILVA, Antônio de Moraes; MORENO, Augusto; JÚNIOR, Francisco José Cardoso. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa/Antônio de Moraes Silva*. 1949-1959. 12 volumes. Disponível em: <https://purl.pt/35356/4/> Acesso em: 03 out. 2023.

SILVA, Matheus Henrique Pereira. Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara. **Ilha - Revista de Antropologia**. Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 23-42, 2023.

SILVA, Mônica Martins. **A escrita do folclore em Goiás**: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980). 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens**. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, André Ricardo; ABUMANSUR, Edin Sued; JÚNIOR, Jorge Leite. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 53, p. 385-410, 2019.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; ANDREATTA, Tanice; LAGO, Adriano. A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural sob a Ótica dos Agricultores Familiares sem Sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348, 2017.

STEFANUTO, Míriam. São eles que fazem isso comigo! O frigorífico Santa Margarida e as relações entre humanos e animais. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**. Pelotas, v.7, p. 201 - 221, 2019.

STEFANUTO, Míriam. “Teve que mandar benzer”: sobre criação e benzimento de animais. **Ruris**, Campinas, v. 13, n. 1, 2021.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. O catolicismo e a igreja católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. **Debates do Ner**, Porto Alegre, n. 24, p. 223-243, dez. 2013.

THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom*: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil. Recife: FJN, Ed. Massagana, 2002. 384p.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n.67, p. 14-23, 2005.

TEIXEIRA, Jorge Luan; AYOUB, Dibe. Cachorros que atacam criação: reflexões éticas sobre a mobilidade e a vida social dos animais em ambientes rurais. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, 2016.

TUSSI, Ana Crstina; FÁVARO, Jorge Luiz; GOMES Marquiana de Freitas Vilas Boas. Tratamento de animais domésticos por meio de práticas tradicionais utilizadas em Faxinal do Kruger, Boa Ventura de São Roque – Paraná. **Revista Pegada**, v. 18, n.1, 2017.

VANDER VELDEN, Felipe. Inveja do gado: o fazendeiro como figura de poder e desejo entre os Karitiana. **Anuário Antropológico**, Brasília, 2010 I, p. 55-76, 2011b.

VANDER VELDEN, Felipe. Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana. 2012. São Paulo: Alameda, 357 p.

VIRGÍLIO, Nathan Lima. Peleja, ajuda e sacrifício na criação de animais do ‘povo’ do Góis-CE. **Mediações**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 42-56, set./dez. 2019. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/37495/32353>. Acesso em: 13 nov. 2023.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. 1995. 441 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

XIDIEH, Oswald Elias. Elementos mágicos no folk mojiano. **Sociologia**, 1943, vol. 5, nº 2, pp 116-133.

XIDIEH, Oswald Elias. O intermediário. **Sociologia**, 1945, vo. 7, nº 1-2, pp 11-29.

XIDIEH, Oswald Elias. *A semana santa cabocla*. Instituto de Estudos Brasileiros - USP, São Paulo, 1972.

ZALUAR, Alba Maria. *Os homens de Deus*. São Paulo: Zahar Editores, 1974.

WOORTMANN Ellen F;WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ANEXO I

Perguntas que orientaram as entrevistas em Itaju

O senhor/a senhora faz uso de benzimentos? (Sim)

- Desde quando? Algum familiar – pai ou mãe – já mandavam benzer na sua casa?
- Sempre manda benzer com a mesma pessoa?
- Quais problemas costumam demandar a ajuda de um benzedor? E são todas as vezes em que esse problema ocorre?
- Como funciona, é só ligar, o benzedor precisa ir na casa, e você precisa fazer alguma coisa?
- E depois de feito o benzimento, é preciso ter algum cuidado?
- E se o benzimento não funcionar...?
- Se o senhor ou a senhora não fosse benzer, como esse problema teria que ser resolvido?